

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM**  
**EDUCAÇÃO FÍSICA**

**QUANDO E ONDE TERMINA O TRABALHO? Para a**  
**crítica do lazer no século XXI**

Bruno Assis de Oliveira

BRASÍLIA - DF

2022

# **QUANDO E ONDE TERMINA O TRABALHO? Para a crítica do lazer no século XXI**

BRUNO ASSIS DE OLIVEIRA

Tese apresentada à Faculdade de  
Educação Física da Universidade de  
Brasília, como requisito para obtenção  
do grau de Doutor em Educação Física.

ORIENTADOR: PROF. DR. EDSON MARCELO HUNGARO

BRASÍLIA - DF

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Os últimos anos foram intensos, para dizer o mínimo. Escrever uma tese diante de tantos medos, mudanças e incertezas só foi possível porque pude contar com o apoio e incentivo de muitas pessoas. Assumindo o risco de eventuais esquecimentos e pedindo desculpas por isso de antemão, menciono algumas delas.

Encontrei nos trabalhadores da FEF-UNB e, em especial, nos servidores da PPG-FEF/UNB e professores do programa, a sensibilidade para compreender as circunstâncias adversas do curso e todo o suporte para que pudesse seguir até o fim, sem que medissem esforços para preservar a qualidade do curso.

Vi a mesma dedicação e empenho dos trabalhadores nas demais universidades públicas que frequentei (UNICAMP, USP, USP Leste e UFABC) durante as disciplinas. Sou especialmente grato aos professores que me acolheram como aluno especial naquelas instituições.

Desde a qualificação tive o privilégio de contar com bancas examinadoras que indicaram os possíveis caminhos e limites para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço aos professores(as) Fernando Mascarenhas Alves, Lino Castellani Filho, Luciana Pedrosa Marcassa, Maria do Carmo Morales Pinheiro, Pedro Fernando Avalone Athayde e Wilson Luiz Lino de Sousa que prontamente se dispuseram a contribuir e por terem sido tão importantes na minha formação.

Contei com colegas, amigos e familiares que conviveram e acolheram minhas muitas falhas durante os últimos anos e que ainda assim, não só conservaram, mas ampliaram as demonstrações de carinho.

Ter como orientador desse longo percurso o camarada e amigo Prof. Dr. Edson Marcelo Hungaro foi um privilégio. Referência intelectual e exemplo de compromisso político com as lutas dos trabalhadores, suas provocações sempre me instigaram ao rigor teórico-metodológico, um alento em tempos de superficialidade e produtivismo, sem impor amarras de qualquer natureza, estimulando ao máximo a autonomia intelectual de seus orientandos.

Pude dispor da generosidade de muitos outros pesquisadores (titulados ou não) que gentilmente se dispuseram a tirar dúvidas, contribuir de muitos modos para

sanar as angústias e limitações que apareciam a todo momento. Foram os casos de Bernardo Cerdeira, Gustavo Machado, José Dari Krein, José Margarido, José Welmowicki, Mateus Ório, Sérgio Lessa, etc.

Encontrei nos membros do AVANTE e LEFET o acolhimento e generosidade de sempre. Foram imprescindíveis para a escrita deste trabalho as conversas presenciais ou virtuais, leituras compartilhadas, debates, *lives*, indicações, provocações, caronas, apoio “logístico”, etc. Sem as contribuições de Amanda, Bartô, Danielle, Eldernan, Erick, Fernando, Lucas, Luciano, Jonathan, Juarez, Marcel, Nádson, Tiago, Vitor, Wagner (*in memoriam*), Ywri, entre outros, teria sido impossível sequer o início dessa jornada. Dedico uma menção especial aos amigos Mariana Custódio e Thiago Nunes que prontamente se dispuseram a ler e fazer valiosas observações a partir dos primeiros rascunhos deste trabalho.

Com os professores e toda a comunidade escolar da EMEF Padre Gregório Westrupp foram muitos os embates. Com estes e outros companheiros de luta sindical e política ao longo dos últimos anos, fortaleci a confiança plena na capacidade de auto-organização da nossa classe e num futuro socialista, a despeito das sucessivas derrotas táticas e frustrações conjunturais.

Sequer sou capaz de encontrar palavras para expressar a gratidão aos meus pais (Doro e Dalva) por tê-los sempre em mim. Foram tantos os sacrifícios para possibilitar aos filhos tudo que estivesse ao alcance que só posso dizer que sou uma pessoa de muita sorte! Vocês serão sempre minha primeira inspiração. Leandro, Jú (*in memoriam*), Léo e Lili: desejo que o futuro reserve dias melhores e que possamos conviver sem tantas incertezas. Desfrutar do carinho e generosidade da Dona Francisca, Seu Agenor, Elaine (Dinda) e Anderson (Dinda) ao longo destes anos, além de todas as “correrias” e cuidados com o nosso filhote - quando isso foi possível -, tornaram a jornada menos penosa. Para completar, ainda preencheram nossas vidas de alegria com a vinda da pequena Isabela. Amo muito todos vocês!

Sem sombra de dúvida, minhas maiores faltas ao longo do curso foram com aqueles que mais contavam comigo. É por essas e outras que dedico o trabalho aos meus dois grandes amores: Regiane e Carlinhos.

Essa tese só foi possível porque, apesar de todas as adversidades, fui permanente e incansavelmente encorajado pela minha querida e amada Rê. Não foram poucas as vezes em que pensei abandonar a empreitada, mas sempre recebia as palavras e o carinho que davam o suporte exato para seguir em frente. As dificuldades dos últimos anos forjaram laços ainda mais fortes e ampliaram meu amor, respeito e admiração por ela. Desejo poder desfrutar de uma longa vida na sua companhia e um dia estar à altura de retribuir tanto carinho.

Exigir paciência de uma criança e, em particular, que ela compreenda e se adeque aos “tempos dos adultos”, tem sempre algo de perverso. Mas foi justamente isso que precisamos fazer com o Carlinhos enquanto os adultos da casa realizavam suas pesquisas, apesar da pandemia, da exigência das aulas remotas, das inúmeras demandas do trabalho, das infinitas tarefas domésticas, etc. Torço para que sua infância se estenda por tempo suficiente para tirarmos o “atraso” das brincadeiras juntos e que um dia todo esse sacrifício venha a fazer algum sentido também para ele. Se um dia você resolver ler estas linhas, saiba que mesmo quando o papai esteve ausente, acompanhei cada passo dado e compartilhei de cada descoberta, ainda que em pensamento. Você é o sopro que nos enche de vida e alegria até nos momentos mais difíceis.

## **RESUMO**

O estudo propõe (1) analisar as determinações socioeconômicas, políticas e culturais que impactam direta ou indiretamente o trabalho, o “tempo livre” e o lazer neste século; (2) examinar parte dos estudos do lazer que se dedicaram a refletir sobre o objeto no capitalismo contemporâneo, sobretudo, produzidos por pesquisadores brasileiros no século XXI; (3) cotejar o resultado do estudo daquelas determinações com o conhecimento produzido, a fim de investigar o ser e o vir a ser do lazer e; (4) refletir sobre o “lugar” do lazer e do “tempo livre” na atualidade da luta socialista. Fundamentado no método materialista histórico-dialético, trata-se de um estudo de natureza teórica, uma abordagem qualitativa que recorre à pesquisa bibliográfica e documental. Problematizando a produção teórica dos pesquisadores brasileiros com maior volume de publicações, reivindica os avanços da crítica marxista do lazer e destaca a importância da teoria do fetichismo da mercadoria e da teoria do valor de Marx para o estudo das relações contraditórias entre trabalho, “tempo livre” e lazer no capitalismo contemporâneo. O acirramento da ofensiva do capital contra o trabalho (ajustes fiscais, contrarreformas, etc.) no Brasil e no mundo é analisado no marco de uma Longa Depressão, de mudanças técnicas e organizacionais que visam preservar a ordem do capital, que converte a pandemia de covid-19 numa catalisadora da expropriação dos trabalhadores neste século. É sistematizado um balanço crítico do lazer no século XXI e de suas perspectivas, que revela os limites das abordagens hegemônicas sobre cultura, subjetividade e a defesa do lazer como política pública, problematizando a condição dos trabalhadores do lazer no país, a forma como têm sido abordadas as “preferências” e “escolhas” do lazer pelos brasileiros e um esboço de proposta para se pensar o lazer num projeto político orientado para a emancipação humana, demonstrando a potência da defesa do tempo livre e do lazer como componentes de um programa de transição, capaz de fazer a ponte entre os problemas da vida cotidiana e o projeto histórico revolucionário socialista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer; Trabalho; Tempo livre; Século XXI.

## **ABSTRACT**

The study proposes (1) to analyze the socioeconomic, political and cultural determinations that directly or indirectly impact work, “free time” and leisure in this century; (2) to examine part of the leisure studies that have dedicated themselves to reflecting on the object in contemporary capitalism, especially those produced by Brazilian researchers in the 21st century; (3) to compare the results of the study of those determinations with the knowledge produced, in order to investigate the being and becoming of leisure and; (4) reflect on the “place” of leisure and “free time” in the current socialist struggle. Based on the historical-dialectical materialist method, it is a theoretical study, a qualitative approach that uses bibliographic and documentary research. Questioning the theoretical production of Brazilian researchers with the largest volume of publications, it claims the advances of the Marxist critique of leisure and highlights the importance of the commodity fetishism theory and Marx's theory of value for the study of the contradictory relations between work, “free time and ” and leisure in contemporary capitalism. The intensification of capital's offensive against labor (fiscal adjustments, counter-reforms, etc.) in Brazil and in the world is analyzed within the framework of a Long Depression, of technical and organizational changes that aim to preserve the order of capital, which converts the pandemic of covid-19 in a catalyst for the expropriation of workers in this century. A critical assessment of leisure in the 21st century and its perspectives is systematized, which reveals the limits of hegemonic approaches to culture, subjectivity and the defense of leisure as a public policy, questioning the condition of leisure workers in the country, the way they have been The “preferences” and “choices” of leisure by Brazilians are addressed and a draft proposal to think about leisure in a political project oriented towards human emancipation, demonstrating the power of defending free time and leisure as components of a transition program , able to bridge the gap between the problems of everyday life and the socialist revolutionary historical project.

**KEYWORDS:** Leisure; Work; Free time; XXI century.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I: Notas teórico-metodológicas sobre lazer e totalidade</b>	<b>15</b>
1. Um breve panorama dos estudos do lazer produzidos no país no século XXI	15
2. Revisitando o debate sobre a origem do lazer	18
3. Notas sobre modernidade e ideologia	25
4. A decadência ideológica da burguesia e implicações nas ciências sociais	29
5. Apontamentos sobre a gênese do lazer na crítica marxista	34
6. Notas preliminares sobre as aproximações dos estudos do lazer com a teoria marxista do valor	40
<b>CAPÍTULO II: Aportes da teoria do valor de Marx para o estudo do lazer</b>	<b>46</b>
1. A teoria do fetichismo como base da teoria do valor de Marx	46
2. Notas preliminares sobre a teoria do valor de Marx	54
3. Notas sobre a divisão social do trabalho no capitalismo	62
4. As formas extensiva e intensiva de apropriação do trabalho excedente	69
5. A imanência das crises sob o capital e a tendência ao aumento da exploração	75
6. A riqueza como tempo disponível para cada indivíduo e toda a sociedade	82
<b>CAPÍTULO III: Crise, trabalho e lazer no capitalismo contemporâneo</b>	<b>95</b>
1. Queda tendencial da taxa de lucro e as crises no capitalismo contemporâneo	95
2. As revoluções tecnológicas e a conservação da divisão social do trabalho	100
3. A funcionalidade ideológica das teses sobre o fim do trabalho	109
4. Reestruturação capitalista como resposta para a crise de lucratividade	114
5. A crítica marxista do lazer sobre os efeitos do capitalismo contemporâneo	123
<b>CAPÍTULO IV: Longa Depressão, revolução tecnológica e pandemia</b>	<b>144</b>
1. Longa depressão e a crise de 2007-2008	144
2. A chamada Indústria 4.0 e os trabalhadores	153
3. O “novo” conteúdo do “adeus ao trabalho” no século XXI	159
4. A aceleração da ofensiva contra o trabalho no Brasil pós 2007-2008	172
5. A pandemia alçada a motor da escalada contra o trabalho	178
<b>CAPÍTULO V: Balanço e perspectivas do lazer no século XXI</b>	<b>189</b>
1. Notas críticas sobre a autonomização da cultura nos estudos do lazer	189
2. Atitude, subjetividade e o ócio nos estudos do lazer	196
3. Um esboço crítico sobre os trabalhadores do lazer no século XXI	206
4. “Tempo livre” e o lazer do trabalhador brasileiro no século XXI	216
5. Produção e fruição da cultura e as tecnologias no lazer	231
6. Lazer, superação dos estranhamentos e revolução socialista	242
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>264</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>272</b>

## INTRODUÇÃO

*“O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc. está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destruída e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contempções, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação.”*  
(MARX, 1982, p. 177).

Embora possua apenas cerca de quarenta e cinco mil habitantes (IBGE, 2019) o município de Toritama, localizado no agreste de Pernambuco a 164 km de Recife, é responsável por quase vinte por cento de toda a produção nacional de jeans. O dado que poderia ser inicialmente interpretado como representativo do pungente poderio econômico e do protagonismo da região merece ser problematizado. Foi justamente o que propôs o cineasta Marcelo Gomes no longa-metragem *Estou me guardando para quando o carnaval chegar* (2019).

Alçado a município autônomo apenas em 1953, sua população tem convivido com a sazonalidade das chuvas e a pobreza do solo que inviabiliza a agricultura e a pecuária. Por essa razão, o destino dos trabalhadores daquela cidade sempre esteve ligado aos descaminhos da indústria. Até a década de 1970 a região era um polo calçadista de destaque mas que, incapaz de concorrer com os produtos de outras regiões, teve como destino o rápido esgotamento. Pelo fato do jeans ser um tecido mais grosso e de textura similar ao couro utilizado na indústria calçadista, sua entrada na cadeia produtiva local foi acelerada (ESTEVEZ, 2019). A crise que atingiu o Brasil na década de 1980 levou a população local a produzir e comercializar o jeans como uma verdadeira estratégia de sobrevivência. Essa incorporação gerou as mudanças que foram posteriormente registradas pelo documentarista.

Para quem mora atualmente na cidade de Toritama, todo o tempo é preenchido por um trabalho sem fim. Todos os locais são espaços de produção de mercadorias. Dentro ou fora das casas, grandes empresas, facções ou fábricas improvisadas contam com o barulho ensurdecedor das máquinas de costura.

Paralelamente, crianças, jovens, homens e mulheres se revezam no trato dos tecidos em atividades de modelagem, corte, costura, acabamento, lavagem, tingimento e comércio do jeans. A maioria da população tem atividade fabril intensa em jornadas que podem ir das sete horas da manhã às dez horas da noite<sup>1</sup>.

Da população economicamente ativa de Toritama, apenas 16,9% possuía vínculo formal de emprego no ano de 2019, com média de rendimento de 1,4 salários mínimos. Mais de um terço dos habitantes sobreviviam com renda nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo (IBGE, 2019). Esses dados demonstram que a ampla maioria da população está condenada a reproduzir sua existência a partir das formas de ser da informalidade, do trabalho intermitente ao chamado empreendedorismo, componentes de um simulacro de trabalho autônomo.

O contexto que poderia servir de estopim para revoltas e lutas populares é contrastado pela fala de uma trabalhadora<sup>2</sup> registrada pelas lentes do documentarista:

a vida da gente não é ruim, não. Quem pensar que a vida da gente é ruim tá enganado, por que não é todo mundo que tem o privilégio de ter saúde, trabalho, ganhar o seu dinheiro [...] Gente que eu vejo passando aí, na televisão, na África, morrendo de fome, os países aí fora em guerra e, graças a Deus, aqui onde a gente mora não tem isso. Aí, isso é uma vida ruim? É nada. Ruim é para quem morre.

O cenário de fazer inveja a qualquer escritor vinculado ao realismo fantástico é completado quando o cineasta apresenta a tradição local de passar o carnaval à beira-mar. O carnaval é o único período do ano em que as máquinas param e a cidade fica vazia<sup>3</sup>. Os trabalhadores e trabalhadoras chegam a vender seus pertences, até mesmo as máquinas de costura, para juntar o dinheiro necessário à viagem. Outros recorrem a empréstimos que serão cobertos pelo trabalho intenso do ano seguinte.

As observações sobre a cidade de Toritama podem soar como um fato isolado, típico de uma região marcada pelo atraso crônico, recurso frequente nas

---

<sup>1</sup> São muitas as semelhanças com a prática das *sweatshops* e maquiladoras, forma moderna de trabalho semiescravo realizado por jovens, homens e mulheres na China, Indonésia, México, Honduras, África do Sul, Malásia e Tailândia (HARVEY, 2014).

<sup>2</sup> A transcrição foi extraída de uma coluna escrita por Eduardo Escorel (2019).

<sup>3</sup> Interessante registrar que bares, bodegas, boates, teatro, cinema e locais de lazer são poucos em Toritama. "Aqui as pessoas não ligam muito para o lazer, vivem para o trabalho, é uma indústria que não dorme e a produção é contínua, com crise ou sem crise", informa a analista de mercado do Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções em Pernambuco (NTCPE), Juliana Nunes (ESTEVEZ, 2019).

“interpretações” contaminadas por preconceitos contra o povo nordestino. Entretanto, afirmamos que a dinâmica daquela cidade reflete uma tendência mais ampla, que não distingue local, povo ou qualquer outra particularidade.

Numa das maiores capitais do mundo, a cidade de São Paulo, a rotina dos entregadores ciclistas que têm a atividade intermediada por aplicativos e plataformas *online* ilustra muito bem o que queremos demonstrar. Esses trabalhadores que vivem principalmente na periferia ou em cidades da Grande São Paulo chegam a percorrer até 30 km pedalando suas bicicletas (eventualmente alugadas), ultrapassando 12 horas diárias de trabalho, muitas vezes sem folgas e dormindo na rua para emendar um horário de pico no outro. Todo esse sacrifício é necessário em troca de uma renda média mensal de R\$ 2 mil (MACHADO, 2019).

A “escolha” por trabalhar no setor é motivada pela suposta liberdade que os mesmos entregadores não teriam num vínculo formal de emprego. Na palavra dos entrevistados, nessa condição "o trabalho é a gente que faz". Eles “escolhem” o horário, a duração da jornada e “basta se esforçar” para ganhar mais. Um entregador entrevistado para a reportagem *Dormir na rua, pedalar 30 km e trabalhar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos*, expressa como ninguém o espírito desse tempo no qual parte dos trabalhadores se orgulha da própria precariedade: “Coloquei na minha cabeça que a crise é você quem faz”.

Se até aqui buscamos ilustrar com exemplos típicos da realidade brasileira, parece necessário considerar o que ocorre no restante do mundo para dirimir eventuais excessos. Em nossa modesta opinião, o cineasta britânico Ken Loach foi quem melhor retratou o cenário do trabalho nesse início de século. No filme *Você não estava aqui*<sup>4</sup> (2018), Loach figura a rotina de uma família de Newcastle, Inglaterra, após a crise de 2007-2008. Ricky é mais um pai de família entre tantos desempregados ingleses<sup>5</sup>. Sua esposa, Abby, é uma trabalhadora do *care* que recebe apenas por serviço prestado, uma cuidadora de idosos que utiliza do próprio veículo, o único bem de valor da família, para percorrer a casa de seus pacientes a serviço de uma empresa.

---

<sup>4</sup> O título do filme é uma tradução que preserva o duplo sentido do nome no original, *Sorry, we missed you*. É a frase do cartão da empresa de entregas deixado quando não encontra o destinatário, ao mesmo tempo que traduz a ausência dos pais na vida dos filhos daquela família, consequência da precarização, das jornadas sem limite, da retirada de direitos, etc.

<sup>5</sup> Ricky trabalhava antes com construção e reforma, justamente um dos setores mais atingidos pela explosão da bolha imobiliária.

Premido pelas circunstâncias e seduzido pela ideia de ser “seu próprio patrão”, o protagonista decide “empreender” prestando serviços de entrega para uma empresa de logística, atividade minuciosamente controlada por um tipo de plataforma *online*. Para tanto, entrega o único bem da família como valor de entrada para o financiamento de uma van. Com a família endividada, o casal se vê obrigado a mergulhar num ritmo ainda mais insano de trabalho: sem limite de jornada diária, sem uma renda digna, sem descanso semanal remunerado, férias, previdência, etc. A situação fica ainda pior quando as absurdas metas diárias de entregas não podem ser cumpridas e os custos de quase tudo que envolve a atividade são assumidos por eles. Pouco a pouco, diante da desintegração dos laços afetivos daquela família, o otimismo do protagonista cede espaço para um desfecho trágico.

Os três exemplos ilustram aquilo que Ricardo Antunes denominou ser o *privilégio da servidão*. Consideramos ainda importante apresentar o horizonte vislumbrado pelas personificações do capital, aquela fração da sociedade que “brinca” de definir as regras do jogo.

Jack Ma, cofundador da empresa chinesa *Alibaba Group*, um dos maiores conglomerados de tecnologia do mundo, exigiu publicamente de sua equipe a adesão a “benção” do trabalho sob o sistema “996” que domina o setor e que estabelece jornadas de 12h, das 9h às 21h, seis dias por semana (CHIEN, 2019). Em resposta, Richard Liu, presidente-executivo da *JD.com*, rival da *Alibaba*, afirma que o sistema 996 é coisa para “folgados”, uma vez que opera com o “8116+8”, ou seja, das 8h às 23h, de segunda a sábado, mas “só” oito horas no domingo (THE WASHINGTON POST, 2019).

O mais curioso nesses posicionamentos são as previsões para o futuro. Numa conferência internacional de inteligência artificial (I.A.), em Xangai, o mesmo Jack Ma afirmou que em breve será possível aos trabalhadores uma jornada de apenas 12h por semana, consequência da incorporação na produção da inteligência artificial, disponibilizando o tempo liberado para o desfrute da nossa humanidade<sup>6</sup>. A sábia ironia postada numa rede social local por um trabalhador chinês recupera a arma da crítica

---

<sup>6</sup> Em outro momento do texto veremos como essa promessa é antiga. John Maynard Keynes, na década de 1930, previa algo semelhante dentro de um intervalo de 100 anos. Vale mencionar outras ideias de uma das personificações do capital mais celebradas atualmente. Para Elon Musk, CEO da empresa estadunidense *Tesla*, com a ascensão de robôs projetados para tarefas perigosas, enfadonhas e repetitivas, o trabalho físico tende a ser uma simples “escolha” no futuro. Como isso acarreta no desemprego em massa, Musk sai em defesa de uma bandeira típica da “esquerda liberal”: a renda básica universal como fim em si.

enquanto ainda falta a crítica das armas: "Antes ele falou em chinês sobre 996. Isso foi para nós. Agora ele falou em 'três dias por semana, quatro horas por dia', em inglês. Isso é para os estrangeiros". Parece apropriado invocar a metáfora do burro que caminha para alcançar a cenoura suspensa por uma vara pelo montador que está em seu lombo.

A série de exemplos listados acima ajuda a traçar um breve panorama inicial do trabalho e, conseqüentemente, do “tempo livre” e do lazer nesse início de século. Além de ilustrarem uma dinâmica que não encontra barreiras geográficas ou de qualquer outra natureza, são processos que já impactam de modo significativo toda a sorte das atividades humanas. Foram estas manifestações fenomênicas que impuseram o desafio de investigar as razões mais profundas da forte ofensiva do capital contra os trabalhadores e que levou ao problema de pesquisa que norteia o presente estudo: Qual o impacto sobre o lazer das transformações socioeconômicas, políticas e culturais operadas neste século? Conforme avançávamos na investigação, outros problemas eram revelados: Por que emergiram mudanças nas formas do trabalho nas primeiras décadas do século XXI e como estas atingiram o lazer e o “tempo livre”? Como os estudos do lazer brasileiros produzidos neste século têm abordado tais transformações? Qual deve ser o lugar do lazer e do “tempo livre” na perspectiva da luta socialista?

Sem nem ao menos ter completado o primeiro quartel, o século XXI já acumula uma sucessão de períodos de grande instabilidade econômica. Os anos finais do século anterior já davam indícios de que essa seria a dinâmica, haja vista a crise da chamada “nova economia” no coração da economia mundial e o estouro da bolha especulativa das ações ligadas às empresas de alta tecnologia (*pontocom*). Mas o século que teve como marco histórico inicial o ataque de 11 de setembro de 2001<sup>7</sup> que reorientou a política do imperialismo estadunidense no âmbito interno e externo<sup>8</sup>, ainda

---

<sup>7</sup> Martins (2005) demonstra categoricamente como desde o ano 2000, ao menos de maneira intensificada, estava em gestação o desabamento da economia mundial, contrariando a visão superficial e unânime que tenta responsabilizar os acontecimentos de 11 de setembro como causa da crise econômica de 2001. Para o autor, “as ações terroristas de 11 de setembro foram justamente uma das primeiras medidas políticas dos capitalistas e outras organizações militar-nacionalistas radicais dos EUA para evitar que acontecesse o desabamento econômico. [...] A resposta dos terroristas de Washington para um iminente colapso econômico foi muito simples: guerra. A guerra sempre foi o mais poderoso antídoto dos capitalistas para seus problemas econômicos.” (2005, p. 110). Em outro trecho afirma: “No final do primeiro ano do século XXI, a indústria americana passava por sua pior crise desde a Grande Depressão, nos anos 1930. Estava caindo a 14 meses. [...] A falência da Enron Corp., informada à justiça no dia 2 de dezembro, foi considerada a maior da história daquele país.” (2005, p.116).

<sup>8</sup> A aprovação no mês de outubro daquele ano da *USA Patriot Act* pelo então presidente George Bush permitiu ao governo estadunidense invadir casas de suspeitos, espionar cidadãos, interrogar (inclusive com uso de força e tortura) sem necessidade de autorização judicial ou respeitar o direito à defesa e julgamento. A chamada "Guerra ao Terror", encabeçada pelos Estados Unidos com o apoio de outros

reservava para a primeira década a pior crise econômica desde a Grande Depressão de 1929: a crise de 2007-2008.

Conforme Alves (2018), “anunciada” em julho de 2007 pela crise do *subprime*<sup>9</sup>, o que parecia ser apenas mais uma crise financeira revelava desde o coração do capital algo muito maior: o início de uma Longa depressão da economia global<sup>10</sup>. Tanto a superprodução quanto o subconsumo do período eram apenas determinações contingentes. Reposicionando notória e explicitamente ao mundo “globalizado” os limites do capital, a queda tendencial da taxa de lucro refletia os efeitos do aumento da composição orgânica do capital (proporção entre capital constante e capital variável), consequência da relação histórica e contraditória entre trabalho vivo, trabalho morto e mais-valor<sup>11</sup> e processo intensificado pelas contratendências (expansão do mercado mundial, financeirização, ofensiva neoliberal, precarização do trabalho, etc.) que configuraram o capitalismo contemporâneo.

Na tentativa de salvar a economia global, os Bancos Centrais dos EUA e União Europeia “queimaram” mais de cinco trilhões de dólares do fundo público só em 2008 para reanimar o capital financeiro que, posteriormente, cobrou a implementação de planos de austeridade, contrarreformas, etc. por todo o mundo. Apesar dos

---

países, culminou na invasão do Afeganistão em outubro de 2001 e do Iraque em março de 2003, países acusados de dar suporte a *Al-Qaeda*.

<sup>9</sup> Conforme Alves (2018), os *subprimes* incluíam desde empréstimos hipotecários até cartões de crédito e aluguel de carros. Eram concedidos nos EUA a clientes sem comprovação de renda e com mau histórico de crédito. Essas dívidas eram honradas apenas mediante sucessivas “rolagens”, o que foi possível enquanto o preço dos imóveis permanecia em alta. Essa valorização contínua permitia aos mutuários obter novos empréstimos, sempre maiores, para a liquidação dos anteriores, em atraso, dando o mesmo imóvel como garantia. As taxas de juros eram determinadas no momento do pagamento das dívidas. Quando os juros dispararam nos EUA, com a consequente queda no preço dos imóveis, houve inadimplência em massa. Diante da falta de liquidez dos bancos que concederam os empréstimos, foi arquitetada uma estratégia de securitização desses créditos. Para diluir o risco dessas operações duvidosas, os bancos credores transformaram essa massa reunida em derivativos negociáveis no mercado financeiro internacional, com aval das agências internacionais de avaliação de risco, cujo valor era cinco vezes superior ao das dívidas originais. Foi a venda e compra desses títulos “podres” que provocou o alastramento da crise dos EUA para os principais bancos do mundo.

<sup>10</sup> Dedicamos boa parte do Capítulo IV ao estudo da crise de 2007-2008. Existe um rico debate no interior do marxismo sobre se as crises possuem uma causalidade múltipla ou se emana de uma determinação essencial. Dedicamos diferentes momentos da tese ao estudo do tema. Por ora, conforme Alves (2018), cabe indicar que no livro I d'*O Capital*, Marx expõe as determinações essenciais do movimento do valor, num nível elevado de abstração (lei do valor, lei da acumulação capitalista e lei da lucratividade e acumulação capitalista). No livro 3 são apresentadas as determinações essenciais da lei de tendência da queda da taxa de lucro. No entanto, desde os *Grundrisse* (1858-1859), manuscrito que reuniu os estudos preparatórios para o livro I, Marx demonstra que a lei da queda da taxa de lucros exercia um papel explicativo indispensável na economia política moderna. Por fim, como veremos adiante, dado seu caráter histórico, corresponde somente a uma lei tendencial na qual também operam contratendências.

<sup>11</sup> Tivemos o cuidado de preservar a tradução utilizada pelos autores, principalmente nas citações diretas. Sendo assim, embora possuam o mesmo significado, irão aparecer no texto as categorias “mais-valia” e “mais-valor”.

“esforços”, nem mesmo o substantivo roubo do fundo público foi suficiente para impedir a Longa depressão da economia global que se estende até aqui. Como a história demonstra, a recuperação da “lucratividade do capital depende de uma ampla desvalorização de capital e novas bases sociais e tecnológicas propiciadas pelas revoluções industriais, um novo surto de expansão capitalista (imperialismo) e guerras mundiais.” (ALVES, 2018, p. 108). Este é o mote da acelerada conformação da precariedade do trabalho atual, da propaganda sobre a chamada Indústria 4.0 e das atuais disputas interimperialistas.

No contexto brasileiro os efeitos da crise ficaram mais evidentes a partir da segunda década do século XXI. Indicamos alguns exemplos que serão posteriormente analisados ao longo da tese. Entre 2014-2016 foi registrada a maior recessão dos últimos 20 anos (33 meses). De acordo com os dados da PNAD Contínua/IBGE, a taxa de desemprego<sup>12</sup> tem crescido desde o último trimestre de 2013, saltando de 6% naquele ano, para índices acima dos dois dígitos a partir de 2016, chegando a alcançar quase 14% no primeiro trimestre de 2017. No ano de 2019 mais de 39 milhões de pessoas, 41,6% da população economicamente ativa do país, estavam na informalidade. Considerando apenas pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a informalidade era de 62,4%.

A solução encontrada pelos governos do período, de Dilma a Bolsonaro, a despeito das diferenças na retórica política, esteve limitada à implementação dos planos de austeridade e contrarreformas. Em 2015 foram aprovados diversos retrocessos no já precário sistema de seguridade social (Lei 13.134/2015 e 13.135/2015). No ano de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional 95 que congelou os “gastos sociais” e investimentos por 20 anos, mas não para aquelas despesas ligadas à dívida pública. Em 2017 foi a vez da contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017). No ano de 2019 foi a contrarreforma da previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019).

Nessa escalada da ofensiva contra o trabalho, o ano de 2020 reservava ainda o início da maior crise sanitária do último século: a pandemia de covid-19. No país,

---

<sup>12</sup>A PNAD utiliza a categoria “taxa de desocupação” para identificar a parcela da força de trabalho com idade para trabalhar e que não está trabalhando, mas que está disponível e tenta encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta apenas não possuir um emprego, é preciso estar à procura de um. Por sua vez, a força de trabalho compreende as pessoas que têm idade para trabalhar (14 anos ou mais) e que estão trabalhando ou procurando trabalho (ocupadas e desocupadas). Para uma crítica dessa concepção que termina por subdimensionar os números do desemprego no país, indicamos a leitura do *Anuário Estatístico...* (ILAESE, 2019).

além das mais de 600 mil vidas perdidas - sobretudo vidas de trabalhadores, fora as subnotificações - e dos 22 milhões de infectados (novembro de 2021), foram perdidos aproximadamente 1,2 milhão de empregos com carteira assinada apenas no primeiro trimestre de 2020 (UOL, 2020). Desde maio de 2020 o nível de ocupação da população economicamente ativa se manteve abaixo de 50%. No primeiro trimestre de 2021 o índice de desemprego alcançou 14,7%, totalizando 14,8 milhões de pessoas, a maior taxa e o maior contingente desde 2012; a informalidade atingiu 39,6% (34 milhões de pessoas); a subutilização alcançou 33,2 milhões, recorde da série histórica; e o desalento alcançou 6 milhões de pessoas (IBGE, 2021)

Qualquer análise sobre o lazer no contexto atual, para ser consequente, não pode desconsiderar problemas desse tipo. Entretanto, além dos entraves postos pela conjuntura atual, ainda pesam as características hegemônicas do conhecimento produzido pelos estudos do lazer desde sua origem no Brasil. Como componente fundamental de todo o processo produtivo capitalista, é a preocupação com a manutenção e reprodução da força de trabalho que predomina historicamente nestes estudos. Isso se manifesta nas iniciativas de controle do tempo livre, na preocupação com sua ocupação e na delimitação moral do que deve ser adequado ou inadequado enquanto alternativa de ocupação do “tempo livre”.

Conforme Peixoto (2007), a preocupação com o controle da ocupação do tempo livre, o mapeamento de suas características, riscos e possibilidades é movida por três objetivos fundamentais no contexto brasileiro: 1) a contenção e o apagamento histórico da luta de classes no país; 2) o controle valorativo das atividades desenvolvidas no tempo livre, com vistas ao controle direto e indireto das condições para a realização do processo de trabalho e; 3) a geração de alternativas de manutenção das taxas de lucratividade para o capital por meio do incentivo ao consumo de bens e serviços considerados próprios para o lazer.

O quadro apresentado até aqui impõe diversos desafios que, em grande medida, correspondem aos objetivos deste trabalho. São eles: 1) analisar criticamente as determinações socioeconômicas, políticas e culturais, com especial atenção para aquelas que impactam direta ou indiretamente o trabalho, o “tempo livre” e o lazer neste século; 2) examinar parte dos estudos do lazer que se dedicaram a refletir sobre o objeto no capitalismo contemporâneo, sobretudo, produzidos por pesquisadores brasileiros no

século XXI; 3) cotejar o resultado do estudo daquelas determinações com o conhecimento produzido, a fim de investigar o ser e o vir a ser do lazer; 4) refletir sobre o “lugar” do lazer e do “tempo livre” no horizonte atual da luta socialista.

Para tanto, desenvolvemos um estudo de natureza teórica. Quanto às fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto, recorreremos à pesquisa bibliográfica e documental. Essa abordagem qualitativa identificou no método materialista histórico-dialético o mais adequado para o estudo do lazer, uma vez que este pressupõe a possibilidade de (a) produzir um conhecimento verdadeiro sobre o lazer, ainda que provisório; (b) permite investigar o que tem sido o lazer e como ele se produz na formação social brasileira; se mostra capaz de explicar os nexos e contradições que envolvem as práticas, as políticas e a produção do conhecimento sobre o lazer, denunciando os interesses em disputa (PEIXOTO, 2007).

Em permanente diálogo com a tradição marxista, compartilhamos do desafio histórico da “expropriação dos expropriadores”. Foi a partir das contradições que emanam do próprio capital que tentamos identificar as condições para a transformação radical da sociabilidade contemporânea. Disso decorre a necessidade de superar o “*buraco negro da crítica*” que provocou a dissolução e o apagamento da crítica do capitalismo elaborada por Marx (DUAYER, 2016, p. 32). Por existir uma convergência entre a ordem social e consciência social, o capitalismo se apresenta à consciência comum enquanto limite intransponível, derradeira forma de vida social, verdadeira e única ontologia. No entanto, as disputas teóricas pressupõem diferenças ontológicas, concepções sobre o ser em que as posições controversas se baseiam. Decorre dessa constatação a necessidade de se reconhecer a objetividade ou realidade das ideias criticadas, extrapolando sua estrutura lógica e alcançando as razões que possibilitam a orientação prática dos sujeitos. Sendo assim, conforme Duayer (2016, p. 34), “crítica de fato é crítica ontológica não só na teoria, mas também nas disputas do cotidiano”.

Entendemos que o caráter funcionalista historicamente dominante<sup>13</sup> nos estudos do lazer realizados por pesquisadores brasileiros, se manifesta no relativismo e

---

<sup>13</sup> Peixoto (2007) observa o predomínio das visões funcionalistas, embora sua preocupação maior fosse explicar como e porque tais visões são elaboradas e se estabelecem hegemonicamente em todo o século XX. Observando o conjunto dos estudos do lazer produzidos no país, porém, a autora afirma que a tendência predominante é o abandono de qualquer macroteoria explicativa que situe o objeto no macro contexto histórico e social.

no idealismo cada vez mais presentes nas produções. Como veremos mais adiante, sem que os pesquisadores possam justificar racionalmente suas crenças mais profundas sobre o mundo, parte dos estudos do lazer acabam por afirmar a irracionalidade de suas figurações, concepções ou ideias sobre o mundo. Diante da “flagrante impossibilidade” de apreender as legalidades objetivas que operam no mundo social, a prática só pode estar reduzida ao imediato existente. A máxima expressão disso é o abandono de uma *práxis* voltada à emancipação humana.

Embora parte destas pesquisas façam a crítica de algumas características da sociedade capitalista, ao não tomá-la como totalidade também não reconhecem a necessidade de superação do capital. Se limitam à mera “observação” do real, apostam em ações pontuais e/ou se prendem aos limites dessa ordem social. Ao dispensarem o enfrentamento aberto com o capital tendem a incorporar aos estudos do lazer concepções presas aos limites aceitáveis desse mesmo modo de produção e reprodução da existência. O relativismo que afirma a particularidade em detrimento do universal, ou a subjetividade em detrimento da objetividade, se inclina para a busca de soluções individuais para problemas coletivos, medida tão estéril quanto adequada à perpetuação dessa ordem social. Uma vez mais, o elemento comum entre essas “teorias” é a negação da perspectiva da totalidade.

É nesse contexto que propomos um “retorno à teoria”. No entanto, não se trata aqui da teoria como fim último. Nesse ponto, reivindicamos as contribuições de Vázquez que estão alicerçadas na premissa de Lenin, sobre a qual não há *práxis* revolucionária sem teoria revolucionária. Para Vázquez (1968, p.08), sem a superação da consciência comum, promotora da *práxis* espontânea ou reiterativa do cotidiano, é impossível uma *práxis*<sup>14</sup> que se eleve a um nível criador. Trata-se, portanto, do reconhecimento de que a teoria da *práxis* revolucionária de inspiração marxista corresponde à máxima unidade entre pensamento e ação.

A teoria social de Marx, por constituir uma crítica ontológica da formação socioeconômica posta pelo capital, “figura o mundo social de maneira radicalmente distinta não só das formas de consciência do cotidiano dessa sociedade, mas também de suas formas de consciência científicas” (DUAYER, 2016, p. 36). A crítica ontológica marxiana, enriquecida pelo trabalho de outros estudiosos que buscaram a

---

<sup>14</sup> A categoria *práxis* aqui é utilizada como a atividade prática material adequada a finalidades que transformam o mundo – natural e humano. Cf. Vazquez, 1968.

atualização/renovação dessa tradição, parece um caminho indispensável para o desenvolvimento dos estudos do lazer numa perspectiva crítica e radical.

Desde a queda da URSS não foram poucos os que proclamaram o fim do projeto comunista e, conseqüentemente, tentaram invalidar a relevância científica do marxismo e, principalmente, do pensamento de Marx, num incessante esforço de reafirmar sua morte. Ironicamente, aos primeiros sinais das crises periódicas que caracterizam a ordem do capital, o pensamento crítico e rigoroso da tradição iniciada pelo revolucionário alemão é redescoberto. É nesse sentido que assumimos o desafio de recuperar suas próprias ideias e cotejá-las com a realidade atual, mas também incorporando o pensamento de alguns de seus melhores intérpretes e continuadores.

Como não se trata apenas de criticar o conhecimento produzido sobre o lazer, a apropriação daquele legado teórico é pressuposto para o desenvolvimento de uma prática social que revolucione o modo de produção e reprodução da existência, viabilizando uma atividade efetivamente livre do domínio do capital. A crítica da economia política e toda a análise desenvolvida por Marx, embora datada, parecem ainda mais relevantes hoje. Conforme observou Harvey (2018, p. 13), tal análise conserva validade para a compreensão da economia moderna, bem como para a crítica da sociedade atual, afinal, “Aquilo que, nos tempos de Marx, era um sistema econômico dominante em apenas uma pequena parcela do mundo, hoje, recobre a superfície terrestre com implicações e resultados espantosos”.

Consideramos essa tese um desenvolvimento das preocupações que orientaram o estudo que resultou na dissertação *Subjetividade e lazer: contribuições para uma análise crítica* (OLIVEIRA, 2016). Investigando as transformações no lazer e trabalho na sociedade contemporânea, fomos conduzidos ao problema da subjetividade. Naquela pesquisa constatamos a carência de estudos que aproximassem o lazer de uma perspectiva crítica da subjetividade, mas encontramos na análise dos estudos do lazer vinculados à tradição marxista valiosas contribuições.

Preservando a preocupação com o problema da subjetividade no capitalismo contemporâneo, elaboramos um pré-projeto de pesquisa que pretendia relacionar formação humana e lazer a partir das contribuições da pedagogia histórico-crítica. No meio do caminho, porém, fomos observando um aparente e progressivo descompasso entre o aprofundamento das respostas dadas pelo capital à sua mais recente crise, com

impactos avassaladores sobre os trabalhadores, e as representações ideais no terreno da produção científica sobre o lazer.

O ponto de inflexão foi a participação no Congresso Mundial de Lazer, da *World Leisure Association* (WLA), em São Paulo, no mês de agosto de 2019. Saímos desse evento com um roteiro de pesquisa. Correndo o risco de guiar todo o estudo por um impulso “impressionista” - preocupação que se fez presente durante toda a pesquisa -, foram definidos alguns eixos de investigação. As considerações que apresentamos abaixo representam a “síntese possível” desse percurso.

No primeiro capítulo apresentamos o que consideramos as razões para o revigorado debate sobre a origem do lazer desde o início do século XXI. Refletindo sobre a produção de alguns dos autores brasileiros com maior volume de publicações nos estudos do lazer - a partir da produção veiculada pelo periódico *Licere* ao longo deste século<sup>15</sup> -, procuramos demonstrar as relações entre o “recuo da teoria” naquelas pesquisas, a decadência ideológica da burguesia, a diversidade das iniciativas de evasão da realidade social e a conservação da ordem do capital. De outro modo, apresentamos uma síntese das conquistas teóricas de estudos realizados no país inspirados pela tradição marxista para a crítica do lazer.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo da teoria do valor de Marx, enfatizando aspectos ainda pouco considerados pelos estudos do lazer. Começamos apresentando a teoria do fetichismo da mercadoria como base do sistema econômico do revolucionário alemão, as relações entre o modo de pensar comum aos participantes da produção social capitalista e a hegemonia funcionalista nos estudos do lazer, a especificidade da divisão social do trabalho nessa forma social e da revolução incessante das condições técnicas e sociais do processo de trabalho, bem como da crescente contradição entre capital constante e capital variável, do caráter imanente das crises e do limite histórico da “lei do valor”. Por fim, procuramos contrapor a riqueza concebida nos estreitos limites do capital à reflexão de Marx sobre a riqueza como tempo disponível para cada indivíduo e toda a sociedade, para além do tempo usado na produção imediata.

---

<sup>15</sup> No primeiro capítulo, recorreremos ao levantamento realizado por Dias *et. ali.* (2014) para refletir sobre parte das produções desses autores.

Dedicamos o terceiro capítulo ao estudo do capitalismo contemporâneo (desde a crise capitalista iniciada em fins dos anos 1960). Sistematizamos uma análise da Terceira Revolução Tecnológica para melhor compreender o processo de reestruturação capitalista (expansão do mercado mundial, financeirização, ofensiva neoliberal, precarização do trabalho, etc. e algumas manifestações ideológicas, como as teses sobre o fim do trabalho e o pensamento pós-moderno), o aprofundamento das contradições no interior das forças produtivas e os impactos sobre o “tempo livre” a partir da crítica marxista do lazer produzida no país nas primeiras décadas deste século.

No quarto capítulo apresentamos uma análise da crise de 2007-2008 e do mergulho da economia mundial numa Longa Depressão. Abordamos o acirramento da ofensiva do capital contra o trabalho (ajustes fiscais, contrarreformas, etc.) no Brasil e no mundo, uma análise dos impactos da chamada Indústria 4.0, tanto nos setores que produzem mais-valor, quanto naqueles não produtivos, a pandemia como catalisadora destes processos, bem como os efeitos para o “tempo livre” e lazer neste século.

No quinto e último capítulo apresentamos um balanço crítico do lazer no século XXI e de suas perspectivas. Problematizamos o horizonte sob o qual alguns temas (como cultura, subjetividade e a defesa do lazer como política pública) têm sido investigados nos estudos do lazer brasileiros, sistematizamos um esboço crítico sobre a condição dos trabalhadores do lazer no país, tal qual a forma como costumam ser abordadas as “preferências” e “escolhas” do lazer no país. Por fim, sistematizamos um esboço de tentativa para se pensar o “lugar” do lazer num projeto político orientado para a emancipação humana, em linhas gerais, demonstrando a potência da defesa do tempo livre e do lazer como componentes de um programa de transição, capaz de fazer a ponte entre os problemas da vida cotidiana e o projeto histórico revolucionário socialista.

O conteúdo dessa tese reflete o estágio atual bastante limitado em que nos encontramos no processo de pesquisa. Trata-se apenas de uma tentativa de sistematizar os resultados e outras ideias sobre os problemas que nos propomos a investigar. Além das evidentes barreiras subjetivas que transbordam por todas as linhas do texto, resultado dos limites teóricos que o processo de investigação permitiu explicitar ainda mais, corroboram as limitações objetivas típicas de uma realidade em transformação e que apresenta simultaneamente tendências contraditórias, cujos resultados ainda não estão claramente definidos. Esperamos que esse esforço inicial possa contribuir para o

desenvolvimento de elaborações posteriores mais completas e sistemáticas, processo que só pode ser resultado do esforço coletivo daqueles que se empenham na conformação de uma teoria marxista do lazer.

De modo diferente do afirmado pela filosofia idealista e por algumas correntes pós-modernas, afirmar a teoria como transformadora da realidade só se justifica quando também se pressupõe os seus limites. Ainda que falte à atividade teórica “o lado material, objetivo, da práxis, e por isso não consideramos legítimo falar de práxis teórica” (VÁZQUEZ, 1968, p. 202), é inegável seu potencial para “agir” sobre percepções, representações ou conceitos. Hipóteses, teorias, leis, etc., quando comprometidas com a produção do conhecimento o mais verdadeiro possível, se revelam produtos indispensáveis para a transformação consciente e necessariamente objetiva daquela realidade.

É com essa motivação que oferecemos essa pequena contribuição ao debate.

## CAPÍTULO I: Notas teórico-metodológicas sobre lazer e totalidade

### 1. Um breve panorama dos estudos do lazer produzidos no país no século XXI

Desde a década de 1990 observamos, em termos quantitativos, o crescimento expressivo dos estudos do lazer no Brasil, tendência que justifica afirmar o início de um ciclo de publicações com características diferentes dos ciclos anteriores<sup>16</sup> (PEIXOTO, 2007). O marco histórico do período foi o processo de consolidação da democracia burguesa no país. O ciclo ainda coincide com o que Castellani Filho denominou de “explosão divertida” (MASCARENHAS, 2005), processo impulsionado pela eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência, que abriu caminho para a implementação do receituário neoliberal e a adesão aos programas de ajuste ditados pelo FMI e Banco Mundial. A subordinação intensiva do país à chamada “globalização” dissolveu os limites para a expansão e livre circulação do capital, possibilitando financiar grande parte dos empreendimentos da “grande indústria do lazer” no país.

Para Peixoto (2007), conforme as primeiras gerações de pesquisadores formados na década de 1990 eram incorporadas ao ensino superior público, ampliou-se o número de instituições que desenvolviam linhas e grupos de pesquisa associados ao lazer<sup>17</sup> e os cursos de pós-graduação em nível *Lato e Stricto Sensu*<sup>18</sup>. Posteriormente, as diretrizes da CAPES/CNPq para a produtividade em pesquisa aparecem como determinantes fundamentais para a obtenção de recursos públicos, induzindo a produção do conhecimento na graduação e pós-graduação. Ocorreu o predomínio de um direcionamento aos interesses de mercado, sobretudo editorial, no que tange à formação profissional e aos interesses e conteúdos culturais. O sistema de avaliação baseado no

---

<sup>16</sup> De acordo com levantamento realizado por Peixoto (2007), é possível organizar uma periodização dos estudos do lazer brasileiros baseada em critérios internos e externos à produção, relacionados ao movimento mais amplo do capitalismo monopolista e imperialista. Decorre desse levantamento os seguintes ciclos: 1891-1968, 1968-1979, 1979-1989 e 1990 aos dias atuais. Acompanhamos a sugestão da autora de que essa divisão deve ser considerada para efeito de estudos, sem ignorar que traços característicos de um ciclo permanecem nos seguintes.

<sup>17</sup> Em 2020 havia 276 grupos de pesquisa vinculados ao lazer cadastrados na Plataforma de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>18</sup> Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do lazer da UFMG, modalidade única no país, teve início com uma turma de mestrado no ano de 2006. O doutorado foi aprovado pela CAPES no ano de 2011, tendo a primeira turma iniciado o curso em 2012 (EEFFTO, 2019).

entendimento de que a produtividade deveria ser medida pela quantidade de trabalhos publicados, ainda conduziu à extrema burocratização das publicações.

No mesmo período, dois importantes eventos surgiram e/ou se consolidaram. O primeiro foi o *Encontro Nacional de Recreação e Lazer* (ENAREL), realizado desde 1989. O segundo, o *Seminário O Lazer em Debate*, realizado desde o ano 2000. A partir do ano de 2014 o *Seminário* foi substituído pelo *Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer* (CBEL). Outro evento, os *Ciclos de Debates Lazer e Motricidade*, organizado pela DEL/FEF/UNICAMP contou apenas com três edições (1999, 2000, 2001).

Esse desenvolvimento dos estudos do lazer estimulou o surgimento de periódicos especializados. A *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (RBCE), ainda na primeira metade da década de 1990, chegou a dedicar um número especial ao tema. No ano de 1998 foi organizada a primeira revista totalmente voltada ao lazer: a *Licere*. No ano de 2014 foi lançada a *Revista Brasileira de Estudos do Lazer* (RBEL), ligada à *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Lazer* (ANPEL), entidade criada em 2013. De acordo com Peixoto (2007), quanto às temáticas, neste ciclo predominavam estudos sobre as relações entre lazer e trabalho, a preocupação com o entendimento da história das práticas, das políticas, da produção do conhecimento e a compreensão do mercado do lazer, sem que se abandonasse a preocupação com os conteúdos culturais no contexto dos modismos e interesses dominantes. Dada a quantidade de pesquisadores e, sobretudo, a dispersão da produção em diferentes áreas, surgiram também estudos que se dedicaram a interpretar as características desse fluxo<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Embora seja do nosso interesse o desvelamento das características do lazer nesse início de século, tão marcado pela ampliação do volume das publicações e imensa dispersão, nessa tese não propomos organizar um balanço bibliométrico. A esse respeito, nos limitamos a indicar um conjunto de artigos que se dedicaram a realizar levantamentos com interesses distintos sobre a produção veiculada na revista *Licere* e que representam um valioso material para corroborar ou refutar nossas hipóteses. São eles: *A Revista Licere e a pauta científica do lazer no Brasil de 1998 a 2017: uma revisão integrativa*, de Menezes, Costa, Santos, Tomasi e Melo (2018); *Estudos do lazer em princípios do século XXI: panoramas e perspectivas*, de Dias, Flores e Lazzarotti Filho (2017); *Licere: uma revista brasileira de lazer*, de Isayama e Melo (2014); *Lazer e meio ambiente na revista Licere*, de Terezani, Bahia, Andrade, Rosa Barbosa e Marcellino (2013); *A produção do conhecimento na área do lazer: uma análise sobre a revista Licere – atuação profissional*, de Stoppa, Delgado, Capi e Marcellino (2013) e; *Lazer, políticas públicas não governamentais e estudos conceituais na revista Licere*, de Alves, Silva, Sarto e Marcellino (2012). Com algumas semelhanças ao que propomos realizar nesta tese, uma espécie de incursão nas tendências postas para o lazer no século XXI, encontramos o livro *Novas leituras do lazer contemporâneo*, organizado por Mirleide Chaar Bahia (2018), especialmente o capítulo *Trabalho, tempo livre e lazer na sociedade contemporânea*, de Edna Castro.

Refletindo e analisando os determinantes desse contexto surgiram trabalhos de inspiração marxista que propuseram a crítica do lazer enquanto prática social, recuperando e aprofundando um debate iniciado na década de 1980 (FALEIROS, 1980; CUNHA, 1987). O pequeno, porém significativo aumento da produção de pesquisas fundamentadas na tradição marxista a partir da década de 1990 reflete tanto o acirramento das condições objetivas de sobrevivência dos trabalhadores no capitalismo, quanto a crítica das possibilidades do lazer nessa sociedade (PEIXOTO, 2007). No entanto, o reconhecimento dessas contribuições, para além de suas contradições internas e avanços evidentes como tentaremos demonstrar adiante, estão ainda longe de ocupar um espaço a altura do potencial explicativo daquela teoria no interior dos estudos do lazer.

De modo geral, predominam nos estudos do lazer pesquisas que procuram explicações em tradições teóricas que não foram a fundo na crítica do modo de produção capitalista. Aqui, ainda que de modo abstrato, estamos supondo análises fundamentadas em correntes provadas no desafio de interpretar a realidade e que, por essa razão, estariam em condições de aportar ao debate específico. De acordo com uma análise bibliométrica dos estudos do lazer publicados na primeira década do século XXI pela revista *Licere*, isso se reflete numa “relativa escassez ou mesmo superficialidade no diálogo com temas mais gerais das Ciências Humanas, o que pode condicionar negativamente o desenvolvimento desse campo de pesquisas especializado” (DIAS et. al., 2017, p. 609). Como tentaremos demonstrar ao longo da tese, porém, o problema se revela bem mais profundo.

É nesse contexto que aparece revigorado o debate sobre a gênese do lazer. A associação entre a origem do objeto e a gênese do capitalismo, ponto de partida para autores dos mais diversos matizes teóricos é posta em xeque. Ocorre, como tentaremos demonstrar a seguir, um significativo recuo do debate teórico. Um “esforço de desconstrução” que mais desorienta o debate do que possibilita a compreensão da realidade. Como sugere Eagleton (2006, p. XII) ao analisar o debate literário, temos uma espécie de “hostilidade para com a teoria”, portadora de um duplo significado: a) uma oposição às teorias de outras pessoas e b) um esquecimento da teoria que se tem. Nos estudos do lazer esse posicionamento aparece explicitamente naquele balanço bibliométrico:

O aparente predomínio de reflexões teóricas ou conceituais, com menos ênfase na apresentação de resultados de pesquisa empíricas originais, já apontado por artigos de revisão que tomaram como fonte estudos publicados na *Licere* (ALVES et al., 2011; 2012; STOPPA et al., 2013), pode ser uma das consequências de tais características, além de operar como um obstáculo ao desenvolvimento desse campo de pesquisas. **Estudos de natureza mais teórica ou conceitual tendem a estar concentrados em analisar concepções e abordagens canonizadas por uma dada comunidade de pesquisadores, ao invés do diálogo com a apresentação de resultados empíricos mais recentes.** Essa postura pode acabar por inibir a desejável interlocução entre autores de pesquisas dedicadas a um mesmo tópico, o que talvez explique a baixa ocorrência de referências aos artigos publicados na própria *Licere*, ao mesmo tempo em que justifica o grande número de referências a trabalhos frequentemente tomados atualmente como “clássicos” dos Estudos do Lazer, como são algumas obras de Marcellino ou Dumazedier. Embora interessante e até necessária em muitos aspectos, **a ênfase sobre discussões teóricas talvez devesse, de agora em diante, ceder mais espaço para a apresentação dos resultados das pesquisas propriamente ditas, ao invés das circulares e por vezes monótonas discussões acerca de premissas ou pressupostos teóricos.** (DIAS et al., 2017, p. 614).

Não se trata de reivindicar um cânone que regule o debate, mas justamente o contrário: destacar a importância da crítica radical da sociabilidade contemporânea, fundada em bases teóricas sólidas que possibilitem o desenvolvimento da produção de um conhecimento verdadeiro sobre o objeto. Vejamos detalhadamente como aparece o “abandono da teoria” nos estudos do lazer nas primeiras décadas deste século.

## 2. Revisitando o debate sobre a origem do lazer

Em seus estudos, Christianne Luce Gomes<sup>20</sup> (2004) identificou duas correntes antagônicas dedicadas ao problema da origem do lazer: a) autores que

---

<sup>20</sup> Gomes aparece na nona posição entre os autores mais citados na revista *Licere* durante a primeira década do século XXI (DIAS, et al., 2017).

consideram a existência do lazer em sociedades mais antigas<sup>21</sup>; b) autores que entendem o lazer como um fenômeno moderno, com origem nas sociedades urbano-industriais<sup>22</sup>. Nesse quadro a autora se propõe distante de ambos. Dada a complexidade para se precisar cronologicamente o surgimento do lazer, estaria justificada uma postura cautelosa.

Se não é possível igualar manifestações e práticas culturais de períodos antigos da história com uma versão clássica do lazer moderno, tão pouco o lazer poderia ser interpretado como um fato exclusivo da modernidade, com data de nascimento no século XVIII, mesmo admitindo que a delimitação da jornada de trabalho passasse a distinguir tempo de trabalho e tempo livre. A autora conclui o verbete remetendo a um instigante debate semântico, mas que pouco avança sobre o problema levantado.

Cabe observar como a validade transitória e histórica de um dado conhecimento aparece no pensamento da autora. O entendimento de que o processo histórico pressupõe a possibilidade de sua superação aparece ao afirmar que “conhecer e considerar as peculiaridades [...] de outras realidades que compõe a nossa história pode fornecer expressivas contribuições para apreendermos o processo de constituição do lazer” (GOMES, 2004, p. 138). Embora a autora não adote no texto explicitamente a defesa de que o lazer sempre existiu, como veremos, seu "não-posicionamento" animará os adeptos dessa interpretação.

Reis, Cavichioli e Starepravo (2009) identificam três referências teóricas que sintetizam o debate brasileiro sobre as origens do lazer: Victor Andrade Melo<sup>23</sup>, Christianne Luce Gomes e Fernando Mascarenhas. Mas será justamente em Gomes (2004) que os autores buscarão apoio para o argumento que irão defender no artigo.

Do primeiro (Victor Melo) e do último (Fernando Mascarenhas) são destacados aspectos que corroboram a interpretação de Gomes, que os localizou na perspectiva do lazer como fenômeno exclusivamente moderno. São exemplos as observações de Melo e Alves Junior (2003) e Mascarenhas (2005) sobre as mudanças no modo de produção (Revolução Industrial), a rígida divisão do tempo de trabalho, a

---

<sup>21</sup> Cf. De GRAZIA, 1966; Cf. MUNNÉ, 1980; Cf. MEDEIROS, 1975.

<sup>22</sup> Cf. DUMAZEDIER, 1979; Cf. MARCELLINO, 1983; Cf. MELO; ALVES JÚNIOR, 2003; MASCARENHAS, 2005.

<sup>23</sup> Embora os autores façam referência apenas a Melo, o conteúdo do artigo parece remeter ao livro *Introdução ao lazer* (2003), escrito em parceria com Alves Junior.

demarcação da jornada de trabalho disciplinada pelo relógio e a clara distinção entre o tempo que o trabalhador dedica à produção e o tempo de não-trabalho, a crescente organização das classes trabalhadoras na luta por direitos, a defesa da burguesia de seus interesses e o estabelecimento de estratégias de contra resistência, incluindo, uma administração do tempo livre condizente com a ideologia da sociedade industrial.

É na afirmação feita por Gomes (2004), de que apontar precisamente quando o lazer surgiu é uma tarefa “complexa e arriscada”, que Reis, Cavichioli e Starepravo (2009) irão apresentar seus aportes a partir da teoria configuracional de Norbert Elias. O epílogo, na palavra dos autores, é a “possibilidade de pensarmos o lazer como algo que não surge com o advento da modernidade” (2009, p. 71). Remetendo aos autores, nessa matriz teórica “as modificações que decorrem de um processo social de longa duração não podem ser interpretadas como consequência de planos racionais e ações deliberadas de indivíduos ou grupos sociais específicos” (*Idem*, 2009, p.69). É inconcebível que “um processo que atravessa gerações resulta em uma configuração social intencionalmente pensada, que foi anteriormente planejada por um indivíduo ou grupo isolado”.

Pelas afirmações acima estão descartadas as ações de segmentos ou mesmo de toda uma classe organizada e consciente de sua tarefa histórica ou o embate de projetos históricos antagônicos na configuração do lazer. Coisa radicalmente distinta é ter domínio sobre as consequências de todas as variáveis envolvidas e desencadeadas, como nas circunstâncias históricas revolucionárias em que a dimensão da política alcança maior autonomia. A fim de não precipitarmos conclusões, ponderamos que os autores, apoiados em Norbert Elias, conservam o cuidado de afirmar que eventuais modificações não sejam desordenadas ou caóticas, mas sim, que seguem uma ordem específica, portanto, possuem uma racionalidade e “procedem sempre de atos humanos, sejam eles intencionais ou não, cabendo a nós, pesquisadores do âmbito das ciências sociais, analisar, descobrir e relatar como isso ocorre” (*Idem*, 2009, p.69).

No entanto, de acordo com os autores, a razão para os teóricos configuracionais não assinalarem o início desses processos (o que inclui o lazer), é que “são observados sempre como algo contínuo e em constante modificação. [...] intentar fazê-lo nada mais é do que uma forma de nos sentirmos mais tranquilizados para traçar processos investigativos.” (*Idem*, 2009, p. 70). Se tomamos o real como ele realmente é,

ou seja, um constante vir-a-ser, movimento permanente, nos termos propostos pelos autores está descartada a possibilidade de qualquer teoria! A consequência desse relativismo teórico é a defesa da impossibilidade de conhecer o real. Por sua vez, o desdobramento político disso é a afirmação da impossibilidade de qualquer projeto de transformação social radical.

Para encerrar essa digressão, apresentamos um aspecto central para o debate dos estudos do lazer nas últimas décadas e que, dada a importância, será retomado em outro momento do texto. Diante da “impossibilidade” de estabelecer marcos objetivos dentro de um processo histórico e social, prevalece a tendência de cair em parâmetros subjetivistas. Parece ser esse o caso dos autores (REIS *et ali.*, 2009, p. 73) e do referencial teórico que os orienta (cf. ELIAS e DUNNING, 1992), ao menos da maneira como este é apresentado. Ao concluírem que o ingrediente fundamental das práticas de lazer é a excitação agradável, prazerosa presente “em diversos tipos de atividades lúdicas, divertimentos, jogos e passatempos das mais variadas sociedades”, sem dúvida, encontraremos lazer onde houver humanidade, em qualquer tempo ou espaço. No entanto, esse parece não ser um caminho seguro para o avanço dos estudos do lazer.

Outros pesquisadores dedicados aos estudos do lazer, como Cléber Dias<sup>24</sup>, orientados por correntes teóricas das mais diversas<sup>25</sup>, sugerem um suposto antagonismo entre as “sínteses generalizadoras” e as “particularidades concretas”:

Abandonar a pretensão de grandes sínteses generalizadoras, apontando, ao invés disso, para particularidades mais concretas, cotidianas, molduradas em um quadro regional específico, pode nos conduzir a análises capazes de revelar - talvez de maneira um tanto surpreendente para alguns - imagens extremamente distantes das caricaturas estereotipadas que se cristalizaram em torno do universo do trabalho e do lazer. (DIAS, 2009, p. 27).

---

<sup>24</sup> Cléber Dias é o terceiro autor em número de artigos publicados no mais consolidado periódico dedicado aos estudos do lazer no país, a revista *Licere* (DIAS, et al., 2017).

<sup>25</sup> O livro *Teorias do lazer* (PIMENTEL *et al.*, 2010) reúne seis trabalhos de diferentes pesquisadores com o objetivo de apresentar as matrizes teóricas mais conhecidas (positivismo, fenomenologia, marxismo, pós-modernidade etc.) e seus aportes para o estudo do lazer. Ainda que se trate dos próprios pesquisadores expondo e defendendo suas concepções teóricas, parece correto afirmar que o espírito geral da assim chamada dicotomia entre as “sínteses generalizadoras” e as “particularidades concretas” demarca o debate contemporâneo.

Cabem aqui ao menos duas breves observações a respeito. A primeira remete à presença daquilo que Lukács (2012, p. 195) denominou como uma “representação fetichizante-idealista da independência absoluta dos complexos singulares”, algo recorrente nas ciências históricas e sociais que partem de uma representação estreitada e reificada do econômico, ignorando que este não é uma realidade puramente objetiva, indiferente à nossa existência. A segunda se refere ao problema do cotidiano no pensamento de Dias (2009), espaço “das particularidades mais concretas”. Como observa Lukács (2013), a ontologia da vida cotidiana pressupõe a influência recíproca entre a totalidade social e as decisões singulares. O completo antagonismo entre os dois pólos, no melhor dos casos, se limita a aparência do fenômeno, um componente da realidade mas que pode ocultar sua essência.

Diferente das problematizações apresentadas por Gomes (2004) e Reis *et. ali* (2009), que aventam a possibilidade do lazer ser anterior à modernidade, Dias (2009, p. 2) inicia seu argumento afirmando que não se trata de problematizar se o lazer é um fenômeno moderno, mas sim, “definir mais precisamente o que se entende por modernidade nesses casos ou em que acepção este conceito está sendo empregado”. O autor observa que a nova condição do trabalho sob a manufatura de grande escala é a principal referência com a qual e contra a qual se define o que é lazer, correspondendo à indústria o *status* de unidade de análise nos estudos clássicos (particularmente, em Joffre Dumazedier<sup>26</sup> e Robert Parker<sup>27</sup>), ainda que, existam proposições que a relacionem nem tanto ao industrialismo, mas muito mais ao capitalismo<sup>28</sup>.

Seguindo com a exposição das diferentes interpretações sobre a modernidade, Dias (2009) afirma que Marx - de modo similar a Durkheim, embora antes dele - identificou o homem moderno como um homem especializado (uma profissão particular). Remetendo a uma suposta interpretação exclusivamente

---

<sup>26</sup> *Sociologie empirique du loisir* (1974).

<sup>27</sup> *The sociology of leisure* (1976).

<sup>28</sup> “No campo dos estudos do lazer, no entanto, a modernidade geralmente aparece concebida como algo mais estreito e específico. Parte dessas limitações tem relação com a vinculação um tanto quanto exagerada da emergência do lazer à industrialização ou ao capitalismo, nos seus sentidos mais restritivos. As conseqüências empíricas dessas posições aparecem no momento de se operar, na prática, esforços para sua explicação. Assim, entre os poucos trabalhos dedicados a tematizar sobre a gênese dos lazes no Brasil, busca-se quase sempre fazê-lo a partir de um marco cronológico situado a partir do quartel final do século XIX.” (DIAS, 2009, p. 19). No melhor dos casos, consideramos que seria mais adequado problematizar se faz algum sentido pensar na existência da grande indústria anterior ao capitalismo, sendo ela um marco importante dessa forma de organização social. Voltaremos ao tema em outro momento.

econômica da história em Marx, o autor lança mão de uma citação para ilustrar essa premissa. Reproduzimos a seguir a citação direta como aparece no artigo:

A estrutura econômica da sociedade, o fundamento real sobre o qual se levanta um edifício jurídico e político, e ao qual respondem formas determinadas da consciência social. O modo de produção da vida material **domina em geral** o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, ao contrário, é sua existência social que determina a sua consciência (MARX, 2003, p.5). (DIAS, 2009, p. 7, grifos nossos).

Distante de qualquer originalidade, identificamos no artigo escrito por Dias (2009) mais uma tentativa de imputar a Marx algo que o conjunto de sua teoria social demonstra uma distância vertiginosa: o determinismo econômico. Não é a toa que, numa obra monumental como a produzida pelo alemão, a citação escolhida para acusá-lo de determinismo econômico corresponda a uma das raras vezes em que o autor faz uma analogia entre a construção de um edifício e a organização da sociedade, entre estrutura e superestrutura<sup>29</sup>. Não foram poucos os detratores de Marx, ainda em vida e após sua morte, que insistiram em apontar um suposto determinismo econômico, particularmente n’*A Ideologia Alemã* e em *Para a Crítica da Economia Política (Prefácio)*. No entanto, trata-se de uma interpretação que não se sustenta sequer a partir do próprio fragmento. Basta uma leitura atenta para observar que as relações sociais são *condicionadas* pelo modo de produção e não determinadas. Tanto é assim que, na sua afirmação sobre o modo de produção da vida material, o anunciado *domínio* sobre o *desenvolvimento da vida social, política e intelectual* alude a uma tendência, uma característica *em geral* e não absoluta.

Muito diferente do que Dias afirma - “o modo de pensar dos homens ou qualquer outro aspecto da vida social que não a economia, não poderia ter supremacia explicativa” (2009, p. 7) -, encontramos no autor alemão um arsenal teórico privilegiado

---

<sup>29</sup> Reinaldo Carcanholo (2007, p. 20) esclarece que o *Prefácio* possui relativa autonomia em relação ao texto que ele precede (*Contribuição à crítica da Economia Política*). O mérito do texto é apresentar “de um ponto de vista abstrato, a concepção marxista sobre o desenvolvimento histórico, a concepção dialética e materialista sobre a história da humanidade. Por se tratar de texto reduzido, aqueles que desejarem encontrar ali uma visão mecanicista e determinista poderão sair até certo ponto satisfeitos, mas isso está longe de ser a real perspectiva de Marx. Uma leitura mais atenta pode desfazer essa interpretação.”

para se pensar a sociedade burguesa e o próprio lazer. Arriscamos ir além: a teoria social de Marx – e aqui também inserimos aquele conjunto de autores reconhecidos como clássicos do marxismo (Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács entre outros) –, ainda que insuficiente, é incontornável se pretendemos compreender qualquer aspecto da sociedade burguesa.

Ainda antes de seguir com o argumento apresentamos uma longa citação que sumaria os aspectos que parecem compor a compreensão de modernidade em Dias (2009 p. 14-15):

[...] a sociedade moderna é o resultado de um extenso e eclético conjunto de experiências sociais que se acumularam num período de longa duração e que podem ser subsumidos ao liberalismo no âmbito político, ao mecanicismo no âmbito filosófico, ao capitalismo no âmbito econômico, ao industrialismo no âmbito tecnológico e ao individualismo no âmbito ideológico.

Nesse sentido, não seria justo atribuir ao século XIX todos os créditos pela invenção da vida moderna. Acontecimentos ainda que inegavelmente importantes e em certo sentido até revolucionários não seriam capazes de tanto num espaço tão curto de tempo. [...] modernidade então não é exatamente um período histórico, mas muito mais um processo social que, de maneira mais remota, iniciou-se no século XVI e se estendeu até os dias de hoje através de muitas e intensas mudanças e rupturas. Trata-se, portanto, de um processo que atravessa um extenso período de tempo e que por isso reúne idéias, episódios e personagens múltiplos e por vezes divergentes.

O entendimento sobre a modernidade que adotamos neste estudo guarda profundas distinções. Fundamentamos nossa pesquisa na compreensão de que o projeto sociocultural da modernidade demanda ser compreendido como um processo histórico que vai da gênese do capitalismo até os dias atuais, mas que carrega a especificidade de se dividir em duas vertentes a partir de 1848. Nos debruçamos a seguir sobre essa concepção de modernidade.

### 3. Notas sobre modernidade e ideologia

De acordo com Mészáros (2008; 2014), a ideologia é inseparável das sociedades de classe. Ela é a consciência prática inescapável destas sociedades, “reveladora” dos interesses sociais conflitantes ao longo da história<sup>30</sup>, se expressando na diversidade do discurso ideológico e impactando os processos materiais. Em síntese, as mais importantes classes sociais se confrontam compondo cada qual a sua visão da ordem social correta num todo abrangente.

Marx e Engels (2007a) são os precursores dessa compreensão que pode ser metaforicamente representada na ideia de uma câmara escura, a qual os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo. A ideologia resulta do processo histórico de vida dos homens reais, do desenvolvimento das forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. Decorre daí que a produção de ideias, as representações e a consciência estão entrelaçadas com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, portanto, correspondendo a uma emanção direta de seu comportamento material.

Não é por outro motivo que os autores afirmam que:

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (2007a, p.47).

Para não afirmar a autonomia de qualquer ideologia ou de suas formas de consciência correspondentes, é preciso remeter aos homens no processo de

---

<sup>30</sup> “Já que as sociedades em questão são elas próprias divididas internamente, as ideologias mais importantes - em contraste com as inferiores ou ‘híbridas’ que tendem a acomodar, através de assimilação e adaptação razoavelmente extensivas ao quadro geral das visões de mundo representativas - devem definir suas respectivas posições tanto como ‘totalizadoras’ em suas explicações quanto como alternativas estratégicas significativas relação a uma outra.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 09).

desenvolvimento da produção e dos intercâmbios materiais que atuam sobre o pensamento e de seus produtos. O que determina a natureza da ideologia é a busca por tornar consciente em termos práticos o conflito social fundamental (capital x trabalho), com vistas a resolvê-lo através da luta. Sendo assim, é do nosso interesse extrair suas “implicações práticas de longo alcance na arte e na literatura, bem como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua ancoragem sociopolítica em posições progressistas ou conservadoras.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 10).

Desse modo, o quadro categorial das estratégias ideológicas dominantes deve ser sustentável e “consistente” em seu próprio campo. Uma vez que objetiva uma explicação plausível, a partir da qual se possa projetar a estabilidade, não se pode esperar das autoimagens da ideologia dominante “verdadeiro reflexo do mundo social”, representação objetiva de seus conflitos hegemônicos e dos principais agentes sociais. Pelo contrário, a tendência é a produção de um quadro categorial que atenua os conflitos existentes e eternize o estabelecido.

O sentido da categoria modernidade presente naqueles debates sobre a origem do lazer parece expressar essa tendência ideológica à atenuação anistórica do conflito entre capital e trabalho. As correntes definições de modernidade são construídas de modo a ofuscar as especificidades socioeconômicas, para que a formação histórica descrita como “sociedade moderna” nos vários discursos ideológicos sobre a modernidade adquira um caráter atemporal em direção ao futuro, em contraposição, acriticamente exagerada, ao passado mais ou menos distante.

É dessa maneira que, de forma não dialética, o momento da descontinuidade e da ruptura, em alguns casos, é exagerado tendenciosamente até se tornar irreconhecível, à custa de algumas continuidades de importância vital. Como veremos mais adiante, para um pesquisador que revisitou o debate sobre a emergência histórica do lazer no Brasil, por ser um dos principais aspectos, a mercantilização das diversões deve ganhar o estatuto de explicação mais geral, secundarizando a divisão social do trabalho, a propriedade privada e o caráter de classe da sociedade burguesa. Conforme Mézáros (2014, p. 70), concepções dessa natureza admitem “a visão de ‘universalidades’ imaginárias e das correspondentes ‘soluções’ fictícias para problemas dolorosamente reais, que, na realidade, só poderiam ser resolvidos através do confronto concreto das principais classes da sociedade.”

Para corroborar seu argumento, Mészáros (2014) desenvolveu uma meticulosa investigação. Seu ponto de partida é a sociedade civil burguesa, a partir de Hegel<sup>31</sup>, elevada à condição de autorealização da Razão e da liberdade, na postulada “universalidade” do Estado. A modernidade na concepção hegeliana, portanto, corresponde à eternização ideologicamente motivada da ordem dominante de sua época (o Estado alemão moderno, isto é, a Europa imperialista) a serviço da atenuação dos conflitos, convertendo toda dinâmica histórica numa permanência atemporal de uma entidade metafísica congelada.

Na sequência, o pensador húngaro demonstra que, um século após a morte de Hegel, tal tendência foi ainda mais difundida entre as concepções ideológicas dominantes, em particular, durante os debates ideológicos teóricos do pós-guerra<sup>32</sup>. Transcrevemos a seguir uma longa citação que sintetiza esse desenvolvimento:

---

<sup>31</sup> São analisados trechos das obras *Princípios da filosofia do direito* (1830), *A ciência da lógica* (1816) e *A filosofia da história* (1830).

<sup>32</sup> Mészáros tem o cuidado de demonstrar como estas raízes intelectuais são remotas no que diz respeito a seus temas e categorias, localizadas ainda nas duas primeiras décadas do século XX. O mesmo vale para suas bases teóricas mais profundas, que datam da “fase heróica” da burguesia, século XVIII e início do século XIX. Retomaremos esse aspecto mais adiante. Cabe destacar que, na argumentação de Mészáros (2014, p. 73), recheada por um tom irônico, o elo crucial é Max Weber e seus princípios metodológicos fundamentais, sob os quais a “modernidade” é definida em função de uma oposição à chamada “sociedade tradicional”: “O ‘moderno’ é definido pela proclamada oposição ao ‘tradicional’, e vice-versa. O método weberiano tem a vantagem adicional de que o autor pode escolher bem arbitrariamente os termos de seus pressupostos definidores, de tal modo que pode ser ‘econômico com a verdade’ em maior ou menor grau, a seu bel prazer. Ele tenta justificar suas escolhas em nome da ‘conveniência’. No entanto, um exame mais minucioso mostra que esta última está fundamentada apenas na própria conveniência *ideológica do autor*, e não em critérios objetivos. Assim, no caso do ‘capitalismo racional’, a definição de Weber é construída a partir da pretensa ‘possibilidade de cálculo racional’ do processo capitalista de produção e distribuição. Neste sentido, Weber insiste em que ‘uma empresa *capitalista racional* é aquela que possui uma *escrituração* de capital, [...] uma empresa que determina sua rentabilidade através do *cálculo*, de acordo com os métodos da *contabilidade* moderna [...]’. Outro destaque incontornável é a influência weberiana sobre a Escola de Frankfurt, particularmente, na completa eliminação do agente social marxista da transformação revolucionária de sua “teoria crítica” e a privação da problemática da *reificação* de sua base social, que passa a ser compreendida no sentido weberiano abstrato e anistórico da “racionalização”. Jürgen Habermas em sua noção genérica de “modernidade”, descarta sua especificidade histórica e se baseia numa teoria da “crítica emancipatória” de característica “quase transcendental”, que ele imagina estar em plena concordância com as exigências de um consenso (característica típica do pós-guerra) enraizado na “competência comunicativa universal da espécie”, pressupondo que aquilo que ele tem de provar é uma estratégia praticamente viável de emancipação em relação às restrições mutiladoras dos sistemas de dominação. O contraste entre a posição inerentemente “eurocêntrica” do autor e suas pretensões universalistas é evidente. Por fim, as motivações ideológicas que sustentam a afirmação da “universalidade” da modernidade ocidental e a tendenciosa ignorância acerca do Terceiro Mundo na teoria de Habermas visa atribuir significado teórico universal a uma pretensão antimarxiana: “nas sociedades capitalistas *desenvolvidas* não há classe identificável, não há grupo social claramente circunscrito que possa ser destacado como representativo de um interesse geral violado. [...] da mesma forma, o *conceito de trabalho* foi expurgado de todo conteúdo normativo na sociologia industrial e despojado do papel de força motriz emancipatória da filosofia social. Se acrescentarmos a isso as tendências à diminuição do tempo de trabalho e à correspondente *desvalorização da importância do trabalho no mundo da vida*, fica evidente que o desenvolvimento histórico do trabalho industrial está abalando a filosofia da práxis.” (HABERMAS *apud* MÉSZÁROS, 2014, p. 86).

Durante algum tempo, eles se desenvolvem em torno da rejeição do projeto socialista, considerado *O ópio dos intelectuais* (Raymond Aron), logo seguida pela celebração, que reflete mais o desejo que a realidade, do sucesso dessa abordagem, com *O fim da ideologia* (Daniel Bell). Esta linha, por sua vez, é sucedida pelas teorizações “pós-ideológicas” que desejam eliminar até a possibilidade do conflito hegemônico entre capital e trabalho, discorrendo em vez disso, sobre a *sociedade industrial* (Aron, novamente) e o *Novo Estado industrial* (John Kenneth Galbraith), postulando supostas “convergências” – conforme estratégia “neutra” e, sob tal ponto de vista, universalmente praticável da “modernização” e do “avanço” – que jamais se concretizam. Não surpreende, portanto, que, quando a recomendada “modernização universal” (segundo o modelo do capitalismo norte-americano) mostra ser uma fantasia oca, a fase seguinte procure escapar das novas dificuldades falando sobre a “*sociedade pós-industrial*”, oferecendo a promessa de transcender as contradições ainda remanescentes do capitalismo contemporâneo. E agora que as expectativas deste último se mostraram totalmente ilusórias, uma vez que os importantes problemas que estão nas raízes da ideologia requentadas da “modernidade e seus dissabores” e com o postulado da “pós-modernidade tornada presente”. Na verdade, para sublinhar a extrema fragilidade de todas essas supostas “superações”, que correspondem mais ao desejo do que a realidade, agora são oferecidas também teorizações da dissolução desta última, pouco depois de seu aparecimento no cenário ideológico, em manchetes que anunciam “A crise da pós-modernidade”. (MÉSZÁROS, 2014, p. 71).

Em síntese, o aprofundamento das contradições do mundo social e sua difusão pelo globo são acompanhados de perto por declarações de que tais contradições foram ou estão prestes a serem “superadas”. Desse modo, temos um conjunto interminável de construções ideológicas que promovem a mesma racionalização confortadora que, continuamente substituída, visa recuperar a credibilidade perdida por meio de um novo e dessocializado rótulo começado com “pós”. É por essa razão que modernidade e pós-modernidade acusam uma a outra de permanecerem dentro dos limites de uma “ideologia”.

Mészáros (2014), analisando respectivamente as produções de Habermas e Lyotard, afirma que parte desta controvérsia é mais imaginária do que real. Ambas evitam fazer suas proposições teóricas fundamentais baseadas no “mundo da atividade concreta” da ordem social historicamente dada. O núcleo ideológico deste problema está na atitude convergente negativa desses teóricos em relação ao potencial emancipador do trabalho: “não há lugar para um agente de emancipação historicamente identificável, apesar do fato de que nenhuma das teorias abandonou explicitamente sua preocupação com a *possibilidade* da emancipação” (*Idem*, 2014, p. 101). É preciso ir aos fundamentos objetivos que forjaram as condições que permitiram o desenvolvimento desta ideologia.

#### **4. A decadência ideológica da burguesia e implicações nas ciências sociais**

A sociedade burguesa moderna brotou das ruínas da sociedade feudal num longo processo de desenvolvimento e transformações do modo de produção da vida social. Marx e Engels (2007), no emblemático *Manifesto do Partido Comunista*, apontam que nessa transição simplificaram-se os antagonismos de classe em dois campos opostos essenciais (a burguesia e o proletariado)<sup>33</sup>; erigiram-se dos servos da Idade Média os primeiros burgos e burgueses; o comércio e a indústria foram impulsionados pelas grandes navegações e as novas rotas marítimas, criando o mercado mundial; a manufatura substituiu as corporações fechadas, também substituída pela grande indústria moderna; a antiga divisão do trabalho foi suplantada pela divisão no interior da oficina; e a pequena burguesia industrial derrubou os mestres de corporação e a seguir foi substituída pelos milionários industriais.

O ilimitado poder de apreensão do mundo existente, mas também o seu constante devir foi afirmado por diversos pensadores daquele período. Uma *nova dialética racional* emergiu baseada no reflexo de um ser social mais complexo e articulado, em paralelo à conquista da natureza pela racionalidade matemática (as ciências físicas). A *economia política inglesa* desenvolveu a teoria da relação orgânica entre realidade social e atividade humana (trabalho-mercadoria), enquanto o *iluminismo*

---

<sup>33</sup> Embora sua complexificação tenha promovido diversas frações de classe. É emblemático o processo político francês analisado por Marx Cf. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

*francês* afirmou que a passagem para o reino da razão (do absolutismo feudal ao capitalismo liberal) correspondia a uma tarefa dos próprios homens. Desse modo, o real entendido como totalidade submetida a leis e a afirmação da historicidade dos processos objetivos corresponderam a momentos determinantes dessa nova racionalidade em elaboração.

De acordo com Coutinho (2010, p. 26), uma grandiosa síntese (porém, idealista) foi elaborada por Hegel, traduzindo o ponto mais alto dessa trajetória. Decorrem dessa elaboração, esquematicamente, três núcleos: 1) “o *humanismo*, a teoria de que o homem é produto de sua própria atividade, de sua história coletiva”; 2) “o *historicismo concreto*, [...] a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana” e; 3) a *razão dialética*, em seu duplo aspecto: a) “uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sobre a forma da unidade dos contrários)” e, b) “aquele das categorias capazes de aprender subjetivamente essa racionalidade objetiva [...] que englobam, superando, as provenientes do ‘saber imediato’ (intuição) e do ‘entendimento’ (intelecto analítico).”.

Entre aproximadamente 1830 e 1848 as vertentes teórico-filosóficas progressistas dominantes da Ilustração são conduzidas a um impasse. Essas vertentes, em sua gênese vinculadas ao protagonismo revolucionário da burguesia, enfrentaram de maneira crítica e otimista a realidade social emergente. Para Netto (2014), o primeiro aspecto, a postura crítica, decorria dos próprios autores serem ideólogos intelectualmente autônomos de uma classe ascendente, vitoriosa e sem ameaças visíveis; o otimismo resultava do entendimento de que as nocivas sequelas do jovem capitalismo industrial correspondiam as dores do parto de uma nova era histórica.

Diante da insistência periódica das crises entre os anos de 1825-1830, o desenvolvimento organizativo do proletariado e a decorrente agudização das lutas de classes erodiram as condições daquele progressismo. A burguesia se projetou, desde então, como sujeito histórico conservador, esvaziando seu otimismo e, principalmente, sua criticidade. Com a crítica convertida em arma antiburguesa, a revolução de 1848 pôs fim definitivo ao ciclo progressista da burguesia e das possibilidades radicalizadas dos pensadores que expressavam a sua visão de mundo. A consolidação da dominação burguesa escancara o distanciamento entre os interesses dos proprietários dos modernos

meios de produção fundamentais e os possuidores unicamente de sua força de trabalho<sup>34</sup>. Desse modo, as jornadas de 1848 explicitam, “em nível histórico-universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal” (NETTO, 2014, p. 6). A consciência social do antagonismo entre capital e trabalho possibilitou a “auto-percepção classista do proletariado”.

Na condição de máximo expoente da racionalidade burguesa, a ruptura com Hegel e seu conceito de razão coroa o esgotamento daquela trajetória progressista<sup>35</sup>. Como herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, o proletariado constitui-se como sujeito de um novo processo emancipador, que mira na ruptura com a ordem do capital. Coutinho (2010, p. 23), observando o legado de Hegel afirma que o marxismo corresponde ao primeiro processo “pelo qual o proletariado recolhe a bandeira abandonada pela burguesia, supera seus limites e contradições, elevando a racionalidade dialética a um nível superior, materialista.”.

Diante da incompatibilidade entre o legado teórico-cultural emancipatório e a perspectiva de classe da burguesia emergiram dois caminhos antagônicos: a) os componentes emancipatórios são criticamente reelaborados numa perspectiva de classe proletária (a teoria social de Marx e a relação de continuidade e de ruptura com suas “fontes”); b) o pensamento da ordem é dividido entre um funcional, ainda que aparentemente “radical” anticapitalismo romântico (o irracionalismo) e um positivismo domesticado (prisioneiro de um racionalismo formal), em cujo berço nascem as ciências sociais.

No ano de 1938, Lukács redigiu o ensaio “Marx e o Problema da Decadência Ideológica”. Ao analisar o influxo do chamado pensamento decadente burguês sobre a vida social, Lukács (2010, p. 51) retoma do pensamento de Marx a afirmação de que, após 1848, a burguesia não deseja saber se um teorema é verdadeiro,

---

<sup>34</sup> Anteriormente, as demandas do trabalho apareciam difusas nos projetos burgueses, subsumidas na aspiração revolucionária da igualdade, da fraternidade e da liberdade. Porém, a liberdade restrita à liberdade de mercado, a igualdade limitada à formalidade jurídica e a fraternidade circunscrita na retórica e no moralismo não correspondiam às aspirações daqueles componentes vinculados ao trabalho.

<sup>35</sup> “Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma ‘coisa’, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo ‘superficial’ ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas.” (COUTINHO, 2010, p.30).

mas se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo. A investigação detida dá lugar à “atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação apologética”.

Lukács se debruçou sobre importantes expressões do período decadente. Identificou que a economia burguesa se limita, cada vez mais, a uma mera reprodução dos fenômenos superficiais (imediatos): um “processo espontâneo da decadência científica” que “opera em estreito contato com a apologia consciente e venal da economia capitalista” (2010, p.56). A sociologia vulgar configura uma ciência “especializada” e “fragmentada” que “liberta-se” da economia e da história (totalidade social) e elabora um pensamento que se reduz a traduzir o senso comum. O formalismo estético em literatura é pautado pelo aprofundamento da “técnica” ao adotar o modo de composição descritivo que se fundamenta somente na observação “detida” do cotidiano.

Para o filósofo húngaro, a fixação na imediatez e a enorme especialização/fragmentação nas ciências sociais burguesas têm suas razões na divisão capitalista do trabalho, no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas, na qual a decadência ideológica burguesa opera tão intensa modificação que não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra<sup>36</sup>.

O combate à dialética, à historicidade e à totalidade são expressões do caráter antiontológico da ideologia decadente, com concepções e interpretações que se restringem ao fenômeno e desconsideram as suas conexões reais. Paralelamente a negação do materialismo e do idealismo, prospera em torno do irracionalismo a impossibilidade social e teórica de defesa da ordem social dominante. Essa “terceira via”, que pode ser compreendida como processo de degeneração da racionalidade moderna, com grande ênfase no determinismo social, vai tomar forma concreta com o fascismo. Sob o impulso da decadência ideológica no período do imperialismo, cada vez menos são consideradas as relações sociais e econômicas da sociedade, a realidade sócio-histórica como pressuposto à reflexão teórica e o caráter revolucionário do proletariado.

---

<sup>36</sup> Compreende um instigante problema de pesquisa analisar sob essa perspectiva a autonomização/separação operada na década de 1960 da sociologia do lazer da sociologia do trabalho. Essa especialização traz importantes implicações que precisam ser investigadas, como o pressuposto de que a cultura goza de autonomia plena em relação ao modo de produção.

A representação científica do real e uma correspondente práxis ampla e eficaz demandam a mediação dialética entre essência e aparência (ambos momentos constitutivos da realidade objetiva). Quando o pensamento não supera o imediatismo e o espontaneísmo, não alcança a reprodução da essência por meio do pensamento, convertendo essa forma aparente em fetiche. Com a submissão ao espontaneísmo, a filosofia da decadência revela seu traço essencial, o de “ser um pensamento fetichizador” que “termina por converter em antinomias algumas contradições dialéticas e por elevar a fetiches coagulados momentos isolados de uma totalidade contraditória.” (COUTINHO, 2010, p. 39). Assumida a positividade capitalista, se submete aos limites impostos pela economia de mercado que fetichiza as relações humanas (a) pela aceitação acrítica da alienação entre vida pública/vida privada, subjetividade individual e objetividade social e (b) pela aceitação acrítica da rígida especialização<sup>37</sup> das atividades humanas sob a divisão capitalista do trabalho.

Cindido em duas correntes que convergem na negação do humanismo, do historicismo e da dialética - o irracionalismo e a “miséria da razão” -, o pensamento fetichizado é incapaz de sintetizar a totalidade social. Unidas pelo agnosticismo, ambas confundem razão com o intelecto e apropriação humana da objetividade com manipulação técnica/burocrática de “dados”. Numa relação de complementaridade, no marco de tensões, oscilações e contradições da sociedade comandada pelo capital, o moderno irracionalismo (a “destruição da razão”) e o racionalismo formal (a “razão miserável”, constituída pelas versões do pensamento positivista e neopositivista), operam como “constelações ídeo-teóricas (*função ideológica*) sobre as quais se erguem ‘concepções de mundo’ conservadoras/estabilizadoras na cultura própria do capitalismo do século XX” (e também do XXI), o capitalismo dos monopólios em sua plena maturidade que, para Carlos Nelson Coutinho, baseado em *Para uma Ontologia do ser social* de Lukács, configura o “capitalismo manipulatório” (“cultura inequívoca da decadência ideológica”) (NETTO, 2010, p. 244, grifo nosso)<sup>38</sup>.

Causas históricas estabelecem o predomínio de uma ou outra posição. Diante das crises, a burguesia acentua ideologicamente o momento irracionalista e/ou

---

<sup>37</sup> O empobrecimento da ação humana pode ser observado na tendência a burocratizar todas as atividades, na qual procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente, convertidos em “regras” formais pseudo-objetivas. Empresas e Estados tornam-se “entidades naturais/coisas” inquestionáveis para as quais os homens são instrumentos, servidores ou funcionários.

<sup>38</sup> Retornaremos ao problema da manipulação no último capítulo.

subjetivista e os intelectuais experimentam uma sensação de “angústia”. Em períodos de estabilidade são privilegiadas as orientações fundadas num “racionalismo” formal e os intelectuais experimentam a sensação de “segurança” (COUTINHO, 2010, p. 16). Porém, a “segurança” – manipulada – sob a cultura da decadência liga-se estreitamente à limitação imposta pela economia capitalista à plena expansão da personalidade humana. A condição para um indivíduo experimentar a sensação de segurança e estabilidade num mundo assolado por contradições é tornar-se um conformista que se submete às “normas” e regras impostas socialmente (pseudoracionais) (*Idem*, 2010, p. 64).

Agora que julgamos ter concluído essa longa, mas necessária digressão, consideramos apropriado retomar nosso argumento. Em particular, destacamos a afirmação do legado do humanismo, do historicismo e da dialética na perspectiva de classe dos trabalhadores, conforme reelaboração produzida pelos pioneiros do socialismo científico. Feitos esses esclarecimentos podemos avançar para as contribuições aos estudos sobre a gênese e desenvolvimento do lazer a partir da concepção materialista da história.

## 5. Apontamentos sobre a gênese do lazer na crítica marxista

Parece ser consenso entre os pesquisadores brasileiros que os estudos do lazer no país baseiam seus apontamentos históricos nos estudos franceses e americanos de meados do século XX. Ao trabalharem com categorias estanques, por vezes centradas no tempo, na atividade ou na subjetividade/atitude - consideradas isoladamente ou mesmo quando formalmente articuladas -, se mostram limitadas para auxiliar na sua compreensão. Essa observação é o ponto de partida para que Peixoto (2007) proponha outra orientação para o debate<sup>39</sup>. A autora identificou nas reflexões sobre o “reino da necessidade” e o “reino da liberdade”, bem como na crítica da divisão social do trabalho empreendida por Marx e Engels, o procedimento teórico essencial para o reconhecimento daquilo que hoje identificamos como lazer se processa em diferentes modos de produção em diferentes momentos históricos. Na forma do *ócio*, da *scholé* ou do *licere*, temos o **“direito social ao gozo do tempo livre para uma**

---

<sup>39</sup> Como Peixoto (2007) sistematizou uma síntese de outros estudos que encontraram no pensamento de Marx e Engels fundamentos para a crítica do lazer, esse subcapítulo está em larga medida baseado em sua tese.

**atividade livre, que permite a produção e o usufruto da arte, da literatura, da música; àquilo que convenciamos chamar de cultura”** (PEIXOTO, 2007, p. 59). O que pode soar, para os que desconhecem o pensamento daqueles autores, como uma sobrevida para as compreensões de que o lazer sempre existiu é rapidamente descartado. O “comum” - se assim podemos denominar -, entre as diferentes formações sociais é que, ao aprisionar as classes que efetivamente realizam a produção enquanto produtores da existência de toda a sociedade - sejam escravos, servos ou trabalhadores livres -, a exclusividade desse gozo *livre* coube somente à classe dominante de cada época.

Marx e Engels esclarecem esta questão ao afirmar que *é através da divisão do trabalho que se torna possível [...] que a actividade intelectual e material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos* (MARX, 1974, p. 37-38). Esta explicitação está relacionada à denúncia constante de que a classe trabalhadora, no século XIX, estava impedida de acessar e usufruir deste gozo, reconhecido como o *reino da liberdade* passível de ser conquistado apenas quando findas as demandas decorrentes das necessidades de produção da existência. Ao explicitar esta questão, Marx e Engels constroem as condições teóricas (e políticas) para que compreendamos que, historicamente, este ***direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*** esteve sempre restrito a uma parcela da sociedade, que, detendo a posse dos meios de produção (MARX, 1989a, p. 202-203; MARX, 1989b, p. 828-882), pelo uso da ideologia ou da força, estabelece-se como classe dominante, atribuindo a escravos, servos ou trabalhadores livres a manutenção das condições necessárias à sua existência privilegiada; ou seja, aprisionando as classes que efetivamente realizam a produção, à condição de produtores da existência de toda a sociedade, impedindo-as de ter acesso ao *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* que, na divisão social do trabalho, apenas a classe dominante vai possuir. (*Idem*, 2007, p. 59).

Recuperando as contribuições presentes no clássico *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer* (1987), de Newton Cunha, a autora afirma que é apenas sob o capitalismo que, pela primeira vez na história, está colocada a possibilidade de acesso ao ***direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*** para aqueles que efetivamente realizam o trabalho nessa sociedade. O tempo livre

para o lazer pressupõe *o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção*. No entanto, o recuo do tempo produtivo e da transformação desse tempo em outra coisa qualitativamente diferente, não “produtiva” em termos capitalistas, não gera um automático e contínuo declínio do tempo de trabalho. Ao contrário, é produto incontornável da luta política no interior das relações sociais. Em outros termos, fundado no *desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção*, o tempo livre está diretamente vinculado ao *grau de organização e de autonomia da força de trabalho*.

Entendemos que estas breves considerações colocam em outro patamar o problema do levantamento histórico sobre o lazer. Diante disso, é fundamental para o desenvolvimento de uma periodização considerar (1) o grau de desenvolvimento das forças produtivas que ampliam as possibilidades da produção da existência; (2) o modo como o homem produz sua existência e o estágio de desenvolvimento das relações de produção e; (3) a capacidade organizativa e de pressão daqueles que, na divisão social do trabalho, produzem a existência.

É baseado nesse construto teórico que o século XIX, particularmente a partir da segunda metade, é recorrentemente apontado como marco para a problemática do lazer. Seu marco temporal, como destacamos anteriormente, são as lutas pela redução da jornada de trabalho pelos trabalhadores europeus desencadeadas desde as primeiras décadas daquele século<sup>40</sup>. Parece correto deduzir a gênese do lazer dos crescentes embates entre capital e trabalho, daqueles processos que culminaram em 1848 e que possibilitaram, posteriormente, a reelaboração crítica dos componentes emancipatórios numa perspectiva de classe proletária: a teoria social de Marx.

Todo o período posterior foi intensamente marcado pelo antagonismo entre capital e trabalho. A síntese que resultou da análise realizada por Peixoto (2007, p. 61) sobre o processo histórico do “longo” século XX é emblemática:

[...] a luta pelo *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* vai sendo progressivamente disciplinada em um processo que envolve aquilo que Braverman vai chamar de *habituação do trabalhador ao modo capitalista de produção* (BRAVERMAN,

---

<sup>40</sup> O registro mais citado nos estudos do lazer publicados no Brasil é o panfleto *O direito à preguiça*, de Paul Lafargue (1880).

1987) ou Weinstein vai chamar, no Brasil, de *(re)formação da classe trabalhadora* (WEINSTEIN, 2000). Este processo de disciplinamento envolve: a corrupção de segmentos do proletariado (LENIN, 2002); a reestruturação dos processos de produção (GRAMSCI, 2001, 265-282; BRAVERMAN, 1987), o reformismo, o ataque ideológico ao comunismo conforme elaborado por Marx e Engels, e a configuração da social democracia (LOMBARDI, 1993); o recuo liberal e a cessão dos direitos trabalhistas e sociais (HOBSBAWM, 1995); e a preocupação com a formação do trabalhador (WEINSTEIN, 2000; BRAGA, 2005), e com a ocupação do tempo livre (SANT'ANNA, 1994; GOMES, 2003b, MARCASSA, 2002).

Não se trata mais, como era comum nas formações sociais do passado, da impossibilidade histórica de alcançar a produtividade do trabalho numa escala capaz de atender as necessidades de toda a sociedade e, entre estas, viabilizar objetivamente o *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*. Agora, uma pequena parcela da sociedade se apropria dos meios fundamentais de produção, conservando e, principalmente, ampliando cada vez mais o poder sobre as forças produtivas. Embora esse desenvolvimento possibilite, pela primeira vez na história, a atividade livre “generalizada”, a burguesia vai efetivá-la delimitando as finalidades aos seus interesses de classe, “seja pela determinação de uma diversidade de conteúdos fúteis que devem ocupar o tempo do trabalhador a fim de impedir (1) a atividade livre; (2) práticas que desgastem a força de trabalho impedindo-a de realizar-se no processo de produção.”<sup>41</sup> (PEIXOTO, 2007, p. 62).

Observadas as condições para que a classe que realiza a produção da vida social possa reivindicar o *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*, cabe problematizar as razões para sua negação. Conforme Peixoto,

[...] a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho por uma parcela diminuta da sociedade e a [sua] condição privilegiada [...] impedem o desenvolvimento das condições que viabilizariam o acesso da classe trabalhadora a este direito, na medida

---

<sup>41</sup> Retomaremos mais adiante o problema da mercantilização do lazer. Por enquanto, basta afirmar que no “modo capitalista de produção o *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* vai sendo progressivamente, como a todas as necessidades, convertido em mercadoria luxuosa e cara (FALEIROS, 1980). O desafio não está apenas em desmascarar estas relações, mas em revolucionar a base material que as produz e explica.” (PEIXOTO, 2007, p. 61).

em que ameaçam esta condição privilegiada, pois tal tempo livre pode viabilizar o reconhecimento desta situação de opressão e a consciência da necessidade de revolução de suas bases (*Idem*, p. 61) .

Esse conjunto de observações possibilitou a afirmação pela autora de que o modo de produção deve ser tomado como categoria chave para a compreensão do lazer. Dada a maneira progressiva com que as contribuições da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia política clássica inglesa foram criticamente assimiladas e superadas na vasta obra dos pioneiros do socialismo científico, é fundamental interpretar seu processo de produção e lógica interna. Ainda que disperso em muitos escritos dos pioneiros do socialismo científico, podemos identificar e derivar a validade da categoria modo de produção para o estudo do lazer. Vejamos como a autora demonstra isso:

A categoria modo de produção na obra de Marx e Engels contribui radicalmente para pensar a problemática do lazer, na medida em que permite: (1) explicar os conteúdos do lazer, quaisquer que sejam, como resultado da atividade vital do homem no processo de produzir e reproduzir os bens necessários à sua existência, bens que podem ser úteis, ao mesmo tempo, para satisfazer necessidades de subsistência ou lúdicas; (2) explicar a forma do trabalho e do tempo livre em diferentes momentos históricos; (3) explicar como, no modo capitalista de produção, o tempo livre é resultado do desenvolvimento das forças produtivas, mas, fundamentalmente, do grau de organização e poder da classe trabalhadora, o que aponta que o tempo livre sofre pressão para a sua redução quando a classe trabalhadora está mais desorganizada, uma pressão em favor do tempo produtivo, da precarização e do desemprego (CUNHA, 1987); (4) explicar como, no modo capitalista de produção, a geração do tempo livre é pensada também para garantir a disponibilidade para o consumo, convertendo-se em mercadoria para a circulação de mercadoria (FALEIROS, 1980); (5) explicar que, de caráter funcionalista, e focadas na ocupação do tempo livre, as políticas até aqui implementadas visam amenizar as tensões entre capital e trabalho (basta considerar a baixíssima qualidade do ensino, que despreza a transmissão do patrimônio que a humanidade acumulou no âmbito da arte, da literatura, da música, produzidas no momento privilegiado de

tempo livre para uma atividade livre de uma pequena parcela da população); (6) explicar que a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil expressa a luta de classes, destacando-se a opção predominante dos intelectuais pelo atendimento dos interesses de mercado. (*Idem*, p. 297).

Por fim, consideramos importante recuperar brevemente algumas observações da autora sobre a forma do trabalho determinado pelo capital e as implicações para o lazer. Nos estudos do lazer brasileiros a negação do trabalho como ocorre no capitalismo parece ser consenso, ainda que assumido por pólos opostos: 1) “negação do trabalho como espaço de realização humana, e da defesa veemente do lazer como espaço privilegiado desta realização”, tendo seu ápice na “promessa de fim da sociedade do trabalho propagada no final da década de 60, com a defesa da emergência da sociedade do lazer” e; 2) “negação do lazer como campo de ação e de pesquisas, tendo em vista suas profundas conexões compensatórias e funcionalistas com o trabalho explorado, com a circulação e o consumo de mercadorias, com a alienação.” (*Idem*, p. 284).

Ao longo da tese voltaremos ao primeiro pólo. Por ora, nos dedicaremos a expor sucintamente o segundo aspecto. Nos estudos do lazer produzidos no país é possível distinguir três linhas que convergem no reconhecimento das relações entre lazer e trabalho alienado, voltado à recuperação para o trabalho, difusão e a propagação do consumo: 1) um posicionamento que vai apontar a impossibilidade de o lazer configurar como categoria de análise e como problemática social significativa; 2) outro que objetiva o conhecimento dos vínculos entre o que se faz no trabalho e o que se faz no tempo livre, com ênfase no entendimento e no aprimoramento do segundo, evidência de seu caráter funcionalista e; 3) que visa a compreensão do trabalho alienado a fim de discutir as possibilidades e limites do lazer nestas condições. Conforme Peixoto corretamente observa, a terceira e última linha é relativamente recente na literatura, sendo também o ponto em que o debate teórico estaciona. O motivo para isso é a fragilidade teórica que domina os estudos do lazer, debilidade que inviabiliza que a relação entre trabalho e lazer seja tomada nos processos históricos de maneira rigorosa e radical, “como uma relação contraditória, dialética e transitória, típica do movimento das forças produtivas e das relações de produção em cada período histórico.” (2007, p. 285).

Baseada no estudo atento de parte considerável da vasta obra de Marx e Engels, a autora contribuiu substancialmente para o desenvolvimento da crítica marxista do lazer no Brasil. Além dos aspectos já destacados, a denúncia das recepções assépticas decorrentes de leituras parciais que eliminam o horizonte da revolução e o projeto comunista do pensamento de Marx e Engels merecem destaque. No entanto, ainda são muitas as lacunas a serem preenchidas visando a constituição de uma crítica marxista do lazer que possibilite sustentar teoricamente a ação política dos trabalhadores visando superar a sociedade burguesa<sup>42</sup>. O esforço que tomará toda a vida de Marx - e também de Engels -, que tem início ainda em seus escritos de juventude<sup>43</sup>, os conduzirá ao desvelamento dos níveis mais profundos e ocultos do mecanismo de valorização do capital e, dado o alcance e densidade de sua crítica da economia política, se apresenta como pressuposto inescapável para a compreensão e transformação revolucionária das relações sociais na contemporaneidade.

## **6. Notas preliminares sobre as aproximações dos estudos do lazer com a teoria marxista do valor**

Encontramos um pequeno, embora significativo grupo de estudos do lazer brasileiros neste início de século que se dedicaram, de algum modo, a investigar o objeto inspirados na teoria social de Marx. De modo bastante breve, apresentamos alguns exemplos de outros estudos produzidos nas primeiras décadas do século XXI<sup>44</sup>, sem ter a pretensão de esgotar o conjunto ou mesmo o conteúdo destas formulações - as retomaremos ao longo de toda a tese -, que buscaram compreender o lazer a partir de elementos ou mesmo do conjunto da teoria do valor de Marx.

Mascarenhas (2005), visando interpretar o fenômeno do lazer na sociedade brasileira contemporânea, tendo em vista mudanças econômicas, políticas e culturais ocorridas ao longo das últimas décadas do século XX e início do XXI, analisou o

---

<sup>42</sup> Reinaldo Carcanholo (2011) a denomina também de *teoria dialética do valor-trabalho*.

<sup>43</sup> *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), *A Questão Judaica* (1843), *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844), *A Sagrada Família* (1845), *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845), *A Ideologia Alemã* (1845-1846), a *Miséria da Filosofia* (1847) entre outros registram a trajetória dos estudos que possibilitaram a conformação do método de análise da sociedade capitalista e de suas relações sociais.

<sup>44</sup> Cabe pontuar que reconhecemos no artigo *Repensando o lazer* (1980), de Maria Isabel Faleiros e no livro *A felicidade imaginada* (1987), de Newton Cunha, os esforços pioneiros que demarcaram o princípio da crítica marxista do lazer no Brasil.

avanço da mercantilização, as contradições inerentes a este processo e suas possibilidades de superação. Ainda na introdução surge a crítica da concepção *realista-objetivista*<sup>45</sup>, que se caracteriza por tomar o lazer exclusivamente como este aparece e por seu respectivo *valor de uso*, algo que deteria o poder de compensar e reequilibrar o trabalhador. Para o autor, essa concepção assumia uma luta direta contra a mercantilização do lazer, uma vez que tal processo supostamente subtrai a *utilidade* desejada (os 3 D's: descanso, diversão e desenvolvimento), reduzindo-o a mero *valor de troca*. Na sequência são expostas as teses que atribuem àquela concepção um caráter funcionalista, em seu viés romântico, moralista, compensatório ou utilitário.

Em que pese o reconhecimento daquelas contribuições para o desenvolvimento das reflexões sobre o lazer no país, é a partir desse ponto que Mascarenhas denuncia a fragilidade daquela teoria e contrapõe a sua análise. O *valor de uso* do lazer passa a se subordinar aos interesses econômicos de uma heterogênea e crescente indústria do lazer, operando no país um tipo de refuncionalização durante a década de 1990, dada por sua subsunção real à forma-mercadoria.

Outro autor que tratou da conexão entre lazer e a teoria do valor para refletir sobre a crescente mercantilização foi Cândido (2008). Numa instigante reflexão afirma que é preciso discutir o lazer como mercadoria, a partir do entendimento da própria mercadoria. Isso que parece tão óbvio remete ao correto entendimento das categorias *valor* e *mais-valor*, conforme as formulações de Marx. Compreende tomar o objeto numa perspectiva de totalidade, a sociedade mediada pela mercadoria, visando entender as relações sociais e mirando a superação da subsunção do trabalho ao capital<sup>46</sup>. Apesar de também ter se dedicado a analisar o período que compreende as mudanças de base técnica na produção sob a acumulação flexível, sua preocupação é diferente. O que interessa é a permanência, a continuidade, num processo de tantas rupturas como é o desenvolvimento capitalista. Destacamos desse estudo, as críticas ao “lazer-mercadoria” pela via do consumo, inclusive em pesquisas que reivindicam o marxismo, mas que flertam com a concepção frankfurtiana de “valor simbólico”. Se em termos marxianos a substância do valor é o trabalho humano abstraído de suas qualidades úteis - o trabalho

---

<sup>45</sup> O francês Joffre Dumazedier é autor do livro *Sociologia empírica do lazer*. Nele o lazer tem seu conceito dado por uma utilidade social que o difere e o opõe ao trabalho, em uma relação que se coloca como contrapartida deste último.

<sup>46</sup> Destacamos o fato de o autor ter como eixo de pesquisa somente o livro I do *Capital: para crítica da economia política*. Apesar disso, manifestando rigor teórico e reivindicando a atualidade da obra para refletir sobre a sociabilidade no capital, são apontadas contribuições à crítica marxista do lazer.

em geral ou abstrato -, a ideia do “valor que emana do símbolo” conduz tais estudos para um terreno onde a cultura ou a linguagem assumem o protagonismo. O exemplo dado pelo autor é o fato de que a publicidade pode produzir desejos associados a coisas, estimular a identificação entre felicidade e consumo, o espaço pode ser reorganizado para a conjunção de consumo de bens, uso de serviços e compra de lazer, no entanto, é preservada a necessidade da existência do corpo da mercadoria (o valor de uso).

Em sua tese, Hungaro (2008) apresenta uma síntese do processo de constituição da teoria social de Marx, a partir da interpretação lukacsiana. O lazer comparece como um tempo de liberdade e escolha restrito ao mecanismo de consumo das mercadorias (os bens da chamada “indústria do entretenimento”), aparente alternativa ao trabalho alienado. Isso é assim porque os produtos do trabalho humano alienado são mercadorias que “tomarão” a vida das pessoas (teoria do fetichismo da mercadoria), especificidade de uma determinada forma de ser ao qual a alienação e a reificação são dados constitutivos. Embora o autor considere o lazer “a mercadoria mais funcional ao capital” (2008, p. 18), são destacadas as potencialidades dele como política social, sob o horizonte da emancipação humana, bem como as articulações entre trabalho, necessidade e liberdade.

A tese de Ório (2018) teve como objetivo compreender o lazer imerso em uma totalidade que é a sociedade capitalista, enquanto um dos artificios para se atingir o principal propósito capitalista: a extração de mais-valor e sua ampliação. Todo o primeiro capítulo é dedicado a analisar a teoria do valor-trabalho de inspiração marxiana, se desdobrando na repartição do mais-valor, no trabalho improdutivo e no problema das classes sociais. Mais adiante é investigado o movimento do capital em geral e a reprodução ampliada, o processo de mercantilização e aquilo que o autor irá designar de “capital mercantil recreativo”.

Apenas para pontuarmos o alcance dos problemas decorrentes de imprecisões ou insuficiências na apreensão da teoria marxista do valor ou na sua completa desconsideração, apresentamos alguns exemplos.

Fernando Cândido (2008) problematizou a categoria “mercolazer” formulada por Mascarenhas (2005) a partir do exemplo de uma empresa de esportes de aventura diversos. O capitalista investe nos equipamentos necessários para a atividade visando mais dinheiro ao final do processo. No entanto, Mascarenhas afirma que o valor

de troca dos meios de produção desses esportes é conferido pelo “valor que corresponde à sua potencial utilidade para o desempenho de tal prática” (2005, p. 193-194). De acordo com Cândido (2008), temos um problema com a operação daquelas categorias e que refletirá na sua análise do êxtase-lazer, uma vez que o valor de qualquer mercadoria - que aqui pode ser tomado como tempo de trabalho socialmente necessário para a produção -, mesmo no caso dos meios de produção, não é dado por seu valor de uso que, como necessariamente ocorre na “sociedade das mercadorias”, atua apenas como suporte material dele.

Sob outro referencial teórico, Dias (2018) afirma que o desenvolvimento comercial do lazer no Brasil, uma “protoindustrialização da cultura” ou “cadeia produtiva da cultura”, é anterior a década de 1960. A proposta do autor é refletir sobre a mercantilização do lazer dentro de um marco temporal mais amplo, desde o século XVIII, se contrapondo às correntes “visões históricas de curto prazo”. O problema é que, no seu entendimento, a emergência histórica do lazer ganha o estatuto de explicação mais geral se a mercantilização das diversões for tomada como um dos principais aspectos. O contraponto evidente aqui é com as compreensões que partem daquilo que ele considera a “virtual separação entre trabalho e não trabalho tão usualmente apontada como característica distintiva fundamental das formas modernas de ocupação do tempo livre” (DIAS, 2018, p. 369). Desse modo, o motor para o desenvolvimento do lazer na modernidade se encerra na “subordinação das oportunidades de diversão a uma racionalidade econômica, orientado para a busca do lucro e consumida como forma de entretenimento por uma audiência ampliada através de pagamentos em dinheiro”. A afirmação do autor de que noções abstratas, “como o ‘lazer mercadoria’”, além de “esvaziadas de significado histórico” são também “redundantes”, tem como pressuposto sua interpretação de que o lazer “sempre foi uma mercadoria.”.

O autor parece desconsiderar que a generalização das relações mercantis, só foi possível sob o domínio do capital, modo de produção fundado no trabalho abstrato, no qual os agentes econômicos se tornaram totalmente dependentes do mercado. Conforme Carcanholo (2011, p. 69), o desenvolvimento da mercadoria ocorreu na medida em que a sociedade mercantil se expandiu. É uma obviedade que a mercadoria sob o capitalismo contemporâneo, por exemplo, é uma mercadoria mais desenvolvida do que aquela existente há cinquenta anos, mais ainda do que aquela sob a sociedade

feudal. Mas esse desenvolvimento mercantil é ao mesmo tempo o desenvolvimento da contradição entre valor e valor de uso, no qual “o valor passa progressivamente de polo dominado pelo valor de uso, a polo dominante”, carregando implicações para todo o funcionamento da sociedade. A esse respeito Dias não dedica nenhuma linha.

No primeiro caso destacado (MASCARENHAS, 2005), temos uma confusão entre valor de uso, valor de troca e valor. A consequência é o comprometimento parcial da análise de um aspecto do lazer contemporâneo, mas que preserva a relevância teórica do estudo, demandando maior cuidado para as futuras pesquisas sobre uma das formas mais proeminentes do lazer na contemporaneidade: as atividades de aventura. Já no segundo caso (DIAS, 2018), temos um estudo que (a) erra ao secundarizar a importância do crescente processo de expropriação que está na base de uma dada forma de divisão social do trabalho para compreender a gênese do lazer, (b) carece de profundidade na investigação do processo de expansão das relações mercantis, e conseqüentemente, (c) não é capaz de tomar a mercadoria como forma elementar da sociedade capitalista, aspecto decisivo de toda a sociabilidade na ordem burguesa e elemento fundamental para a compreender o desenvolvimento histórico do lazer, dado o empenho do capital na contemporaneidade em determinar o que os trabalhadores devem fazer no chamado “tempo livre”. Somente desviando destes limites consideramos ser possível uma análise correta do processo de mercantilização do lazer.

O argumento que procuramos desenvolver até o momento buscou apreender o lazer no interior de uma totalidade social, onde se movimentam classes sociais antagônicas, que culminam nas duas classes fundamentais sob o capitalismo: a burguesia e os trabalhadores assalariados. Conforme observou Marx (1985)<sup>47</sup>, a totalidade está na realidade concreta e cabe ao investigador reproduzir no pensamento a lógica articuladora dessa realidade. O concreto, portanto, “aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (MARX, 2013, p. 78). Tentando desviar de análises unilaterais, que não

---

<sup>47</sup> “As relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo. O Sr. Proudhon considera as relações econômicas como umas tantas fases sociais que se engendram umas às outras, que resultam umas das outras assim como a antítese resulta da tese, e que realizam, na sua sucessão lógica, a razão impessoal da humanidade [...] O único inconveniente deste método é que, ao abordar o exame de apenas uma dessas fases, o Sr. Proudhon só possa explicá-la recorrendo a todas as outras relações da sociedade que, no entanto, ele ainda não engendrou pelo seu movimento dialético. Quando, em seguida, o Sr. Proudhon, através da razão pura, passa a engendrar outras fases, fá-lo como se fossem recém-nascidas, esquecendo-se que têm a mesma idade da primeira”. (MARX, 1985, p.107).

vão além das motivações e interesses dos indivíduos (aspectos fenomênicos) e tentando contribuir com o desenvolvimento de uma crítica marxista do lazer, dedicamos o próximo capítulo ao estudo da teoria do valor de Marx, destacando nela possíveis contribuições para o estudo do lazer, em nossa opinião, até então pouco consideradas.

## **CAPÍTULO II: Aportes da teoria do valor de Marx para o estudo do lazer**

### **1. A teoria do fetichismo como base da teoria do valor de Marx**

É evidente que na luta cotidiana entre as classes sociais interferem aspectos políticos, ideológicos, históricos, culturais, conjunturais, etc. Longe de desconsiderar esse fato óbvio, os estudos realizados por Marx e Engels da sociedade burguesa enfatizaram a necessidade de partir das determinações relacionadas à forma de relacionamento dos homens com a natureza e entre si, tendo em vista a sua produção e reprodução social. O marxismo vulgar, o stalinismo e suas variantes, tratou de distorcer estas ideias, atribuindo a elas um caráter mecânico expresso no determinismo econômico. Procurando livrar o marxismo desse entulho que deduz todos os demais aspectos da vida do fator econômico, parte dos teóricos marxistas incorreram numa autonomização da cultura, da consciência, etc., isolando-as inadvertidamente daquela inseparável base econômico-social (MACHADO, 2018).

Cabe observar que o termo economia, no pensamento dos pioneiros do socialismo científico, remete a forma social pela qual se efetivam as relações entre as pessoas no processo de produção. Isso é ainda mais evidente n’*O Capital* de Marx. Ao contrário de reduzir relações sociais a categorias econômicas, o revolucionário alemão demonstra de modo irrefutável naquela obra como as categorias econômicas são relações sociais. Elas expressam um tipo específico e fundamental que caracteriza uma dada forma de organização social, são os nexos fundamentais que precisam necessariamente serem reproduzidos para que continue a existir, diferentemente do que ocorre com a cultura, por exemplo, que numa mesma forma de sociedade pode assumir formas diferentes. Desse modo, as categorias econômicas são o ponto de partida para a correta compreensão de qualquer esfera da vida social. É por essa razão que parece adequado iniciarmos o presente capítulo pelo estudo da teoria do valor.

O livro *A Teoria Marxista do Valor*, de Isaak Illich Rubin (1987), publicado originalmente em 1921, foi a primeira tentativa bem sucedida de distinguir o valor no pensamento de Karl Marx daquele presente na economia política clássica<sup>48</sup>. A

---

<sup>48</sup> Segue uma nota do autor sobre a economia política clássica: “Para deixar esclarecido de uma vez por todas, entendo por economia política clássica toda teoria econômica desde W. Petty, que investiga a estrutura interna das relações burguesas de produção em contraposição à economia vulgar, que se move

relevância dada pelo autor à teoria do fetichismo da mercadoria no conjunto da análise marxiana merece destaque. Rubin afirma que essa teoria é "a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor"<sup>49</sup> (1987, p.19). De acordo com essa compreensão, consideramos necessário partir da exposição das bases objetivas do fetichismo, conforme desenvolvida pelo revolucionário alemão em vários de seus textos, mas que foi apresentada de modo sistemático n' *O Capital*.

Antes de avançarmos, porém, chamamos atenção para algumas incompreensões dessa teoria. Apenas para ficarmos nos casos mencionados por Rubin e que tem suas teses recuperadas por diversos autores nas décadas seguintes, P. Struve transforma a teoria do fetichismo da mercadoria, de uma base geral fundamental do sistema de Marx, numa digressão isolada, ainda que reconhecidamente brilhante. Hammacher, do mesmo modo, identifica uma valiosa contribuição crítica à cultura (reificada), porém, afirma a esterilidade da teoria do fetichismo para compreensão de todo o sistema econômico e da teoria do valor. Vamos agora conferir como essas ideias aparecem n' *O Capital*.

Primeiramente, cabe destacar que uma leitura descuidada pode conduzir à conclusão de que tal teoria possui papel coadjuvante no pensamento de Marx. Até mesmo a observação do índice da obra contribui para essa conclusão. A *Seção I*, intitulada *Mercadoria e Dinheiro*, é formada por quatro capítulos. É apenas na última parte do capítulo 1, *A mercadoria*, que aparece o item intitulado *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*. Ou seja, numa seção com quase cento e cinquenta páginas pouco mais de dez seriam dedicadas ao tema. Mas como demonstraremos, o problema é muito mais complexo. Vejamos a seguir como a teoria do fetichismo da mercadoria atravessa a obra.

Numa sociedade mercantil podemos encontrar empresas privadas isoladas, *formalmente independentes e livres* para produzir o que e como quiser. É somente por meio da troca no *mercado*, portanto, *indiretamente*, que ocorre o vínculo entre os

---

apenas no interior do contexto aparente e ruma constantemente o material há muito fornecido pela economia científica a fim de fornecer uma justificativa plausível dos fenômenos mais brutais e servir às necessidades domésticas da burguesia, mas que, de resto, limita-se a sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas." (MARX, 2013, p. 1133-1134).

<sup>49</sup> Rubin chega a afirmar categoricamente que a teoria do fetichismo da mercadoria de Marx deve ser convertida "numa teoria geral das relações de produção numa economia mercantil, numa propedêutica à Economia Política." (1987, p. 20).

produtores individuais de mercadorias. Desde a produção, porém, a liberdade de cada empresa é apenas aparente. Cada produtor é “forçado” a adaptar sua atividade de trabalho às condições esperadas do mercado - nível de produtividade, aprimoramento dos meios de produção, etc. -, dependendo assim, da atividade produtiva de todos os membros da sociedade.

Embora inseparáveis no processo de reprodução, a produção e a troca apresentam especificidades. Nesse momento da exposição, porém, voltamos a atenção apenas ao segundo. A troca corresponde à *forma social*, verdadeiro processo de reprodução da atividade produtiva das pessoas. Na condição de intermediária das relações sociais, a própria circulação pressupõe o estabelecimento e realização das relações de produção entre as pessoas. Essa é a razão pela qual a atividade produtiva de um membro da sociedade só pode influenciar a atividade produtiva de outro membro tendo coisas por intermediário.

Podemos observar que atribuir propriedades sociais às coisas é uma característica da sociedade mercantil<sup>50</sup>. Estas ocultam as relações de produção precisamente porque elas só se realizam sob a forma de relações entre as coisas. Sem que se dêem conta disso, os homens reproduzem estas relações. Nos termos de Marx (2013, p. 208),

[...] os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como

---

<sup>50</sup> Importante enfatizar que desde a primeira frase d'*O Capital*, Karl Marx anuncia sua intenção de investigar as “sociedades onde rege a produção capitalista” (Marx, 2013, p. 157). Dedicado ao estudo do processo de construção da obra *O Capital*, com especial atenção para as relações entre o abstrato e o concreto, Roman Rosdolsky (2001, p. 56-57) atribuiu às categorias de “capital em geral” (nível mais abstrato) e de “pluralidade de capitais” (ou seja, da concorrência, nível mais concreto) a chave para compreensão da obra em seus 3 livros desde os estudos preparatórios (publicado pela primeira vez em 1941, com o nome de *Grundrisse*). Recuperando trechos do *Grundrisse* afirmou que “a investigação científica deve avançar desde as ‘manifestações superficiais’ até a ‘essência’, a ‘estrutura fundamental’ dos processos econômicos, para encontrar desse modo a ‘lei que rege o fenômeno’ e compreender o próprio fenômeno como necessário. Nesse aspecto, a posição metodológica fundamental de *O capital* não se diferencia da que aparece nos *Grundrisse*. [...] em *O capital*, Marx considera como elemento integrante da ‘análise geral do capital’ aquela parte de sua pesquisa que ‘se aproxima paulatinamente das formas superficiais, da concorrência’ (daí o terceiro tomo da obra); amplia assim o âmbito da análise geral e, em troca, estreita o da concorrência. Mas isso nos revela que a diferenciação entre ‘capital em geral’ e ‘pluralidade de capitais’, na qual também se baseiam os *Grundrisse*, constitui um modelo de trabalho sem o qual o edifício da doutrina econômica de Marx jamais teria sido construído; porém, assim como qualquer outra hipótese de trabalho, só dentro de determinados limites ela pode aspirar obter validade plena.”

valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem.

Como veremos mais adiante, ao adquirirem propriedades específicas de valor, dinheiro, capital, etc., os produtos do trabalho, além de expressarem relações, também as criam. Porém, não são suas propriedades naturais que permitem isso, mas as relações sociais de produção características da sociedade mercantil. Desse modo, podemos elencar que os produtos do trabalho possuem uma dupla essência: a) material (técnico-natural) e b) funcional (social) (RUBIN, 1987).

Chegamos a um ponto decisivo. Existe uma estreita relação entre o processo de *produção de bens materiais e a forma social* em que esta é levada a cabo, isto é, a totalidade das relações de produção entre os homens. O que regula dada totalidade de relações de produção entre os homens é o estágio das forças produtivas (processo de produção material). Essa totalidade torna possível, dentro de certos limites, o processo de produção dos produtos indispensáveis para a sociedade. A correspondência entre o processo de produção material, de um lado, e as relações de produção entre os indivíduos que dela participam, de outro, é efetuada de maneira diferente em diferentes formações sociais.

No caso da *forma social* mercantil, a relação entre os diferentes produtores não ocorre de modo consciente, pelo contrário. Não existe coordenação social da atividade. A coordenação está limitada ao interior de uma empresa isolada, uma divisão do trabalho entre produtores privados isolados<sup>51</sup>. Nesse processo de produção material,

---

<sup>51</sup> O exemplo utilizado por Isaak Rubin (1987, p.28-29) para detalhar a divisão técnica do trabalho no interior de uma empresa isolada, apesar de extenso, produz uma imagem precisa do que tentamos expor até aqui: “Imaginemos que um empresário possui uma grande fábrica têxtil, composta por três divisões: fiação, tecelagem e tingimento. Os engenheiros, operários e funcionários são previamente destacados para diferentes seções, segundo um determinado plano. Eles foram vinculados de antemão entre si, por relações de produção determinadas, permanentes, em função das necessidades do processo técnico de produção. [...] as coisas circulam no processo de produção de umas pessoas às outras, dependendo da posição das mesmas na produção, das relações de produção entre elas. Quando o gerente da tecelagem recebe o fio da fiação, ele o transforma em tecido, mas não envia tecido de volta à fiação, como equivalente do fio que recebeu anteriormente. Ele o envia à divisão de tingimento, porque as permanentes relações de produção que vinculamos operários da divisão de tecelagem aos operários da divisão de tingimento determinam, de antemão, o movimento seguinte dos objetos, dos produtos do trabalho, que vão das pessoas empregadas no processo anterior de produção (tecelagem) para as pessoas empregadas no processo posterior (tingimento). As relações de produção entre as pessoas são organizadas de antemão, com o propósito de servir à produção material de coisas, e não *através de coisas*. Por outro lado, o objeto se move no processo de produção de umas pessoas para outras *com base nas* relações de produção que existem entre elas, mas o movimento não cria relações de produção entre elas. As relações de produção entre as pessoas têm um caráter exclusivamente técnico. Os dois aspectos ajustam-se um ao outro, mas cada um tem um caráter diverso. O problema é essencialmente diferente quando a fiação, a tecelagem, e a tintura pertencem a três indivíduos diferentes, A, B e C. Agora, A não envia mais o fio acabado para B,

técnico, cada produto do trabalho deve passar de uma fase de produção para a seguinte, passando pelo comércio até a unidade econômica do consumidor. É por meio de uma particular relação de produção entre unidades econômicas distintas que isso acontece: a compra e venda. Essa relação básica da sociedade mercantil explicita que o produtor está vinculado apenas a um mercado indeterminado, no qual ele entra através de uma sequência de transações individuais que o ligam temporariamente a determinados produtores de mercadorias.

A consequência disso é que na sociedade mercantil-capitalista aspectos socioeconômico (relações entre pessoas) e objetivo-material (movimento das coisas dentro do processo de produção), embora unidos no processo de troca não são de antemão ajustados um ao outro. Quando o necessário ajuste em cada uma das *transações isoladas* não ocorre, a reprodução social dá vazão para crises<sup>52</sup> de diferentes dimensões.

Nesta sociedade os diferentes elementos da produção (meios de produção, força de trabalho e terra) pressupõem três diferentes classes sociais (capitalistas, trabalhadores assalariados e proprietários de terra) e adquirem *uma forma social particular*. Para que o processo de produção tenha início é preciso estabelecer uma relação de produção entre determinados indivíduos, algo que sob outras formas sociais, como naquelas baseadas em relações de dominação - sociedades escravistas, germânicas, feudais, etc. - era assegurado de antemão. Para efetuar a concentração de todos os elementos técnicos de produção numa unidade econômica o capitalista recorre ao mecanismo de compra e venda. Consideramos o alcance dessa contradição na

---

com base apenas na capacidade de B transformá-lo em tecido, isto é, dar-lhe uma forma útil à sociedade. Ele não tem interesse nisto; agora, ele não quer mais simplesmente entregar o fio, mas vendê-lo, isto é, dá-lo a um indivíduo que, em troca, lhe pagará uma soma correspondente em dinheiro, ou, em geral, um objeto de valor igual, um equivalente. Quem é esse indivíduo, é para ele indiferente. Na medida que ele não está vinculado por relações permanentes de produção a quaisquer indivíduos determinados. A mantém uma relação de produção de compra e venda com todo indivíduo que possua, e concorde em lhe dar, uma soma equivalente de dinheiro pelo fio. Esta relação de produção limita-se à transferência de coisas, ou seja, o fio vai do indivíduo A para o comprador, e o dinheiro vai do comprador para A. Embora nosso produtor de mercadorias A não possa de maneira alguma livrar-se da espessa rede de relações de produção indiretas que o vinculam a todos os membros da sociedade, ele não está vinculado de antemão por relações de produção *diretas* com *determinados* indivíduos. Essas relações de produção não existem de antemão, e se estabelecem através da transferência de coisas de um indivíduo para outro. Assim, elas não têm apenas um caráter *social*, mas também material. Por outro lado, o objeto passa de um indivíduo determinado para outro, não com base nas relações de produção estabelecidas entre eles previamente, mas com base na compra e venda, que está limitada à transferência desses objetos. A transferência de coisas estabelece uma relação de produção direta entre indivíduos determinados; tem não apenas um significado técnico, mas também social.”

<sup>52</sup> Voltaremos ao caráter imanente das crises mais adiante.

sociedade capitalista um ponto de partida fundamental para a reflexão crítica radical do lazer. A partir dessas considerações ainda iniciais, fica evidente o erro de se atribuir à formações sociais passadas algo sequer próximo das relações sociais presentes no capitalismo, e conseqüentemente, qualquer generalização do lazer, forma específica de apropriação do “tempo livre”.

Notem que o sujeito é habilitado a ocupar uma posição no sistema de relações de produção apenas mediante a propriedade da coisa. A *reificação das relações de produção* se manifesta no fato de que relações diretas entre pessoas são possíveis apenas enquanto proprietárias de coisas (RUBIN, 1987). No entanto, nesse processo as coisas também passam a adquirir características sociais particulares, fenômeno que constitui a *personificação das coisas*. Conforme apresenta Marx (2013, p. 207):

[...] os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas.

Desses dois aspectos apenas a *personificação das coisas* permanece na superfície da vida econômica, numa forma social pronta e aparente, influenciando a motivação e o comportamento dos produtores individuais. Compreender a geração das formas sociais das coisas nas relações de produção entre pessoas é muito mais difícil. A *reificação* das relações de produção entre pessoas é o resultado heterogêneo de uma massa de transações, de ações humanas depositadas umas sobre as outras e que não correspondem a um objetivo previamente determinado.

Como indica Rubin (1987, p. 41), coube a Marx o seu desvelamento mediante uma profunda análise histórica e socioeconômica:

Os economistas vulgares, que não compreenderam que o processo de "personificação das coisas" só pode ser entendido como resultado do processo de "reificação das relações de produção", consideram a característica social das coisas (valor, dinheiro, capital, etc.), como

características naturais que pertencem às próprias coisas. O valor, o dinheiro, etc., não são consideradas expressões de relações humanas "aderidas" às coisas, mas como características diretas das próprias coisas, características que estão "diretamente interligadas" às características técnico-naturais das coisas. Esta é a causa do *fetichismo da mercadoria*, característico da economia vulgar e do modo de pensar comum aos participantes da produção, que se acham limitados pelo horizonte da economia capitalista.

Cabe destacar que, enquanto a atenção dos economistas clássicos esteve voltada à descoberta das bases técnico-materiais de formas sociais tomadas como dadas e eternas, a originalidade da teoria de Marx consistiu em tomar as *diferenças* de forma, que se objetivam nas relações de produção e que pressupõem certas condições técnico-materiais, mas não se confundem com estas. Isso permitiu compreender a legalidade própria das formas sociais assumidas pelo processo de produção técnico-material a um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas<sup>53</sup>.

Mais do que descobrir e afirmar o limite das categorias econômicas em seu tempo, Marx tratou de compreender como a "inversão de sujeito e objeto" é própria do modo de produção capitalista, necessária e condicionada por causas reais<sup>54</sup>. Conforme se desenvolve o modo de produção ocorre a progressiva reificação das categorias econômicas, levando a que os homens se confrontem cada vez mais com suas próprias relações de produção como potências externas que os dominam (processo de alienação), manifestação do capital como um ser "altamente místico". O trecho a seguir é ilustrativo por reunir estes elementos e adiantar<sup>55</sup> outros importantes que serão abordados a seguir:

Considerando primeiro o capital no processo imediato de produção, como extrator de mais-trabalho, essa relação é ainda muito simples, e a conexão real interna se impõe aos portadores desse processo, aos próprios capitalistas, permanece em sua consciência. A intensa luta em

---

<sup>53</sup> Como pretendemos compreender as metamorfoses do trabalho e do lazer no século XXI, dedicaremos o Capítulo III ao estudo de algumas das transformações técnico-materiais que operam no sentido da manutenção e reprodução dessa forma social.

<sup>54</sup> Ao menos desde os *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 o jovem Marx já se propunha a desvelar essa inversão, mas foi apenas n' *O capital* que essa elaboração atingiu seu ponto mais elevado, ainda que incompleto.

<sup>55</sup> Com o objetivo de demonstrar as conexões entre produção, circulação e a teoria do fetichismo foi preciso antecipar temas que podem dificultar a compreensão para leitores pouco familiarizados com o pensamento do revolucionário alemão, tais como mais-trabalho e mais-valor relativo. Estas categorias serão retomadas e desenvolvidas no próximo subcapítulo.

torno dos limites da jornada de trabalho é uma prova decisiva disso. Mesmo no interior dessa esfera não mediada, na esfera do processo direto entre trabalho e capital, as coisas não são tão simples. Ao desenvolver-se o mais-valor relativo no próprio modo de produção especificamente capitalista, com o qual se desenvolvem as forças produtivas sociais do trabalho, essas forças produtivas e as conexões sociais do trabalho aparecem no processo imediato de trabalho como tendo sido deslocadas do trabalho para o capital. Desse modo, o capital já se transforma num ente altamente místico, na medida em que todas as forças produtivas sociais do trabalho aparecem como forças pertencentes ao capital, e não ao trabalho como tal, como forças que têm origem no seu próprio seio. (MARX, 2017, p. 776-777).

Como veremos a seguir, o mais-valor que o capital extrai no processo imediato de produção, representado em mercadorias, só pode ser realizado no processo de circulação e ainda parece ter surgido dela. Desse modo, a lei interna que regula as relações de produção só se torna visível quando o modo de produção é tomado em sua totalidade, permanecendo invisível e incompreensível para os agentes individuais da produção. Esse processo se complexifica ainda mais conforme engendra novas configurações.

Parece importante pontuar que nem Marx, nem Engels tomavam o termo produção como mera atividade de produzir riqueza. Pelo contrário. Constantemente buscaram realçar que um modo de produção é necessariamente um modo de reprodução social. Em Marx, particularmente, o modo de produção compreende uma sociedade específica, as formas por meio das quais a riqueza é produzida, distribuída, trocada e consumida pelos indivíduos que integram essa sociedade. Inclusive, são os componentes reiterados que conformam as relações de produção, as formas econômicas ou a frequentemente intitulada estrutura, e não as suas contingências (MACHADO, 2018). Por configurarem um tipo de relação substancial, as determinações extra econômicas ou a denominada superestrutura (a política, a cultura, o direito, as ações individuais, etc.) não são *causadas*, mas *condicionadas* pelas determinações econômicas. Esse aspecto parece importante para o devir de uma dada forma de sociedade, uma vez que as formas extra econômicas podem se mostrar mais ou menos adequadas para sua continuidade, decadência, desaparecimento ou transformação revolucionária.

Podemos considerar que a hegemonia funcionalista na produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil reflete a simples incorporação do modo de pensar comum aos participantes da produção e reprodução social. Presos ao estreito horizonte forjado pela economia capitalista, consequência da inversão sujeito-objeto que resulta na reificação das relações de produção e naquele domínio pelas suas próprias potências externas, o homem em sua vida cotidiana é impedido de vislumbrar outra forma de sociedade, que possibilite a fruição do “tempo livre para uma atividade livre” em conformidade com as possibilidades que decorrem do desenvolvimento das forças produtivas. Entendemos que os elementos anteriormente destacados se somam às razões para que Peixoto (2007; 2014) afirme a categoria *modo de produção de existência* como chave para a compreensão do lazer, ainda que sem remeter explicitamente à teoria marxiana do fetichismo. No entanto, como a própria autora demonstra, ao problematizar a apreensão da concepção de trabalho no pensamento de Marx e Engels pelos estudos do lazer brasileiros, o reconhecimento da forma social na qual a problemática do lazer se põe é apenas o ponto de partida.

Dado o desafio de compreender mais a fundo essa forma específica de organização social, consideramos que o preciso desvelamento dos mais diversos aspectos dela - o que inclui o lazer -, pressupõe especialmente a assimilação de uma das teorias que fundamentam a crítica da economia política elaborada pelo revolucionário alemão: a teoria do valor.

## **2. Notas preliminares sobre a teoria do valor de Marx**

Embora Marx tenha dedicado as páginas iniciais de *O Capital* para a passagem do valor de troca ao valor e desse ao trabalho, recorrendo ao *método analítico*, a base de sua teoria do valor é muito mais complexa. Pressupondo, como afirma Rubin (1987, p. 76), que “o fundamento *dialético* completo da teoria de Marx sobre o valor só pode ser dado com base em sua teoria do fetichismo da mercadoria”, o desenlace é que “a teoria de Marx sobre o valor é uma conclusão baseada na análise das relações sócio-econômicas que caracterizam a economia mercantil.” (RUBIN, 1987. p. 99). Em outros termos, a teoria do valor de Marx pressupõe um ambiente social determinado, uma sociedade com uma determinada estrutura produtiva.

Conforme exposto anteriormente, a teoria do fetichismo da mercadoria não revela relações de produção entre pessoas por trás das categorias materiais, mas o fato de que na economia mercantil-capitalista essas relações entre pessoas adquirem necessariamente uma forma material e só podem ser realizadas sob tal forma. Muitos equívocos decorrem dessa inversão e implicam na incompreensão do pensamento do revolucionário alemão. Por exemplo, corresponde a simplificação afirmar que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção, assim como que o trabalho está oculto no valor da mercadoria (trabalho “materializado” ou “cristalizado”). Em ambos os casos está em questão apenas o aspecto quantitativo do valor. Segundo Rubin (1987, p. 77), mais do que o aspecto meramente quantitativo, essa teoria do valor compreende que:

[...] as relações de produção entre os homens em seu trabalho necessariamente adquirem a forma de valor das coisas, e só podem aparecer nesta forma material; *o trabalho social só pode expressar-se no valor*. Aqui o ponto de partida para a investigação não é o valor, mas o trabalho, não as transações de troca no mercado enquanto tais, mas a estrutura de produção da sociedade mercantil, a totalidade de relações de produção entre as pessoas. As transações de troca no mercado são as conseqüências necessárias, então, da estrutura interna da sociedade; elas são um dos aspectos do processo social de produção. A teoria do valor-trabalho não está baseada numa análise das transações de troca enquanto tais em sua forma material, mas na análise das relações sociais de produção que se expressam nas transações.

São estas as razões para que o valor não deva ser tomado como uma propriedade das coisas. Sua existência é meramente social<sup>56</sup>, corresponde a uma forma social adquirida pelas coisas e que decorre do fato das pessoas manterem relações de produção determinadas umas com as outras através de coisas. Por outro lado, os valores de uso compõem o “conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2013, p. 158-159). O que se desenvolve a partir da sociedade em que

---

<sup>56</sup>Afirma Marx (2013, p. 198): “A forma universal do valor só surge, ao contrário, como obra conjunta do mundo das mercadorias. Uma mercadoria só ganha expressão universal de valor porque, ao mesmo tempo, todas as outras expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada novo tipo de mercadoria que surge tem de fazer o mesmo. Com isso, revela-se que a objetividade do valor das mercadorias, por ser a mera ‘existência social’ dessas coisas, também só pode ser expressa por sua relação social universal [*allseitige*], e sua forma de valor, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida.”

predomina a produção de mercadorias é que os valores de uso, além de satisfazerem necessidades humanas, do estômago ou da fantasia, são também “os suportes materiais do valor de troca” , “forma de manifestação” de uma substância que dele se pode distinguir .

Existe, portanto, uma correspondência entre uma *determinada forma social de organização do trabalho* e uma *forma social particular do produto do trabalho*. Apenas sob tais pressupostos é possível afirmar que as relações de trabalho entre os produtores de mercadorias estão "materializadas" ou "cristalizadas" no valor de um produto do trabalho. Sendo assim, o valor envolve um aspecto qualitativo, que é a forma social e um aspecto quantitativo, que é a sua grandeza ou magnitude.

Importante destacar que a “forma de valor” é a parte mais específica e original da teoria do valor de Marx. A compreensão de que o trabalho cria valor já comparecia nos economistas clássicos, porém, coube ao autor alemão distinguir, de um lado, o processo técnico-material de produção e, de outro, a forma social que se manifesta no duplo caráter do trabalho: o trabalho como uma totalidade de métodos técnicos (*trabalho concreto e útil*) e o trabalho em suas formas sociais na sociedade mercantil-capitalista (*trabalho abstrato* ou *trabalho humano em geral*). Com o trabalho abstrato se constata ainda algo semelhante ao que se dá com o valor, que possui um aspecto quantitativo, o *trabalho socialmente necessário*, e qualitativo, o *trabalho social* em sua forma específica que pressupõe relações de produção entre as pessoas como produtoras de mercadorias.

Chegamos assim ao valor enquanto uma forma social assumida pelo produto do trabalho, resultado de uma forma de trabalho determinada e que, portanto, tanto trabalho abstrato quanto valor possuem mera existência social. A síntese formulada por Rubin a partir do Livro I d’*O Capital*, corrobora esse entendimento:

Trabalho abstrato significa “determinação social do trabalho”, e o valor, a propriedade social do produto do trabalho. Somente o trabalho abstrato, que pressupõe determinadas relações de produção entre as pessoas, cria valor, e não o trabalho no sentido técnico-material ou fisiológico. As relações entre trabalho abstrato e valor não podem ser pensadas como relações entre causas físicas e efeitos físicos. O valor é a expressão material do trabalho social, na forma específica que o

trabalho possui numa economia mercantil, qual seja, trabalho abstrato. Isto significa que o valor é trabalho “coagulado”, “o simples coágulo de trabalho humano indistinto”, “cristalização desta substância social” do trabalho. (1987, p. 169).

Apesar dos clássicos da economia política identificarem a existência do valor vinculada ao trabalho, ou seja, terem também formulado uma teoria do valor-trabalho, foram incapazes de alcançar o *tipo específico* de trabalho que produz valor<sup>57</sup>. Como vimos, coube a Marx distinguir o processo *técnico-material* de produção de sua *forma social*, que é a base da distinção entre trabalho concreto e abstrato, que por sua vez se apresenta na contradição entre *valor de uso* e *valor*. É precisamente a explicação sobre esse duplo caráter do trabalho que o próprio autor considerava a parte central de sua teoria sobre o valor (RUBIN, 1987).

O modo como a teoria do valor é exposta no livro I d'*O Capital*, porém, não segue essa mesma ordem. Uma vez que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual é a sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 157), as páginas iniciais do capítulo I são dedicadas à oposição entre valor de uso e valor de troca, justamente os elementos mais aparentes. Nas páginas seguintes a obra avança para o duplo caráter do trabalho (trabalho concreto e abstrato). É apenas ao final do primeiro capítulo que são apresentadas as formas sociais que o processo técnico-material de produção assume. Apesar desse método de exposição causar alguma confusão, é evidente que o autor aborda em todos os casos a sociedade a partir das coisas. Os elementos mais visíveis constituem o ponto de partida para os fenômenos que têm de ser revelados através da análise científica.

O estreito laço entre sua teoria do valor e do fetichismo da mercadoria, tão enfatizada por Isaac Rubin, fica evidente na constante distinção entre a existência “material” e “funcional” das coisas. Opondo logo no início da obra valor de uso e valor de troca são expostas as distinções entre aquilo que é o produto do trabalho, presente em diferentes modos de produção e a sua forma social específica. Em outros termos, “entre as coisas e as relações de produção entre as pessoas ‘fundidas’ com as coisas, ou seja, relações de produção que se expressam através de coisas” (RUBIN, 1987, p. 88).

---

<sup>57</sup> No capítulo seguinte ampliaremos as determinações com o objetivo de distinguir trabalho produtivo e improdutivo no lazer.

Portanto, o acento sobre a distinção entre “forma-valor” e valor de troca se mostra indispensável para a compreensão dessa sociedade. Assim conclui o autor:

Nossa conclusão pode ser formulada da maneira seguinte: Marx analisa a "forma-valor" (*Wertform*) separadamente do valor de troca (*Tauschwert*). Para incluir a forma social do produto do trabalho no conceito de valor, temos de dividir a forma social do produto em duas formas: *Wertform* e *Tauschwert*. Pela primeira, entendemos a forma social do produto que ainda não está concretizada em coisas determinadas, mas representa uma propriedade abstrata das mercadorias. Para incluir no conceito de valor as propriedades da forma social do produto do trabalho, e mostrar assim a inadmissibilidade da identificação do conceito de valor com o conceito de trabalho, identificação freqüentemente abordada pelas apresentações populares de Marx, temos de provar que o valor deve ser examinado não apenas quanto ao aspecto da substância do valor (isto é, trabalho), mas também quanto ao aspecto da "forma-valor". Para incluir a forma-valor no próprio conceito de valor, temos de separá-la do valor de troca, que é tratado separadamente do valor por Marx. Dividimos assim a forma social do produto em duas partes: a forma social, que ainda não adquiriu uma forma concreta (ou seja, "forma-valor"), e a forma que já possui uma forma concreta e independente (ou seja, valor de troca).” (*Idem*, 1987, p. 130).

Não se trata apenas de uma interpretação dentre outras possíveis, mas de uma concepção que atravessa *O Capital*. Uma longa nota de rodapé na obra serve para dirimir eventuais dúvidas sobre a importância de distinguir valor e valor de troca. No momento do texto em que Marx se dedica a afirmar as insuficiências fundamentais da economia política clássica, desde seus melhores representantes (Smith e Ricardo), o revolucionário alemão destaca que ela nunca conseguiu descobrir “a partir da análise da mercadoria e, mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma do valor que o converte precisamente em valor de troca.” (2013, p. 1132-1133). A razão para isso é que os economistas clássicos a tomam enquanto “forma natural eterna da produção social”:

A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata mas também mais geral do modo burguês de produção, que assim se caracteriza como um tipo particular de produção social e, ao mesmo

tempo, um tipo histórico. Se tal forma é tomada pela forma natural eterna da produção social, também se perde de vista necessariamente a especificidade da forma de valor, e assim também da forma-mercadoria e, num estágio mais desenvolvido, da forma-dinheiro, da forma-capital etc. (2013, p. 1133).

Chamamos atenção no trecho acima para a relação existente entre a "forma de valor" e a "forma-mercadoria". O trabalho social necessário para a produção de um determinado produto se expressa indiretamente na "forma-valor". O produto do trabalho é assim transformado numa mercadoria, portadora de valor de uso (capacidade de satisfazer necessidades) e da "forma-valor" social. Nesse processo o trabalho social é "reificado", substituindo o trabalho social como representante do valor e adquirindo a forma ("forma-valor") de uma propriedade aderida às coisas, mas que parece pertencer às coisas em si.

Chegamos assim ao valor como uma relação de produção entre produtores mercantis independentes (portanto, *relação humana*), que assume a forma de propriedade das coisas e que, como veremos mais adiante, impacta decisivamente a distribuição do trabalho. O valor corresponde a propriedade atribuída socialmente ao produto do trabalho de cada produtor mercantil, "que torna esse produto trocável pelos produtos de trabalho de qualquer outro produtor mercantil numa razão determinada correspondente a um dado nível de produtividade do trabalho nos diferentes ramos de produção" (RUBIN, 1987, p. 88). Para que não restem dúvidas, quando nos referimos ao valor estamos tratando de *relações reificadas de produção entre pessoas*. Como destaca Isaak Rubin, a conclusão mais importante da teoria do fetichismo é que a reificação do trabalho em valor explica a *inevitabilidade* da "reificação" das relações de produção entre as pessoas numa economia mercantil.

Tanto o aspecto quantitativo do valor (magnitude), quanto o qualitativo (forma social) remetem ao *trabalho abstrato* (conteúdo do valor) que, como vimos, detém um aspecto qualitativo - a forma social do trabalho - e outro quantitativo - o trabalho socialmente necessário<sup>58</sup>. Nos deteremos a seguir ao segundo aspecto.

---

<sup>58</sup> Cabe pontuar que a igualdade de duas quantidades de trabalho abstrato significa sua igualdade enquanto partes do trabalho social total e que, como vimos, é estabelecida no processo de troca por meio da igualação dos produtos do trabalho numa sociedade mercantil. Sendo assim, é possível distinguir propriedades quantitativas que distinguem o trabalho em termos de seus aspectos técnico-material e fisiológico, e que influenciam causalmente a determinação quantitativa do trabalho abstrato antes do ato de troca e independentemente dele. Segundo Rubin (1987, p. 172), as propriedades mais importantes são

O trabalho socialmente necessário numa economia mercantil está intimamente relacionado ao conceito de força produtiva do trabalho. De modo geral, conforme Marx (2013, p. 164), “quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor”. O contrário também é verdadeiro. “Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho”. Portanto, as modificações do trabalho socialmente necessário e do valor das mercadorias individuais são expressão econômica do nível de desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, está condicionada pelas condições sociais, políticas e mesmo culturais.

Assim como o produtor de mercadorias despende seu trabalho na expectativa de igual vantagem de produção, o capitalista aplica seu “valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital”<sup>59</sup> (MARX, 2013, p. 298), avaliando a taxa de lucro. Retomaremos o assunto mais adiante. Por ora, cabe adiantar que é a taxa de lucro que regula a distribuição de capital entre os diferentes ramos de produção e, conseqüentemente, a distribuição do trabalho entre esses ramos. Nas relações sociais de produção capitalista as pessoas não se relacionam umas às outras apenas como possuidoras de mercadorias, mas como capitalistas e trabalhadores assalariados. Sob estas relações de produção “a troca do trabalho objetivado como valor, valor que se conserva em si mesmo, por trabalho vivo como seu valor de uso, como valor de uso não para um uso ou consumo determinado e particular, mas como valor de uso para o valor” (MARX, 2011, p. 624), é o que constitui o capital e, como consequência, o trabalho assalariado<sup>60</sup>.

No processo de produção o mais-valor não é resultado imediato dos elementos objetivos do capital. Os valores dos meios de produção consumidos apenas reaparecem como componentes do valor dos produtos. O mais-valor só é possível graças a uma mercadoria peculiar: a força de trabalho. Enquanto valor, a força de

---

(1) duração do dispêndio de trabalho / quantidade de tempo de trabalho, (2) intensidade do trabalho, (3) qualificação do trabalho e (4) quantidade de produtos produzidos numa unidade de tempo. Retomaremos algumas destas propriedades mais adiante.

<sup>59</sup> De acordo com Rosdolsky (2001) só é possível alcançar o conceito de capital partindo do valor e não do trabalho, mais precisamente do valor de troca, o dinheiro num circuito no qual se preserva e se multiplica com trabalho alheio. É nesse sentido que o capital é uma relação, um valor que gera mais-valor baseado numa forma histórica específica de trabalho: o trabalho assalariado.

<sup>60</sup> “Conservar valor velho enquanto cria valor novo é um dom natural do trabalho vivo.” (MARX, 2013, p. 830).

trabalho representa apenas seus custos de produção<sup>61</sup>, mas como valor de uso é fonte de criação de novo valor. Como observa Marx (2013, p. 177), a “força humana de trabalho em estado fluido, ou trabalho humano, cria valor, mas não é, ela própria, valor. Ela se torna valor em estado cristalizado, em forma objetiva.”. A troca de equivalentes ou não equivalentes não resulta em mais-valor, ou seja, a circulação ou a troca de mercadorias não cria valor algum. De acordo com Rosdolsky (2001, p. 222), trabalhador e capitalista “respeitam”, mas também contradizem as leis do intercâmbio de mercadorias, o que permite ao capitalista a apropriação de trabalho alheio sem intercâmbio. No entanto, isso só se torna visível quando levamos em conta a “produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e, em vez de enfocarmos o capitalista singular e o trabalhador singular, enfocamos a totalidade, a classe capitalista e, diante dela, a classe trabalhadora”. Em síntese,

[...] por ter recebido em troca a capacidade de trabalho como equivalente, o capital recebeu em troca sem equivalente o tempo de trabalho – na medida em que este excede o tempo contido na capacidade de trabalho; por meio da forma da troca, apropriou-se de tempo de trabalho alheio sem troca. (MARX, 2011, p. 904).

É o monopólio dos meios de produção pelas classes dominantes que obriga os trabalhadores - privados dos elementos de produção - a realizarem mais-trabalho sem um salário equivalente e que permite que a apropriação das diversas partes do mais-valor criado seja distribuído entre os capitalistas, na forma de lucro<sup>62</sup>, juro ou renda da terra (ROSDOLSKY, 2001). Sendo assim, a distribuição do produto é resultado dessa distribuição presente no próprio processo de produção e que determina sua organização. Proprietários fundiários, capitalistas e assalariados correspondem às três grandes formas de rendimentos nessa sociedade (renda da terra, lucro e salário). Decorre da existência delas a luta de classes no período capitalista. É o complexo

---

<sup>61</sup> Esse custo de produção é medido pelas “necessidades naturais”, que são na verdade socialmente estabelecidas, variando de acordo com a época, nível cultural, hábitos, país, aspirações de vida etc., sob a pressão das expectativas mais recentes da classe trabalhadora que mobilizam a luta sindical e política.

<sup>62</sup> O lucro não deve ser confundido com o mais-valor, como aparecia nos autores clássicos da economia política, mas sua forma alterada, derivada e secundária e, por isso, sua forma burguesa.

mecanismo apresentando até aqui que vincula o movimento dos preços de produção<sup>63</sup> e, conseqüentemente, os preços de mercado e o valor de mercado ao valor-trabalho<sup>64</sup>.

Do exposto até aqui, vemos que o valor pressupõe o exame exaustivo de suas relações com o trabalho, a partir da *magnitude* do valor, *forma* do valor e *substância* ou *conteúdo* do valor. Em outros termos, o valor é nessa teoria (1) um regulador da distribuição quantitativa do trabalho social, (2) uma expressão das relações sociais de produção entre as pessoas e (3) uma expressão do trabalho abstrato. Ao tomar como pressuposto o capital em sua totalidade, a teoria do valor possibilita, como demonstraremos a seguir, a crítica radical das relações entre trabalho, “tempo livre” e lazer. São estas considerações preliminares que possibilitam a correta e necessária problematização da divisão social do trabalho, bem como da crescente tendência da mercantilização das relações sociais e dos produtos do trabalho nessa forma de sociedade.

### 3. Notas sobre a divisão social do trabalho no capitalismo

Diversos trabalhos vinculados aos estudos do lazer enfatizam a importância da divisão do trabalho para a sua compreensão. Consideramos o tema incontornável para a reflexão de como se regula e distribui o trabalho nessa sociedade e, conseqüentemente, o “tempo livre”.

De antemão indicamos que a divisão do trabalho se fez presente em sociedades do passado, inclusive envolvendo “sistemas” de distribuição do trabalho social em “ramos da produção”. De diferentes modos estes povos levaram em conta o

---

<sup>63</sup> Embora não seja o propósito deste trabalho, cabe destacar que esse aspecto de sua teoria foi alvo de sucessivas críticas. Como afirma Rubin (1987, p. 119-120), porém, tais críticas “negligenciaram o fato de que a teoria analisava não só o aspecto quantitativo, mas acima de tudo o aspecto qualitativo (social) dos fenômenos relacionados com o valor. ‘Reificação’ ou ‘fetichização’ das relações de trabalho, relações de produção expressas no valor dos produtos; igualdade entre produtores mercantis enquanto agentes econômicos; o papel do valor na distribuição do trabalho entre os diferentes ramos de produção - toda esta cadeia de fenômenos, que não foi examinada de maneira adequada pelos críticos de Marx, e foi esclarecida pela teoria de Marx sobre o valor, refere-se em igual medida à economia mercantil simples e à economia capitalista. Mas o aspecto quantitativo do valor também interessava a Marx, desde que estivesse relacionado à função do valor como regulador da distribuição do trabalho. As proporções quantitativas em que as coisas são trocadas são expressões da lei de distribuição proporcional do trabalho social.”

<sup>64</sup> De acordo com Rubin (1987, p. 192), o valor de mercado assume a forma de preço de produção. Ele se constitui “através da concorrência entre produtores do mesmo ramo de produção. Mas, na sociedade capitalista desenvolvida, existe também a concorrência de capitais investidos em diferentes ramos de produção.”

nível de produtividade do trabalho, as necessidades de seus membros e chegaram a produzir excedente, mas sem que isso resultasse na produção generalizada de mercadorias<sup>65</sup>. Na sociedade comunista primitiva, para ficarmos apenas num exemplo, o trabalho de todos os membros de uma determinada unidade econômica era distribuído de antemão entre as diversas tarefas individuais. O baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, porém, resultou em sociedades radicalmente diversas e singulares, com características específicas forjadas, fundamentalmente, a partir das determinações naturais (recursos disponíveis no território, clima, laços sanguíneos, etc.).

Como se pode notar, não é a diversidade de atividades produtivas úteis que específica e determina uma dada forma de organização social. Se um aspecto qualquer, por mais importante que seja, se apresenta em diferentes formas sociais, decorre que esse aspecto é incapaz de explicar ou determinar uma forma social específica. Nesse sentido, consideramos importante que o eixo da problematização sobre a divisão do trabalho se volte para compreender a forma social específica que esta divisão assume sob o capitalismo. Retomando a distinção entre o processo *técnico-material* de produção e sua *forma social*, base da distinção entre trabalho concreto e abstrato e da oposição entre *valor de uso* e *valor* se faz indispensável *tomar a divisão social do trabalho para além de seu sentido técnico*.

A partir das considerações de Rosa Luxemburgo, Rosdolsky (2001, p. 463) afirma que, diferentemente do que ocorre a com as relações de produção capitalistas, nas sociedades pré-capitalistas as relações de produção “eram ‘tão evidentemente simples e transparentes’ que não exigiam ‘ser dissecadas com o bisturi da economia política’”. A bússola que orientava o trabalho eram simplesmente as necessidades da vida humana, ainda bastante limitadas pelo desenvolvimento das forças produtivas de cada época, sem que demandassem uma teoria específica para decifrá-la.

O primeiro ponto a ser destacado é que o processo que levou ao modo de produção capitalista envolveu uma série de “perturbações históricas, pelas quais se destroem as diversas formas que ainda mantinham vinculados o produtor e os meios de

---

<sup>65</sup> Esse é o primeiro aspecto a ser destacado. Como exemplo dessa afirmação citamos o caso da antiga comunidade indiana em que o trabalho era socialmente dividido sem que os produtos se tornassem mercadorias (MARX, 2013). Alguns povos peruanos chegaram a dividir extraordinariamente o trabalho, mas também sem que sua produção tenha assumido a forma de mercadorias. Ou seja, “se é certo que a troca privada supõe a divisão do trabalho, parece falso dizer que a divisão do trabalho supõe a troca privada” (MARX, 2008, p. 89-90).

produção” (ROSDOLSKY, 2001, P. 231). A riqueza em dinheiro que converteu em capitalistas os comerciantes e pessoas endinheiradas dos séculos XV ao XVII pressupunha a separação dos meios de produção em relação ao trabalho e aos trabalhadores. Nos estudos preparatórios para *O Capital*, publicados sob o título *Grundrisse* (2011), Marx dedicou uma parte extensa a esse processo, sob o título de *Formas que precederam a produção capitalista*<sup>66</sup>, e que julgamos apropriado ser parcialmente reproduzido:

[...] o processo de dissolução, que[, por um lado,] transforma uma massa de indivíduos de uma nação etc. em trabalhadores assalariados livres δυνάμει [*potencialmente*] - indivíduos coagidos ao trabalho e à venda do seu trabalho só por sua falta de propriedade -, supõe, por outro lado, não que as fontes de renda e, em parte, as condições de propriedade anteriores desses indivíduos tenham desaparecido, mas, ao contrário, supõe somente que se alterou a sua utilização, que o seu modo de existência se transformou, que passaram para outras mãos ou, em parte, permaneceram nas mesmas mãos como fundos livres. Mas uma coisa está clara: o mesmo processo que separou uma multidão de indivíduos de suas relações afirmativas - de uma maneira ou de outra - anteriores com as condições objetivas do trabalho, que negou essas relações e, dessa maneira, transformou esses indivíduos em trabalhadores livres, esse mesmo processo liberou δυνάμει essas condições objetivas do trabalho - território, matéria-prima, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro ou tudo isso junto - da vinculação anterior com os indivíduos agora delas dissociados. Elas ainda existem, mas existem em outra forma: como fundos livres, nos quais foram apagadas todas as antigas relações políticas etc., e que só na forma de valores, que, autossuficientes, se defrontam com aqueles indivíduos isolados e privados de propriedade. O mesmo processo que contrapõe a massa, na qualidade de trabalhadores livres, às condições objetivas de trabalho, também contrapõe essas condições, na qualidade de capital, aos trabalhadores livres. O processo histórico foi o divórcio de elementos até então unidos - em consequência, seu resultado não é que um dos elementos desaparece, mas que cada um deles aparece em

---

<sup>66</sup> Em síntese, o principal interesse de Marx era apontar como os modos de produção anteriores - as formações pré-capitalistas: primitivas, asiáticas, greco-romanas, germânicas, etc. - apesar das inúmeras particularidades, estavam fundadas na propriedade da terra, cuja finalidade era a produção de valores de uso e a satisfação das necessidades dos indivíduos.

uma relação negativa com o outro -, o trabalhador livre (potencialmente), de um lado, o capital (potencialmente), do outro. Na mesma medida, o divórcio entre as condições objetivas e as classes que foram transformadas em trabalhadores livres tem de aparecer no pólo oposto como uma autonomização dessas mesmas condições. (MARX, 2011, p. 668-669, grifos nossos).

Esse longo processo é acompanhado pela universalização do processo de intercâmbio dos produtos do trabalho. O processo de troca, por sua vez, demanda (a) indivíduos com suas mercadorias numa dada divisão social do trabalho, baseada em proprietários privados que livremente compram e vendem e (b) o desenvolvimento do dinheiro capaz de vincular os múltiplos indivíduos. Nesse processo o dinheiro se converte na “comunidade real” ou na “substância universal da existência para todos e o produto coletivo de todos” (MARX, 2011, p. 251). Temos assim que a divisão social do trabalho corresponde a um pressuposto histórico do modo de produção capitalista e não o contrário.

Apesar desse longo processo de expropriação do trabalhador, “o capital não inventou o mais-trabalho” (MARX, 2013, p. 394). Em todas as sociedades do passado<sup>67</sup> em que uma parcela monopolizou os meios de produção - proprietário ateniense, teocrata etrusco, cidadão romano, barão normando, escravocrata americano, etc. -, o trabalhador (livre ou não), se viu obrigado a adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente, a fim de produzir os meios de subsistência para aqueles proprietários. Nesses casos, porém, o mais-trabalho ainda se vinculava em alguma medida às necessidades sociais. Mas arrastados pela produção capitalista, os “horrores da escravidão, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho”, no qual apenas a produção do mais-valor importa. Pouco importa qual a natureza da atividade ou o caráter útil dos produtos produzidos, interessa ao capitalista apenas a valorização do capital. É justamente a forma específica com a

---

<sup>67</sup> A respeito das contribuições de Marx para o entendimento de modos de produção pretéritos, concordamos com o posicionamento de Machado (2018, p. 437). Estas formas de organização social quando são analisadas pelo pensador alemão têm “sempre como referência o modo de produção capitalista”. E continua: “Marx desenvolveu, em múltiplos sentidos e direções, brilhantes e originais contribuições sobre as especificidades dos mais diversos modos de produção”, mas isso não quer dizer que o tenha feito como procedeu com a sociedade capitalista, enquanto totalidade concreta. Encontramos em seu pensamento, assim, valiosas indicações para o desenvolvimento de pesquisas dedicadas àquelas formas específicas.

qual se extrai o mais-trabalho do produtor direto<sup>68</sup> que permite distinguir as diferentes épocas históricas.

Em texto posterior, Engels (2015) reafirma essa compreensão ao identificar que a exploração do trabalho atravessou todas as formações sociais do passado quando estas se moviam por antagonismos de classes. No entanto, “o meio de produção assume caráter específico de capital só quando o produto desse mais-trabalho assume a forma de mais-valor”, que ocorre a partir do momento que a classe que detém a posse dos meios de produção encontra o trabalhador livre, “enquanto objeto de espoliação e o explora visando à produção de *mercadorias*. E isso passou a acontecer em grande escala só a partir do final do século XV e do início do século XVI” (ENGELS, 2015, p. 234).

De modo radicalmente diferente do que ocorria em sociedades do passado, generalizada a produção de mercadorias não cabe às pessoas o controle da distribuição do trabalho entre ramos individuais de produção e empresas individuais. Como o processo técnico-material de produção não é regulado diretamente pela sociedade, mas dirigido por produtores mercantis individuais, o trabalho concreto está vinculado diretamente ao trabalho privado de indivíduos isolados. Apesar de vinculado ao trabalho de todos os outros produtores de mercadorias, é somente pela igualação dos produtos tomando o valor de todas as outras mercadorias que ele se torna *social*. Isso compreende necessariamente uma igualação de todas as formas concretas de trabalho despendido nas várias esferas da economia nacional. É por esse processo que o trabalho privado de indivíduos isolados deixa de adquirir o caráter de trabalho social na forma concreta em que foi despendido no processo de produção e passa a ocorrer por meio da troca que abstrai as propriedades concretas de coisas individuais e formas individuais de trabalho.

Por estar orientada para a troca desde o processo da produção direta, antes mesmo do ato em si, o produtor mercantil iguala seu produto com uma determinada soma de valor (expressa em dinheiro) e o trabalho concreto com uma determinada quantidade de trabalho abstrato. Embora essa igualação do trabalho possua um caráter preliminar, ela precisa ser “confirmada” no ato real de troca<sup>69</sup>. Decorre disso que a

---

<sup>68</sup> Retomaremos o problema mais adiante.

<sup>69</sup> Conforme Rubin (1987, p. 166) muitos consideram que, “como o processo de produção direta já possui propriedades sociais determinadas, isto significa que os produtos do trabalho e o trabalho, na fase de produção direta, estão caracterizados em todos os detalhes pelas mesmas propriedades que os caracterizam na fase de troca. Essa afirmação é errônea porque, ainda que ambas as fases (a fase de produção direta e a fase da troca) estejam intimamente relacionadas uma à outra, isto não significa que a fase de produção tornou-se fase de troca. Existe certa semelhança entre as duas fases, mas também é

igualação do trabalho através da igualação das coisas é uma consequência da forma social da economia mercantil, na qual não existe organização e igualação social direta do trabalho, ou seja, o trabalho abstrato é uma categoria histórica e social<sup>70</sup>. Para que não restem dúvidas, é um equívoco pressupor qualquer naturalidade e eternidade nestas relações.

Como vimos, o trabalho de cada produtor mercantil só se torna social porque seu produto é igualado aos produtos de todos os outros produtores, sem que exista um plano previamente traçado para a socialização e distribuição do trabalho. O único indício de que o trabalho de um certo indivíduo está incluído no sistema social da economia é a troca de produtos desse trabalho por todos os outros produtos. Não são as

---

preservada uma certa diferença. Em outras palavras, reconhecemos que, a partir do momento em que a troca se torna a forma dominante de trabalho social e as pessoas produzem especialmente para a troca, o caráter do produto do trabalho como valor é tomado em consideração na fase de produção direta. Mas este caráter do produto do trabalho como valor não é ainda o caráter que ele adquire quando é de fato trocado por dinheiro, quando, nas palavras de Marx, seu valor ‘ideal’ transforma-se em valor ‘real’ e a forma social de mercadorias é substituída pela forma social de dinheiro. Isto é verdadeiro também para o trabalho humano.”

<sup>70</sup> O valor exprime a igualdade de todos os produtos do trabalho. No entanto, diferentemente do que costuma ser afirmado, a igualdade deste trabalho não se limita ao caráter fisiologicamente igual. Rubin (1987, p. 151-152), afirma que muitos autores estavam limitados, seja por opção ou falta de acesso, a “uma repetição literal de umas poucas sentenças que Marx dedicou ao trabalho abstrato, na segunda parte do Capítulo I de *O Capital*”, quando na verdade, deveriam fazer uma leitura mais atenta da parte dedicada ao caráter fetichista da mercadoria e, em particular, a [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*. Segue o autor: “Para compreender com exatidão a teoria de Marx sobre o trabalho abstrato, não podemos nos esquecer por um minuto de que Marx põe o conceito de trabalho abstrato em nexos inseparáveis com o conceito de valor. O trabalho abstrato ‘cria’ valor, é o ‘conteúdo’ ou ‘substância’ do valor. A tarefa de Marx não era (como temos observado com frequência) reduzir o valor, analiticamente, a trabalho abstrato, mas deduzir o valor dialeticamente a partir do trabalho abstrato. E isto não é possível se o trabalho abstrato for compreendido como nada mais que trabalho num sentido fisiológico. [...] Quem quiser sustentar a bastante conhecida afirmação de Marx, de que o trabalho abstrato cria valor e se expressa no valor, deve renunciar ao conceito fisiológico do trabalho abstrato. Mas isto não significa que negamos o fato óbvio de que em toda forma social de economia a atividade de trabalho das pessoas se realiza através do dispêndio de energia fisiológica. [...] Mas este dispêndio de energia fisiológica permanece exatamente como pressuposto, e não como objeto de nossa análise.”. Sobre a relação entre divisão do trabalho e a homogeneidade fisiológica do trabalho humano em sociedades do passado e a particularidade numa sociedade mercantil o autor afirma que: “A homogeneidade fisiológica do trabalho humano era um pressuposto necessário da divisão social do trabalho, mas somente a um nível determinado de desenvolvimento social e numa forma social determinada de economia o trabalho dos indivíduos assume o caráter de uma forma de manifestação de trabalho humano em geral. Não estaríamos exagerando se dissessemos que talvez o conceito de homem em geral, e de trabalho humano em geral, surgiram sobre a base da economia mercantil. Era precisamente isto que Marx queria mostrar quando indicou que o caráter humano geral do trabalho se expressa no trabalho abstrato[...]. Para produzir uma mercadoria é necessário dispender nela ou incorporar a ela uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social”. “E na medida que este trabalho é igual, o que está sob consideração é o trabalho socialmente igual, ou socialmente igualado. Assim, não devemos nos limitar às características do trabalho enquanto igual, mas devemos distinguir três tipos de trabalho igual [...] 1) Trabalho fisiologicamente igual; 2) Trabalho socialmente igualado; 3) Trabalho abstrato, ou abstrato-universal, ou seja, trabalho socialmente igualado na forma específica que adquire numa economia mercantil.” (*Idem*, 1987, p. 154).

necessidades previamente determinadas que distribuem conscientemente o trabalho pelos diferentes ramos de produção, mas a expectativa de que pelo dispêndio de igual quantidade de trabalho, produtores mercantis adquiram somas iguais de valor em todos os ramos ou igual vantagem de produção.

O trabalho abstrato, é assim, a forma específica do trabalho socialmente igualado numa economia mercantil. Aqui o trabalho só se torna social se for igual e a igualação do trabalho é realizada através da igualação das coisas. Nos termos de Marx (2013, p. 208), uma vez mais: “Eles não sabem disso, mas o fazem.”. Como observa Rubin (1987, p. 113), nessa sociedade “*não existe decisão social independente da igualação do trabalho*”. Tanto a divisão de trabalho na sociedade quanto a atividade de trabalho dos participantes na produção são impactados pela igualação de coisas sob a forma de valores no mercado. Opera uma íntima relação entre o processo de igualação e distribuição das mercadorias no mercado e a igualação e distribuição do trabalho na produção social. Fica claro, desse modo, que a produção de mercadorias pressupõe mais do que divisão do trabalho em geral, mas uma forma específica dessa divisão<sup>71</sup>.

Como demonstra a história, a produção de mercadorias não é a única forma possível de produção da vida social. De outro modo poderia ser numa economia planificada de caráter socialista, em que a propriedade de trabalho socialmente igualado é resultado direto do processo de produção, previamente definida por um órgão que socialize e distribua o trabalho. Em polêmica com Eugen Duhring, o revolucionário Friedrich Engels foi categórico sobre isso:

No momento em que a sociedade se apossa dos meios de produção e os utiliza para a produção mediante socialização imediata, o trabalho de cada qual, não importando quão distinto seja seu caráter especificamente útil, é de antemão e diretamente trabalho social.

---

<sup>71</sup> Rosdolsky (2001, p. 113) afirma que “esta forma específica de divisão do trabalho é o que importa, antes de qualquer outra coisa! Pois, na medida em que só se considera a relação de intercâmbio, “um fazendeiro inglês e um camponês francês [...] estão na mesma situação econômica. No entanto, o camponês vende o pequeno excedente da produção familiar, cuja maior parte consome. Relaciona-se, pois, com a maior parte de sua produção, não como valor de troca, mas como valor de uso, meio de subsistência imediato. O fazendeiro inglês, ao contrário, depende totalmente da venda de seu produto, que é mercadoria; depende, portanto, do valor de uso social deste produto. Sua produção está inteiramente subordinada ao valor de troca.” Isso nos permite ver “que desenvolvimento altamente diversificado das forças produtivas, que divisão do trabalho, que relações diversificadas entre os indivíduos nos marcos da produção são necessários para que se produza o trigo como mero valor de troca, destinado inteiramente à circulação; que processos econômicos são necessários para transformar o camponês francês em fazendeiro inglês”.

Nesse caso, a quantidade de trabalho social contido num produto não precisa ser primeiro aferida por alguma via indireta: a experiência cotidiana indica diretamente a quantidade que, em média, se faz necessária. [...]. Nesse caso, portanto, nem pode lhe ocorrer a ideia de expressar as quantidades de trabalho depositadas nos produtos numa medida apenas relativa, oscilante, insuficiente, que antes era incontornável como quebra-galho - num terceiro produto, enfim -, e não em sua medida natural, adequada, absoluta, que ela já conhece de modo direto: o *tempo*. [...] Todavia, também nesse caso a sociedade deverá saber quanto trabalho cada objeto de uso necessitará para sua confecção. Ela terá de organizar o plano de produção segundo os meios de produção, entre os quais figuram especialmente as forças de trabalho. A utilidade dos diversos objetos de uso, ponderados entre si e em relação às quantidades de trabalho necessárias para sua confecção, determinará em última análise o plano. (2015, p. 343).

Não se tratará de dispensar a igualação mediante a avaliação consciente dessas coisas pela sociedade, como observa Rubin (1987). Mas essa igualação entre coisas, numa forma social superior (o comunismo), não precisaria depender da exata proporção do trabalho despendido em sua produção e nem estaria necessariamente vinculada à igualação dos diferentes trabalhos. As necessidades sociais poderiam orientar a produção. Para ficarmos apenas num exemplo citamos a possibilidade de introduzir conscientemente num processo de transição uma estimativa menor para as coisas que satisfaçam necessidades culturais das amplas massas populares e uma estimativa maior para os bens de luxo.

Expostas as particularidades da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista voltamos nossa atenção para a forma histórica de apropriação do trabalho excedente promovida pelo capital e os vínculos entre trabalho necessário, mais-trabalho e mais-valor.

#### **4. As formas extensiva e intensiva de apropriação do trabalho excedente**

Despojado dos meios de produção, o trabalhador assalariado é obrigado a trabalhar mais do que o tempo necessário para produzir seu sustento e de sua família.

Aquilo que “aparece do ponto de vista do capital como mais-valor, aparece do ponto de vista do trabalhador exatamente como mais-trabalho acima de sua necessidade como trabalhador” (MARX, 2011, p. 404). Imposto o tempo de trabalho absoluto do trabalhador como condição para que possa efetuar o trabalho necessário - aquele necessário à conservação de sua força de trabalho -, parece não existir distinção entre a condição do trabalhador assalariado e o das classes exploradas de épocas em que prevaleciam a escravidão, a servidão etc. Mas isso está distante de ser verdade.

Embora outros modos de produção do passado também se baseassem no mais-trabalho do produtor direto e, conseqüentemente, produzissem mais-produto, suas bases, além das implicações sobre o produtor direto são muito distintas. Conforme Marx,

Na economia burguesa – e na época de produção que lhe corresponde –, essa exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento; essa objetivação universal, como estranhamento total, e a desintegração de todas as finalidades unilaterais determinadas, como sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior. Por essa razão, o pueril mundo antigo, por um lado, aparece como o mais elevado. Por outro, ele o é em tudo em que se busca a forma, a figura acabada e a limitação dada. O mundo antigo representa a satisfação de um ponto de vista tacanho; ao passo que o moderno causa insatisfação, ou, quando se mostra satisfeito consigo mesmo, é vulgar. (2011, p. 646-647).

No entanto, não são estas características que demarcam o início de uma nova época histórica, que supera o uso do trabalho forçado direto. O marco é a produção do mais-valor relativo (ROSDOLSKY, 2001). Enquanto o mais-valor absoluto, baseado no prolongamento da duração do processo de trabalho ou da jornada de trabalho foi uma forma de exploração comum a todas as sociedades de classes, o mais-valor relativo tem como fundamento o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, que impulsiona a redução do tempo de trabalho necessário e eleva o mais-trabalho.

Obviamente que o mais-trabalho absoluto cumpriu e ainda cumpre um papel importante. Porém, ele é insuficiente para caracterizar a essência do modo de produção atual. A extração coercitiva do mais-trabalho em modos de produção como escravismo, servidão etc., que detinham a predominância e centralidade no valor de uso, é

substituída por mecanismos mais "eficientes" que possibilitam a orientação direta para o valor de troca e só indiretamente para o valor de uso.

Temos assim que a essência do modo de produção capitalista é a “revolução incessante das condições técnicas e sociais do processo de trabalho” (ROSDOLSKY, 2001, p. 194), que objetivam o recuo das barreiras naturais do trabalho necessário e o alargamento cada vez maior do domínio do mais-trabalho. É no mais-valor relativo que aparece “claramente o caráter industrial, historicamente específico, do modo de produção baseado no capital”. Mesmo a introdução das últimas melhorias técnicas - a vitória da produção em grande escala sobre a pequena e a concentração da produção em empresas maiores -, resultado da concorrência, almeja a redução do valor de produção individual comparado ao valor médio de mercado visando o sobrelucro. Mas como o propósito é a valorização do capital não basta extrair o mais-trabalho, é necessário realizá-lo como mais-valor. Decorre disso que o mais-valor criado num ponto demanda algo semelhante em outro para que haja intercâmbio. Como indica Marx (2011, p. 540-541),

[...] a produção de valor excedente fundada no aumento e no desenvolvimento de forças produtivas, requer a produção de novo consumo; requer que o círculo de consumo no interior da circulação se amplie tanto quanto antes se ampliou o círculo produtivo. Primeiro, ampliação quantitativa do consumo existente; segundo, criação de novas necessidades pela propagação das existentes em um círculo mais amplo; *terceiro*, produção de *novas* necessidades e descoberta e criação de novos valores de uso. Em outras palavras, para que o trabalho excedente ganho não permaneça simples excedente quantitativo, mas para que ao mesmo tempo o círculo das diferenças qualitativas do trabalho (e, com isso, do trabalho excedente) seja continuamente aumentado, diversificado e mais diferenciado em si mesmo.

Embora o mais-trabalho relativo receba bastante atenção n’*O Capital*, algumas importantes considerações estão restritas ao *Grundrisse*<sup>72</sup>. É o caso da relação entre desenvolvimento da produtividade e crescimento do mais-valor, abstraindo os

---

<sup>72</sup> A esse respeito, Roman Rosdolsky (2001, p. 354) afirma que embora sejam ideias escritas há mais de 150 anos, “tiram o fôlego ao serem lidas hoje, pois apresentam uma das visões mais audaciosas produzidas pelo espírito humano”.

efeitos da concorrência entre diferentes capitais. Assim Marx resume sua investigação (2011, p. 424-426):

Em *primeiro lugar*: o aumento da força produtiva do trabalho vivo aumenta o *valor* do capital (ou diminui o valor do trabalhador), não porque aumenta o *quantum* dos produtos ou valores de uso criados com o mesmo trabalho – a força produtiva do trabalho é sua força natural –, mas porque diminui o trabalho *necessário*, ou seja, porque, na mesma proporção em que ele diminui o trabalho necessário, cria *trabalho excedente* ou, o que é a mesma coisa, valor excedente; porque o mais-valor do capital, que este obtém mediante o processo de produção, consiste tão somente do saldo do trabalho excedente sobre o *trabalho necessário*. O aumento da força produtiva só pode aumentar o trabalho excedente [...] à medida que ele diminui a proporção do *trabalho necessário* em relação ao *trabalho excedente*, e somente na medida em que a diminui. [...]

Em *segundo lugar*: o mais-valor do capital não aumenta da mesma maneira que o multiplicador da força produtiva[...] Por conseguinte, a *soma absoluta* em que o capital aumenta seu valor por um aumento determinado da força produtiva depende da *fração dada* da jornada de trabalho, da parte alíquota da jornada de trabalho que representa o *trabalho necessário* e que, portanto, expressa a proporção inicial do trabalho necessário na jornada de trabalho vivo. [...]

Em *terceiro lugar*: quanto maior o valor excedente do capital *antes do aumento da força produtiva*, quanto maior o *quantum* pressuposto do trabalho excedente ou do valor excedente do capital, ou quanto menor já for a fração da jornada de trabalho que constitui o equivalente do trabalhador, fração que expressa o trabalho necessário, tanto menor é o crescimento do valor excedente que o capital obtém do aumento da força produtiva. O seu valor excedente cresce, mas em proporção sempre menor que o desenvolvimento da força produtiva. Consequentemente, quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais trabalho excedente criou, tanto mais extraordinariamente tem de desenvolver a força produtiva do trabalho para valorizar-se em proporção ínfima[...] porque o seu limite continua sendo a proporção entre a fração da jornada que expressa o *trabalho necessário* e a

jornada de trabalho total. O capital pode se mover unicamente no interior dessas fronteiras.

As considerações acima acrescentamos o conteúdo da seção IV do livro I d'*O Capital*, dedicada aos métodos particulares de produção do mais-valor relativo, como a cooperação (Capítulo 11), a divisão do trabalho na manufatura (Capítulo 12) e, principalmente, a maquinaria e a grande indústria (Capítulo 13). É a partir da contraditória relação entre trabalho necessário e trabalho excedente que podemos compreender a expulsão do trabalho vivo (o crescimento do exército industrial de reserva) e mesmo a extensão das jornadas de trabalho no contexto atual, apesar do substantivo desenvolvimento técnico desde que foram escritas aquelas linhas.

Mesmo o desenvolvimento da produtividade promovida pelo trabalho associado sob o capital, na medida em que o trabalho assalariado é seu pressuposto, beneficia fundamentalmente o capitalista (ROSDOLSKY, 2001). Tanto o avanço das forças produtivas, quanto os resultados dessa produção são monopolizados pela burguesia, ampliando cada vez mais os domínios do mais-trabalho relativo. Porém, na manufatura fundada na divisão do trabalho, na habilidade artesanal e no domínio da produção do mais-valor absoluto, o mais-trabalho de cada trabalhador permaneceu limitado.

De outro modo, sob a grande indústria, a contínua revolução do modo de produzir está baseada no avanço dos meios de trabalho. Isso modifica profundamente a relação entre o trabalhador e seu ofício, agora coordenado pela máquina, essa objetivação do “pensamento científico” (MARX, 2011, p. 626). Determinada e regulada pelo movimento da maquinaria, a atividade do trabalhador é reduzida a mera atividade abstrata, processo que constitui o pleno desenvolvimento do capital e que revela a tendência do capital de atribuir à produção um caráter científico, reduzindo o trabalho a um simples momento desse processo.

Diante do exposto, a maquinaria corresponde a um meio para aumentar o mais-valor relativo. Enganam-se profundamente os que veem no desenvolvimento da maquinaria algo que visa facilitar e reduzir a tarefa do trabalhador individual. A aplicação capitalista da maquinaria expõe o contrário exato do que diz a apologia burguesa. Em lugar de tornar o trabalhador mais independente e atenuar sua exploração, “serve para confiscar uma parte crescente de seu tempo de trabalho na forma de

mais-trabalho, de modo a perpetuar e fortalecer o poderio do capital, que lhe é hostil.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 206). Assim se revela que a tendência de economizar trabalho necessário pelo aumento da produtividade tem como objetivo a ampliação do mais-trabalho.

O capital só emprega a máquina[...] na medida em que ela capacita o trabalhador a trabalhar uma parte maior do seu tempo para o capital, a se relacionar a uma parte maior do seu tempo como não pertencente a ele, a trabalhar mais tempo para o outro. Na verdade, por meio desse processo o *quantum* de trabalho necessário para a produção de certo objeto é reduzido a um mínimo, mas só para que, com isso, um máximo de trabalho seja valorizado em um máximo de tais objetos. (MARX, 2011, p. 936-937).

[...]

*Por isso, a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que o fazia o selvagem ou que ele próprio com suas ferramentas mais simples e rudimentares (Idem, 2011, p. 946).*

A leitura desatenta destas reflexões pode levar a conclusão de que empregar o maior número possível de trabalhadores tenderia a ampliar também o volume do mais-trabalho produzido. No entanto, o impulso na direção do mais-valor relativo, característica desse modo de produção, dispensa a necessidade de muitos daqueles trabalhadores. Temos assim que é uma tendência do capital, ao menos desde a disseminação da maquinaria, a combinação entre mais-valor absoluto e relativo<sup>73</sup>. Em outros termos (MARX, 2001, p. 1062), são combinadas a “*maior extensão possível da jornada de trabalho com a maior quantidade possível de jornadas de trabalho simultâneas*” e “*a redução ao mínimo, por um lado, do tempo de trabalho necessário, por outro, do número de trabalhadores necessários*”. Desse modo é possível vincular o conceito de mais-valor relativo ao exército industrial de reserva ou a produção

---

<sup>73</sup> Cabe destacar que o impulso para o prolongamento da jornada de trabalho é produto da própria concorrência entre os diferentes capitais. Diante de condições *a priori* desiguais, tem início a “gritaria dos próprios capitalistas por igualdade nas condições de concorrência, isto é, por limitações iguais à exploração do trabalho” (MARX, 2013, p. 685). Na delimitação da jornada de trabalho no capitalismo, por outro lado, trabalhador e capitalista estão *a priori* igualmente amparados na lei de troca de mercadoria, ainda que, na lutas de classes “entre direitos iguais, quem decide é a força” (Idem, 2013, p. 394).

progressiva de uma superpopulação relativa, resultado do “processo dialético de criação e supressão simultâneas do trabalho necessário por parte do capital” (ROSDOLSKY, 2001, p. 212). O movimento dos salários, por sua vez, não é pautado pelo volume absoluto da população, mas acompanha a maior ou menor distribuição desse exército em relação a parcela ativa. Como o ritmo de incorporação dos meios de produção é superior ao ritmo da incorporação da força de trabalho ao processo produtivo, apenas uma fração de toda a massa de trabalhadores é absorvida. Sendo assim, no capitalismo opera a tendência de aumento do número de empregados, mas também do exército industrial de reserva, com variações que acompanham os ciclos econômicos.

Rosdolsky (2001) destaca o pioneirismo de Rosa Luxemburgo ao afirmar, a partir do pensamento de Marx<sup>74</sup>, a lei tendencial da queda do salário relativo. Nela o avanço da produção capitalista é acompanhado pela redução da participação dos trabalhadores no produto social. É óbvio que não se trata apenas de recorrer a formas que escancarem o rebaixamento do nível de vida dos trabalhadores, mas de operar a “queda invisível” do salário em relação ao lucro - o salário relativo -, produto do progresso técnico, dos meios de transporte, dos avanços na comunicação, etc. Daí a importância de vincular a luta contra a queda dos salários atrelada ao fim do trabalho assalariado<sup>75</sup>, ao fim da força de trabalho enquanto mercadoria e a superação da produção capitalista, elementos pouco destacados nos estudos do lazer, inclusive naqueles que integram o esforço para o desenvolvimento de uma crítica marxista do lazer.

## **5. A imanência das crises sob o capital e a tendência ao aumento da exploração**

Vimos que no processo de produção o capital depende totalmente de sua relação com o trabalho vivo para a valorização. No entanto, a realização do valor depende da circulação do produto do trabalho como mercadoria. Recordemos também o caráter duplo da mercadoria, valor de uso - objeto da necessidade e consumo -, que deve ser trocado por seu equivalente em dinheiro. A capacidade de se transferir à forma universal (forma dinheiro) desse novo valor de uso produzido pelo capital pressupõe,

<sup>74</sup> A partir da obra *Trabalho assalariado e capital* (1849).

<sup>75</sup> Sobre o tema destacamos os textos de Engels (2008a) “A abolição do sistema assalariado” e “O sistema de trabalho assalariado” (2008).

portanto, a disponibilidade numa quantidade determinada<sup>76</sup> (número determinado de consumidores multiplicado pela magnitude da necessidade deste produto específico) (ROSDOLSKY, 2001). Diante disso, o valor de uso como produto contém em si um limite que não se define pela necessidade do produtor, mas pela necessidade total dos que participam da troca.

Esse conjunto de problemas foi assim sistematizado por Marx (2011, p. 560) no *Grundrisse*:

O capital, portanto, põe o tempo de trabalho necessário como limite para o valor de troca da capacidade de trabalho viva; o tempo de trabalho excedente como limite para o tempo de trabalho necessário; e o valor excedente como limite para o tempo de trabalho excedente; ao passo que, ao mesmo tempo, tende a ultrapassar todos esses limites, porquanto se põe diante da capacidade de trabalho como trocador simples, como dinheiro, e ao tempo de trabalho excedente como o único limite, porque criador do valor excedente. (Ou, segundo o primeiro aspecto, o capital põe a troca dos valores excedentes como limite para a troca dos necessários.)

Vemos que é imanente ao capital a contradição entre produção e valorização. Isso resulta da proporção entre trabalho necessário e mais-trabalho, na qual a elevação do mais-trabalho pressupõe a redução (relativa) do trabalho necessário que, por sua vez, limita a possibilidade de realização do mais-produto. Quanto mais desenvolvido o capital, mais ele atua como obstáculo à produção e a troca. Como a capacidade de consumo dos trabalhadores é limitada pelos salários e pelo exército industrial de reserva, a “razão última” de todas as crises é “sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em contraste com o ímpeto da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se estas tivessem seu limite apenas na capacidade absoluta de consumo da sociedade”<sup>77</sup> (MARX, 2017, p. 463). Daí que as crises nessa sociedade não sejam fortuitas, mas explosões que revelam tais contradições

---

<sup>76</sup> O intercâmbio, a exemplo do que ocorre com o tempo de circulação - como veremos em outro momento da tese - atua como barreira para a valorização (ROSDOLSKY, 2001). Daí que o sistema de crédito tem enorme importância para o processo de reprodução do capital.

<sup>77</sup> Nesse sentido, superprodução e subconsumo não são mais que manifestações aparentes das crises iminentes ao próprio capital.

de modo cíclico, embora constantemente as “supere” - ao menos até que outra forma de sociedade a substitua - e as recoloca numa escala cada vez mais ampla<sup>78</sup>.

A taxa de lucro, a proporção entre o mais-valor e o capital total adiantado (capital constante + capital variável), corresponde ao “agulhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é seu único objetivo)” (MARX, 2017, p. 241). Decorre que uma mesma taxa de mais-valor - a valorização proporcional do capital variável - pode se expressar em diferentes taxas de lucro<sup>79</sup>. Por essa razão, a tendência à diminuição do capital variável em relação ao capital constante, produzida pelo permanente revolucionamento da técnica de produção, pelo acréscimo da produtividade, tende a se expressar na lei da queda da taxa de lucro<sup>80</sup>. Em outros termos, o incremento do mais-valor relativo ou do mais-trabalho relativo, força criadora do valor típica do capital, é o motor da queda da taxa de lucro. É por essa razão que Marx (2011, p. 1033) chega a atribuir à lei da queda tendencial da taxa de lucro a condição de “lei mais importante da economia política moderna e a mais essencial para compreender as relações mais complicadas”:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas suscitado pelo próprio capital em seu desenvolvimento histórico, alcançado certo ponto, suprime, em lugar de pôr, a autovalorização do capital. Para além de certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas devém um

---

<sup>78</sup> O debate sobre a relevância de uma teoria das crises em Marx atravessou diferentes gerações de marxistas. Reivindicamos a posição de Michael Roberts (2019) que, apoiado na teoria do valor de Marx e polemizando com David Harvey, demonstrou que são apenas dois os pressupostos da lei da queda tendencial da taxa de lucro (QTTL): 1) o valor só é criado pela força de trabalho; e 2) o capital deve acumular mais-valor, mas só pode fazer isso aumentando a composição orgânica do capital. Essa teoria além de proporcionar uma explicação causal para as crises, demonstra a natureza transitória do modo de produção capitalista. Como base de sua teoria das crises é a QTTL que se contrapõem “as várias teorias da economia burguesa baseadas nos booms de crédito (escola austríaca), na especulação financeira (Minsky), na falta de demanda (Keynes), nos baixos salários e desigualdade (Stiglitz e os pós-keynesianos)”, Roberts afirma que a unidade dessas teorias provém da defesa de que “o capitalismo pode ser corrigido pela regulação financeira (Wolf, 2014), por maiores salários (pós-keynesianos), ou por taxa progressiva (Piketty, 2014), sem substituir o próprio modo de produção capitalista. Isso é porque essas teorias argumentam que não há uma contradição fundamental no modo de produção capitalista que cause crises recorrentes e cíclicas (como Marx defendia); há apenas problemas com a circulação.” (ROBERTS, 2019, p. 49).

<sup>79</sup> No livro III d’*O capital*, Marx (2017, p. 68) destaca que “a taxa de lucro se relaciona com a taxa de mais-valor do mesmo modo que o capital variável se relaciona com o capital total”. Como a soma do capital constante e variável é sempre menor que o capital total adiantado, a taxa de lucro será sempre menor que a taxa de mais-valor. Porém, influenciam nessa grandeza fatores como o “valor do dinheiro”, o “período de rotação do capital variável”, a “produtividade do trabalho”, “duração da jornada de trabalho, intensidade do trabalho e salário”, entre outros.

<sup>80</sup> A queda da taxa de lucro é uma tendência, assim como ocorre com qualquer outra lei da economia. Ao lado dela atuam inúmeras contratendências. No terceiro livro d’*O capital*, o capítulo 14 é dedicado a apresentar as “Causas contra-arrestantes”.

obstáculo para o capital; ou seja, a relação de capital devém um obstáculo para [o] desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Ao atingir esse ponto, o capital, *i.e.*, o trabalho assalariado, entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas que o sistema das corporações, a servidão, a escravidão e, como grilhão, é necessariamente removido. A última figura servil que assume a atividade humana, a do trabalho assalariado, de um lado, a do capital, de outro, é com isso esfolada, e essa própria esfoladura é o resultado do modo de produção correspondente ao capital; as condições materiais e intelectuais da negação do trabalho assalariado e do capital, elas mesmas já sendo a negação de formas anteriores da produção social não livre, são elas próprias resultado de seu processo de produção. A crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às suas relações de produção anteriores manifesta-se em contradições agudas, crises, convulsões. A destruição violenta de capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social. [...] (*Idem*, 2011, p. 1034).

Chegamos assim a aspectos fundamentais que revelam de modo categórico o quão limitado é esse modo de produção. A incorporação da maquinaria com o objetivo de baratear o produto demanda que sua própria produção tenha um custo inferior ao trabalho a ser substituído. Mas como sob o capital não se paga pelo trabalho aplicado, mas pelo valor da força de trabalho, diferentemente do que se mostra na aparência desse modo de produção, a incorporação da maquinaria com vistas ao aumento da produtividade é limitada ou mesmo inviabilizada já que essa forma de organização social não se orienta pelas necessidades sociais, mas pela perspectiva do lucro que provém da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago (MARX, 2013). Contribui ainda mais para isso o fato da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho apresentar diferenças entre países, regiões, períodos, setores específicos e no próprio salário, que apresentam oscilações abaixo ou acima do valor da força de trabalho.

Considerando, como observa Engels<sup>81</sup> (MARX, 2017, p. 258), que o valor da mercadoria é “determinado pelo tempo total de trabalho, pretérito e vivo, que é nela incorporado”, o aumento da produtividade do trabalho nessa sociedade tem por suposto a diminuição da parte correspondente ao trabalho vivo (capital variável) e a elevação da presença do trabalho pretérito (capital constante), diminuindo a soma total do trabalho contido na mercadoria e o seu valor. E mais. Não se trata de economizar no trabalho vivo em geral, mas somente se adicionar em trabalho pretérito mais do que se paga pela parte que corresponde ao trabalho vivo. Em outros termos, quanto mais baixos os salários, menores são as chances de aproveitamento do progresso técnico. O pragmatismo do capital se revela no modo como o horizonte do valor define a (não) incorporação de um novo método de produção:

O trabalho pretérito contido no valor de uma mercadoria – a parcela do capital constante – consiste, em parte, no desgaste do capital constante fixo e, em parte, no capital constante circulante, incorporado por completo na mercadoria sob a forma de matérias-primas e materiais auxiliares. A parcela de valor proveniente das matérias-primas e dos materiais auxiliares tem de sofrer uma redução com [o aumento d]a produtividade do trabalho, uma vez que, no que diz respeito a esses materiais, essa produtividade revela-se precisamente no decréscimo do valor destes últimos. Em contrapartida, o que caracteriza o aumento da força produtiva do trabalho é justamente o fato de que a parte fixa do capital constante experimenta um forte aumento – o mesmo ocorre com a parcela de valor desse capital constante que se transfere às mercadorias por meio do desgaste. Ora, para que um novo método de produção possa significar um aumento real da produtividade, a parcela adicional de valor que ele transfere à mercadoria individual por meio do desgaste de capital fixo tem de ser menor que a parcela de valor que se economiza em consequência da diminuição de trabalho vivo; em outras palavras, ele tem de reduzir o valor da mercadoria. E tem de fazê-lo, evidentemente, ainda que – como ocorre em alguns casos –

---

<sup>81</sup> O livro III d'O Capital (MARX, 2017) foi em larga medida organizado por Engels. Conforme Marcelo Dias Carcanholo, na apresentação à edição brasileira da obra, das sete seções que constituem o Livro III, o texto original permitiu a Engels edição sem maiores percalços apenas para as de número II, III e IV. Na primeira seção, Engels teve a necessidade de escrever um capítulo completo, o capítulo IV, do qual constava, no texto deixado por Marx, apenas o título. O trecho citado se refere a um acréscimo feito pelo autor no capítulo IV da seção III.

entre na formação de valor da mercadoria, além da parte adicional de desgaste do capital fixo, uma parcela adicional de valor relativa ao aumento ou encarecimento das matérias-primas ou dos materiais auxiliares. Todos esses acréscimos de valor precisam ser mais do que compensados pelo decréscimo de valor resultante da redução do trabalho vivo.

Contra essa incorporação pesa ainda a eventual “perda” de valor pela substituição da tecnologia em uso (não desgastada), mesmo que pudesse representar uma produtividade aumentada do trabalho social e, conseqüentemente, maior riqueza social. Sendo assim, embora a “missão histórica” desse modo de produção seja o desenvolvimento da produtividade do trabalho humano ela é permanentemente freada. Como o valor é uma categoria histórica, forma que expressa a função social do trabalho numa sociedade de proprietários de mercadorias, num futuro socialista os produtores livremente associados poderiam regular a produção e distribuição segundo um plano traçado de antemão, criando as condições para que qualquer máquina pudesse ser incorporada simplesmente quando esta economizasse maior quantidade de trabalho que a necessária para sua produção (ROSDOLSKY, 2001).

A produção de valor excedente fundada no aumento e no desenvolvimento de forças produtivas requer, como vimos anteriormente, também a produção de novo consumo. Mas não é só esse aspecto que é revolucionado pelo capital. Visando a valorização ele aumenta continuamente as diferenças qualitativas do trabalho recorrendo, além do avanço quantitativo do consumo existente e do círculo de propagação dessas necessidades, a produção de novas necessidades pela descoberta e criação de novos valores de uso. Impelido a explorar toda a natureza na busca de novas propriedades úteis das coisas, impulsiona o mercado mundial e o desenvolvimento das ciências (com especial destaque para as ciências naturais). Proporcionando, conseqüentemente,

[...] o cultivo de todas as qualidades do ser humano social e sua produção como um ser, o mais rico possível em necessidades, porque rico em qualidades e relações – a sua produção como um produto social universal o mais total possível (porque, para um desfrute diversificado, tem de ser capaz do desfrute e, portanto, deve possuir um elevado grau de cultura) – tudo isso é igualmente uma condição da

produção baseada no capital. Isso não é só divisão do trabalho, essa criação de novos ramos de produção, isto é, de tempo excedente qualitativamente novo; mas a venda de determinada produção dela mesma como trabalho de novo valor de uso; o desenvolvimento de um sistema abrangente em constante expansão de modos de trabalho, modos de produção, aos quais corresponde um sistema de necessidades constantemente ampliado e mais rico.

Portanto, da mesma maneira que a produção baseada no capital cria, por um lado, a indústria universal – isto é, trabalho excedente, trabalho criador de valor –, cria também, por outro lado, um sistema da exploração universal das qualidades naturais e humanas, um sistema da utilidade universal, do qual a própria ciência aparece como portadora tão perfeita quanto todas as qualidades físicas e espirituais, ao passo que nada aparece elevado-em-si mesmo, legítimo-em-si-mesmo fora desse círculo de produção e troca sociais. Dessa forma, é só o capital que cria a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, bem como da própria conexão social pelos membros da sociedade. Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um nível de sociedade em comparação com o qual todos os anteriores aparecem somente como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. Só então a natureza torna-se puro objeto para o homem, pura coisa da utilidade; deixa de ser reconhecida como poder em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas aparece unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto do consumo, seja como meio da produção. O capital, de acordo com essa sua tendência, move-se para além tanto das fronteiras e dos preconceitos nacionais quanto da divinização da natureza, bem como da satisfação tradicional das necessidades correntes, complacentemente circunscrita a certos limites, e da reprodução do modo de vida anterior. (MARX, 2011, p. 541-542).

De modo um tanto surpreendente, apesar da relevância dada pelo próprio Marx para sua teoria das crises<sup>82</sup>, bem como as evidentes implicações sobre a vida dos

---

<sup>82</sup> Alves (2018) oferece um quadro com as 8 contradições responsáveis pela inevitabilidade das crises no capitalismo, incluindo aspectos que abordamos no capítulo e proporcionando uma síntese bastante didática. São contradições responsáveis pelas crises as relações entre: 1) Valor de uso / Valor de troca; 2) Superprodução / Demanda efetiva; 3) Necessidades sociais / Forma-mercadoria; 4) Produção social /

trabalhadores - que vão da expansão do exército industrial de reserva ao aumento da exploração, passando ainda pelo empobrecimento relativo -, que o problema seja tão pouco considerado nos estudos do lazer. É baseado no limite histórico da “lei do valor” que apresentamos a necessidade de uma crítica da riqueza concebida nos estreitos limites do capital e reivindicamos a reflexão marxiana sobre a riqueza como tempo disponível para cada indivíduo e toda a sociedade, para além do tempo usado na produção imediata.

## **6. A riqueza como tempo disponível para cada indivíduo e toda a sociedade**

O objetivo de Marx ao desenvolver seus estudos que culminaram n’*O Capital* era investigar a estrutura interna e as leis de movimento do modo de produção capitalista e demonstrar a possibilidade e necessidade de transformar radicalmente essa forma social. É por essa razão que, tanto no pensamento de Marx quanto no de Engels, no esforço de se distinguirem da doutrina dos socialistas utópicos, podemos encontrar valiosas indicações sobre o limite histórico da “lei do valor” e as possibilidades de uma futura ordem social comunista.

Baseado num detido estudo do conjunto daqueles autores, com destaque para o *Grundrisse* de Marx, Roman Rosdolsky é categórico ao afirmar que a “investigação materialista dialética do modo de produção capitalista conduz à confrontação entre este modo de produção e as formações sociais pré-capitalistas, de um lado, e entre ele e o ordenamento social socialista, de outro” (2001, p. 343). Se é possível encontrar uma teoria da história em Marx<sup>83</sup>, longe de qualquer determinismo, ela se divide em em três etapas, mas “na forma de uma tríade dialética”: (1) as relações de dependência pessoal que correspondiam às primeiras formas sociais, na quais a capacidade produtiva humana ainda era bastante limitada; (2) a dependência em relação às coisas, que possibilitou a “independência pessoal” e que, pela primeira vez, constituiu um metabolismo social geral baseado num sistema de relações, necessidades

---

Apropriação privada; 5) Racionalização intra-empresa / Irracionalidade social; 6) Concorrência e elevação da produtividade do trabalho / Efeitos do aumento da composição orgânica do capital sobre a taxa de lucro; 7) Processo civilizatório / Deformação da personalidade humana; 8) Forma material (base técnica) / Forma social (forma-valor).

<sup>83</sup> Sobre tal concepção cf. *Marx e a história: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista*, de Gustavo Machado (2018).

e capacidades universais; (3) a livre individualidade, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na produtividade coletiva, social, considerada como patrimônio social. É justamente a segunda etapa, aquela protagonizada pelo capital e que foi tão profundamente investigada pelo revolucionário alemão que gesta, de modo pioneiro, as condições para a universalização da livre individualidade, bem como as condições para a efetivação do direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre.

Apenas abstraindo a história real, ou seja, desconsiderando o desenvolvimento das relações sociais de produção, é possível proclamar a liberdade universalizada pelo capital. Embora tenha “avançado” na superação dos vínculos diretos de dependência pessoal, das diferenças de sangue, etc. e os indivíduos pareçam independentes e livres para realizarem suas trocas, a análise para além da aparência destas relações demonstra que, apesar de ser “viável” para um indivíduo isolado - como excepcionalidade -, por dentro do ordenamento atual a liberdade é impossível para toda uma classe, justamente aquela que produz de fato a riqueza social. Como afirma Rosdolsky (2001), isso é assim porque sua manutenção demanda necessariamente a subordinação dos indivíduos a relações que são independentes deles. Ao invés da completa extinção das relações de dependência o que se tem é a sua dissolução numa forma geral, promovida a princípio geral das relações pessoais de dependência.

É óbvio que não se trata de reivindicar a ausência completa de vínculos ou um retorno daqueles baseados em relações de senhorio e servidão, nos quais a “plenitude” do indivíduo significava o não desenvolvimento pleno de suas relações. Porém, na medida em que no processo histórico os indivíduos criam relações de produção determinadas, que se apresentam diante deles enquanto potências e relações sociais autônomas, se afirma a necessidade de criar as condições de sua vida social de modo autônomo.

É por isso que a “liberdade plena” no modo de produção capitalista possui “existência” meramente ideológica. O objetivo é apresentar a individualidade própria de uma época como absoluta e confundí-la com a “liberdade plena”. Embora os homens tenham sido liberados das sujeições de períodos anteriores, assume lugar uma nova sujeição baseada (1) no domínio reificado das relações de produção, liberada de qualquer controle social - aspecto anteriormente abordado - e, (2) no poder cego da

concorrência e da casualidade. Essa é a razão para que a concorrência seja anunciada como “conflito dos indivíduos libertados de suas cadeias e determinados exclusivamente por seus próprios interesses – como repulsão e atração dos indivíduos livres em relação uns com os outros” e “forma absoluta de existência da individualidade livre na esfera da produção e da troca.” (MARX, 2011, p. 871).

Embora tenha surgido tardiamente entre poucos povos mercantis do mundo antigo e entre os judeus na sociedade medieval, o dinheiro aparece no modo de produção capitalista como algo absoluto, a forma universal da riqueza. Como afirma Marx (2011, p. 646) “a riqueza aparece em sua figura objetiva, seja como coisa, seja como relação mediada pela coisa, que se situa fora e casualmente ao lado do indivíduo”. Não se trata mais do ser humano ser a finalidade da produção, como ocorria, ainda que de modo bastante limitado, nas sociedades do passado. Agora é a produção tomada como finalidade do ser humano e a riqueza como finalidade da produção. Ambos reveladores de que na economia burguesa a “exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento”, a “objetivação universal” corresponde ao “estranhamento total” e o “sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior”. Os limites de tal concepção são brilhantemente expostos numa série de problematizações elaboradas pelo pensador alemão:

[...] se despojada da estreita forma burguesa, o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos, gerada pela troca universal? [O que é senão o] pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais, sobre as forças da assim chamada natureza, bem como sobre as forças de sua própria natureza? [O que é senão a] elaboração absoluta de seus talentos criativos, sem qualquer outro pressuposto além do desenvolvimento histórico precedente, que faz dessa totalidade do desenvolvimento um fim em si mesmo, *i.e.*, do desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, sem que sejam medidas por um padrão predeterminado? [O que é senão um desenvolvimento] em que o ser humano não se reproduz em uma determinabilidade, mas produz sua totalidade? Em que não procura permanecer como alguma coisa que deveio, mas é no movimento absoluto do devir?

É importante destacar que não se tratam de reflexões que desembocam numa condenação de natureza moral do capital. Pelo contrário. Aqui se mostra o papel historicamente progressista da ordem burguesa, que preparou o caminho para uma forma social superior, bem como de expor seus limites. Ao impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, as necessidades e capacidades de trabalho dos homens, a ordem burguesa supera e muito a estreiteza da mera subsistência das etapas pré-capitalistas, como demonstram o exponencial avanço do produto social e das fronteiras do mais-trabalho sobre o trabalho necessário. No caso das máquinas automáticas elas não só reduziram o trabalhador individual a mero elemento do processo de trabalho, mas criaram as condições para que o dispêndio de esforços humanos se reduza a um mínimo no processo de produção<sup>84</sup> e “para que o lugar dos trabalhadores segmentados de hoje seja ocupado por indivíduos desenvolvidos de forma multifacética, para quem ‘as diferentes funções sociais sejam modos intercambiáveis de atividade’” (ROSDOLSKY, 2001, p. 354).

Esse desenvolvimento possibilitou que “a posse e a conservação da riqueza universal” demande “um tempo de trabalho mínimo de toda a sociedade”, que os trabalhadores se comportem “cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva, com sua reprodução em uma abundância constantemente maior” e que deixe de existir “o trabalho no qual o ser humano faz o que pode deixar as coisas fazerem por ele” (MARX, 2011, p. 404). E mais. Ao impelir o trabalho para além da “necessidade natural”, visando a forma universal da riqueza, o capital

[...] cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, que é tão universal em sua produção quanto em seu consumo, e cujo trabalho, em virtude disso, também não aparece mais como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma imediata; porque uma necessidade historicamente produzida tomou o lugar da necessidade natural. (*Idem*, 2011, p. 405)

Os aspectos acima destacados compõem os pilares de uma nova e superior forma de organização social. O capital, essa “riqueza autonomizada dos sujeitos”<sup>85</sup> que se baseia na troca entre trabalho vivo e trabalho morto, corresponde ao último

<sup>84</sup> Retornaremos a esse ponto no capítulo seguinte, quando abordarmos as formas desenvolvidas pelo capital com vistas a “otimizar” máquinas e trabalhadores.

<sup>85</sup> Expressão retirada da apresentação da edição brasileira ao *Grundrisse* (2011), escrita por Mario Duayer.

desenvolvimento da forma de valor e da produção baseada no valor. Como estão criadas as condições desse modo superior, o eixo pode se deslocar do desenvolvimento das forças produtivas voltadas para a reprodução ou ampliação de um estado determinado, para o desenvolvimento progressivo e universal daquelas forças liberadas dos entraves do capital, tendo como pressuposto não mais sua valorização, mas apenas a superação dos limites anteriores.

Num trecho do *Grundrisse*, intitulado *Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade*, Marx adentra num debate muito interessante para o desenvolvimento da crítica marxista do lazer. Com o advento da grande indústria a criação da “riqueza efetiva” passa a depender mais do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia - sua aplicação na produção que também impulsiona seu desenvolvimento - , do que do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado, ainda que seja este seu pressuposto. Como demonstra o desenvolvimento da grande indústria, mas também da combinação da atividade humana e do intercâmbio, a “riqueza efetiva” se manifesta na “desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto” e “na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona” (MARX, 2011, p. 941).

Estão dadas as condições para que o trabalhador se coloque ao lado do processo de produção ao invés de ser o seu agente principal, algo possível mediante a “apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social” (*Idem*, 2011, p. 942). Numa síntese sobre essas possibilidades o pensador alemão afirma que o “*roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria”, proporcionando que o trabalho deixe de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixe de ser sua medida e o valor de troca deixe de ser a medida do valor de uso.

Não se trata de fazer desaparecer o trabalho, atividade comum a todas as formas de sociedade, nem sequer o mais-trabalho. O que se destaca é a possibilidade de desaparecimento de uma forma específica de mais-trabalho das massas, o mais-valor, aquele que é controlado por poucos e para o benefício destes. Assim como é possível

que o desenvolvimento da “riqueza geral” seja liberado do *trabalho excedente* da massa de trabalhadores, o não *trabalho* da minoria deixa de ser condição para o desenvolvimento das “forças gerais do cérebro humano”. Desse modo são criadas as condições para o

[...] livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. (*Idem*, 2011, p. 942).

Expostos os fundamentos dessa concepção de riqueza, radicalmente distinta daquela dominante na sociedade burguesa, destacamos uma afirmação ainda pouco explorada pela crítica radical do lazer. Mais adiante, parte das reflexões de Marx estão baseadas num panfleto anônimo intitulado *The source and the remedy of the national difficulties deduced from principles of political economy, in a letter to Lord John Russell*<sup>86</sup> (1821), do qual o autor destaca a seguinte citação: “A riqueza não é o comando sobre tempo de trabalho excedente (riqueza real), mas *tempo disponível* para cada *indivíduo* e toda a sociedade para além do usado na produção imediata” (2011, p.

---

<sup>86</sup> O panfleto *As origens e os remédios para as dificuldades nacionais deduzido de princípios de economia política, uma carta para Lord John Russell (tradução nossa)*, conta com cerca de 40 páginas e foi escrito em 1821 (DILKE, 2012). A maioria dos comentários ao texto são encontrados em língua inglesa. Citamos as breves notas publicadas na revista *Contributions to Political Economy* (v. 38, issue 1, 2019), que acompanham a publicação integral do panfleto; o artigo *Marx’s pamphletist: Charles Wentworth Dilke and his tract on the source and remedy of the national difficulties* (1821), publicado por Giancarlo de Vivo na mesma revista (v. 38, Issue 1, 2019); o artigo *The Ambivalence of Disposable Time: The Source and Remedy of the National Difficulties At Two Hundred*, escrito por Tom Walker, também na mesma revista (v. 40, Issue 1, 2021); o texto *Emancipated individuals in an emancipated society: Marx’s sketch of post-capitalist society in the Grundrisse*, escrito por Iring Fetscher, como capítulo do livro *Karl Marx’s Grundrisse: Foundations of the critique of political economy 150 years later*, organizado por Marcello Musto. Publicado em língua portuguesa podemos encontrar as notas de Marx na *Teorias da mais valia*, cujos fragmentos foram utilizados como espécie de apresentação da versão integral do panfleto pela revista *Contributions to Political Economy* (2019) e que orientou as notas que redigimos no corpo do texto. No livro *Para além do capital*, Mészáros (2011, p. 619) destaca que o panfleto registra como o “conceito de tempo disponível, tomado no seu sentido positivo e libertador, surgiu, bem antes de Marx”. De acordo com o autor, aquele panfleto fornece “uma compreensão notavelmente dialética tanto da natureza do processo de produção capitalista – enfocando a atenção nas categorias vitalmente importantes de ‘tempo disponível’, ‘trabalho excedente’ e ‘diminuição da jornada de trabalho’ – como da possibilidade de escapar de suas contradições”. Referência em quase todos os estudos do lazer realizados no país que buscaram dialogar com a tradição marxista ao longo do século XXI, encontramos o capítulo *Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho*, escrito por Antunes (2002), no clássico *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Embora não remeta diretamente ao panfleto de Dilke, suas ideias comparam ao longo do texto nas palavras de Marx. Nos debruçamos nas contribuições de Ricardo Antunes no capítulo seguinte. Considerando a relevância do assunto para o desenvolvimento da crítica marxista do lazer, indicamos a intenção de nos dedicarmos posteriormente ao estudo dos textos indicados acima.

943). Embora publicado anonimamente, a autoria foi atribuída décadas depois a Charles Wentworth Dilke por seu neto, que encontrou uma cópia do texto em seus arquivos.

Esse panfleto reuniu avanços importantes em relação aos estudos do economista clássico David Ricardo, a ponto de ser reivindicado por Marx no livro I d’*O Capital*, no *Grundrisse* e, acompanhado de algumas notas sobre a relevância do trabalho, nas *Teorias da Mais Valia*. O revolucionário alemão destaca naquele panfleto o reconhecimento do problema do "trabalho excedente", o trabalho que é executado em contrapartida, para além daquela quantidade de trabalho que é paga pelo valor da força de trabalho (o salário). Embora parte dessas ideias já estivesse presente em Adam Smith, o economista inglês não chegou a expressá-la claramente. De acordo com Marx, contrariando as teorias que buscavam afirmar o capitalismo como forma absoluta de produção, o grande mérito do panfleto foi avançar na compreensão dos mistérios da produção capitalista a fim de combatê-los do ponto de vista do proletariado industrial.

Somente percorrido todo esse caminho, que foi da teoria do fetichismo da mercadoria à teoria do valor, da particularidade histórica do mais-valor relativo ao caráter imanente das crises sob o capital, faz algum sentido considerar, no interior do pensamento de Marx, a categoria *tempo disponível* como um importante aporte aos estudos do lazer. É importante frisar que seu uso é necessariamente restrito, apenas como medida da riqueza numa sociedade futura que tenha superado o capital, em que a verdadeira riqueza seja tomada como a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Só assim o tempo livre deixará de ser apenas para alguns e de existência contraditória - como em outros estágios do desenvolvimento social - e poderá ser generalizado.

Como se pode notar, o sentido da categoria tempo disponível indicado acima não guarda nenhuma similaridade com o sugerido por Marcellino (1990, p. 25), no livro *Lazer e educação*. Para o renomado pesquisador brasileiro<sup>87</sup>, seria mais correto utilizar “tempo disponível” ao invés de “tempo livre”, considerando que “o conceito que restringe o lazer a um tempo determinado também engloba aspectos nebulosos”, como

---

<sup>87</sup> De acordo com Dias *et al.* (2017), levando em conta apenas a primeira década do século XXI, Nelson Carvalho Marcellino era responsável por três das quatro obras mais citadas na revista *Licere* (os livros *Lazer e educação*, *Lazer e Humanização* e *Estudos do lazer: uma introdução*); acumulava mais artigos publicados no periódico do que qualquer outro pesquisador; sustentava a posição de referência mais relevante (mesmo desconsiderando que 38 ocorrências ou 20% eram de autocitações) e; era o autor mais frequente entre cinco dos dez pesquisadores com maior quantidade de publicações naquela revista.

no caso de uma pessoa poder ouvir música enquanto trabalha. Outro aspecto remete ao fato de que “tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social.”. Apesar da segunda sentença estar correta, como para ele o limite é a própria sociedade burguesa, o problema parece poder ser resolvido com um simples jogo de palavras, uma solução idealista para os problemas objetivos que envolvem o lazer.

Recorremos a uma longa e brilhante citação extraída do *Grundrisse* que sumaria todos elementos que procuramos destacar ao longo deste capítulo:

*A criação de muito tempo disponível para além do tempo necessário de trabalho, para a sociedade como um todo e para cada membro dela (i.e., espaço para o desenvolvimento das forças produtivas plenas do indivíduo singular, logo também da sociedade), essa criação de não tempo de trabalho aparece, da perspectiva do capital, assim como de todos os estágios anteriores, como não tempo de trabalho, tempo livre para alguns indivíduos. O capital dá o seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque a sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de trabalho excedente; uma vez que sua finalidade é diretamente o valor, não o valor de uso. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento. Todavia, sua tendência é sempre, por um lado, de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente. Quando tem muito êxito, o capital sofre de superprodução e, então, o trabalho necessário é interrompido porque não há trabalho excedente para ser valorizado pelo capital. Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso o tempo disponível deixa de ter uma existência contraditória –, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com*

base na riqueza de todos, cresce o *tempo disponível* de todos. Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível. O *tempo de trabalho como medida da riqueza* põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o tempo disponível como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho. (2011, p. 945-946).

As possibilidades de desenvolvimento humano mediante o tempo disponível generalizado serão infinitas. Isso não fará com que o trabalho no futuro se confunda com diversão, como procuram emular atualmente as grandes empresas contemporâneas de tecnologia<sup>88</sup>. Pelo contrário. Marx (2011, p. 817) chega a contrapor tal concepção com o exemplo da composição musical, “trabalho efetivamente livre”, que é ao mesmo tempo da “maior seriedade e do mais intenso esforço”. De outro modo, o trabalho da produção material para ser “trabalho atrativo, autorrealização do indivíduo” prescinde do “caráter social” deliberado (o trabalhador como dirigente do processo) e do “trabalho de caráter científico e geral”, portanto, liberto do “esforço do ser humano como força natural adestrada de maneira determinada”.

É também o desenvolvimento da capacidade de produção que viabiliza tanto a capacidade quanto os meios da fruição, inclusive, possibilitando a elevação do indivíduo para a produção. Em outros termos (*Idem*, 2011, p. 955), “A poupança de tempo de trabalho é equivalente ao aumento do tempo livre, *i.e.*, tempo para o desenvolvimento pleno do indivíduo, desenvolvimento este que, como a maior força produtiva, retroage sobre a força produtiva do trabalho”. São estas as razões pelas quais não faz qualquer sentido o tempo de trabalho imediato ser tomado em oposição abstrata ao tempo livre.

Como observou Lukács (2012, p. 290), o caminho que leva ao socialismo é formado pelo desenvolvimento do trabalho e da economia, desenvolvimento este que culmina em categorias cada vez mais sociais e na “especificidade do gênero humano

---

<sup>88</sup> Nos referimos às empresas de ponta, principalmente ligadas às tecnologias digitais, que incorporam simulacros de “tempo livre” no interior de formas de trabalho assalariado.

como gênero consciente, não mais apenas natural e mudo”. Mas é apenas a partir das sociedades classistas que a economia se objetiva diante dos homens como uma “segunda natureza” (uma objetividade independente dos atos individuais alternativos). Esse aspecto inescapável remete ao que Marx resumiu na expressão “reino da necessidade”. A mudança de qualidade, o socialismo, corresponderia a essa “segunda natureza” dominada pela humanidade, é a passagem dessa espontânea produção social para a regulação consciente, o “reino da liberdade”. Vejamos como estas ideias comparecem numa longa citação do livro III d’*O Capital*:

A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar constantemente seu processo de produção não dependem, desse modo, da duração do mais-trabalho, mas de sua produtividade e das condições mais ou menos abundantes de produção em que ela tem lugar. Com efeito, **o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; pela própria natureza das coisas, portanto, é algo que transcende a esfera da produção material propriamente dita.** Do mesmo modo como o selvagem precisa lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para conservar e reproduzir sua vida, também tem de fazê-lo o civilizado – e tem de fazê-lo em todas as formas da sociedade e sob todos os modos possíveis de produção. **À medida de seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, porquanto se multiplicam as necessidades; ao mesmo tempo, aumentam as forças produtivas que as satisfazem. Aqui, a liberdade não pode ser mais do que fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; que o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana. Mas este continua a ser sempre um reino da necessidade.** Além dele é que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é a condição básica. (MARX, 2017, p. 770, grifos nossos).

Procuramos demonstrar até aqui como a análise da sociedade burguesa feita por Marx busca tomá-la em sua totalidade. É nesse sentido que consideramos indispensável a apropriação do pensamento do revolucionário alemão para o desenvolvimento dos estudos do lazer. É a compreensão das particularidades que demarcam a sociedade burguesa que possibilita adentrar profundamente nos problemas do capitalismo contemporâneo, bem como investigar as especificidades nacionais. Mas o esforço não pode se resumir a mero exercício teórico. O conhecimento mais adequado possível da realidade é apenas meio para a organização de uma *práxis* política voltada para a superação radical e, conseqüentemente, para a construção de outra forma de organização social, a sociedade comunista, “um estado de coisas [*Zustand*] que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar.”. Nesse sentido, o comunismo só pode consistir no “movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva. (Suprimido no Manuscrito)] resultam dos pressupostos atualmente existentes.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).

No ensaio *Possibilidades econômicas de nossos netos*, publicado em 1930, o insuspeito defensor dos interesses da burguesia, John Maynard Keynes (2021, s/p)<sup>89</sup> apostava que em cem anos, portanto, daqui a menos de uma década, o padrão de vida em muitos países chegaria a ser entre quatro e oito vezes mais alto. Ainda que num primeiro momento fosse esperada a elevação do desemprego como consequência do progresso tecnológico, Keynes sustentava que a humanidade conseguiria resolver em definitivo o problema econômico da “luta pela subsistência”. Tudo isso seria possível ainda com uma vigorosa redução do tempo dedicado ao trabalho, com “turnos de três horas ou uma semana de quinze horas”. Livre das preocupações econômicas, restaria ao homem se ocupar com o lazer, “que a ciência e os juros compostos terão ganho para ele, para viver sabiamente, agradavelmente e bem.”. Mesmo considerando os anos que ainda faltam até lá, nem o keynesiano mais fiel acredita que a realidade caminhe na direção da previsão do seu mestre...

Rosdolsky (2001, p. 356) reúne um conjunto de considerações, ainda durante a década de 1960, que reafirmam os apontamentos presentes nos estudos de

---

<sup>89</sup> Trabalhamos com uma versão digital do texto extraída do livro *Ensaio sobre Persuasão*. Paralelamente, utilizamos outros dois trabalhos que se debruçaram sobre o ensaio: a introdução de *O Poder da ideologia* (MÉSZÁROS, 2014) e *Emprego e trabalho no início do século XXI: revisitando Keynes e Marx* (MORAES NETO, 2014).

Marx. Se o desenvolvimento das forças produtivas naquela época já possibilitava a superação do “roubo do tempo de trabalho alheio”, manifestando o amadurecimento das “condições para uma transformação socialista da sociedade” e fazendo do socialismo “tão imprescindível e economicamente viável”, é inegável que os métodos para elevar a produtividade do trabalho humano se mostraram métodos de “degradar, subordinar e despersonalizar cada vez mais o trabalhador”. Se isso já era uma realidade tantas décadas atrás, o que dizer do surgimento de formas tão precárias de trabalho, como aquelas que se multiplicaram nas primeiras décadas do século XXI e que assumem contornos cada vez mais explícitos de barbárie social?

Seria possível estimar quais as consequências para o tempo dedicado ao trabalho se estivéssemos numa forma de organização social em que os produtores associados regulassem racionalmente seu metabolismo com a natureza e o controlassem coletivamente? O professor Sérgio Lessa afirma que sim<sup>90</sup>. O cálculo leva em conta o ano de 2008. Naquele ano o PIB mundial era de quase 70 trilhões de dólares e a população mundial era de 6.828 bilhões de pessoas. A força de trabalho era estimada em cerca de 3 bilhões de pessoas, sendo que apenas 43% desse total estavam em atividades diretamente ligadas à transformação da natureza (indústrias, inclusive extrativismo mineral) e agricultura (inclusive extrativismo vegetal), cumprindo em média jornadas de 46,7 horas semanais. Estimando que  $\frac{1}{3}$  do PIB mundial (cerca de 23 trilhões de dólares) seria suficiente para o atendimento das necessidades elementares e que 1.389.760.000 de pessoas (43% da força de trabalho) seria responsável pela produção desse volume preservando a jornada média de 46,7 horas (multiplicando 1.389.760.000 por 46,7h), chegamos a 64.439.462.000 horas por semana. Se dividirmos esse total de horas pelo total da força de trabalho (3.232.000.000), alcançamos uma jornada de 19,9 horas por semana, ou seja, menos de 4 horas por 5 dias na semana!

No cálculo acima, por considerar os trabalhadores de todo o globo, ficaram diluídos níveis muito diferentes de produtividade. Ainda assim, considerando as 44h semanais previstas na Constituição brasileira de 1988, seria possível uma redução de mais de 24h na jornada semanal. Imaginemos por um instante, que as conquistas

---

<sup>90</sup> Sérgio Lessa costuma indicar em suas palestras e conferências, que dado o estágio de desenvolvimento das forças produtivas neste século, uma jornada de trabalho diária de 17 minutos seria suficiente para viabilizar o atendimento das necessidades materiais básicas. Após o envio de uma mensagem de email, o professor gentilmente disponibilizou o cálculo utilizado que reproduzimos a seguir. As informações que serviram de base para o cálculo do professor foram extraídas do site *Index Mundi*. Aproveitamos essa nota para agradecer publicamente a generosidade do professor.

tecnológicas pudessem ser compartilhadas por todos os povos num futuro socialista, ou seja, que a produtividade pudesse alcançar uma média mais elevada.

Considerando uma vez mais  $\frac{1}{3}$  do PIB do ano de 2008 (23.206 trilhões de dólares) e dividindo esse valor por 1.389.760.000 de trabalhadores, chegamos numa produtividade média de cerca de 50 mil dólares por trabalhador. Em 2011 a força de trabalho japonesa era estimada em 65,5 milhões de trabalhadores, sendo que apenas 12% estavam nas atividades de transformação da natureza. Desse modo, eram 5.416.666 trabalhadores gerando um PIB de 4,329 trilhões de dólares. Cada trabalhador produzia em média 7.992.983 de dólares ao ano. Ou seja, a produtividade do trabalhador japonês naquele ano era 17 vezes maior que a média mundial (US\$ 7.992.983 divididos por US\$ 50.000). Se a produtividade do trabalho japonesa pudesse ser replicada para o restante do globo, a jornada de trabalho poderia ser de 70,23 minutos semanais (19,9 horas ou 1194 minutos dividido por 17). Esse total dividido por 5 dias da semana daria cerca de 16 minutos de trabalho por dia!

Concluimos esse capítulo reivindicando a enorme contribuição da crítica da Economia Política, parte da teoria social de Marx, para a compreensão do lazer. A análise das leis (de tendência) do desenvolvimento do capital corresponde às bases para a compreensão da sua dinâmica que subordina todas as relações sociais. Ainda que compreenda uma análise datada (século XIX), seu estudo se mostra imprescindível para o correto entendimento e superação do capital. As profundas transformações experimentadas pela sociedade burguesa durante os dois últimos séculos encontraram pesquisadores que retomaram seu método crítico-dialético para a investigação dos problemas contemporâneos. É apoiado em alguns destes estudos que pretendemos nos debruçar sobre as tendências do trabalho e do lazer no século XXI.

### **CAPÍTULO III: Crise, trabalho e lazer no capitalismo contemporâneo**

#### **1. Queda tendencial da taxa de lucro e as crises no capitalismo contemporâneo**

Existe um instigante debate sobre a(s) causa(s) da crise capitalista evidenciada desde o aumento nos preços do petróleo promovido pela OPEP<sup>91</sup> e que atingiu o globo entre 1973-1975. Nessa pesquisa adotamos a tese de que essa crise teve como causa fundamental uma queda acentuada na taxa de lucro, responsável por desencadear a primeira recessão global após a Segunda Guerra Mundial. A crise demarcou o início de uma forte ofensiva do capital contra o trabalho, acentuando tendências que constituem a base do modo de produção capitalista, mas também instituindo significativas mudanças que não podem ser desconsideradas, subestimadas ou superestimadas numa análise que se proponha rigorosa.

O desdobramento dialético das contradições capitalistas desenvolvidas desde o final dos anos 1960<sup>92</sup> constitui o que iremos denominar de capitalismo contemporâneo (CARCANHOLO, 2018). É na busca por superar as próprias contradições que se afirma “o sentido de acumulação presente no capitalismo contemporâneo [...], consequência dos modos como este mesmo capitalismo saiu de sua última crise estrutural” (2018, p. 24). Importante frisar que, diferente do veiculado inclusive nos círculos marxistas, a expressão “crise estrutural” aqui utilizada remete exclusivamente ao movimento do capital de reconstrução de suas bases visando o início de um novo ciclo de acumulação sobre o mesmo fundamento - o capital, ou seja, o valor em processo - e portanto, sem qualquer sentido teleológico, determinista ou fatalista das crises<sup>93</sup>. Abstraída as particularidades históricas chegamos a elementos que se

---

<sup>91</sup> A Organização dos Países Exportadores de Petróleo foi fundada em 1960.

<sup>92</sup> Como afirma Carcanholo (2018, p. 24) é um equívoco considerar como sendo “a crise dos anos 1970 (e não desde o final dos 1960!) como se fosse um fenômeno provocado por: (i) ruptura unilateral em 1971 por parte do governo dos Estados Unidos da conversibilidade do dólar em ouro (fim do sistema monetário de Bretton Woods); (ii) primeiro choque dos preços do petróleo em 1973. Na verdade, os primeiros sinais da crise vêm de 1968/69, com a redução dos indicadores de produção, a redução das taxas de lucro, a queda da formação bruta de capital fixo, a elevação das taxas de desemprego e inflação.”

<sup>93</sup> Martins (2010) vai ainda mais longe. Adotar de forma muito rígida a posição de uma suposta crise permanente (ou estrutural) da produção capitalista - assim como admitir a possibilidade de uma depressão industrial permanente ou de uma acumulação ilimitada de capital fictício - tende a comprometer a observação criteriosa dos impactos de dinâmicos ciclos periódicos de expansão e contração da indústria mundial, cujas diferentes fases se acoplam organicamente às profundas transformações tecnológicas, populacionais, etc. ocorridas na totalidade do mercado mundial.

reapresentam nas crises periódicas da economia capitalista: uma superprodução de capital em todas as formas (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) e/ou subconsumo, manifestações mais aparentes da tendência de queda da taxa de lucro.

Apesar das características nacionais sempre incorrerem em especificidades, alguns pesquisadores têm se dedicado a demonstrar<sup>94</sup>, de modo consistente, a existência de uma taxa de lucro global em tendência de queda, reafirmando as principais considerações presentes na teoria das crises de Marx. Atentos à alternância entre as sucessivas crises econômicas e os períodos de recuperação desencadeados pelas contratendências, esses pesquisadores vêm obtendo sucesso em demonstrá-la empiricamente.

Damos destaque aos trabalhos realizados pelo economista inglês Michael Roberts<sup>95</sup> (2020). Inspirado no pioneiro artigo *A transitoriedade histórica da capital: a tendência de queda da taxa de lucro desde o século XIX*<sup>96</sup>, de Esteban Maito, o autor demonstrou a sucessão de períodos de crise, recuperação, estagnação, depressão, etc., que caracterizam o modo de produção capitalista. No gráfico (*Figura 1*) são considerados os dados econômicos dos países que se alternaram como núcleo do desenvolvimento desse modo de produção nos últimos séculos (Holanda, Reino Unido e Estados Unidos), além das nações que “concorreram” com a hegemonia estadunidense,

<sup>94</sup> Conforme Alves (2018), são os casos de pesquisadores como Robert Brenner, Andrew Kliman, Ernest Mandel, Anwar Shaikh, Michael Roberts, Gérard Duménil e Dominique Lévy.

<sup>95</sup> Embora os livros de Michael Roberts não tenham chegado ao mercado editorial brasileiro, seus textos circulam há alguns anos entre militantes de diferentes organizações socialistas, pesquisadores e economistas do país, com destaque para as traduções de artigos feitas pelo professor aposentado da FEA-USP Eleutério Prado (extraídos de <https://thenextrecession.wordpress.com/>). Sua primeira tentativa de medir uma taxa de lucro mundial foi num artigo de 2012 (ROBERTS, 2020). Apesar de longo, consideramos importante transcrever o relato que o autor faz deste percurso: “Uma medida adequada da taxa de lucro mundial teria que somar todo o capital constante e variável do mundo e estimar a mais-valia total apropriada por este capital global. Na época, essa parecia uma tarefa impossível. Portanto, uma média ponderada das taxas de lucro nacionais era a única maneira viável de obter um valor. Tentei desenvolver uma taxa de lucro mundial que incluísse todas as economias do G7 mais as quatro economias da sigla BRIC. Isso cobriu as 11 principais economias e constituiu uma parcela significativa e importante do PIB global. Então usei o *Extended Penn World Tables*, construído pelo Professor Adalmir Marquetti do Brasil. Ponderei as taxas nacionais pelo tamanho do PIB, embora a taxa média bruta não pareça divergir significativamente da média ponderada. Descobri que 1) houve uma queda na taxa mundial de lucro do ponto de partida daqueles dados em 1963 e a taxa mundial nunca se recuperou ao nível de 1963 até 2013; 2) a taxa de lucro atingiu o mínimo em 1975 e depois atingiu o pico em meados da década de 1990; 3) depois disso, a taxa mundial de lucro ficou estática ou ligeiramente em queda. Então, em 2015, revisei a medição de uma taxa de lucro mundial. No período intermediário, Esteban Maito fez um trabalho inovador usando um método semelhante de medição (taxas nacionais ponderadas pelo PIB) para 14 países, mas usando estatísticas nacionais, não as *Extended Penn World Tables*, e voltando a 1870 para alguns países.” (ROBERTS, 2020, s/p, tradução nossa).

<sup>96</sup> Título original: *The historical transience of capital: the downward trend in the rate of profit since XIX century*. MPRA Paper 55894, University Library of Munich, Germany, 2014.

no terreno econômico, ao longo do século XX (Alemanha e Japão) e no século XXI (China).

Nele podemos visualizar a tendência de queda da taxa mundial de lucro em processo. Para os nossos objetivos de pesquisa, merece especial atenção o subperíodo da crise de lucratividade (*Profitability crisis*) iniciada em fins da década de 1960, que persistiu até o início da década de 1987. Ao fim desse período tem início a recuperação neoliberal (*Neo-liberal recovery*), momento de relativa estabilidade e pequeno crescimento das taxas de lucro que persistiu até fins da década de 1990, consequência de uma série de iniciativas políticas que desdobramos mais adiante, que vão da ofensiva contra os sindicatos, redução do Estado no atendimento aos direitos sociais, privatizações, “globalização”<sup>97</sup>, incorporação de inovações tecnológicas, queda do bloco soviético, etc., mas que foi incapaz de recuperar o patamar da taxa de lucro da denominada “era de ouro” do capital (*Golden age*: 1950-1966).

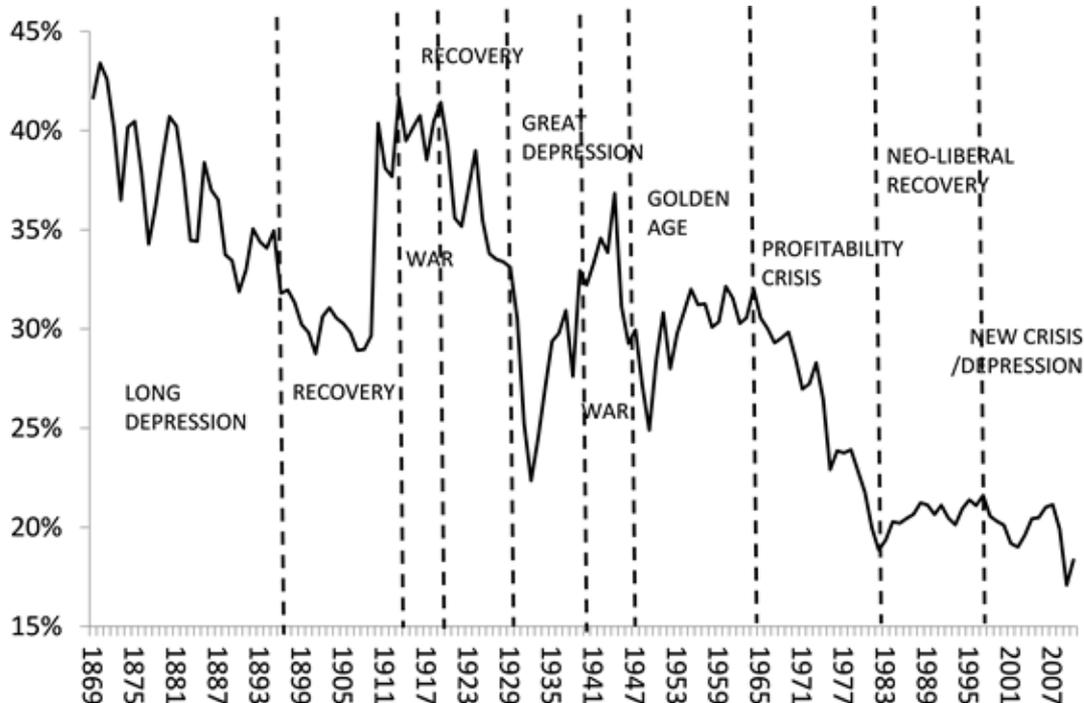


Figura 1 - Taxa média de lucro nos países centrais (1869-2010) (ROBERTS, 2020).

<sup>97</sup> Consideramos adequado destacar o termo “globalização”, ainda hoje frequentemente reproduzido nos meios de comunicação. Geralmente o termo é utilizado para expressar as mudanças ocorridas na economia mundial entre as décadas de 1980 e 1990 do século XX. No entanto, como tentaremos demonstrar mais adiante, ao invés de implicar numa ruptura com as principais tendências postas pelo capital, o que temos é a agudização de características da época imperialista.

Analisando as sete maiores economias do mundo (países do G7), tendência semelhante foi encontrada. A chamada “Era de ouro” (*Golden age*:1950-1966) apresentou taxas de lucro acima dos 10% que caíram durante os outros subperíodos, como na Crise de lucratividade (*Profitability crisis*: 1966 a 1982) e na Recuperação neoliberal (*Neo-liberal recovery*: 1982-1997), até alcançar cerca de 6% durante a Longa depressão (*Great depression*: 1997-). Ampliando a análise para outros países que compõem o G20 (Argentina, Brasil, México, África do Sul, China, Índia, Indonésia e Turquia) (*Figura 2*), Michael Roberts (2020) demonstra como o pico da taxa de lucro foi muito mais alto (24% na “Era de ouro”) quando comparado aos países do G7, uma vez que a composição orgânica do capital (capital constante + capital variável) é mais alta no centro do capitalismo (de modo geral, nos países em desenvolvimento o trabalho vivo tem um peso maior na composição do capital do que o trabalho morto, além dos salários estarem abaixo do valor da força de trabalho). O subperíodo da Recuperação neoliberal, por sua vez, iniciou nos países em desenvolvimento mais tarde, somente na passagem para a década de 1990, coincidindo com a implementação das medidas definidas pelo Consenso de Washington. No último subperíodo, a Longa depressão (*Long depression*)<sup>98</sup>, vemos uma queda significativa, com taxas pouco acima dos 10%, evidenciando que a recuperação de lucratividade nessas economias costuma ser de curta duração.

---

<sup>98</sup> Voltaremos a essa importante caracterização mais adiante.

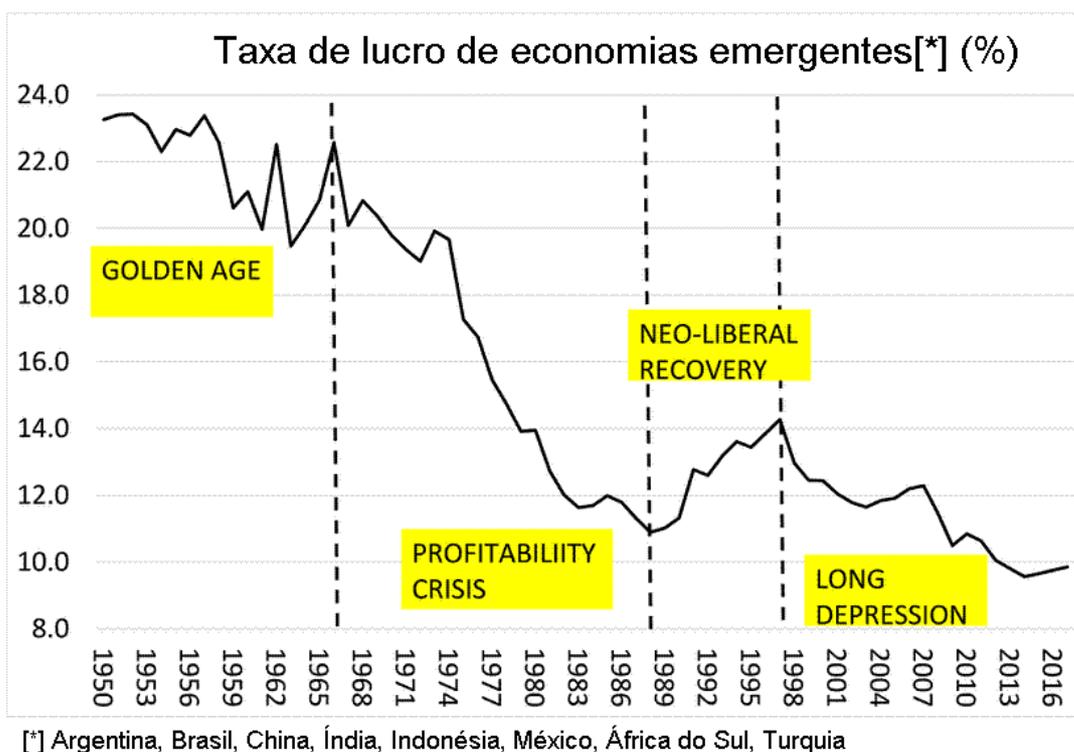


Figura 2 - Taxa de lucro de economias emergentes (ROBERTS, 2020)

Abrimos este capítulo assumindo o desafio de expor um breve “diagnóstico” da crise atual, algo indispensável para o estudo do trabalho e de outras dimensões da vida social no século XXI. Isso passa, primeiramente, por reconhecer que muita coisa mudou desde que foram escritas as últimas páginas de *O Capital* e que serviu de base fundamental para as reflexões que desenvolvemos no capítulo anterior. Não se pode simplesmente desconsiderar as inúmeras mudanças no processo de trabalho em nome de preservar as formulações dos pioneiros dessa concepção em “sua pureza”, sobretudo, ignorando as mudanças trazidas pelas revoluções tecnológicas que se sucederam desde o século XX, bem como seus impactos na vida social. No entanto, ao concentrar a atenção apenas nas mudanças corremos o risco de desconsiderar, justamente, a base sob a qual estas transformações são promovidas: a forma social capitalista. Para desviar desse risco iniciamos o próximo ítem recuperando alguns aspectos do capítulo anterior, antes de adentrar nos efeitos das revoluções tecnológicas e, em especial, numa análise crítica da Terceira Revolução Tecnológica e os seus principais desdobramentos.

## **2. As revoluções tecnológicas e a conservação da divisão social do trabalho**

Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, a produção generalizada de mercadorias pressupõe uma dada forma de divisão social do trabalho. Essa forma específica compreende empresas isoladas, formalmente independentes umas das outras, cuja vinculação ocorre apenas por meio da troca no mercado. Além disso, pressupõe a existência de uma classe obrigada a vender sua força de trabalho como mercadoria e, de outra classe, proprietária dos meios de produção, que compre essa capacidade de trabalho e a utilize para produzir mercadorias destinadas ao mercado. As novas mercadorias produzidas, porém, superam o valor da força de trabalho em razão do trabalho excedente que se acumula na forma do mais-valor. Por fim, o mais-valor produzido quando realizado se distribui entre os diferentes capitais na forma de lucro, juros, etc.

O que tivemos ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI foi não só a permanência, mas a intensificação dos aspectos acima listados. É nesse marco que as revoluções tecnológicas afirmaram, ainda que de modo contraditório, os próprios limites desta forma de organização social. Não se pode perder de vista que a principal característica da época histórica do capital é a revolução incessante das condições técnicas do processo de trabalho, pressuposto da forma intensiva de extração do mais-valor (relativo). O desenvolvimento da produtividade social do trabalho, por sua vez, demanda a ampliação do alcance da circulação e das necessidades para a realização do valor. No entanto, não é por possibilitar o aumento do produto social numa menor escala de tempo que isso significa maior satisfação das necessidades humanas, mas, fundamentalmente, ampliação das possibilidades de valorização do capital. É nesse sentido que tomar os elementos positivos do avanço técnico e das formas de organização do trabalho abstraindo a forma social só pode resultar em erros, do mesmo modo que seria equivocado ignorar a importância do desenvolvimento da produtividade social para a construção de uma forma superior de sociedade.

Insistimos novamente num ponto que consideramos central. Como o conteúdo da forma social do trabalho se conserva, é preciso muito cuidado para não superdimensionar as mudanças técnicas. Apesar de revelarem o movimento contraditório do capital na busca incessante pela autovalorização, elas não devem ser

hipostasiadas. Isso acontece, como veremos adiante, com as teses que afirmam o fim do trabalho<sup>99</sup>, justamente por confundirem mudanças no trabalho concreto com mudanças no trabalho abstrato. Em outros termos, “a especificidade da produção capitalista, da sociedade regida pelo capital, é o valor enquanto tal (o próprio trabalho abstrato, a própria socialização mediada pelo trabalho) e não a forma concreta de produção do valor” (CARCANHOLO; MEDEIROS, 2012, p. 186). Por mais diversa que sejam as formas do trabalho que emergiram no capitalismo contemporâneo, elas seguem obedecendo a uma lógica tão velha quanto o próprio capitalismo: frear a tendência de queda da taxa de lucro e reforçar a dominação de classe, ou seja, aumentar a exploração do trabalho e ampliar o domínio do capital.

Todas as revoluções tecnológicas<sup>100</sup>, sem exceção, envolveram inovações técnicas, setores produtivos que foram vanguarda nos processos de desenvolvimento e incorporação das tecnologias, promoção de formas específicas de organização do trabalho, além de importantes implicações sociais. Sem adentrar nos detalhes de cada uma delas, apresentamos a seguir um breve panorama que visa apenas facilitar a compreensão do sentido destas transformações. As demarcações que utilizamos são apenas pontos de referência relativamente abstratos, uma vez que leva um tempo variável até que as inovações tecnológicas possam ser utilizadas de forma ampla e eficiente. No caso da primeira Revolução Industrial, impulsionados pelos setores têxtil e ferroviário tivemos o tear mecânico e a máquina a vapor, a racionalização taylorista do trabalho e a rápida concentração e centralização da classe trabalhadora nos grandes centros industriais. A Segunda Revolução Tecnológica ou Segunda Revolução Industrial contou com o advento da esteira de montagem e a energia elétrica, promovida pelos setores automotivo e de eletrodomésticos que ampliaram ainda mais a concentração urbana e no interior das fábricas.

---

<sup>99</sup> Dada a relevância para as reflexões que tentamos desenvolver, voltaremos ao assunto em outros momentos neste capítulo.

<sup>100</sup> Parte das considerações que iremos apresentar foram inspiradas num breve, porém, instigante estudo intitulado *Os trabalhadores diante da chamada Indústria 4.0* (ILAESE, 2020). Ernst Mandel (1982), no livro *O capitalismo tardio*, dedica parte do capítulo 4 ao assunto (“*Ondas longas*” na história do capitalismo). Numa nota de rodapé o autor remete a uma crítica feita por Oskar Lange sobre o uso irrestrito do termo “Revolução Industrial” e a possibilidade disso ocultar a especificidade histórica da Revolução Industrial original, que foi base para a expansão da indústria em grande escala e da própria gênese do modo de produção capitalista. Nessa tese iremos priorizar o uso da expressão “Revolução Tecnológica”, ainda que, dada a frequência com que o primeiro é encontrado na literatura, utilizaremos por vezes “Revolução Tecnológica ou Revolução Industrial”.

No caso da Terceira Revolução Tecnológica ou Terceira Revolução Industrial, o impulso foram as inovações da informática e da automação, estimuladas pelo desenvolvimento da eletroeletrônica, com a produção não mais baseada nos países proprietários das empresas, mas concentrada nacionalmente em regiões específicas. Como nos interessa refletir sobre o capitalismo contemporâneo, ou seja, o modo como o capital buscou resolver as contradições capitalistas acumuladas desde o final dos anos 1960, dedicaremos maior atenção às implicações que decorrem desse processo.

Uma das mais importantes e originais interpretações marxistas das causas da grande onda de crescimento da economia capitalista no pós-guerra foi a obra *O capitalismo tardio*, de Ernest Mandel. Em linhas gerais, nela o autor propõe revisitar a teoria do imperialismo para explicar as mudanças estruturais no capitalismo do pós-guerra. Por essa razão o autor se dedica a esmiuçar as características da denominada Terceira Revolução Tecnológica.

Do ponto de vista econômico, Mandel (1982) indicou dez características principais: 1) Aceleração do aumento na composição orgânica do capital (aumento da proporção do trabalho morto em relação ao trabalho vivo); 2) Maior integração da capacidade social de trabalho que configura o trabalho produtivo, ou seja, a transferência da força de trabalho viva para diferentes funções no interior das atividades criadoras de valor (pressupostos do processo efetivo de produção); 3) Mudanças radicais na força de trabalho das empresas automatizadas, agora com o predomínio da preservação do valor: transferência de valor das máquinas, economia de meios de trabalho e difusão da aplicabilidade das máquinas automáticas; 4) Radical mudança na proporção entre criação de mais-valor e a apropriação gerada em outras empresas, com vantagens para os ramos plenamente automatizados em comparação com os não ou semi-automatizados; 5) Elevação do peso do capital fixo em relação aos custos de produção e os investimentos industriais; 6) Redução do período de produção por meio da produção contínua e da aceleração radical do trabalho, preparação, instalação e reparo, além da redução do período de circulação através do planejamento de estoques, pesquisa de mercado, etc.; 7) Tendência para acelerar a inovação tecnológica via departamentos de pesquisa e desenvolvimento; 8) Encurtamento da vida útil do capital fixo, especialmente da maquinaria; 9) Elevação do capital constante (fixo e circulante) no valor médio e absoluto das mercadorias; 10) Intensificação das contradições entre a

socialização crescente do trabalho e a apropriação privada, produção de valores de uso e realização de valores de troca, acumulação de capital e sua valorização<sup>101</sup>.

A base histórica dessa Terceira Revolução Tecnológica - que na concepção mandelista corresponderia à terceira *onda longa com tonalidade expansionista*<sup>102</sup> e ao capitalismo tardio - foram o advento do fascismo e a Segunda Guerra Mundial. Ambos proporcionaram as condições prévias para que a crise econômica anterior (e os desdobramentos em crises políticas e sociais) fosse resolvida<sup>103</sup>, ao menos temporariamente, em favor do capital. Outra importante contribuição foi dada pelos partidos tradicionais da classe operária, sobretudo europeia que, diante da incapacidade de realizar sua tarefa histórica - revoluções de caráter socialista -, foram cúmplices do

---

<sup>101</sup> Ao longo do texto demonstraremos como estas características permanecem e/ou se aprofundam naquilo que muitos autores denominam de Quarta Revolução Tecnológica ou Quarta Revolução Industrial, componente da chamada Indústria 4.0.

<sup>102</sup> Para Mandel (1982) a história do capitalismo em nível internacional é composta por uma sucessão de movimentos cíclicos a cada 7 ou 10 anos que acompanham o tempo de renovação do capital fixo (na contemporaneidade se discute a existência de ciclos ainda mais curtos, de 5 a 7 anos). Para o autor, envolvendo aqueles ciclos ocorrem períodos mais longos, de aproximadamente 50 anos: as ondas longas. Essa hipótese se baseia em uma série de pesquisas desenvolvidas desde fins do século XIX e que encontrou em N. D. Kondratieff (ou Kondratiev), nos primeiros anos da URSS, a formulação teórica de maior fôlego. No mesmo período, ao ter contato com essa teoria, Leon Trotsky afirmou a necessidade de superar as limitações do estudo de Kondratieff, baseado em material puramente estatístico e de integrar no “esquema” toda uma série de desenvolvimentos políticos e sociais. Para Trotsky (2008), as “curvas do desenvolvimento capitalista” não têm duração pré-determinada ou o automatismo econômico dos ciclos curtos, mas são determinados por fatores extra econômicos relacionados com a luta de classes (revoluções, guerras, etc.), expansão (obtenção de novos territórios) ou revolução tecnológica. De acordo com Mandel (1982), mesmo nos estudos posteriores a essa crítica, a teoria de Kondratieff permaneceu limitada. Joseph Schumpeter e, posteriormente, Dupriez tentaram reformular sem sucesso a teoria das ondas longas em harmonia com teorias globais do capitalismo baseadas em fatores psicológicos. Mandel resumiu assim o conteúdo de sua própria contribuição: “A contribuição específica de nossa própria análise para uma solução do problema das “ondas longas” consistiu em relacionar as diversas combinações de fatores que podem influenciar a taxa de lucros [...] na lógica interna do processo de acumulação e valorização do capital a longo prazo, baseado em jatos de renovação radical ou reprodução da tecnologia produtiva fundamental. Tais movimentos são explicados pela lógica interna do processo de acumulação e da própria auto-expansão do capital. Mesmo se admitirmos que a atividade de invenção e descoberta é contínua, ainda assim o desenvolvimento da acumulação de capital a longo prazo deverá permanecer descontínuo, pois as condições que favorecem a valorização do capital [...] devem, com o tempo, transformar-se em condições que determinam uma deterioração nessa valorização [...]. Os mecanismos concretos dessa conversão devem ser analisados em referência às condições históricas concretas do desenvolvimento do modo de produção capitalista por ocasião desses pontos críticos mais importantes [...]” (1982, p. 102). Roberts (2016), argumenta que a Longa Depressão iniciada em 2008 é a fase de “inverno” de uma das grandes ondas de produção capitalista. Em sua interpretação (*Chapter 12: Cycles within Cycles*) as ondas ou ciclos desde 1780 duram entre 60 e 70 anos nas principais economias capitalistas e se dividem em quatro fases ou “estações”: primavera (recuperação econômica), verão (crise e luta de classes), outono (*boom* e reação), e inverno (quedas e depressão). Elas são definidas pelo ciclo subjacente de lucratividade: a primavera é quando a lucratividade está no ascender; verão é quando cai; o outono é um período de ascensão; e finalmente, o inverno é um período renovado de declínio na lucratividade. Voltaremos ao assunto mais adiante.

<sup>103</sup> Remetemos à Grande Depressão global que consumiu boa parte das décadas de 1920 e 1930. Como indica Roberts (2016) o capitalismo saiu dessa depressão e recuperou a lucratividade apenas quando os Estados Unidos entrou em um modo de economia de guerra, controlando salários e gastos e aumentando os lucros para os fabricantes de armas e outros no esforço de guerra.

grande capital na estabilização da economia e dos Estados. O autor é categórico ao afirmar que “um fracasso em realizar uma revolução socialista em última análise pode conceder ao modo de produção capitalista um novo prazo de vida”<sup>104</sup> (MANDEL, 1982, p. 155).

Resultaram destes processos a importante elevação da taxa de lucro no período do pós-guerra, a intensificação da acumulação de capital, a renovação tecnológica, a busca incessante pelo mais-valor na forma de superlucros que aprofundaram e inseriram maior complexidade nas contradições do capitalismo. Diante destas considerações, podemos afirmar que a Terceira Revolução Tecnológica não foi mero produto de desenvolvimento econômico, prova da vitalidade do capitalismo ou, menos ainda, justificativa para sua existência. Vejamos o caso do caráter duplo da automação e como sua incorporação elevou o patamar das contradições históricas do capitalismo.

As máquinas automáticas concentram o desenvolvimento das forças materiais de produção que poderiam libertar a humanidade da obrigação de realizar trabalhos mecânicos, repetitivos, enfadonhos e alienantes. No entanto, sua incorporação no capitalismo contemporâneo resultou na retomada do desemprego em massa, em perda de renda, intensificação da ansiedade, insegurança, etc. Como o limite absoluto do modo de produção capitalista é a redução da massa de mais-valor, resultado da eliminação do trabalho vivo do processo de produção, no capitalismo é impossível que essa produção ocorra plenamente automatizada na totalidade da indústria e da agricultura, uma vez que isso impediria a criação de mais-valor e a valorização do capital. A incapacidade de generalizar as vastas potencialidades da Terceira Revolução Tecnológica, sintetizada na forma da automação, também se revelou na forte tendência de conversão das forças produtivas em forças de destruição, haja vista o desenvolvimento armamentista permanente (MANDEL, 1982) ou o complexo industrial-militar (MÉSZÁROS, 2011).

---

<sup>104</sup>O stalinismo adotou desde os anos 1930 a política dos governos de colaboração de classes, as chamadas frentes populares com a burguesia (Ex. França e Espanha). Por outro lado, durante a Segunda Guerra os militantes comunistas se destacaram na guerrilha iugoslava, na resistência francesa, italiana, grega, etc. Apesar de parte destes trabalhadores terem derrotado militarmente a ocupação nazista, tiveram que entregar as armas com o pacto de Yalta e Potsdam. Desse acordo decorreu a dissolução da III Internacional (1943), a pedido de Winston Churchill, e o período da chamada coexistência pacífica com o imperialismo.

Apesar da defesa intransigente do projeto socialista, arriscamos afirmar que o trotskista belga superdimensionou, ao menos em alguns aspectos, as possibilidades da Terceira Revolução Tecnológica. Ao observar que os progressos técnicos permitiram o aumento da riqueza material, concluiu que isso possibilitaria uma etapa do imperialismo de desenvolvimento das forças produtivas. De modo coerente com o melhor da tradição marxista o autor teve o cuidado de afirmar que essa proposta de atualização da teoria do imperialismo, o capitalismo tardio, reúne um conjunto de hipóteses novas que deveriam ser avaliadas pelo posterior desenvolvimento histórico.

Embora o capitalismo tardio não seja apresentado exatamente como uma nova época do capitalismo, Mandel (1982) o considera como o desenvolvimento posterior da época imperialista, do capitalismo monopolista. Impressionado pelo significativo aumento do consumo das massas nos países centrais, o trotskista belga o identificou como uma etapa do imperialismo em que ainda era possível o desenvolvimento das forças produtivas<sup>105</sup>. Entendemos que essa concepção formulada por Mandel representou uma ruptura com características estruturais que definem a época imperialista. O “rebaixamento” do papel ocupado pelo capital financeiro, como se pode constatar no capítulo de síntese da sua teoria (capítulo 17 - *Capitalismo Tardio como um Todo*), corrobora essa impressão.

A relevância do debate não é meramente escolástico. Passado mais de um século desde que Lenin (LENINE, 2012), superando o conceito de Rudolf Hilferding, sintetizou o imperialismo como a época do capital financeiro<sup>106</sup> - o que tanto permitiu ao

---

<sup>105</sup> Para outras instigantes polêmicas com o pensamento do autor, como as contradições entre o imperialismo estadunidense e europeu, a tendência de concentração de monopólios a partir das crises, etc. conferir Soares (2015).

<sup>106</sup> “Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. [...] Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (LENINE, 2012, p. 194).

revolucionário russo explicar a existência de países dominantes e dominados, quanto contribuiu para desvelar a cisão no movimento operário desde a época da Segunda Internacional entre revolucionários e reformistas -, é preciso ter em conta o quanto o domínio do capital financeiro se mantém como um dos eixos do capitalismo contemporâneo. Existe ainda o caso de autores que chegaram a reduzir a teoria de Lênin sobre o capital financeiro à suposta dominação do capital bancário sobre o capital industrial, ou o domínio do capital portador de juros sobre o capital produtor de mais-valor. Outros ainda teriam confundido capital financeiro e capital fictício<sup>107</sup>, reduzindo o aspecto parasitário da burguesia simplesmente ao caráter especulativo<sup>108</sup>. Para Lênin, de outro modo, o capital financeiro não remete à predominância de um sobre o outro, mas à fusão ou junção entre o capital bancário de grandes bancos monopolistas e o capital das associações monopolistas de industriais.

Se é um fato que o capitalismo, nos estágios iniciais de desenvolvimento, possibilitou o enriquecimento do gênero humano ao promover o progresso abundante das forças produtivas - aumento do domínio sobre a natureza, o desenvolvimento de máquinas, técnicas e do consumo -, ao menos desde o advento do imperialismo tendencialmente tem se aprofundado as contradições no interior das forças produtivas. Considerando que as forças produtivas são compostas pelos meios de trabalho (cuja fonte essencial é a natureza), ferramentas e a técnica, além do próprio homem, assistimos aos dois pólos essenciais (homem e natureza) em crescente degradação.

Ainda que Marx não tenha diferenciado explicitamente *forças produtivas do trabalho e forças produtivas humanas, gerais, sociais*, o revolucionário alemão parece

---

<sup>107</sup> Considerando a importância do capital fictício para a compreensão das crises no século XXI, retomaremos o assunto mais adiante.

<sup>108</sup> De acordo com Godeiro e Soares (2016), esse é o caso de Paul Sweezy em *Teoria do desenvolvimento capitalista*. No contexto brasileiro, mais recentemente, apesar de afirmar a atualidade do problema do imperialismo e outras importantes contribuições para a interpretação do papel econômico e político do Brasil contemporâneo, Virgínia Fontes (2010) parece incorrer em erro semelhante ao analisar o chamado capital-imperialismo, ainda que os pressupostos sejam outros. Em sua tese, nesse novo estágio de desenvolvimento do imperialismo, o capital monetário ou portador de juros concentrado nas mãos de bancos e fundos de pensão teria assumido o predomínio em relação ao capital encarregado de produzir mais-valor. Fontes parte da premissa de que só após a Segunda Guerra ocorrido a fusão dos distintos capitais, quando o que se constata empiricamente ao menos desde a formulação de Lênin é a ampliação das formas de expressão e centralização, como demonstra o surgimento dos grandes bancos de investimento. Diante dos elementos destacados, a exemplo de Godeiro e Soares (2016, p. 154), concluímos que “o desenvolvimento da realidade que o imperialismo gerou é captado de forma mais ampla pela definição sugerida por Lênin, à medida que o monopólio centralizou o capital-dinheiro de distintas origens (o que se apropria da mais-valia sob o nome de juros e o que faz sob o nome de lucro), apropriando-se de um superlucro e convertendo-se numa oligarquia.”

operar com importantes distinções entre ambos<sup>109</sup>. Primeiramente, a expressão *forças produtivas do trabalho* remete à produtividade do trabalho, que no capitalismo tende ao crescimento de modo contínuo, possibilitando a elevação da quantidade de produtos fabricados num dado espaço de tempo por uma mesma massa de trabalhadores. Já no caso das *forças produtivas gerais, humanas, sociais*, trata-se do conteúdo geral da riqueza produzida e apropriada pela sociedade, dinâmica que não necessariamente segue uma tendência de desenvolvimento contínuo, inclusive, com o aumento da produtividade resultando na elevação da massa do exército industrial de reserva, nas crises e até mesmo na redução da massa de valores de uso produzidos. Sendo assim, podemos afirmar que a época imperialista tem sido “rica” em exemplos de retrocessos nas *forças produtivas gerais, sociais e humanas*. A existência de duas grandes guerras interimperialistas<sup>110</sup>, entre outros inúmeros conflitos civis e militares, a ampliação do exército industrial de reserva com a configuração de um desemprego estrutural e a superexploração da força de trabalho que se ampliou para além dos países periféricos nas últimas décadas, caminham paralelamente ao risco cada vez mais iminente de um colapso ambiental promovido pela nossa própria espécie.

Esse é o pano de fundo que não deve ser ignorado, sob nenhuma hipótese, na investigação do trabalho e lazer nesse início de século. Apenas quando consideramos o impacto destes processos sobre os que efetivamente produzem a riqueza social, ou seja, os trabalhadores, é que podemos ter um panorama suficientemente abrangente das tendências postas pelo capitalismo decadente (o imperialismo) na travessia de mais uma profunda crise. Distante de satisfazer de modo generalizado sequer as mais básicas necessidades humanas - não que careça de desenvolvimento técnico, capacidade subjetiva de trabalho ou de recursos naturais para tanto -, ironicamente, vivemos numa

---

<sup>109</sup> Parte das reflexões que apresentamos a esse respeito estão apoiadas no item *Notas à correspondência entre forças produtivas e relações de produção*, do livro *Marx e a História...* (MACHADO, 2018) e em alguns esclarecimentos gentilmente feitos pelo autor numa troca de emails. Cabe ainda acrescentar que relações de produção e forças produtivas, como tentamos demonstrar no capítulo anterior, remetem a dimensões diferentes do mesmo processo. O processo de produção e reprodução da riqueza é sempre, quanto ao seu conteúdo uma força produtiva e, quanto à forma social uma relação de produção. A distinção entre ambos só é possível por abstração, não existindo algo que seja objetivamente apenas força produtiva ou apenas relação de produção.

<sup>110</sup> Nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, como resultado da paralisia dos organismos multilaterais que em certa medida ambicionavam o impossível - “regular” o funcionamento global do capitalismo -, prevaleceu uma nova geopolítica internacional. De um lado, EUA e o assim chamado mundo “ocidental e livre”. De outro, o bloco soviético, formado pela URSS, países ocupados pelas tropas soviéticas e outras nações em que os trabalhadores resistiram e se libertaram em armas. Nessa ordem mundial pós-1945, a acumulação capitalista se deu paralelamente a um enorme ascenso das massas desencadeando inúmeros conflitos em África, Ásia, Oriente Médio e América Latina, que iam de guerras e revoluções aos movimentos de libertação nacional (SILVA; COSTA, 2018).

sociedade cada vez mais ideologizada pelo consumo (ZACARIAS, 2013). Para ilustrar esse aspecto recorreremos a uma das expressões mais destrutivas e avassaladoras das últimas décadas: o avanço da fome.

De acordo com o relatório *O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo* (FAO et al., 2020), apesar do enorme desenvolvimento técnico-científico das últimas décadas, cerca de 690 milhões de pessoas passam fome no mundo, algo em torno de 9% da população mundial. Somente desde 2014, sem considerar o período que compreende a pandemia, houve uma elevação de 60 milhões no número global de pessoas que passam fome. Os índices de insegurança alimentar grave são ainda mais alarmantes: 790 milhões de pessoas no mundo, ou seja, 1 a cada 10 pessoas está nessa condição. A estimativa é de que com a pandemia de covid-19 esse número aumente entre 83 e 132 milhões. Até 2030 a expectativa é de que cheguemos a 840 milhões de pessoas.

Numa sociedade com condições de produzir alimentos suficientes para atender a todos, encontramos pelos quatro cantos do mundo multidões sem acesso a dietas saudáveis. Cerca de 1,5 bilhão de pessoas não possuem acesso a uma dieta que contemple os nutrientes essenciais, enquanto mais de três bilhões nem sequer podem consumir a dieta saudável mais barata, haja vista o baixo poder aquisitivo e o custo médio cinco vezes mais alto daqueles alimentos. Em 2019, das crianças com menos de 5 anos de idade, cerca de 144 milhões (21,3%) apresentavam atraso no desenvolvimento, 47 milhões (6,9%) estavam abaixo do peso e 38,3 milhões (5,6%) apresentavam sobrepeso<sup>111</sup>.

Essas são algumas das razões para afirmarmos que não há no capitalismo contemporâneo um desenvolvimento que resulte em beneficiamento das forças produtivas do trabalho. As crises cíclicas no capitalismo, se por um lado pioram as condições de vida da classe trabalhadora, por outro, só poderão atentar contra os interesses do capital em geral quando a massa de trabalhadores for capaz de intervir politicamente visando a transformação revolucionária da sociedade, algo que pressupõe organização política, além de clareza estratégica e das suas tarefas históricas. Diante da tragédia social que se estende, de modo desigual, aceleradamente pelo globo no capitalismo contemporâneo, é indispensável compreender mais a fundo as causas

---

<sup>111</sup> O relatório menciona ainda que aproximadamente 343 milhões de crianças em 2019 apresentavam deficiência de micronutrientes.

objetivas do empobrecimento relativo dos trabalhadores. Isso passa por desmistificar as representações ideológicas amplamente difundidas sobre o fim do trabalho.

### 3. A funcionalidade ideológica das teses sobre o fim do trabalho

É incontornável para os estudos do lazer que, de algum modo, se dedicaram ao capitalismo contemporâneo, se debruçar sobre as teorias que afirmam o fim do trabalho. Em suas diferentes versões e com grande difusão nas últimas décadas, essas teorias dão suporte para interpretações que vão da apologia da forma e conteúdo do capitalismo contemporâneo até posições pretensamente críticas. Como ambas afirmam supostas limitações do marxismo, teoria orientadora do socialismo científico e movimento político que, na melhor das hipóteses, teria sido superado na atual etapa da acumulação capitalista, se faz necessário alguns paralelos, sobretudo naquilo que remete aos trabalhadores enquanto classe social e a dinâmica contraditória do trabalho regido pelo capital.

Como demonstram diversos estudos (CARCANHOLO; MEDEIROS, 2012; ANTUNES, 2002; 2003), a divulgação da ideia de que seguimos rumo ao pós-trabalho se deve a André Gorz e seu livro *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Em linhas gerais, sua tese se baseia no fato objetivo da expansão do setor de serviços<sup>112</sup>, o que supostamente configuraria uma “não-classe”, esvaziando a figura do operário e a preponderância da produção material (trabalhador produtivo) que, somada a revolução técnica desencadeada pela informática, teria abalado o fundamento do valor<sup>113</sup>.

De acordo com Carcanholo e Medeiros (2012), ainda sobre o suposto fim do trabalho encontramos o livro *Capitalismo desorganizado: transformações*

---

<sup>112</sup> O crescimento do proletariado não-industrial, que inclui o setor de serviços (bancários, comerciários, professores, funcionários públicos, transporte público, etc.), teve origem na combinação entre a urbanização crescente e o avanço das grandes empresas (ALMEIDA NETO, 2017). Entre 1950 e 2000, a parcela da população mundial residente nas cidades passou de 30% para 47%, superando os 50% em 2005. Em 1991 estima-se que havia mais de 763 milhões de trabalhadores no setor de serviços. No ano de 2016 esse número já superava 1,5 bilhão de trabalhadores, registrando um crescimento de 35% no período.

<sup>113</sup> Filgueiras e Cavalcante (2020) destacam no pensamento de Gorz uma implicação política que reverbera bastante até os dias atuais. Como o trabalho não teria mais condição de ser critério de integração social, haja vista o fim do pleno emprego nos países centrais, a cidadania passaria a depender de políticas voltadas à distribuição de riqueza e não mais remeteria ao conflito que emerge das relações de produção, justificativa para as iniciativas de renda básica cada vez mais descoladas da luta pelo poder político numa perspectiva de classe.

*contemporâneas do trabalho e da política*, de Clauss Offe. Para ele, o processo de produção (o local de trabalho) não mais corresponderia ao princípio básico da organização das estruturas sociais, haja vista que atributos homogeneizantes do trabalho social foram rompidos pelas situações atuais de trabalho. Outro aspecto revelador para nosso objeto de estudo é a hipótese de que a redução das horas de trabalho abriu caminho para a ampliação das horas livres dos indivíduos no século XX, mas sem que o autor sequer tentasse demonstrar isso numa perspectiva global, ou seja, considerando a divisão internacional do trabalho. Decorrem dessa interpretação, de um lado, a afirmação do *fim da sociedade do trabalho* e, de outro, uma vez mais, a rejeição da teoria crítica de Marx.

Dessa “nova” sociedade emergiria o desafio de interpretá-la a partir da centralidade da esfera da comunicação ou da ação comunicativa, conforme sugerido por Jurgen Habermas no livro *Teoria Do Agir Comunicativo*. Em termos gerais, a esfera da intersubjetividade seria o lugar transcendental, local de encontro entre o que fala e o que ouve, característico do *mundo da vida*. De outro modo, as esferas econômica e política seriam socialmente controladas por um *sistema* composto pelo dinheiro e o poder, razão para a crescente colonização do *mundo da vida*. Para Habermas, o erro de Marx foi generalizar uma forma específica do processo de reificação, qual seja, a subsunção do *mundo da vida* ao *sistema*. Ainda segundo o autor, evidenciando uma enorme confusão entre produção material e produção capitalista do valor, com o advento da microeletrônica a ciência teria se tornado a principal força produtiva e fonte do valor, tese muito distinta daquela elaborada por Marx na qual a produção do mais-valor só pode resultar do trabalho vivo. Conforme Carcanholo e Medeiros (2012), autores como Hardt e Negri assimilaram alguns destes pressupostos habermasianos ao tematizar o chamado *trabalho imaterial*. As tecnologias da informação e da comunicação teriam deslocado o trabalho industrial do centro da produção capitalista. Embora não afirmem o fim do trabalho em si, indicam o fim da “antiga” forma de trabalho, posição que proclama a necessidade de um distanciamento da teoria de Marx e a formulação de um novo conjunto categorial.

Podemos apontar ao menos quatro razões para o surgimento da tese de que o trabalho teria chegado ao fim. A primeira delas diz respeito a crescente mecanização de determinados setores da produção capitalista e da extensão (e não simples deslocamento) e intensificação de boa parte da produção industrial para os países

periféricos e semicoloniais desde o século XX<sup>114</sup>, mas sem que isso representasse uma diminuição relativa da força de trabalho, queda da participação da força de trabalho no capital total ou como proporção no valor do produto. Nesse primeiro aspecto as teses sobre o fim do trabalho revelam muito da sua funcionalidade ideológica para a reprodução do capital<sup>115</sup>.

As outras três razões, apesar das diferenças entre si, possuem uma natureza comum fundada em equívocos na compreensão de categorias marxianas centrais para o estudo do trabalho ou mesmo confusões induzidas por erros de tradução<sup>116</sup> (CARCANHOLO; MEDEIROS, 2012). A segunda razão remete ao sentido de trabalho em geral no pensamento de Marx. Para o revolucionário alemão, toda atividade de reprodução social integrada à divisão social do trabalho, seja ou não industrial, é trabalho. Quanto ao trato da categoria indústria, o autor jamais sugeriu que criam valor apenas as formas de trabalho produtoras de mercadorias “palpáveis”, incompreensão que ignora também a concretude do trabalho imaterial no pensamento de Marx<sup>117</sup>. A

<sup>114</sup> Mesmo entre os países dependentes e semicoloniais existem diferenças significativas. Em alguns países ocorreu uma reprimarização da economia, com ênfase na produção e exportação de *commodities* agrícolas e minérios. Outros países, com a deslocalização das indústrias dos países imperialistas, passaram a compor em conjunto com outras plantas, a cadeia de produção mundial das multinacionais. Existem ainda países que concentram a produção industrial para todo o mundo (como a China, que saiu de 14,2 milhões de operários na indústria durante a década de 1970 e alcançou 68,8 milhões em 2010), para certas regiões ou grandes mercados nacionais. Temos ainda o caso brasileiro, que combina a produção de *commodities* para exportação, produção industrial voltada para a América Latina e um grande mercado interno (ALMEIDA NETO, 2017), mas com mudanças de curso na pauta produtiva do país desde os anos 2000, baseado no latifúndio e no extrativismo, um processo acelerado de “reversão neocolonial” ou recolonização (GODEIRO; SOARES, 2016).

<sup>115</sup> Almeida Neto destaca que, apesar do proletariado industrial ter reduzido consideravelmente nos países imperialista desde a década de 1970, o peso social permanece ainda muito superior ao do proletariado industrial russo na época da revolução de 1917: “Naquela época, os operários industriais russos somavam três milhões (2%) numa população total de 150 milhões. O mesmo cálculo para os países imperialistas, em 2010, resulta em 4% nos EUA, 7% na Alemanha, 4,4% na França e 5,7% no Japão.” (2017, p. 29). Paralelamente à redução se operou uma ofensiva brutal ao nível de vida daquele proletariado, suas conquistas sociais do pós-guerra e daquelas obtidas ainda no século XIX (duração da jornada, formas de assalariamento, etc.). Por outro lado, o número de operários industriais pelo mundo aumentou de 140 milhões, em 1970, para 470 milhões em 2009, superando os 500 milhões em 2013. A ampliação do proletariado agrícola em detrimento do campesinato foi impulsionado pelo agronegócio, gerando cerca de 1,1 bilhão de trabalhadores ativos na agricultura, sendo metade assalariada.

<sup>116</sup> O exemplo utilizado por Carcanholo e Medeiros (2012, p. 180) para demonstrar tal problema foi a tradução de *Arbeiter* por operário e de *Arbeiterklasse* por classe operária: “Embora o termo operário possa ser empregado como sinônimo de trabalho, é evidente que ele transmite a ideia de trabalhador industrial, do trabalhador de ‘chão de fábrica’, como se diz.”

<sup>117</sup> Uma leitura atenta d’*O Capital* não deixa margem para a existência de mercadorias imateriais. É o caso do trecho em que o revolucionário alemão afirma que a mercadoria, essa forma elementar da riqueza capitalista é antes de tudo *um objeto externo, uma coisa*. Por essa razão, ela transcende os indivíduos e suas capacidades, se ligando a eles exteriormente. E não é o tipo de necessidade humana que ela satisfaz, se do estômago ou da imaginação que altera essa condição: “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se

terceira razão remete ao erro de considerar como trabalhador somente aquele que está ocupado diretamente pelo capital, desconsiderando o fato de que sob o capital existe um exército de trabalhadores ativos (empregados e subocupados) e um exército industrial de reserva, do qual se conclui que na concepção marxiana não são as contingências (por exemplo, empregados ou desempregados) que definem as classes sociais. Por fim, a quarta razão remete ao uso indiscriminado da categoria “capital”, como no caso da expressão *capital humano* que atribui indevidamente a um despossuído o absurdo estatuto de autovalorização, desconsiderando a relação social específica que configura a categoria capital: a classe dos proprietários e a classe dos trabalhadores.

Como vimos, as teses que afirmam o fim do trabalho flertam de diferentes modos com a interpretação de que transformações nos procedimentos técnicos e organizativos devem ser tomadas como mudanças mais profundas, que atingem o conteúdo do trabalho nessa forma social. Mas não deveria ser assim. Uma vez que a forma social é preservada, são as leis gerais da acumulação que seguem operando e que impulsionam o desenvolvimento técnico-científico e os distintos modos de organização do trabalho. Vejamos esse problema mais de perto.

Numa interessante crítica aos estudos da escola regulacionista<sup>118</sup> e suas influências em pesquisadores contemporâneos, Paço Cunha (2019) destaca que quem cria as condições e determina as linhas gerais da organização do trabalho (combinação dos diferentes indivíduos na relação com a operação dos meios) é a base técnica (instrumentos, ferramentas, maquinaria). É a base técnica que prepondera, inclusive, estabelecendo os limites - embora dinâmicos -, sob os quais os agentes econômicos podem se deslocar na disputa intercapitalista. É nesse sentido que a base técnica e a organização do trabalho constituem uma relação social de produção, que se manifesta numa diversidade de métodos de extração do mais-valor (cooperação simples, manufatura, manufatura moderna, grande indústria e grande indústria moderna<sup>119</sup>), cuja variação fornece delineamentos de um modo de produção historicamente determinado.

---

diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção.” (MARX, 2013, p. 157).

<sup>118</sup> Para Paço Cunha (2019) não é exagero atribuir à escola regulacionista a generalização do fordismo como “regime de acumulação intensivo” para todo o período do pós-guerra. Esse equívoco é produto da ênfase nas modificações técnicas de aperfeiçoamento, mas que não chega nas alterações qualitativas dos princípios operantes que distinguem manufatura e grande indústria, culminando num politicismo que pára na luta pelo controle sobre a produção.

<sup>119</sup> Retomaremos essa caracterização da grande indústria moderna mais adiante.

Duas importantes observações se fazem necessárias. A primeira delas remete ao fato de que a existência de um estágio mais avançado dentre os métodos de produção de mais-valor, não significa a extinção das modalidades “arcaicas”. Como analisaremos mais adiante, não existe qualquer problema por parte do capital em combinar diferentes métodos. Do mesmo modo, o predomínio da técnica não anula a importância das alterações na organização do trabalho. A reciprocidade se mostra no fato de que são justamente as modificações organizativas que empurram cada vez mais a base técnica e seus aperfeiçoamentos ao limite das possibilidades, o que enceta novas modificações técnicas. Mas não basta apontar os incrementos tecnológicos, é preciso identificar “a inflexão em princípios operantes entre manufatura e grande indústria no interior das quais o nexos entre base técnica e organização do trabalho pode ser coerentemente apreendido” (PAÇO CUNHA, 2019, p. 90), bem como o desenvolvimento desigual e recíproco que, por si só, deveriam inviabilizar generalizações baseadas simplesmente no ordenamento do capital variável e modalidades de intensificação do trabalho, como taylorismo, fordismo, pós-fordismo, etc. que muitas vezes são alçados à condição de conceitos-chave para interpretar as transformações.

Em escala mundial e mesmo no interior de cada país coexistem vários modelos ou sínteses ajustadas às condições locais. Embora o capital desde o princípio tenha buscado forjar uma classe trabalhadora atomizada em indivíduos que competem entre si pela venda da força de trabalho, a manufatura moderna expressa no taylorismo-fordismo, possibilitou por algumas décadas homogeneizar e uniformizar a extração do trabalho excedente dos trabalhadores em diferentes partes do mundo, ao menos nas grandes fábricas e em setores específicos, concentrando e hierarquizando os trabalhadores, processo que contribuiu para forjar “espontaneamente” uma “consciência comum” e a organização da classe, ainda que ao nível das lutas imediatamente econômicas e da articulação sindical.

Outros métodos de organização do trabalho que emergiram no capitalismo contemporâneo potencializaram as pressões no sentido da fragmentação da classe trabalhadora<sup>120</sup>, tornando-a mais heterogênea e complexa, tendo em vista a promoção de uma massa de trabalhadores informais, temporários, subcontratados, terceirizados, desempregados, etc., ao mesmo tempo em que cooptou setores dirigentes da classe (no âmbito sindical e político) para a defesa dos interesses das empresas. Nesse sentido, é

---

<sup>120</sup> Haja vista o toyotismo e os mecanismos de engajamento consentido dos trabalhadores, a polivalência, etc. Voltaremos ao assunto mais adiante.

possível afirmar que a crise do movimento sindical pressupõe ao menos dois fatores: um fator objetivo, as mudanças da própria classe trabalhadora em decorrência de uma profunda reestruturação do capital e de seus sistemas de produção e; um fator subjetivo, que se revela na atuação das direções burocráticas e na debilidade das alternativas classistas.

Compreender a processualidade histórica do “novo” complexo de reestruturação produtiva se apresenta como um desafio incontornável para a investigação das mudanças formais no trabalho e que emergiram no capitalismo contemporâneo. Vejamos a seguir como o objetivo de superar a crise de lucratividade direta ou indiretamente norteou cada mudança.

#### **4. Reestruturação capitalista como resposta para a crise de lucratividade**

Desde o início da crise de lucratividade foi desencadeada uma busca incessante por espaços de valorização que, conforme sugere Carcanholo (2018), envolveram: (a) o processo de reestruturação produtiva; (b) as reformas estruturais nos mercados de trabalho<sup>121</sup>; (c) a elevação do valor produzido nos países dependentes e transferência para os países centrais; (d) a expansão dos mercados e; (e) as mudanças decorrentes do capital fictício. Como destaca o autor, é importante frisar que o conjunto de iniciativas que miravam novos espaços de valorização foram impulsionadas, respaldadas e referenciadas pela ideologia neoliberal que se tornou hegemônica justamente nesse período.

---

<sup>121</sup> Como observa Behring (2018, p. 248), o termo “reforma” tem sido largamente utilizado pelo projeto capitalista neoliberal desde o fim da década de 1970 no mundo e dos anos 1990 no Brasil. Por essa razão a autora prefere utilizar o termo “contrarreforma” para destacar a particularidade da política neoliberal. A “apropriação indébita e fortemente ideológica” destituiu o termo “reforma” de todo “conteúdo progressista original”, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, consequências sociais e direção sociopolítica. Aqui se perde o sentido original presente no debate do movimento operário sobre qual seria a melhor estratégia para a construção do socialismo. Apesar do reformismo que marcou a socialdemocracia ter renunciado “à revolução já desde o início do século [XX], como evidenciavam as formulações de Bernstein e as tensões no âmbito da II Internacional, com Rosa Luxemburgo e Lênin”, seus representantes defendiam “a expansão dos direitos e melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora, ainda que dentro de uma estratégia reformista de longo prazo. Tanto que, com todas as diferenças abissais, a esquerda revolucionária e comunista, do início do século, preconizava estratégias de luta conjuntas [...]. A trajetória da socialdemocracia posteriormente, sabemos, foi a de se afastar cada vez mais da tradição marxista e das lutas operárias, tornando-se um projeto eleitoral que opera no limite da ‘dialética das conquistas parciais’ das burocracias sindicais e partidárias, terminando no ostracismo de se tornar um braço burguês que, na sua busca de universalização, precisa diluir as fronteiras entre esquerda e direita.”.

Em linhas gerais, a partir da segunda metade da década de 1970 as grandes corporações capitalistas encabeçaram um grande processo de reestruturação com a pretensão de reverter a crise de lucratividade que afligia, especialmente, os países centrais. Esse processo assumiu contornos ainda mais amplos na década de 1980, a ponto de alguns pesquisadores, como Giovanni Alves (2018), identificarem como o período histórico que concentrou a *longa transição neoliberal* (1975-1989)<sup>122</sup>. Como principais características são destacadas a *reestruturação produtiva* de base tecnológico-organizacional, de base salarial-contratual e de base sociometabólica e; a *reestruturação política e geopolítica* assentada na ofensiva neoliberal, no fortalecimento das tecnocracias globais e na redefinição da estratégia geopolítica do imperialismo estadunidense após sua primeira derrota militar no Vietnã<sup>123</sup>. O panorama se completa com os ventos da chamada pós-modernidade que sacudiram os domínios da vida social e cultural, configurando as bases do que David Harvey denominou de regime de *acumulação flexível*<sup>124</sup> em contraposição à acumulação fordista-taylorista<sup>125</sup>. Como principal marco histórico dessa longa transição encontramos a restauração capitalista

---

<sup>122</sup> Para o autor a transição neoliberal se efetivou no intervalo entre 1979-1989.

<sup>123</sup> Desde a derrota no Vietnã o imperialismo passou a privilegiar a tática da reação democrática (MORENO, 2003), que canaliza a insatisfação das massas para o terreno eleitoral, freando e derrotando os ascensos revolucionários ou recorrendo a acordos com as direções reformistas e burguesas do movimento, sem abdicar dos golpes militares quando necessário.

<sup>124</sup> Para Harvey (2012) essa categoria engloba a flexibilidade dos processos de trabalho, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo, novos setores de produção e serviços financeiros, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional e, principalmente, a máxima flexibilização do trabalho vivo. Inclui ainda as rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual (setores e regiões) e o movimento de compressão do espaço-tempo. De acordo com Alves (2011), é preciso ter muito cuidado com a ênfase dessa dimensão flexível, uma vez que é um traço ontológico do capital sua capacidade de sempre flexibilizar as condições de produção, principalmente da força de trabalho.

<sup>125</sup> A influência das posições da escola regulação francesa nesse debate deixou importantes marcas. Entendemos que consiste num erro afirmar que a forma da gestão fordista do trabalho explica o que foi o capitalismo do século XX. Estamos de acordo com Fortes (2019, p. 73): “A inversão nos parece evidente. Ao invés de explicar o motivo pelo qual a forma da organização da linha de montagem se desenvolveu particularmente nas indústrias de montagem tais como a automobilísticas, da produção de eletrodomésticos etc., generaliza-se essa forma de organização a todo o setor industrial, interpretando de modo bem peculiar – pelo recurso da redução, simplificação e generalização – o movimento tendencial mais geral da acumulação do período em questão.”. Os regulacionistas desconsideram que a acumulação capitalista é “síntese de múltiplas determinações”, “cujo processo se move pondo ênfase ora em um fator específico ora em outro fator, ou mesmo em um conjunto de fatores que se potencializam reciprocamente; somente a análise particular dos casos pode decidir sobre o fator ou fatores que predominaram em dada época, ou por que não dizer, em dados ramos da produção. No entanto, isso não significa a inexistência de determinações tendenciais, que sempre, em última instância terminam por se fazer presentes no decurso histórico das nações. É o caso da tendência apontada por Marx acerca do crescente aumento da composição orgânica do capital e do desenvolvimento das forças produtivas.” (FORTES, 2019, p.78).

nos ex-Estados operários<sup>126</sup>, que desencadeou as mais importantes repercussões para a luta de classes em nível global.

De acordo com a periodização proposta por Alves (2018), todo esse processo configurou um tipo de acumulação que permitiu a ascensão e posterior crise do capitalismo global<sup>127</sup> (1989-2008). Os movimentos histórico-estruturais da longa transição neoliberal, ou ainda, nos termos do autor, os *movimentos da aparência do sistema do capital em processo* foram: (a) os novos mercados globais; (b) a financeirização da riqueza capitalista; (c) a configuração das características do Estado neoliberal; (d) a precarização estrutural do trabalho vivo; (e) a pletora de contradições do capital, como o irracionalismo e o pós-modernismo.

Diante das convergências que apontam para o reconhecimento da busca por alternativas de valorização do capital desencadeadas desde a década de 1970, com o objetivo de tentar reverter a crise de lucratividade, a seguir elencamos sumariamente os principais processos e seus impactos.

Alguns autores como Ronaldo Fortes (2019) realçam que o fim das vantagens competitivas, em termos de capacidade produtiva e tecnológica da indústria estadunidense dominante entre o pós-guerra e a década de 1970, foi decisivo para a eclosão da crise. Vejamos alguns aspectos da indústria automobilística<sup>128</sup>. A manufatura

---

<sup>126</sup> A restauração capitalista nos ex-estados operários representou uma derrota para os trabalhadores ao proporcionar a ampliação do domínio capitalista e, sobretudo, por significar a impossibilidade de que os trabalhadores impusessem sua própria saída para a crise que afligia aqueles países. No entanto, não se tratou de uma derrota histórica do socialismo, menos ainda de um produto da incapacidade da classe operária em exercer o poder político, uma vez que, ao menos desde a década de 1930 a pioneira experiência soviética fora alimentada por profundas contradições (ex. a estratégia do socialismo num só país, a constituição de uma burocracia parasitária, a política da coexistência pacífica com o imperialismo, etc.) (HERNANDEZ, 2008).

<sup>127</sup> Alves (2018) enfatiza que o “capitalismo global” seria a forma histórica posterior ao capitalismo tardio, chegando a destacar como diversos autores adjetivam de forma unilateral esse novo tempo histórico de crise do capital, como Gérard Duménil e Dominique Lévy (capitalismo neoliberal), Richard Sennett (capitalismo flexível), Mauricio Lazzarato e Antonio Negri (capitalismo cognitivo), Jorge Beinstein (capitalismo flexível), Chris Harman (capitalismo *zombie*), Manuel Castells (sociedade em rede), Zygmunt Bauman (modernidade líquida), etc. Para o autor, a expressão *capitalismo global* denomina a temporalidade histórica do duplo negativo do capital, unidade contraditória entre, por um lado, crises cíclicas do capitalismo e a crise estrutural do capital (como crise das “mediações de segunda ordem” da relação homem-natureza); e por outro lado, a crise estrutural de lucratividade e o movimento da desmedida do valor que expõe elementos espectrais de possibilidades contraditórias de desenvolvimento humano no interior do novo conteúdo material de produção da riqueza abstrata. Alves considera essa periodização válida, sobretudo, para os países centrais, ainda que guarde similaridades com a dinâmica da periferia capitalista.

<sup>128</sup> Remeter ao setor automobilístico para ilustrar a questão não desconsidera que, desde muito tempo, já predominava a grande indústria nos processos de transformação das matérias-primas, como nas indústrias têxteis, químicas, metalúrgicas, produção de vidros, refino do petróleo, o processamento industrial de

(o fordismo/taylorismo) permaneceu como processo de produção eficaz enquanto a produção americana sustentou a condição de mais avançada em comparação com os processos de outros países. No entanto, durante a década de 1960 o avanço tecnológico japonês e alemão acirrou a competição e forçou modificações significativas no processo produtivo e na organização das empresas estadunidenses. Num primeiro momento as corporações estadunidenses se viram obrigadas a incorporar com adaptações o modelo de manufatura japonês (o toyotismo<sup>129</sup>). Esse processo implicou em maior pressão sobre Japão e Alemanha para o desenvolvimento e adoção de novas tecnologias, sobretudo, levando ao uso cada vez mais intensivo da automação, inclusive nas atividades de montagem, algo que posteriormente, implicou na supressão ou na circunscrição das formas menos avançadas da produção na periferia da dinâmica global.

É nesse sentido que a tendência à internacionalização do capital - que mais do que compor a política dos governos, foi impulsionada por processos objetivos -, atuou tanto como causa da crise capitalista do pós-guerra, quanto como efeito ou resposta do grande capital a essa crise. A extensão e intensificação, mais do que simples deslocamento para novos mercados, representou uma alternativa de valorização para o capital acumulado com o desenvolvimento da produtividade decorrente dos avanços técnico-científicos e do aumento da composição orgânica do capital pela via do capital constante. Isso desencadeou a ampliação do exército industrial de reserva em nível global. Ilustram o avanço para novos mercados a integração da China<sup>130</sup>, do sudeste asiático e dos ex-Estados operários ao mercado mundial. As iniciativas de constituição de blocos regionais, como União Européia, Mercosul, ALCA, NAFTA, etc., também integram esse processo.

Como para a valorização do capital pouco importa o quanto uma determinada mercadoria é utilizada, contanto que o valor seja realizado, significativas potencialidades produtivas foram desenvolvidas e exploradas no capitalismo contemporâneo. É o caso da taxa de utilização decrescente das mercadorias que, de acordo com Mészáros (2011), impactou dimensões fundamentais da produção e do

---

alimentos, etc., e não a manufatura em sua forma moderna taylorista-fordista, como na indústria automotiva.

<sup>129</sup> Retornaremos ao problema da organização do trabalho de inspiração toyotista mais adiante. Por ora, a exemplo de Fortes (2019), indicamos que o toyotismo surge a partir da adaptação da manufatura moderna fordista/taylorista às condições específicas da economia e da sociedade japonesa.

<sup>130</sup> A China, o país mais populoso do mundo, abriu sua economia ao mercado ainda em meados da década de 1970. O ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), porém, se efetivou apenas no início dos anos 2000.

consumo pelo mundo (os bens e serviços, as instalações e maquinaria e a força de trabalho<sup>131</sup>). Ainda que a criação do mais-valor ocorra na esfera da produção, o ciclo completo da produção é constituído por *produção, consumo, distribuição, circulação* ou *troca*. No capitalismo contemporâneo ocorreu uma crescente intersecção entre os diversos setores da produção, cada vez mais controlados e totalizados pelo capital que os converte em mercadorias. Apoiando-se na seminal análise de Marx (Livro II d’*O Capital*) da indústria do transporte (navegação e ferrovia) como potencial geradora de mais-valor, apesar de não produzir nenhum elemento material, Antunes (2018) afirma que desde a década de 1970, os serviços foram crescentemente convertidos em ramo produtivo da indústria capitalista. Esse *processo de produção dentro do processo de circulação*, componente de uma concepção ampliada de indústria<sup>132</sup>, contemplou uma crescente processualidade produtiva no ramo dos transportes, armazenamento, comunicações, etc. em escala global<sup>133</sup>.

A financeirização da riqueza capitalista operou como outra importante contratendência, paralelamente ao crescente acirramento da luta de classes, ao menos desde o final da década de 1960<sup>134</sup>. Num artigo dedicado a acompanhar a evolução do pensamento do economista francês François Chesnais, um dos mais dedicados a

---

<sup>131</sup> Nos bens e serviços essa tendência pode ser observada na crescente velocidade da circulação (*turnover*) do capital, que se revela no encurtamento deliberado da vida útil das mercadorias produzidas (obsolescência planejada), no crescente desperdício, no impacto do complexo industrial-militar e do espaço da produção destrutiva no orçamento estatal. Nas instalações e maquinaria essa tendência se mostra no encurtamento do ciclo de amortização por meio da subutilização crônica e da ideologia da inovação tecnológica fortemente financiada pelo Estado. No caso da força de trabalho, se mostra no desemprego em massa (estrutural) em crescente contradição com a necessidade do capital de ampliar o consumo de massa para a realização do valor das mercadorias produzidas (MÉSZÁROS, 2011). Hungaro (2008), destaca que Paul Lafargue, no clássico *Direito à preguiça* de 1880, já denunciava expressamente a adulteração das mercadorias com o propósito de facilitar o escoamento e encurtar sua existência, numa época que já podia ser chamada de “idade da falsificação”.

<sup>132</sup> A síntese de Antunes (2018, p. 43, grifo do autor) expõe esse entendimento: “[...] como o tempo de rotação do capital é igual ao tempo de produção (que inclui o tempo de trabalho), mais o tempo de circulação, quanto mais próximo de zero se torna o tempo de circulação do capital, tanto maiores se tornam a produtividade e a produção do mais-valor, uma vez que o tempo de circulação do capital pode limitar ou agilizar o tempo de produção e, portanto, aumentar ou diminuir o processo de produção do mais-valor. O autor tem o cuidado de alertar para a não generalização acrítica dessa concepção ampliada de indústria em Marx. Para isso, lança mão das observações do revolucionário alemão sobre o comércio (*O Capital*, Livro III), que embora seja imprescindível para a concretização da venda, não gera mais-valor, sendo improdutivo para o capital.

<sup>133</sup> Antunes (2018) trabalha com a hipótese de que, em escala global, operam mecanismos complexos de extração do mais-valor, tanto nas esferas da produção material quanto nas das atividades “imateriais” (esfera não dominante, embora proeminente na conformação do valor por reduzir o tempo de circulação e possibilitar a interação entre trabalho vivo e trabalho morto).

<sup>134</sup> Recordemos alguns destes acontecimentos: a onda de mobilizações gerada pelo Maio francês (1968), a Primavera de Praga (1968), o ascenso dos anos 1960 na América Latina influenciado pelo triunfo da Revolução Cubana, as grandes greves do início dos anos 1970 na Polônia, a Revolução dos Cravos de Portugal (1974), luta pelos direitos civis e o movimento contra a guerra do Vietnã nos EUA, etc.

compreender a finança no capitalismo contemporâneo, Nakatani e Marques (2008) indicam que a primeira fase de expansão financeira acompanhou a recuperação da economia europeia do pós-Segunda Guerra. Se na década de 1960 os fundamentos dos eurodólares foram a abertura do mercado interbancário de Londres e a internacionalização, na década 1970 as reservas dos Bancos Centrais e os depósitos dos países produtores de petróleo, levaram a criação secundária de dólares através de empréstimos, principalmente aos países do chamado terceiro mundo, gerando dívidas que foram agravadas por mudanças na política monetária do FED e que promoveu a desestruturação das economias mais frágeis com o pagamento de juros e amortizações da dívida externa<sup>135</sup>. Foi na década de 1980 que os processos de desregulamentação monetária e financeira, descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e desintermediação bancária elevaram a parcela captada pela esfera financeira, originada invariavelmente no setor produtivo mas, posteriormente, inchada no montante nominal por mecanismos fictícios.

A partir da década de 1970 assumiu protagonismo uma concepção que buscava associar a crise do capital às pressões reivindicativas dos sindicatos e do movimento operário sobre os salários e o aumento dos gastos sociais<sup>136</sup> (ANDERSON, 1995). A proposta de um Estado forte apenas no sentido de contrapor aos interesses dos trabalhadores trazia a estabilidade monetária como meta principal, baseada na rígida disciplina orçamentária e na retomada do desemprego nos países que tiveram alguma experiência de estado social, além de reformas fiscais em benefício das mais altas rendas e do capital. Merecem destaque na aplicação do receituário neoliberal a pioneira experiência chilena sob a ditadura Pinochet, uma das mais sangrentas da América Latina, as eleições de Margareth Thatcher (1979) no Reino Unido e de Ronald Reagan (1980) nos EUA - que, mirando na destruição da capacidade de organização sindical<sup>137</sup>,

---

<sup>135</sup> Voltaremos mais adiante ao problema do capital fictício. Por ora, como afirma Nakatani e Marques (2008), cabe indicar que as renegociações das dívidas conduziram à securitização, convertendo compromissos contratuais em dívidas mobiliárias e negociáveis nos mercados financeiros internacionais, abrindo caminho para novos atores, como fundos mútuos, fundos de pensão e fundos de aplicação financeira, movimentando uma massas de recursos que variam de assalariados e pequenos poupadores até grandes capitalistas.

<sup>136</sup> O texto de Friedrich Hayek, *O Caminho da servidão* (1944) é considerado o marco inicial do neoliberalismo. Desde a origem essa concepção sustentou a desigualdade como valor positivo e imprescindível para a sociedade ocidental e que, posteriormente, passou a ser encabeçada por uma espécie de franco-maçonomia, *A Sociedade de Mont Pèlerin* (1947).

<sup>137</sup> Foi um divisor de águas nessa ofensiva a vitória que o capital e o governo Thatcher impuseram contra os trabalhadores mineiros, mesmo após uma greve de 16 meses em meados dos anos 1980, na época um dos sindicatos mais poderosos do país.

avançaram muito na precarização do mercado de trabalho e no aumento do desemprego - e o Consenso de Washington (1989)<sup>138</sup>. Mesmo governos social-democratas posteriores conservaram o eixo do equilíbrio das finanças em detrimento das necessidades sociais<sup>139</sup>. Curiosamente, descrever o Estado neoliberal demanda uma articulação frequentemente contraditória entre os elementos da formulação teórica e a prática, com adequações que variam conforme o lugar e o momento histórico, mas que convergem no objetivo de viabilizar um “clima de negócios favorável”, privilegiando a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras em detrimento dos direitos do trabalho e da capacidade de autoregeneração do ambiente (HARVEY, 2014).

A chamada precarização do trabalho constitui um elemento fundamental desse complexo de reestruturação. A crescente desvalorização ainda em curso da força de trabalho como mercadoria no capitalismo contemporâneo visa elevar a taxa de mais-valor (redução da importância proporcional do trabalho necessário em relação ao mais-trabalho) e intensificar o trabalho com o objetivo de contribuir com o crescimento das taxas de lucro. Propondo avanços na racionalização do trabalho no interior das empresas, surgiu no Japão, na década de 1950, o Sistema Toyota de Produção ou modelo japonês (ALVES, 2011). Para Paço Cunha (2019), a inovação organizacional trazida pelo toyotismo em sua origem envolveu dimensões bastante profundas. Ela permitiu revelar o estrangulamento da base técnica da manufatura moderna baseada em unidades produtivas em linha de montagem. A pressão por se realizar produção em lotes demandou uma linha de montagem enxuta sem uma base técnica adequada. Nesse processo podemos notar a inflexão que resultou na convergência da manufatura moderna para a grande indústria no final dos anos de 1960, a aplicação da robótica e da microeletrônica a partir de 1970 que permitiu a mesma convergência em outros setores,

---

<sup>138</sup> O Consenso de Washington envolveu um conjunto de determinações para os países periféricos atrelado a ajuda financeira de organismos internacionais sob a promessa de crescimento econômico, comprometendo a autonomia e o futuro desenvolvimento daquelas nações. Em síntese, as determinações envolviam disciplina fiscal, contrarreformas, desregulamentação, privatizações, combate à inflação, estabilidade monetária a qualquer preço, pagamento da dívida externa, etc.

<sup>139</sup> Conforme Almeida (2017) a crise da socialdemocracia e dos partidos burgueses tradicionais deve ser interpretada como produto da combinação entre esvaziamento das experiências do Estado de bem-estar social, precarização das relações de trabalho e que, por isso, também significa uma crise da democracia burguesa e do reformismo como alternativa política viável. Um exemplo recente que dá legitimidade para essa interpretação é a crescente polarização, mesmo nos países que ainda conservam parte das conquistas do “Estado social”, como a França, mas que dada a piora nas condições de vida dos trabalhadores, assiste manifestações radicalizadas como os “coletes amarelos” e o fortalecimento de alternativas eleitorais de extrema direita no país.

como na produção de eletrônicos e o domínio da grande indústria nos principais setores das economias centrais desde então, forjando as condições para o salto posterior: a grande indústria moderna (PAÇO CUNHA, 2019). Como observa Moraes Neto (2014) foi o advento da automação de base microeletrônica, e não do toyotismo/ohnismo, que permitiu que o taylorismo-fordismo se deslocasse dos países mais avançados para a periferia da economia mundial<sup>140</sup>.

Foi só a partir da década de 1980<sup>141</sup> que o toyotismo, também identificado como modelo de produção flexível se espalhou pelo mundo, sintetizado na consigna de *lean production* ou produção enxuta, inclusive, extrapolando as fronteiras da produção de mercadorias, sempre articulada a outras formas de racionalização do trabalho<sup>142</sup> e adequando-se às particularidades nacionais. A combinação entre a ascensão do toyotismo e das tecnologias informacionais<sup>143</sup> ampliou numa escala sem precedentes as possibilidades de precarização do trabalho, impulsionando a flexibilização das jornadas, a incorporação massiva de formas de remuneração flexível e de natureza concorrencial e os modos de contratação sob o predomínio da terceirização e da informalidade. No entanto, o elemento que remete à essência do toyotismo e que permanece relacionando todos os demais é a busca pelo engajamento estimulado do trabalhador, o processo de *captura da subjetividade*<sup>144</sup> (ALVES, 2011), que o leva a operar uma série de

<sup>140</sup> Outro aspecto destacado por Moraes Neto (2014) é a mudança na estrutura das ocupações nas economias mais avançadas, com a vigorosa redução das atividades de trabalho desprovidas de conteúdo, em todos os setores, com forte alteração nas exigências de qualificação e até mesmo, uma mudança na relação das pessoas com suas atividades, parte cada vez mais fundamental do desenvolvimento das individualidades. Além disso, o progresso tecnológico possibilitou uma enorme transferência das plantas, como no caso das linhas de montagem para a China e os “call-centers” para a Índia.

<sup>141</sup> O livro publicado por Taiichi Ohno no final da década de 1970, *O Sistema Toyota de Produção: Além da produção em larga escala*, sistematizou e divulgou as experiências inovadoras elaboradas desde o pós-guerra visando superar os impasses da indústria no Japão (ALVES, 2011). Dal Rosso (2011) destaca a visita de uma comissão da empresa aos Estados Unidos para observar os métodos de produção e de organização do trabalho, antes mesmo da empresa ingressar na indústria automobilística: “A comissão ficou chocada com o que encontrou e realizou uma análise extremamente crítica do fordismo pela quantidade de desperdícios e pelo espaço que concediam aos sindicatos. A crítica dos desperdícios envolve a superprodução, os tempos de espera, os transportes desnecessários, os estoques de material, os defeitos de produção, o desperdício de mão de obra.”

<sup>142</sup> Alguns estudos chegam a apontar aproximações entre a escravidão contemporânea e o toyotismo no que tange aos mecanismos de controle, obtenção da produtividade, intensidade do trabalho e a uma suposta relação de sevidão naturalizada diante da aguda instabilidade e a massa de desempregados (GURGEL; MARINHO, 2019).

<sup>143</sup> Alves (2011) destaca como a produção difusa, fluída ou flexível implica a adoção da gestão da produção e do trabalho informatizada, equipes e máquinas automáticas polivalentes e o fim dos postos fixos e especializados, que são as bases do *Just-in-time / Kanban* (produção sob demanda com controle dos fluxos de produção) e da autonomia (automação com “toque de inteligência”), pilares fundamentais do toyotismo.

<sup>144</sup> Para ficarmos em alguns exemplos, a apropriação da subjetividade do trabalhador amplia a exploração ao intensificar o trabalho, envolve programas de participação “recompensada” em troca da apropriação do saber operário, atribui aos próprios trabalhadores o controle de seu desempenho e de sua equipe nas

dispositivos técnico-organizacionais da produção, inclusive, para além do local de trabalho.

Como indica Dal Rosso (2011), com todas as dimensões da vida humana mobilizadas para aumentar a produção de melhores resultados, o toyotismo introduziu de forma inequívoca uma nova onda de intensificação do trabalho que perpassa o princípio da polivalência<sup>145</sup>. O consequente debilitamento do trabalho como sujeito coletivo de classe e de suas organizações (sindicais e políticas) nos embates com o capital possui ainda outras dimensões. O “sucesso” toyotista em levar a força de trabalho além dos limites humanos teve como contrapartida o acúmulo de índices elevadíssimos de adoecimentos (físicos e emocionais), de acidentes em decorrência da intensificação, casos de suicídio e até mortes diretamente ligadas ao excesso de trabalho. É emblemático o surgimento do vocábulo *karoshi*, criado para definir a morte por sobrecarga de trabalho e reconhecido pelo governo japonês desde 1980.

De acordo com Paço Cunha (2019), se o movimento de expansão do pós-guerra contou com a convergência da manufatura moderna à grande indústria, a retração acentuada na década de 1970, que culminou na crise de lucratividade, teve nela uma grande parcela de responsabilidade. Produto da elevação da composição orgânica do capital, foram criadas condições para a efetivação da lei da queda tendencial da taxa de lucro, algo que implicou em mudanças na organização do trabalho ainda mais ajustadas ao predomínio da grande indústria desde a década de 1980, especialmente nos principais setores das economias desenvolvidas, enquanto reproduzia na periferia do capitalismo as formas regressivas de produção.

Na medida em que se desenrolava a reestruturação e se acumulavam novas contradições, se fortaleceu no plano ideológico e cultural manifestações que atuavam no sentido de conservar essa forma social. É o caso do pós-modernismo que, negando as ideologias, celebra a indeterminação e o relativismo, além de atuar no plano sociocultural e estético desarmando os homens para a crítica radical dessa sociedade. Se os anos 1980 podem ser considerados a década da pós-modernidade, espécie de “espírito do mundo” que caracterizou a euforia liberal do período e que teve como ponto

---

estações de trabalho, estimula a remuneração flexível baseada nos lucros e resultados da empresa (PLR) e outros tipos de bonificações induzindo o trabalhador a “vestir a camisa da empresa”, etc.

<sup>145</sup> A polivalência implica na redução da mão de obra empregada, no sistema de um operário – diversas máquinas / operações distintas e no controle da sistemática de trabalho através do sistema *kanban* (DAL ROSSO, 2011).

alto a queda do muro de Berlim e o suposto “fim da história” no delírio de Fukuyama, nem mesmo a grandiosa reestruturação do capital operada desde a década de 1970, foi capaz de contornar a limitada taxa de lucro global que acompanhou a passagem para os anos 2000. Pouco a pouco foram frustrados os sonhos e expectativas liberalizantes que nada mais demonstravam que o impacto cada vez mais limitado sobre a recuperação da taxa de lucro, apesar do enorme custo social demonstrado pelo crescente rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores dos países imperialistas ao longo das últimas décadas do século XX e das primeiras décadas do século XXI<sup>146</sup>.

Como destaca Roberts (2016), embora as taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) tenham sido melhores nas décadas de 1980 e 1990 do que durante a crise de lucratividade dos anos 1970, permaneceram abaixo das taxas da década de 1960. Dada a maior rentabilidade com a especulação em ativos financeiros, o investimento capitalista fluiu cada vez mais para setores improdutivos e menos para setores produtivos. A natureza fictícia da recuperação neoliberal foi frequentemente evidenciada pelo estouro de “bolhas” financeiras que sacudiram a economia mundial, como no México (1994), nos países do sudeste asiático (1997), Rússia (1998), Brasil (1999) e Argentina (2001), atingindo até mesmo a poderosa economia estadunidense na transição para os anos 2000. O *crash* das *pontocom* de 2001 foi um prelúdio. Depois do grande *boom* alimentado pelo crédito de 2002 a 2007, um *crash* financeiro global revelou a dimensão real do problema que estava em curso e que, num primeiro momento, atingiu as economias centrais (EUA, União Européia e Japão), diferentemente do que nos acostumamos ver ao longo do século XX. Antes de avançarmos, porém, reuniremos algumas considerações sobre a crítica marxista do lazer produzida nesse início de século que se debruçou sobre aquelas características do capitalismo contemporâneo.

## **5. A crítica marxista do lazer sobre os efeitos do capitalismo contemporâneo**

A exemplo do que observamos no debate sobre a origem do lazer nos estudos produzidos no país, a crítica marxista do objeto desenvolvida neste início de

---

<sup>146</sup> Mészáros (2011) demonstra como o padrão de vida das classes trabalhadoras tem se deteriorado até nos mais privilegiados países capitalistas (EUA, Japão, Canadá, Alemanha, Inglaterra, etc.), processo que assume o sentido de uma *equalização no índice diferencial de exploração*.

século sistematizou diversas contribuições para a compreensão das suas particularidades no capitalismo contemporâneo. Como veremos mais adiante, isso não significa que tenham se constituído consensos.

Um dos esforços pioneiros de maior envergadura dedicado a analisar estas mudanças no período que estamos denominando de capitalismo contemporâneo (pós década de 1970), dialogando em muitos aspectos com a tradição marxista, foi a tese *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer* (MASCARENHAS, 2005). Nela, o processo de subsunção real do lazer à forma-mercadoria foi associado à relativização do luxo e da necessidade, produto do relaxamento do puritanismo e do proibicionismo de cariz fordista, pelo crescente apelo ao consumo e constante redefinição dos chamados estilos de vida<sup>147</sup>. Num movimento sem precedentes na história do lazer, a mercadoria teria deixado de ser uma exceção para alcançar a condição de regra geral, assumindo uma funcionalidade mais econômica que social, processo sintetizado pelo autor na categoria *mercolazer*. No contexto brasileiro, Mascarenhas identificou na década 1990 um processo de “*refuncionalização do lazer*”, dada pela referida subsunção à forma-mercadoria (2005, p. 14). O valor e utilidade sociais hegemônicos das décadas anteriores<sup>148</sup>, verdade difundida “como força auxiliar para a produção e reprodução da força de trabalho, passam a se subordinar aos interesses econômicos de uma heterogênea e crescente indústria do lazer”, parte de um complexo com relativa autonomia.

Além de operar como experiência e mercadoria em si, materializando-se nos serviços especializados de lazer como objeto direto da troca<sup>149</sup>, o mercolazer

<sup>147</sup> “Afora a funcionalidade moral que já não se encaixa muito no perfil contemporâneo do lazer – pois muitas vezes é justamente seu conteúdo ‘amoral’ que chama atenção –, o que prioritariamente conta também não é mais seu caráter compensatório no sentido de recuperar para o trabalho. Depois de sucumbir à forma mercadoria, seja como objeto direto de compra e venda no mercado, seja como valor de uso prometido, seja como invólucro estético de outras mercadorias ou seja ainda como uma espécie de *compra divertida*, – processo que se manifesta justamente pela *cultura das saídas* –, além de agregar valor a uma série de outros produtos e serviços – em setores como habitação, alimentação, vestuário, dentre outros exemplos –, ele contribui sobremaneira para o incremento do consumo, despertando frequentemente novas necessidades e servindo de estímulo a instantaneidade, ao desperdício e à superfluidade característicos da sociedade involucral e do padrão da acumulação flexível” (MASCARENHAS, 2005, p.138-139).

<sup>148</sup> Um trecho em particular deixa explícita a ideia de que teria havido um salto de qualidade no lazer: “[...]  **julgamos que as contradições que o apanharam mais recentemente impulsionaram um salto que gerou algo qualitativamente novo em relação à sua identidade das décadas anteriores**, quando tinha sua utilidade social subordinada a um projeto mais geral de educação e ocupação do tempo livre voltado para a produção e reprodução da força de trabalho.” (2005, p. 18, grifos nossos).

<sup>149</sup> São exemplos citados por Mascarenhas: práticas corporais adrenalizadas, shows de música, eventos esportivos, espetáculos circenses, excursões, pacotes de viagem, parques temáticos, festas, casas de jogo, cinemas, locação de filmes, programas de televisão, etc.

funcionaria, tanto como *valor de uso prometido* de certas mercadorias, função de venda autônoma, apresentação e fama simulada colada ao corpo de outras mercadorias, qualificando-as e estimulando a demanda por estes mesmos produtos, forjando simultaneamente o próprio consumidor do lazer, quanto a condição de *palco de vivências*, a compra divertida, na forma de processos materiais e imateriais cuja significação dada pelo público é a vivência de lazer. Em todos os casos, englobaria um “modelo de desenvolvimento econômico em que a produção vê-se exclusivamente dirigida para a vendabilidade”, que apoiada na especialização do trabalho, resulta “em produtos também cada vez mais especializados, tudo em nome da lucratividade máxima e da acumulação ampliada” (MASCARENHAS, 2005, p. 199).

A moderna indústria do lazer que emergiu desse movimento teria ressignificado ou até mesmo implodido com a verdade e o mundo do lazer anteriores. De acordo com Mascarenhas (2005, p. 14), um dos principais desdobramentos foi conferir “nova vida às concepções subjetivistas”, na qual “a afirmação do prazer do indivíduo e de sua liberdade de escolha no mercado” se combinam com o “enaltecimento e standardização de práticas de lazer cada vez mais individualistas e hedonistas, diante do objetivo primeiro da troca e do lucro, pouco importando seu valor moral e utilitário”. No entanto, a possibilidade da experiência lúdica autônoma compõe apenas a aparência do lazer e o fato do sujeito particular não perceber nele algo “interessado, altamente servil às demandas emanadas a partir do sistema de metabolismo social estruturado pelo capital” não altera em nada sua verdade (2005, p. 232). Vejamos mais de perto algumas implicações dessa compreensão.

Para Mascarenhas (2005, p. 200), como o valor de troca acaba por determinar a produção-consumo do lazer, esvaziando seu conteúdo de sentido humano, a “*subsunção real do lazer* ao capital implicou na mudança do que antes nele era *qualitativo-concreto* pelo que hoje é apenas *quantitativo-abstrato*”. O predomínio do valor de troca sobre o universo das práticas de lazer, ou sua reificação, resultou naquilo que foi denominado de *êxtase-lazer*; forma ainda mais desenvolvida e elaborada do mercolazer. Uma vez que a única necessidade considerada pelo capital é a valorização

do valor, o *êxtase-lazer* expressaria<sup>150</sup> “uma experiência altamente fragmentada e reiterativa, no interior de certa margem, mais formal, mais repetitiva e mais previsível, de conteúdo cada vez mais pobre no que diz respeito ao seu valor social e ao tipo de sociabilidade produzida” (2005, p. 205). Para o autor, os antigos valores de uso sociais atribuídos ao lazer - diversão, descanso e desenvolvimento (3D) - foram substituídos “pela *promessa de utilidade*” de outros quatro elementos constituintes do ideal de férias ou lazer: *sport, sun, sex and sea*<sup>151</sup>(4S). Carente de “tempo livre”, alegria, diversão, jogo, prazer, etc., apela-se à relação custo-benefício representada pelo preço, “puramente representativo de um valor de troca”. É avaliada a quantidade e intensidade de prazeres que podem lhe proporcionar cada atividade, efetivando o “par valor-prazer” como única qualidade objetiva e possível do lazer. Nos termos do autor, os homens são convertidos em “elementos passivos ante uma prática social cujo objetivo maior, senão único, é o de liberar *adrenalina*”, e a intensificação do prazer se converte num “atributo abstrato e quantitativo que hoje, ao lado do preço, é o que mais conta na hora da opção e consumo de um determinado serviço” (MASCARENHAS, 2005, p. 204).

No espírito da crítica radical que possibilitou o desenvolvimento da tradição marxista ao longo de quase dois séculos, Peixoto (2007, p. 257) analisou parte destas considerações e apresentou aportes visando “o estabelecimento de uma teoria marxista do lazer”. A crítica se concentra na análise feita por Mascarenhas sobre o lazer ser “uma mercadoria que se constitui apenas após a onda neoliberal da década de 90”. Apesar da

---

<sup>150</sup> De acordo com Mascarenhas (2005), o *êxtase-lazer* se manifesta não só na imagem dos esportes de aventura, mas também através da compra divertida, na cultura das saídas, no passeio aos *shoppings*, na euforia do espetáculo esportivo, nas baladas do circuito noturno, na drogadição que é a marca das *raves*, nas atrações, brinquedos e divertimentos do parque temático, na violência simbólica que cerca o mundo dos jogos eletrônicos, na pirotecnia de efeitos visuais que se tornou a mercadoria cinema, na pornografia sonora patrocinada pela indústria fonográfica, no sexo pago comercializado pelas empresas especializadas no ramo da prostituição, dentre outros. No entanto, conforme Saviani (2015), o termo alienação em português, desde sua gênese, foi utilizado para expressar um estado de transfiguração da mente, coincidindo com o “êxtase”. Portanto, a categoria alienação (e também o estranhamento), recorrente em boa parte das análises dos estudos do lazer que dialogam com a tradição marxista, já envolveria o que o autor sintetizou na categoria *êxtase-lazer*.

<sup>151</sup> A reflexão se fundamenta na análise de Sant’Anna (2001). Os exemplos utilizados são o turismo-aventura, os esportes californianos (surfe, asa delta) e os esportes radicais (*bungee jumping*, escaladas livres, *raftings* e a infinidade de outras práticas que pululam nas agências de turismo e propagandas dos mais variados produtos), um conjunto de atividades que valorizam o “prazer imediato, a ‘sensação pura’ e as performances individuais” (SANT’ANNA, 2001, p. 58). Para a autora, o componente do “direito ao prazer total” que integra a “massificação do lazer” não é uma via de mão única (2001, p. 59), mas implica na busca por mais prazer, diversão, saúde, turismo e esporte. Sendo assim, resulta: 1) numa intervenção cotidiana e intensa sobre o corpo e um massivo investimento no estilo esportivo (descontração das aparências), assim como na inserção e naturalização da lógica competitiva do esporte no mundo do trabalho e; 2) na domesticação dos espaços naturais, como são exemplos os *resorts* e outros espaços-cidades voltados ao consumo e na reconstrução da natureza em espaços fechados.

crescente intensificação da forma-mercadoria no período, o processo tem início muito antes, conforme Faleiros (1980) e Cunha (1987), uma vez que a produção de mercadorias pressupõe necessariamente um tempo para a circulação e consumo, ambos imprescindíveis para a realização do valor. Cabe acrescentar que isso está longe de configurar qualquer tipo de certeza de equilíbrio ao longo do ciclo, como tentamos expor ao analisar a teoria de Marx sobre as crises.

Seguindo as reflexões de Peixoto (2007) avançamos para a importância de não se perder de vista o complexo processo histórico que constituiu o modo de produção capitalista, que tanto abarca a reorganização do tempo a serviço da produção de caráter capitalista, quanto a conversão de práticas cotidianas realizadas na esfera privada em mercadorias para circulação na esfera pública, ambos pressupostos do lazer. Portanto, a crescente tendência para a conversão de todas as necessidades em mercadorias<sup>152</sup> - analisada nos estudos do lazer brasileiros de maneira pioneira por Faleiros (1980) - não caracteriza um fenômeno “novo”, ainda que tenha se acirrado “frente ao fôlego dado ao capitalismo no período em que vigorou o grande pacto conhecido como Welfare State” (PEIXOTO, 2007, p. 258). Para a autora, apesar de Mascarenhas compor o estreito grupo de pensadores que buscaram um diálogo ampliado com o pensamento de Marx e possuir o mérito de recolher “os marcos políticos e econômicos que configuram o welfare state nas décadas de 50 e 60 e, nas décadas posteriores à década de 70 aos dias atuais, a onda neoliberal”, o recorte histórico sugerido pelo segundo - “o lazer antes da onda neoliberal o lazer após a onda neoliberal, tomando como marco histórico a década de 90” - se mostra equivocado (2007, p. 259).

A dissertação *Lazer e educação no capitalismo brasileiro: concretude histórica e projeto revolucionário*, numa tentativa de confrontar a teoria de autores clássicos e contemporâneos com a prática social, promoveu uma “discussão franca com todos que se colocam na mesma perspectiva da classe revolucionária” (CÂNDIDO,

---

<sup>152</sup> Reproduzimos integralmente uma nota de rodapé apresentada por Peixoto (2007, p. 258): “A análise dos clássicos dos *estudos do lazer*, como A teoria da classe ociosa (VEBLEN, 1965), comprovará esta afirmação, especialmente o capítulo IV, Consumo conspícuo, no qual o autor se refere a um consumo especializado como prova de força pecuniária. Também a leitura de romances de costumes como *O Pai Goriot*, de Honoré de Balzac (1834), comprova o quanto os bens de uso pessoal estavam configurados como mercadorias a ponto do endividamento das senhoras as levar à ruína de seus pais e esposos. Mas, mais elucidativo que todos estes textos é *O Capital*, no qual Marx demonstra como a conversão dos valores de uso em mercadorias destinadas a produzir valor é a base que dá origem ao modo capitalista de produção (MARX, 1989).”.

2008, p. 12). É nesse marco que o autor reúne diversas considerações sobre o lazer contemporâneo, sobretudo, a partir do diálogo com o trabalho supracitado de Mascarenhas. Para Cândido (2008, p. 131), a tese parece afirmar que o “mercolazer perde o valor de uso e função social, porque passa a integrar o rol de mercadorias, deixando de ser direito social e tornando-se possível apenas sob a troca de valores”. A isso o autor contrapõe que o “valor de uso não pode ser extinto”, independente do lazer assumir uma função direta na produção e reprodução capitalista, uma vez que os valores de uso ou funções sociais - como o controle social ou recomposição da força de trabalho -, persistem no “lazer da era da acumulação flexível e da cultura globalizada” (2008, p. 126). Para ele é o modo de organização da produção que determina o lazer e que não são as mudanças técnicas e organizacionais do trabalho - por exemplo, fordismo ou toyotismo -, que o altera fundamentalmente<sup>153</sup>. Até mesmo os aspectos elencados por Mascarenhas para circunscrever o denominado mercolazer, como o “êxtase”, a “adrenalina” e um “estilo de vida” denominado “divertido”, correspondem a valores de uso que, de alguma forma, estão relacionados com a recomposição da força de trabalho.

Outro instigante aspecto problematizado por Cândido (2008) remete a observação de que o valor de troca universalizado no âmbito da produção-consumo do mercolazer teria significado “um vazio de sentido humano em seu conteúdo”, supostamente implicando numa mudança do que era qualitativo-concreto no que hoje é apenas quantitativo-abstrato. Para o autor, como o valor de uso do lazer permanece o mesmo, embora tenha sido acentuado o caráter de mercadoria na contemporaneidade (tendência geral sob o capital), a conclusão de Mascarenhas revela uma visão idealizada do objeto. Algo semelhante pode ser observado no chamado êxtase-lazer, ao indicar “uma mudança do foco do valor de uso do lazer do aspecto ideológico para a valorização do imediato e da performance individual”, considerando “que os valores de uso do lazer passam a atender não mais as necessidades humanas, e sim as necessidades do mercado, ‘necessidades capitalísticas’” (CANDIDO, 2008, p. 139). No lugar da necessária crítica das relações sociais, aparece uma análise de cunho moral do lazer,

---

<sup>153</sup> Cândido (2008, p. 128) ressalta ainda que, como o fordismo permanece a forma dominante de organização do trabalho após 1970, não se justifica creditar à acumulação flexível uma mudança fundamental no lazer. Além disso, apesar do Estado se desresponsabilizar “progressivamente da oferta de lazer, sendo assumida tal oferta por empresas privadas, ainda que sejam compradas e caracterizem o consumo/consumismo o papel definidor das práticas de lazer, nas relações sociais, continua o mesmo, ainda que adotando novas formas”.

como na imprecisa oposição do 3D ao 4S<sup>154</sup> e na denúncia aos valores de uso "deturpados", "corruptores" - como se estes também não possuíssem função educativa<sup>155</sup>, ainda que não na perspectiva do conjunto da humanidade -, ou ainda, de uma espécie de saudosismo que desconsidera que o valor pressupõe de imediato a abstração de toda referência à qualidade dos produtos do trabalho<sup>156</sup>.

<sup>154</sup> De acordo com Cândido (2008, p. 140), "não se deve considerar se os valores de uso do 'esporte, sol, sexo e mar' são rebaixamentos morais e culturais em relação ao valor de uso do 'descanso, divertimento e desenvolvimento' - segundo Mascarenhas o 'esporte, sol, sexo e mar' não estão incluídos nos '3 D', entendimento do qual discordo profundamente."

<sup>155</sup> **"Se antes as experiências de lazer estavam ligadas ao aspecto sensível e educativo de uma atividade ou programa de lazer, na atualidade do capitalismo avançado, seu valor de troca faz abstração de qualquer referência à qualidade, levando em conta apenas as diferenças de quantidade.** A perda do sensível e o esvaziamento educativo do lazer, transformando as pessoas em elementos passivos ante uma prática social cujo objetivo maior, senão único, é o de liberar adrenalina, recarregando a excitação, faz da intensificação do prazer - isto é, do êxtase - o atributo abstrato e quantitativo que hoje, ao lado do preço, é o que mais conta na hora da opção e consumo de um determinado serviço" (MASCARENHAS, 2005, p.205, grifos nossos).

<sup>156</sup> Cândido (2008, p. 133) constrói uma instigante crítica ao exemplo utilizado para expressar a dinâmica do mercolazer: uma empresa de esportes de aventura diversos. Uma longa citação se faz necessária. Para o autor está expressa na tese o erro de fazer "uma analogia com o processo simples de trabalho, em seus 'elementos simples e abstratos'", uma vez que o "processo de trabalho analisado diz respeito à valorização do valor, é produtivo de mais-valia [...]. Como o esporte de aventura é uma atividade de fruição da cultura e não um processo de trabalho nos seus aspectos simples, envolvendo transformação da natureza para satisfação das necessidades humanas, o esporte é transformação de matéria social - poderia se dizer, é um complexo fundado e não o complexo fundante -, é relação homem-homem, e como tal, pode ser subsumida a lógica do mercado, mas não tem os mesmos elementos da mediação homem-natureza. Por isso, as leis sociais de produção e reprodução do capital devem ser utilizadas para a análise do primeiro caso, na própria atividade esportiva, porém, no segundo caso, a análise deve ser mediada pela relação mercantil anterior à expressão esportiva. [...]". Posteriormente, Cândido (2008, p. 135-136) afirma que o "esporte de aventura, como uma aula, é consumido no momento em que está sendo produzido. Todavia, quem vende sua força de trabalho, o instrutor, ou o professor, utiliza o meio de produção - cachoeira, bote, corda; sala, quadro, retroprojektor - para produzir a atividade esportiva, ou o ensino. Eles usam o meio de produção produtivamente. No caso dos praticantes dos esportes, dos alunos, eles estão consumindo a atividade esportiva organizada[...]. Não estão organizando o esporte, estão praticando-o; não estão produzindo a generalização do conhecimento, estão adquirindo-o. O lugar de cada um na relação social não permite afirmar que ambos produzem o que se vende, de um lado, e se compra, do outro. Sem o atleta ou o aluno não há o esporte ou a aula. Ambos consomem, é verdade, os meios de produção em questão, mas apenas um lado produz o que está sendo consumido. Seguindo a discussão, o caminho que Mascarenhas propõe, da prática do esporte de aventura sem o instrutor e sem a empresa de esportes de aventura, com os meios de produção sendo posse do próprio esportista, a situação muda. Nesse caso, o esporte de aventura não é produzido como uma mercadoria, mas como um valor de uso. O praticante organiza a prática previamente, adquire o que é necessário ao esporte, projeta dia, horário, local e condições para, no momento estabelecido, consumir a atividade, o esporte de aventura. Nesse caso, não houve prestação de serviço, ou seja, não houve o trabalho produtivo de mais-valia, de forma que a atividade esportiva mantém-se no seu campo de análise essencial, de fruição da cultura socialmente produzida. [...]. Ainda, um outro caso diferenciado, será na situação do instrutor ou quem organiza o esporte de aventura ser o dono dos meios de produção. Nesse caso, é vendida a mercadoria lazer, porém, não é explorada a mais-valia do professor/instrutor, ou seja, do produtor, pois ninguém comprou sua força de trabalho. O praticante do esporte de aventura não compra a força de trabalho do instrutor, compra a prática do esporte de aventura com seus valores de uso. Nesse caso, o lazer como mercadoria é unidade de "processo de produção" com "processo de formação de valor", conforme Marx (1985). Ou seja, é produção de mercadoria, de lazer como mercadoria, fora da relação capitalista de produção de mercadorias."

Outro trabalho dedicado a esse conjunto de problemas foi a tese *Lazer e capitalismo: A apropriação do tempo livre pelo capital*<sup>157</sup>. De acordo com Ório (2018), a década de 1980 seria o marco inicial do capitalismo contemporâneo, período que demarcou o “regime de acumulação integral”, caracterizado principalmente pela extensão e intensificação do trabalho em todos os países. É enfatizada a “transformação” do lazer numa atividade de consumo<sup>158</sup>, sendo que na contemporaneidade, além do crescente desemprego e da informalidade - com destaque para o setor de serviços e nas atividades de lazer -, é cada vez mais raro o controle do trabalho pelo próprio trabalhador “devido à tecnologia e à remuneração por produção que vão corroendo estes processos” (2018, p. 116), pressuposto de uma divisão internacional do trabalho que conduz à “exploração extensiva de capital [e que] possibilita a manutenção das altas taxas de lucro” (2018, p. 117).

É nesse contexto que o autor apresenta a necessidade de diferenciar mercadoria e mercancia. Para ele, o lazer engloba muitos elementos da produção material (brinquedos, acessórios para esportes, etc.), mas também comporta elementos cujo conteúdo principal não está, necessariamente, em sua materialidade. Ório (2018) utiliza como exemplo o caso de um parque de diversões, situação que o consumidor não compra o brinquedo, mas o utiliza temporariamente, processo que revela tanto valor de uso e quanto valor de troca, embora não possua “o conteúdo de uma mercadoria”, já que o consumidor não pode levá-lo para sua casa. Isso posto, conclui que a venda da mercancia proporciona a transferência de valor (na forma de dinheiro) do consumidor para o proprietário do parque. Ou seja, assim como o intangível pode ser apropriado pela produção capitalista, um bem tangível pode não ser uma mercadoria, mas uma mercancia material. Assim Ório resumiu o que considera ser o elemento central da sua reflexão: “é a mercantilização das relações sociais, o que remete à compreensão da mercancia e do cálculo mercantil em vários aspectos, desde sua consumação até sua relação com a renda e o dinheiro, entre outros aspectos” (2018, p. 146-147). De acordo

---

<sup>157</sup>No momento em que fazíamos a revisão do texto, a tese de Ório (2018) não estava mais disponível na BTDT - UFG. Sendo assim, fomos obrigados a recorrer exclusivamente aos fichamentos, assumindo o risco de apresentar erros de paginação. Após algumas tentativas de contato com o autor pela Plataforma *lattes* e por email, recebemos uma resposta de que a tese estava indisponível na biblioteca da UFG por ter sido publicada em forma de livro.

<sup>158</sup> Parte considerável destas reflexões estão inspiradas em Padilha (2000), Viana (2014), entre outros. De acordo com Ório (2018, p. 116), “à medida em que as atividades de lazer são transformadas em mercadorias consumíveis, o lazer se integra perfeitamente ao capitalismo. Partindo da consideração do aumento do tempo liberado do trabalho observada na contemporaneidade, amplia-se também a oferta de serviços relativos ao lazer, como forma de apropriar do tempo liberado de modo produtivo do ponto de vista do capital.”.

com o autor, foi essa tendência que permitiu a expansão das relações capitalistas para os mais variados aspectos da vida social, não sendo diferente no lazer. Porém, a reprodução ampliada do mercado consumidor - condição incontornável para a expansão do capital -, só foi possível por meio da descartabilidade, da obsolescência planejada das mercadorias, das modas (obsolescência da desejabilidade) e da fabricação de necessidades, todos eles intermediados pela publicidade.

Mesmo convergindo nos problemas sobre os quais se debruçam as duas teses (como a crescente mercantilização do lazer, a preocupação com a expansão do consumo, o problema da obsolescência das mercadorias, os nichos de mercado<sup>159</sup>, etc.), diferente das pesquisas citadas anteriormente, não encontramos em Ório qualquer menção à tese de Mascarenhas (2005), bem como àquelas críticas destacadas nos trabalhos de Peixoto e Cândido. Apesar disso, ao extrapolar a investigação do capital industrial envolvido na produção das mercadorias que estão na base do lazer, entendemos que Ório (2018) oferece pistas interessantes para o estudo da dinâmica do capital improdutivo no lazer - não produtores de capital-mercadoria -, ainda que realizem funções absolutamente necessárias do ponto de vista do processo de reprodução global do capital. Como veremos adiante, além do capital comercial (na tese, “capital mercantil”), que sem participar da produção se apropria de parte da mais-valor produzido pelos operários industriais - processo semelhante ao que ocorre

---

<sup>159</sup> Como exemplo, mencionamos o desenvolvimento dos nichos de mercado no lazer indicado por Ório (2018, p. 180) e as aproximações com o problema dos estilos de vida analisado por Mascarenhas (2005). Para o primeiro, “Na contemporaneidade, com o regime de acumulação integral, é desenvolvida uma pluralidade de nichos de mercado envolvendo crianças, adolescentes, adultos e idosos. Por meio da criação de inúmeras histórias que se reproduzem em desenhos animados, filmes, livros, programas de TV, entre outras coisas, torna-se possível uma grande consumação de mercancias atreladas também a inúmeras mercadorias. [...] Ao mesmo tempo, grupos chamados “independentes” começam a se desenvolver, criando um nicho de mercado para a venda de bens culturais, também chamado de ‘underground’ em oposição aos grandes oligopólios do capital comunicacional, o chamado ‘mainstream’. É comum encontrar diferentes grupos interligados por um ou mais temas relacionados: clubbers, góticos, punks, black blocks, rappers, antigos hippies, new age, usuários de drogas ilícitas leves ou pesadas, etc. [...] Marin (2009) ressalta o entretenimento individual como uma grande aposta das empresas, sendo o videogame um produto de destaque. O faturamento da indústria de games vem se ampliando nas últimas décadas, apoiado no desenvolvimento tecnológico que potencializa o desenvolvimento de jogos cada vez mais realistas. Além disso, os jogos eletrônicos se expandem para o público de diversas idades e ambos os sexos. É possível que as próprias histórias vendidas em filmes, jogos, livros e demais objetos apropriados pelo capital apresentem elementos críticos em relação à realidade social, mas o desfecho – ainda que seja, por exemplo, o fim da própria sociedade capitalista – é fictício e pode acabar servindo como uma forma de conformismo para pessoas descontentes. Mas o que muitas das histórias contam são tramas com desfechos otimistas, pautados nos valores capitalistas, visando conformar e dar esperança para os espectadores que anseiam atingir um modo de vida burguês – representado por mansões, carros, viagens e passeios – e um ideal de felicidade – expresso no amor romântico, no convívio harmônico com família e amigos e no sucesso individual. As tramas opostas atingem também o objetivo de trazer identificação com os indivíduos que se opõem aos referidos modo de vida e ideal de felicidade, fazendo com que estes opositores se aglutinem em grupos, possibilitando a formação de mais nichos de mercado consumidor. “.

com o capital financeiro -, o estudo joga luz sobre o setor de serviços, particularmente, naquele segmento diretamente explorado pelo capital e que foi denominado na tese de mercancias. Importante observar que, no caso dos serviços, não é o mais-valor que é redistribuído, mas os valores produzidos pelo capital industrial, conforme os trabalhadores assalariados e capitalistas consomem os serviços oferecidos pela sociedade. Trata-se de uma redistribuição dos valores produzidos que podem ser novamente apropriados na forma de capital pelo capitalista que explora o trabalho no setor de serviços.

É a partir daquelas considerações que Ório (2018, p. 170) se propõe a investigar o entretenimento. Comparado ao lazer promovido pelo capital, as iniciativas autônomas dos trabalhadores parecem enfadonhas, dando a sensação de incapacidade dos trabalhadores regerem o próprio tempo livre do trabalho. Baseado na análise de Luiz Gonzaga Godoi Trigo, afirma que o entretenimento expressa a “junção entre ócio e negócio”<sup>160</sup>, uma diversão que “não mais está separada do mundo do trabalho, mas torna-se uma parte significativa dele por meio do esporte, cultura, turismo etc.” (TRIGO *apud* ÓRIO, 2018, P. 172 ), como se fosse possível qualquer atividade humana não estar de alguma maneira ligada ao trabalho. Além disso, o entretenimento ofereceria a possibilidade do esquecimento do “cotidiano ordinário, burocratizado e mercantilizado”, permitindo que as pessoas “se imaginem em um espetáculo”, uma espécie de “evasão momentânea” que não preenche a necessidade humana de realizar algo que seja autêntico e que corresponda aos anseios individuais mais íntimos. As ideias de Elizara Marin compõem destacando o grande volume de investimentos em “equipamentos de diversão” na contemporaneidade, como parques, *shopping centers*, bares, casas noturnas, pacotes turísticos, cinemas, hotéis, cruzeiros marítimos, anunciados pelas ruas, rádio, *internet*, TV, etc.

Contrapondo a ideia sustentada por Trigo de entretenimento como “cultura de massa” oposta à “alta cultura”, Ório (2018, p. 176) reivindica o conceito de “cultura

---

<sup>160</sup> Para Ório (2018, p. 174-175), o lazer envolve a busca do capital por complementos à acumulação, valendo até mesmo ultrapassar “os limites da ética burguesa[...]. É para além destes limites que temos a espetacularização da violência, do sexo, do sofrimento, da privacidade, do ridículo, do putrefato e de tudo o mais que for possível consumir como valor de troca mercantil.”. A partir de outros estudos, o autor ainda remete ao que seria o elemento comum no entretenimento: o estabelecimento de atividades lucrativas para o capital e que almejam contornar ao máximo o esforço intelectual, promovendo ainda o princípio de que todos devem realizá-las, não importando se para sentir integrado, acreditar ser o melhor ou simplesmente confiar que não existe diversão além desse limite.

mercantil”, que corresponderia a “uma cultura desenvolvida propriamente para as relações de distribuição capitalistas”, um conjunto de “mercadorias ou meios para venda de mercadorias que são expostos à população de forma bastante abrangente através do capital comunicacional<sup>161</sup>”. Assim, o entretenimento participaria como uma função do lazer, encampado pelo capital mercantil e que tem como objetivo a acumulação e reprodução deste capital. Antes de desdobrar esse entendimento do autor, porém, trataremos algumas ideias importantes que ainda não foram consideradas pela crítica do lazer.

Embora tanto a obra de arte quanto os produtos voltados para o entretenimento emanem da vida cotidiana e estejam inseridos “na esfera do agradável”, eles desempenham papéis muito diferentes. No segundo caso, as realizações pseudo-estéticas fixam o indivíduo em sua imediatez cotidiana, em sua esfera privada, cumprindo somente a função de entretenimento. Sendo assim, não colocam o indivíduo em contato com as potencialidades enriquecedoras do gênero humano, prendendo-o à mera singularidade.

Ancorado no pensamento de Lukács, Celso Frederico (2000) destaca como a arte, ao refletir sobre a vida cotidiana, possibilita transcender a fragmentação produzida pelo fetichismo da sociedade mercantil. Ela possibilita produzir “uma ‘elevação’ que a separa inicialmente do cotidiano para, no final, fazer a operação de retorno. Esse processo circular produz um contínuo enriquecimento espiritual da humanidade.” (2000, p. 305). No entanto, a “produção artística menor”<sup>162</sup> é infinitamente mais numerosa que as verdadeiras obras de arte. Para Lukács, essas produções caracterizam o entretenimento e configuram o “ciclo problemático do agradável”.

De outro modo, a arte busca figurar aquela realidade imediata caótica da vida cotidiana num meio homogêneo próprio. A atividade do artista resulta numa totalidade intensiva, que rompe com a heterogeneidade da vida cotidiana e a transfigura numa segunda imediaticidade, agora homogênea, unidade sensível de essência e aparência, que possibilita pôr em primeiro plano o ser genérico do homem. Isso possibilita ao receptor a um só tempo concentrar a atenção num único objeto, suspender

---

<sup>161</sup> O capital comunicacional abrangeria a ofensiva do capital em torno das comunicações e procura expressar o predomínio da lógica da acumulação capitalista sobre a divulgação das produções culturais.

<sup>162</sup> O autor menciona como exemplo as novelas, filmes policiais, *comics*, etc.

a heterogeneidade da vida cotidiana e a condição de um ser meramente singular. Como conclui Frederico (2000, p. 306),

Daí o caráter evocativo da obra de arte, sua ação sobre o núcleo social da personalidade humana. Essa força evocativa deve-se ao fato de que na arte o passado é feito presente. Essa presentificação, contudo, não é a vida anterior de cada indivíduo, mas a sua vida enquanto pertencente à humanidade. O que é posto em relevo pela arte é o caráter social da personalidade humana. O indivíduo, perante a figuração estética, pode se generalizar e assim, confrontar a sua existência com a epopéia do gênero humano, retratado pela arte, num momento determinado de sua evolução. Ocorre então uma suspensão da cotidianidade, uma elevação da subjetividade do plano meramente singular para o campo mediador da particularidade (a síntese do singular e do universal).

Apresentado esse pequeno acréscimo à crítica do entretenimento<sup>163</sup>, voltemos agora às considerações de Ório (2018). Como indica o autor, a exemplo do que ocorre na produção de outras mercadorias, no lazer o capital compra meios de produção e força de trabalho a serem empregados no processo produtivo, por exemplo, na produção de brinquedos, jogos de tabuleiro, camisetas, fantasias, acessórios, *action figures*, *smart TVs*, videogames, computadores, *notebooks*, *tablets*, *smartphones* e uma infinidade de outras mercadorias destinadas a ocupar o “tempo livre”. Apenas quando aqueles produtos do trabalho ingressam no mercado e são vendidos o mais-valor contido neles é realizado<sup>164</sup>. Entretanto, é também no âmbito do lazer que o capital encontra espaço para investir na “consumação de mercancias”. Com o mais-valor fruto de trabalho produtivo anteriormente realizado, o capitalista pode investir o capital

---

<sup>163</sup> Voltaremos ao tema no último capítulo, momento em que trataremos dos estranhamentos.

<sup>164</sup> Ório (2018, p. 176) destaca como determinados aparelhos eletrônicos “se impõem sobre os indivíduos por meio das relações sociais, colocando pressões as mais diversas para que o indivíduo adquira determinados equipamentos e não raro contraia dívidas intermináveis. Muitas vezes, a aquisição de um smartphone é feita de forma parcelada, por exemplo em dez vezes, fazendo com que ao término das parcelas esteja próxima a necessidade de aquisição de um novo equipamento, seja por defeito (obsolescência técnica) ou por desejo (obsolescência simbólica). Não possuir um smartphone transforma o indivíduo em um ser ‘antissocial’, já que as relações sociais contemporâneas são grandemente mediadas por estes aparelhos. Da mesma forma, jogar jogos eletrônicos, seguir determinados canais no Youtube e assistir séries televisivas inclui ou exclui o indivíduo de grupos que se desenvolvem em função destes atrativos. Não importa se o consumidor ficar insatisfeito com o produto ou se se entreter com ele por pouco tempo e logo se entediar, o que é bastante comum com as crianças. Neste caso, será ainda melhor para o capital, pois o consumidor possivelmente buscará outro produto para lhe satisfazer. O consumidor pode também deixá-lo guardado na caixa, esquecê-lo ou juntá-lo a uma imensidão de itens de uma coleção.”.

acumulado em meios de execução e força de trabalho improdutivo<sup>165</sup>, incluindo “um valor adicional às suas mercancias” que serão vendidas por uma quantidade de dinheiro superior à quantidade investida, acrescida de mais-dinheiro a partir do qual obtém lucro (ÓRIO, 2018, p. 177).

De acordo com o autor, o “capital que se lança sobre lazer para se apropriar de mais-valor e mais-dinheiro” constitui o chamado “capital recreativo” (ÓRIO, 2018, p. 177), categoria que na sua proposta parece articular componentes do capital industrial, do capital comercial e do capital que explora o trabalho como serviço, caso que inclui boa parte daquelas atividades que remetem ao lazer. Por sua vez, este se divide entre “um capital industrial recreativo”<sup>166</sup> e “um capital mercantil recreativo”<sup>167</sup>. O tempo residual, aquele que resta após a realização do trabalho, das necessidades básicas e necessidades sociais, corresponde ao tempo que o denominado “capital recreativo” dispõe para se reproduzir progressivamente na sociedade. Enquanto “o capital industrial recreativo precisa investir parte do mais-valor obtido em força de trabalho adicional e mais meios de produção em quantidade suficiente para absorvê-la”<sup>168</sup>, o capital mercantil recreativo investe “parte do mais-dinheiro apropriado em mais meios de execução de mercancias e em mais força de trabalho improdutivo”, absorvendo parte da força de trabalho do exército industrial de reserva. Como o capital mercantil não contribui diretamente para a produção social da riqueza - inclusive, drena parte do valor produzido -, ainda que contribua para a reprodução do modo de produção

---

<sup>165</sup> Enquanto os trabalhadores produtivos vêm consumido seu tempo e energia como força motriz do capital durante o trabalho, fora dele o consumo individual do trabalhador é consumo produtivo, uma vez que isso significa a manutenção da capacidade de trabalho para o capital. No entanto, uma jornada que possibilite algum tempo residual, por exemplo, proporcionando momentos para a diversão do trabalhador, confere um tempo que para o capital é considerado improdutivo: “A partir da consideração de que o lazer do trabalhador expressa um consumo improdutivo para o capital, mostra-se importante capitalizar também o lazer, para que todo o consumo dos trabalhadores sirva para a reprodução do capital.” (ÓRIO, 2018, p. 180).

<sup>166</sup> Corresponde ao capital produtivo lançado sobre o lazer para a produção de mais-valor em torno de mercadorias como jogos, brinquedos, etc.

<sup>167</sup> Compreende o capital que obtém lucro improdutivo por meio do lazer, ou seja, a partir da consumação de mercancias. O capital mercantil recreativo não é um capital isolado: “empresas de capital industrial financiam muitas produções do capital mercantil e, com a divulgação do capital comunicacional, constituem-se verdadeiros oligopólios em torno do capital recreativo, de modo que empresas produtoras de mercadorias as mais diversas, como cigarro, bebidas, pneus etc. podem investir capital na consumação de mercancias para o lazer, assim como o próprio Estado. Da mesma forma, o lucro improdutivo obtido com a consumação de mercancias não é absorvido meramente pelo capitalista mercantil, mas é repartido entre o conjunto de capitalistas envolvidos no investimento e com isso o mais-valor vai sendo particionado e redistribuído.” (ÓRIO, 2018, p. 194).

<sup>168</sup> Acrescentamos que não necessariamente isso resulta numa força de trabalho adicional, podendo ocorrer, inclusive, redução do peso da força de trabalho como resultado do investimento em capital constante.

capitalista, sua existência consiste na reconversão de capital produtivo em capital improdutivo, reinvestindo parte do lucro improdutivo do capital mercantil<sup>169</sup> e aprofundando a repartição do mais-valor, “fazendo com que circule entre mais trabalhadores improdutivos e que circule e retorne para os capitalistas sem necessariamente passar pela produção”, ainda que também reproduza e fomente a esfera da produção<sup>170</sup> (ÓRIO, 2018, p. 178). Sendo assim, a multiplicação do capital do capitalista mercantil recreativo que ocorre por meio da esfera da circulação, é parte do mais-valor criado na esfera da produção - produto da exploração do trabalho produtor de mais-valor (trabalho produtivo) - e posteriormente redistribuído na sociedade<sup>171</sup>.

Combinado ao desenvolvimento dos nichos de mercado e o crescente estímulo ao entretenimento individual no capitalismo contemporâneo, Ório analisou os efeitos do avanço tecnológico, da proliferação e do barateamento de diversos equipamentos na produção de música, vídeo<sup>172</sup>, entre outras produções culturais. De acordo com o autor, contrariando o senso comum, com os altos investimentos das “superproduções do capital mercantil recreativo e a massiva divulgação empreendida pelo capital comunicacional, é muito difícil que produções culturais sem patrocínio, as chamadas produções independentes, atinjam grande popularidade” (2018, p. 182). Resta apenas buscar intervir em nichos de mercado, como demonstra a divulgação de produções culturais independentes nas redes sociais que visam se apropriar de mais-dinheiro (remuneração), como resultado da visualização destas produções. No entanto, como a “remuneração se efetiva mediante o pagamento por patrocinadores que divulgam suas marcas nas respectivas redes” - processo que também revela a crescente mercantilização da *internet* -, “surgem pessoas que investem muito dinheiro em suas produções independentes e acabam conseguindo muitas visualizações”, favorecendo e concentrando os “produtores de conteúdo” com maiores condições de investimento.

<sup>169</sup> Para Ório (2018, p. 178), “o mais-dinheiro apropriado pelo capital mercantil recreativo é investido na consumação de mercancias, gerando lucro para o capitalista mercantil, e parte deste lucro improdutivo é reinvestido na consumação de novas mercancias para que haja novamente apropriação de mais-dinheiro.”.

<sup>170</sup> De onde se originam os meios de consumação agregados às mercancias e os meios de subsistência consumidos pelos trabalhadores improdutivos que o capital mercantil recreativo emprega.

<sup>171</sup> Ório (2018, p. 178) se propõe a debater o preço das mercancias, destacando a influência de fatores como a competição intercapitalista e a “valorização atribuída socialmente à mercancia em questão”. Apesar das reflexões incluírem certa confusão entre valor e preço, o exemplo utilizado é bastante ilustrativo: “Em um parque de diversões, por exemplo, o ingresso cobrado deve ser condizente com as atrações oferecidas. Caso outro parque semelhante ofereça condições similares e um ingresso significativamente mais barato, dificilmente haverá consumação da mercancia oferecida pelo primeiro parque.”.

<sup>172</sup> Reprodutores e gravadores de música, instrumentos musicais, câmeras de vídeo, computadores, máquinas fotográficas etc.

Essa é a razão para que sejam raríssimos os casos de ascensão social a partir da produção cultural independente, “o que confirma a tendência de concentração das grandes produções culturais nos grandes estúdios financiados pelos grandes oligopólios capitalistas” (ÓRIO, 2018, p. 183). A análise do caso das produções para o *Youtube* é bastante ilustrativa: “os canais com mais inscritos e mais visualizações acabam arrecadando mais dinheiro, o que possibilita ainda maior divulgação e, conseqüentemente, maior arrecadação”, sendo assim, o que vai determinar “as condições de investimento dos produtores independentes é a sua classe social.” (ÓRIO, 2018, p. 183).

Encerramos esse capítulo com as contribuições de Ricardo Antunes. Ainda que o pesquisador não tenha no lazer o tema central de suas pesquisas, são muitas as suas contribuições. Além dos incontornáveis aportes ao estudo das metamorfoses no “mundo do trabalho”, principalmente da crise da década de 1970 aos tempos atuais, identificamos em sua vasta obra um conjunto de trabalhos voltados diretamente à problemática do “tempo livre” no capitalismo contemporâneo.

Ao menos desde a década de 1990 o autor traz em seus trabalhos a preocupação com “uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho”. Refletindo a relevância desta consigna, podemos observar que o tema sempre aparece no “bloco final” de suas obras, como um tipo de encaminhamento político que condensa as reflexões presentes nos capítulos anteriores. São eles: (a) *Qual a crise da sociedade do trabalho?* In: *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (1996); (b) *Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho*. In: *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (1999) e; (c) *Há futuro para o socialismo? Por um novo modo de vida na América Latina*. In: *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (2018). Como demonstraremos a seguir, apesar de separados por mais de 20 anos e, no caso dos primeiros trabalhos, extrapolarem em alguns anos o recorte proposto para este subcapítulo (estudos realizados no século XXI), por se tratarem de publicações que carregam uma evidente linha de continuidade e, principalmente, serem textos frequentemente invocados pela crítica marxista do lazer produzida no país ao longo deste século, consideramos legítima sua incorporação.

O primeiro trabalho em que essa preocupação se destacou foi no livro *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. A obra compreende a tentativa bem sucedida de oferecer um contraponto à maneira como André Gorz - no livro *Adeus ao proletariado* - e outros pesquisadores capturaram a significativa redução do operariado industrial nas sociedades capitalistas avançadas, mas “com o olhar situado neste canto particular de um mundo marcado por uma *globalidade desigualmente articulada*” (ANTUNES, 2006, p. 18).

O tema foi especialmente debatido no tópico *IV: Qual a crise da sociedade do trabalho?*<sup>173</sup>. Recorrendo à distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto no pensamento de Marx, o autor afirma que a contemporânea diminuição quantitativa do trabalho fabril - seja devido ao incremento do trabalho qualificado ou à desqualificação - preserva o trabalho como categoria central na sociedade produtora de mercadorias, ainda que subordinado ao trabalho em sua forma abstrata e à produção do valor.

Concepções como as que proclamam o “fim do trabalho” desconsideram essa dupla dimensão e, conseqüentemente, fazem o mesmo com o papel do trabalho concreto como protoforma da atividade humana emancipada, o “*primeiro momento de efetivação de uma individualidade omnilateral, condição sem a qual não se realiza a dimensão do gênero-para-si*” (ANTUNES, 2006, p. 88). Nelas aparece “a proposição utópica e romântica do *tempo livre* no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma *vida absolutamente sem sentido* no trabalho e *cheia de sentido fora dele*”, uma evidente tentativa de “compatibilizar *trabalho aviltado com tempo liberado*” (*Idem*, p. 94).

De outro modo, numa sociedade emancipada o fundamento só poderá ser o trabalho concreto, dimensão incontornável para a realização das necessidades humanas e sociais, algo que tem como pressuposto “a redução da jornada de trabalho e a ampliação do tempo livre, *ao mesmo tempo em que supõe também uma transformação radical do trabalho estranhado em um trabalho social que seja fonte e base para a emancipação humana, para uma consciência omnilateral.*” (*Idem*, p. 88). Como destaca Antunes (2006), reivindicações como a redução radical da jornada de trabalho e por tempo livre precisam estar articuladas à luta pela superação da sociedade capitalista. Ambas são apenas ponto de partida para a efetivação de outra forma de organização

---

<sup>173</sup> O tema comparece principalmente na primeira e na terceira tese.

social, esta sim, capaz de transitar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*, produto da associação livre dos indivíduos tornados efetivamente sociais e condição para a identidade entre o indivíduo e as possibilidades do gênero humano.

É em meio a estas considerações que o problema do *tempo disponível* aparece pela primeira vez em seus escritos, fortemente influenciado pela obra de István Mészáros. Somente sob a direção do trabalho será possível alçar a utilização criativa do tempo disponível a princípio orientador da reprodução social, capaz de repor num patamar superior a unidade perdida entre necessidade e produção, entre o caracol (o trabalhador) e a sua concha (os meios de produção)<sup>174</sup>. Superadas as classes, a apropriação e controle do sobreproduto social pelos produtores associados resultará na redução generalizada do tempo de trabalho (trabalho necessário) e no aumento radical do tempo livre para todos. É nesse sentido que a revolução tecnológica - materializada na automação, na robótica e na microeletrônica -, tema tão presente em seus trabalhos, apesar do potencial emancipador, ao ser regida pela lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias resulta no seu contrário: a apropriação do sobre produto social por uma minoria e a possibilidade de ampliação do tempo livre apenas para ela.

Poucos anos depois, no livro *Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, Ricardo Antunes retorna ao problema do tempo de trabalho e do tempo livre, sobretudo no Capítulo X<sup>175</sup>, *Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho* (2009). Apesar das inúmeras aproximações com o trabalho anterior, alguns temas são aprofundados.

Denunciando as iniciativas que apostam na conquista do “tempo livre” pelo “consenso”, num cenário absolutamente desfavorável como é o capitalismo contemporâneo, o sentido da reivindicação pela redução da jornada aqui é adensado em

---

<sup>174</sup> Destacamos uma longa citação do autor: “O tempo disponível, do ponto de vista do trabalho voltado para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, propiciará a eliminação de todo o trabalho excedente acumulado pelo capital e voltado para a produção destrutiva de valores de troca. Desse modo, o tempo disponível controlado pelo trabalho e voltado para a produção de valores de uso - e tendo como consequência o resgate da dimensão concreta do trabalho e a dissolução da sua dimensão abstrata - poderá instaurar uma lógica societária radicalmente diferente da sociedade produtora de mercadorias. E será capaz de, uma vez mais, evidenciar o papel fundante do trabalho criativo - que suprime a distinção entre trabalho manual/trabalho intelectual que fundamenta a divisão social do trabalho sob o capital - e por isso capaz de se constituir em protoforma de uma atividade humana emancipada.” (ANTUNES, 2006, p. 90)

<sup>175</sup> O capítulo seguinte, XI – *Fundamentos básicos de um novo sistema de metabolismo social*, também traz importantes aportes aos estudos do lazer, mas que por uma questão de espaço, não serão aqui recuperados.

seus fundamentos e dimensões táticas, ambos voltados à efetivação de uma sociabilidade organizada pelos próprios trabalhadores. Além de condição fundamental para o desenvolvimento humano, a redução da jornada de trabalho<sup>176</sup> (ou do tempo semanal) é uma vez mais apresentada como mecanismo de contraposição ao capital. Na “acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional”, porém, essa bandeira se revela um mecanismo importante para minimizar o desemprego estrutural, barreira à ampliação da sociedade dos precarizados e desempregados, e também por sua discussão possibilitar transcender a imediatividade, “*ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana*, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida.” (ANTUNES, 2009, p. 172).

Como a redução da jornada de trabalho não implica necessariamente na redução da exploração, lutar por ela “implica também e decisivamente lutar pelo controle (e redução) do *tempo opressivo de trabalho*” (*Idem*, p. 173), tarefa que consiste num enfrentamento contra o capital e o trabalho abstrato. Decorre disso que “uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre*.”. Do mesmo modo, é preciso lutar contra “o sistema de metabolismo social do capital que converte o ‘tempo livre’ em *tempo de consumo para o capital*”, que condena o indivíduo a se “qualificar” para aumentar suas chances no mercado de trabalho ou ao consumo coisificado e fetichizado (*Idem*, p. 176).

É a própria omnilateralidade humana que demanda a demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho. Suscitando àquelas

---

<sup>176</sup> O ponto de partida para a reflexão é a síntese sobre as conexões entre trabalho e tempo livre elaborada por Marx no livro III d’*O Capital*: “De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho” (Marx *apud* Antunes, 2009).

ideias sobre a possibilidade de identificação entre indivíduo e gênero, o autor afirma que essa possibilidade só pode ser efetivada numa sociabilidade tecida por indivíduos sociais e livremente associados, na realização mútua entre liberdade e necessidade, na qual ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio estarão em conformidade com os desejos mais autênticos, fomentados desde a própria vida cotidiana. Reproduzimos a seguir um dos mais belos e ricos trechos da obra a respeito: “Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e *decisivamente*) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.” (ANTUNES, 2009, p. 175).

O terceiro e último texto consta no livro *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Trata-se do Capítulo 20: *Há futuro para o socialismo? Por um novo modo de vida na América Latina*<sup>177</sup>. No texto, Antunes (2018) oferece um breve, porém, instigante ensaio com balanços e perspectivas do socialismo. Após uma série de considerações sobre as experiências socialistas do século XX (URSS e China, fundamentalmente) que não foram para além do capital, afirmar as possibilidades para a América Latina e outros países, desdobrando ainda numa análise da potência das lutas sociais nesse início de século<sup>178</sup>, especialmente de caráter *extraparlamentar e extra institucional*, o autor revisita uma vez mais o tema do tempo livre. Para não incorrerem em repetições exaustivas, cabe mencionar que Antunes reivindica o conjunto das ideias contidas n’*Os sentidos do trabalho...*, fazendo apenas poucos, embora importantes acréscimos.

---

<sup>177</sup> Uma versão anterior desse texto foi originalmente publicada por GALVÃO *et al.* (orgs.). *Capitalismo, crise e resistências*. São Paulo, Outras Expressões, 2012, p. 165-83.

<sup>178</sup> Para Antunes (2018), “O resgate do sentido de pertencimento de classe [...] é questão crucial neste século. A possibilidade de uma efetiva emancipação humana e social, da construção de uma alternativa socialista de fato, só encontrará concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente (e não com exclusividade) no mundo do trabalho. Um processo de emancipação simultaneamente *do* trabalho, *no* trabalho e *pelo* trabalho.

Essa formulação, entretanto, não pode excluir outras formas importantes de rebeldia, contestação e emancipação. Todo o leque de assalariados que compreende o setor de serviços, mais os trabalhadores ‘terceirizados’, os do mercado informal, os ‘trabalhadores domésticos’, os intermitentes, os subempregados e os desempregados, se somam aos demais trabalhadores e movimentos sociais vitais, configurando-se no polo social e político capaz de avançar as lutas e ações anticapitalistas. Do mesmo modo, os movimentos feministas, a luta ecológica, dos indígenas, dos negros, dos imigrantes, dos homossexuais etc. encontram maior pujança e vitalidade quando conseguem *articular suas reivindicações singulares e autênticas com sua dimensão de classe*, fortalecendo as ações contra as múltiplas explorações e opressões presentes no sistema de capital.”.

O problema do “*trabalho cheio de sentido e pela vida autêntica fora do trabalho, por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre e autônomo fora do trabalho*” (ANTUNES, 2018, p. 339), comparece no texto como elemento essencial para a construção de uma sociedade socialista no século XXI. Trata-se de um claro contraponto tanto à (não) regulação efetivada pelo “sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação, não mais voltada para a destruição da natureza, mas sim para uma autêntica preservação ambiental”, quanto uma dura crítica ao assim chamado “socialismo real”.

Isso aparece na reivindicação por um “novo modo de vida”<sup>179</sup>, uma vida autêntica e dotada de sentido, que se contraponha radicalmente ao horizonte limitado e imediato do *privilégio da servidão* que se expande nos nossos tempos e que tanto investe na trípole destrutiva do trabalho: terceirização, informalidade e flexibilidade (ANTUNES, 2020). Como o capitalismo é o primeiro modo de produção que não se orienta pelas necessidades de autoreprodução humana, mas somente pela busca incessante da autovalorização do capital, é preciso defender um modo de produção fundado na atividade autodeterminada, baseada no tempo disponível para a produção de valores de uso socialmente necessários.

Uma “nova forma societal socialista” (*Idem*, 2018, p. 340), diferentemente das primeiras tentativas de transição, só será possível se a humanidade conseguir recuperar o desafio da emancipação. Desse modo, não se trata de buscar apoio na separação dicotômica entre tempo de trabalho necessário para a reprodução social e tempo de trabalho excedente para a reprodução do capital, processo que preserva a subordinação do trabalho ao capital, mas de ter no tempo disponível o “dispêndio de atividade laborativa autodeterminada, livre, voltado ‘para atividades autônomas, externas à relação dinheiro-mercadoria’ [...] capaz de se contrapor à relação totalizante dada pela forma-mercadoria e pelo capital.”

---

<sup>179</sup> Numa palestra recente o autor destacou que a categoria “modo de vida” é emprestada d’*A ideologia alemã*. Vejamos como ela aparece no texto dos pioneiros do socialismo científico: “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado **modo de vida** desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87, grifos nossos).

Para além dos pesquisadores citados, encontramos outros estudos que se debruçaram sobre dimensões mais específicas do lazer no capitalismo contemporâneo, como os *Shoppings Centers* (PADILHA, 2006), os pressupostos ontológicos das políticas sociais de lazer (HUNGARO, 2008) e da produção do conhecimento (SÁ, 2009), a cultura corporal e o tempo livre em áreas de reforma agrária (LAVOURA, 2013), a redução do tempo disponível a tempo de trabalho dos docentes (PEREIRA, 2018), entre outros, que encontraram aproximações com os fundamentos daquelas pesquisas de Antunes. Expostas algumas das mais importantes contribuições aos estudos do lazer produzidos no país sobre o capitalismo contemporâneo, propomos analisar uma gama de problemas que tendem a corroer ainda mais o já bastante estreito horizonte do lazer, tendendo à ampliação tanto da sua funcionalidade social quanto econômica, e por mais absurdo que possa soar, contraditoriamente, colocando num patamar superior a possibilidade do tempo livre e de um trabalho cheio de sentido na perspectiva de outra forma de organização social superior, capaz de humanizar e emancipar em sentido ainda mais profundo.

## CAPÍTULO IV: Longa Depressão, revolução tecnológica e pandemia

### 1. Longa depressão e a crise de 2007-2008

Alguns pesquisadores chegam a afirmar que o ano de 2008 marcou uma inflexão histórica, “o começo do fim” da configuração neoliberal do capital (TONELLO, 2019). O capitalismo teria mudado de dinâmica desde o *crash* financeiro de 2007-2008, com impactos para o capital, o trabalho, os conflitos políticos e sociais, além de implicações ideológicas, ambos reveladores da incapacidade de encontrar um novo padrão de acumulação internacional que ofereça estabilidade e uma marca econômica própria. Tonello (2019) oferece uma proposta de periodização: a) 2007-2009: o *crash* financeiro e a queda abrupta na economia mundial, período que configura a Grande recessão e os primeiros pacotes governamentais visando salvar bancos e empresas; b) 2010-2011: período dos planos de austeridade com o impacto da crise transferido para os trabalhadores em todo o mundo, desencadeando conflitos mais agudos entre capital e trabalho; c) 2012-2015: período em que o baixo crescimento e produtividade do trabalho internacional começou a reverberar entre os economistas do *mainstream* e com desdobramentos nas economias emergentes; e) 2016-atualidade: a consolidação da inflexão de 2008 num patamar global e a eleição de Donald Trump sob o lema *America First* (Estados Unidos em primeiro lugar) e da guerra comercial com a China.

Num estudo posterior, o autor identifica que o capital vive um impasse desde 2008, entre a bancarrota do modelo neoliberal e a ausência de uma nova resolução em nível internacional (TONELLO, 2020). Jamais esteve em questão para o capital abdicar dos fundamentos do projeto neoliberal, pelo contrário. Trata-se agora de aprofundá-lo sob uma condição economicamente diferente, recorrendo a formas superiores de degradação do trabalho e da estrutura produtiva de muitos países para viabilizar o lucro dos monopólios. É nesse sentido que Tonello (2020) elenca alguns fatores para indicar que está em curso mais do que o simples agravamento da “reestruturação produtiva neoliberal”<sup>180</sup>, mas uma nova reestruturação<sup>181</sup> que traz um

---

<sup>180</sup> Expressão utilizada pelo autor para sintetizar a reestruturação capitalista desencadeada no capitalismo contemporâneo.

<sup>181</sup> Gonsales (2020, p. 192) associa a necessidade de uma nova reestruturação produtiva ao fim das vantagens competitivas desencadeadas pela crescente incorporação das mesmas tecnologias por outros capitalistas: “Portanto, taylorismo, fordismo, toyotismo e plataformação ou uberização representam

salto de qualidade em comparação às formas de exploração do período neoliberal. Resumidamente, os fatores listados pelo autor são: o modo incisivo como os planos de austeridade buscaram alterar as condições de produção e reprodução do capital após a crise; a intensificação do fenômeno da imigração, especialmente a partir de 2015 e; a aceleração da introdução das TIC, robotização e inteligência artificial, que impactam diretamente nas formas de contratação e na dinâmica da força de trabalho<sup>182</sup>.

Como é comum em períodos de significativas transformações, uma análise global do processo “no calor dos acontecimentos”, embora necessária, esbarra em limitações objetivas (como a existência de tendências contraditórias, cujos resultados ainda não estão claramente definidos) e subjetivas (os limites teóricos e analíticos). Sem o “amadurecimento” da realidade objetiva não é possível compreendê-la de maneira efetiva. A gama de possibilidades dificulta afirmações categóricas sobre os rumos em curso e quais se tornarão concretos em um futuro próximo. Assistimos ainda os primeiros passos do que pode vir a alterar a forma do processo de acumulação capitalista. É nesse sentido que nos limitamos apenas a indicar problemas que possam ser úteis para uma elaboração posterior mais completa e sistemática. Feitas essas ponderações, arriscamos afirmar que não se desenrolam apenas processos que visam reafirmar o poder econômico do capital, tomado exclusivamente enquanto processo de acumulação, mas um movimento que aponta para a crescente dominação do capital, que embora contraditória, engloba componentes ideológicos, culturais, etc., porém, como afirma Tonello (2020, p. 221) “a resposta definitiva só poderá ser dada pela dinâmica do conflito entre capital e trabalho – em suma, pela luta de classes”.

---

etapas de superação da crise de acumulação do capital, em que a ciência, transformada em tecnologia, torna-se uma indispensável ferramenta”.

<sup>182</sup> Existem muitas previsões de perda de empregos à medida que robôs passem a substituir mais trabalhadores. Um destes estudos citados por Roberts (2021a), prevêem a perda de 53 milhões de empregos na Europa só até 2030, ou seja, 20% da força de trabalho atual, principalmente no varejo, manufatura e serviços de alimentação e acomodação, entre trabalhadores menos qualificados e com menores salários. Estima-se que cada robô polivalente substitua cerca de 3,3 empregos nos EUA. Só na última década o uso de robôs industriais já aumentou em três vezes, saltando de pouco mais de um milhão em 2010 para 3,15 milhões de unidades projetadas em 2020. Ao mesmo tempo, os robôs supostamente tornaram-se capazes de substituir, ou mesmo superar, humanos em muitas tarefas, como produzir peças personalizadas e implantes médicos usando tecnologias de impressão 3D, diagnosticar doenças e auxiliar na tomada de decisões, por exemplo, por “juízes robôs”. Tarefas rotineiras e de baixa habilidade continuam a ser mais fáceis para os robôs realizarem do que tarefas não rotineiras de alta habilidade. Isso implica que o aumento no número de robôs ou melhorias em sua produtividade tendem a afetar os trabalhadores pouco qualificados de forma muito mais adversa do que os trabalhadores altamente qualificados. Além disso, trabalhadores altamente qualificados tendem a se especializar em tarefas às quais a automação é complementar, como projeto e manutenção de robôs, supervisão e gerenciamento. O impacto diferencial da automação implica que os salários dos trabalhadores pouco qualificados podem estagnar e até diminuir na presença da automação.

Para melhor expor a dinâmica e o significado da crise de 2007-2008 nos debruçamos a seguir sobre a dialética do capital fictício. Em primeiro lugar, como indica Carcanholo (2018), é preciso rejeitar a interpretação de origem keynesiana (no sentido da teoria econômica) e reformista (em sentido político), frequentemente repetida até mesmo entre os socialistas, que toma o capital fictício como o capital financeiro que circula nos mercados financeiros e, assim, se opõe ao capital (do setor) produtivo. Na concepção marxiana, diferentemente, o que compõe o capital fictício é a venda no presente de uma expectativa de apropriação futura de valor (processo de capitalização), não importando qual seja o mercado em questão<sup>183</sup>. Disso decorre que sua constituição se baseia numa expectativa de apropriação que pode nem ocorrer. Se por um lado o capital fictício cria as condições para o início de um novo ciclo de acumulação de capital, por outro, as contradições entre produção e apropriação de valor são alçadas a um patamar superior.

Diante da generalização do empréstimo de uma massa determinada de capital em troca da remuneração - como no caso do capital a juros, categoria básica do capital fictício -, todo rendimento obtido disso aparece como resultado da propriedade de um capital com essa possibilidade, inclusive, permitindo que esse direito de apropriação futura possa ser vendido no mercado para outras pessoas. No caso do capital fictício, sua constituição depende da “promessa de apropriação de uma fração de valor ainda não produzida” (CARCANHOLO, 2018, p. 26). No entanto, se para o indivíduo que comprou o direito de apropriação futura de valor ele compõe seu capital, para a totalidade do capitalismo corresponde apenas um capital fictício, mera expectativa de algo que pode nem se constituir.

Como vimos, a desregulamentação e abertura dos mercados financeiros se desenvolveu aceleradamente desde os anos de 1970 com o objetivo de ampliar os espaços de valorização para uma massa de capital superacumulada, portanto, num horizonte de *funcionalidade ao capital*. Porém, com o crescimento do capital fictício desvinculado da produção do valor e da magnitude produzida, prevaleceu o sentido de

---

<sup>183</sup> Na apresentação ao livro III d’*O capital*, intitulada *Sobre o caráter necessário do livro III d’O Capital*, Carcanholo (2017, p. 17) destaca a importância do estudo da seção V - *Cisão do lucro em juros e ganho empresarial* -, em conjunto com a seção IV - *Transformação de capital-mercadoria e de capital monetário em capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro (capital comercial)* -, para compreender adequadamente como na sociedade capitalista as formas se autonomizam / substantivam relativamente em capitais particulares, como o capital de comércio de mercadorias e o capital de comércio de dinheiro: “A complexificação dialética deste último nos leva ao capital portador de juros e à forma mais mistificada do capital, o fictício.”

*disfuncionalidade* ao modo de produção capitalista. Como nos interessa especialmente os processos desenvolvidos no século XXI, é indispensável discorrermos sobre alguns dos efeitos do predomínio da *disfuncionalidade* da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total.

Ainda na passagem para o século XXI ocorreu o estouro da bolha especulativa das ações ligadas às empresas de alta tecnologia, também denominadas *pontocom*<sup>184</sup>. A massa de capital fictício superacumulada que resistiu a essa crise encontrou novos espaços de valorização no mercado de financiamento de imóveis, principalmente o estadunidense. Produto da desregulamentação financeira e bancária, o crescimento do mercado imobiliário se apoiou no financiamento via empréstimos bancários com base em crédito hipotecário, que dá como garantia para o credor os próprios imóveis adquiridos. A expansão das condições de crédito, com destaque para aquele segmento que não possuía tantas garantias (*subprimes*), por sua vez, elevou o preço dos imóveis no início do século XXI, impulsionando uma lógica autoexpansiva na qual os tomadores de empréstimo vendiam seus imóveis e com os recursos adicionais, compravam novos imóveis recorrendo ao crédito hipotecário, aumentando a demanda e elevando ainda mais os preços.

De acordo com Carcanholo (2018), se até os primeiros anos do século XXI no centro mais dinâmico do capitalismo os mercados especulativos ainda favoreciam o consumo, emprego e a renda (elementos de *funcionalidade*), durante os anos seguintes a massa de capital fictício deixou de encontrar sustentação na elevação dos preços. A crescente inadimplência das hipotecas e a elevação das taxas de juros estadunidenses em 2004, resultaram na redução dos preços dos imóveis e da oferta de crédito. A grande diferença do *crash* iniciado em 2007 para os anteriores foram as repercussões amplas e intensificadas na economia mundial. Isso ocorreu porque os bancos credores daquelas hipotecas tiveram seus títulos de crédito intensa e imediatamente desvalorizados, deixando de honrar os seus passivos diante da falta de retorno dos investimentos. Na tentativa de revender as hipotecas para se antecipar a queda dos preços, o excesso de oferta derrubou ainda mais, arrastando também os credores destes bancos, os derivativos, os mercados financeiros e a economia mundial.

---

<sup>184</sup> Martins (2005) detalha no capítulo 5: *No balanço da nova economia*, que a crise da chamada “nova economia” deu os primeiros sinais ainda no ano de 1999, na Bolsa de *Nasdaq*.

A crise que deu os primeiros indícios em 2007 revelou toda sua potência a partir do ano seguinte. Conforme Roberts (2016) tanto os Estados Unidos quanto os demais países de capitalismo avançado entraram numa Grande Recessão que durou dezoito meses, do início de 2008 até meados de 2009. Essa queda foi intitulada de Grande Recessão porque foi realmente “grande”, a maior e mais profunda contração da produção da economia capitalista global desde a depressão de 1929-1932. Alguns dados ajudam a dar a exata dimensão. Do pico do *boom* econômico anterior ao ponto mais baixo da recessão em meados de 2009, as economias da OCDE diminuíram 6 pontos percentuais do PIB. No pior momento da Grande Recessão, o nível de produção industrial estava 13% abaixo do pico anterior e o comércio mundial 20% abaixo. Os mercados de ações mundiais caíram em média 50 por cento desde o pico em 2007.

Mas a recessão que abateu as principais economias do mundo (as economias avançadas e as principais economias emergentes), apenas demarcou o início de uma Longa Depressão, a terceira da história do capitalismo<sup>185</sup> (ROBERTS, 2016). Diferente das recessões, as depressões aparecem quando há uma conjunção de fases descendentes nos ciclos de desenvolvimento do capitalismo. Os ciclos depressivos anteriores que duraram entre 60 e 70 anos tiveram início quando um ciclo de inovação de conjunto amadureceu e se tornou “saturado”; quando os preços de produção e das *commodities* entraram em fase descendente (deflação); quando o ciclo de investimento em construção e infraestrutura despencou; e principalmente, quando o ciclo de lucratividade entrou em queda. Para pôr fim à Longa Depressão é preciso uma conjunção de fatores econômicos (crises, revolução tecnológica e uma mudança no ciclo econômico) ou iniciativas políticas de classe que ponham em xeque o modo de produção capitalista. Repetimos uma vez mais: não está em questão uma crise permanente. Existem resoluções que colocam em cena novas contradições, inclusive a possibilidade de uma nova ascensão econômica. Essa Longa Depressão terá um fim, mas a exemplo das anteriores, viveremos ainda um longo período (inverno, primavera, verão e outono<sup>186</sup>) que inclui

---

<sup>185</sup> Roberts (2016) identifica três depressões na história do capitalismo. A primeira foi no final do século XIX (1873-1897); a segunda em meados do século XX (1929-39); e a terceira no início do século XXI (2008-?). Em todos os casos as depressões começaram com quedas significativas (invernos) (1873-1876; 1929-1932; e 2008-2009).

<sup>186</sup> Reproduzimos parcialmente uma nota de rodapé que apresentamos no início desse capítulo sobre as quatro fases ou “estações” dos ciclos ou ondas (Roberts, 2016): primavera (recuperação econômica), verão (crise e luta de classes), outono (boom e reação), e inverno (quedas e depressão). Elas são definidas pelo ciclo subjacente de lucratividade: a primavera é quando a lucratividade está no ascender; verão é quando cai; o outono é um período de ascensão; e finalmente, o inverno é um período renovado de declínio na lucratividade.

novas quedas (falência de muitas empresas, um enorme aumento do desemprego e até mesmo destruição física de coisas e pessoas aos milhões<sup>187</sup>), até que sejam criadas as condições para uma recuperação sustentada, se construa uma ruptura radical com o capital ou a humanidade promova sua própria extinção.

A rápida resposta dos governos à crise mostrou para o mundo a enorme capacidade que o capital e suas personificações possuem para articular respostas políticas de grande monta. Bancos centrais dos EUA e União Européia foram rapidamente mobilizados e chegaram a aprovar só até o final de 2008 pacotes de cinco trilhões de dólares para salvar os bancos e demais instituições<sup>188</sup>. A principal consequência foi o endividamento generalizado dos Estados no patamar mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial, com déficits orçamentários anuais provocados pela combinação entre planos de resgate, economias contraídas, aumento acentuado do desemprego, quedas das receitas e aumento dos gastos com benefícios sociais.

O custo do endividamento foi rapidamente repassado para os “contribuintes”, especialmente para os trabalhadores. Determinados a reduzir os déficits, assim que recuava a Grande Recessão vários governos iniciaram programas de austeridade que se baseavam em políticas de corte de gastos (investimentos e “despesas” sociais), aumento de impostos, planos de desestatização e alterações previdenciárias (custos das pensões, aumento das idades e do tempo de serviço para aposentadoria, aumento da taxa de contribuição, etc.). O continente europeu foi o laboratório no qual o capital testou essa política durante os primeiros anos da crise. Como observa Tonello (2020), nunca se tratou de um plano de recuperação dos Estados mais atingidos pela crise (ex: Grécia, Espanha, Portugal, etc.), mas da maneira como

---

<sup>187</sup> Para demonstrar como o capital é capaz de encontrar saídas, Roberts (2016) faz um interessante paralelo com os impactos sociais e econômicos das depressões anteriores. A depressão do século XIX provocou uma rivalidade interimperialista que levou à Primeira Guerra Mundial. A Grande Depressão da década de 1930 levou à ascensão do fascismo e do nazismo na Europa, junto com a revolução e a contra-revolução na Espanha, o militarismo no Japão e a contraditória consolidação da União Soviética que acabaram levando a uma guerra mundial, enquanto as potências do Eixo em ascensão ameaçavam o domínio global do Imperialismo anglo-americano.

<sup>188</sup> Especialmente nos Estados Unidos e alguns países da Europa, diante da ameaça de efeitos em cadeia sobre o setor produtivo, os governos se concentraram em resgatar bancos, credores hipotecários e seguradoras com dinheiro público, promovendo aumento de impostos, mas principalmente, recorrendo a empréstimos concedidos na forma de venda de títulos do próprio governo a estas instituições, transferindo para os trabalhadores e contribuintes a tarefa de cobrir as perdas que os grandes bancos tiveram por pura imprudência e ganância. Alguns bancos foram “autorizados a quebrar” (*Lehman Brothers*), mas a maioria das instituições foram resgatadas, com destaque para a seguradora global *AIG* que recebeu um enorme aporte de recursos por estar ligada a todos os bancos e especuladores de fundos *hedge* contra quaisquer perdas nas especulações em derivativos de hipotecas títulos e outras formas “inovadoras” de capital fictício (ROBERTS, 2016).

certos países (Alemanha e/ou França no contexto europeu) descarregarem a crise nas costas da classe trabalhadora grega, espanhola, portuguesa etc.<sup>189</sup>.

Com o intuito de rebaixar o valor da força de trabalho, o capital recorreu à uma escalada da xenofobia (TONELLO, 2020). Dada a condição de maior fragilidade do imigrante – distante do país de origem, submetido a empregos precários, sem qualquer rede de apoio –, os empresários expandiram e intensificaram o uso dessa força de trabalho, até mesmo recorrendo a “trabalhos” análogos à escravidão, em troca de alimentação e moradia. Num primeiro momento no continente europeu isso contribuiu para rebaixar o valor da força de trabalho em geral<sup>190</sup>, ampliando as divisões no interior do movimento operário (formais e informais, estáveis e rotativos, assíduos e precários, trabalhadores “nacionais” e imigrantes) e impulsionando a emergência da extrema direita e de governos comprometidos com a austeridade.

O caso dos países periféricos seguiu a mesma lógica. Conforme Carcanholo (2018), entre 2002 e 2007, no período em que prevaleceu a *funcionalidade* do capital fictício, até mesmo as economias periféricas puderam contar com uma realidade externa favorável. Durante a alta no ciclo do mercado de crédito internacional foi possível a entrada de grandes volumes de capital externo - especulativo e como inversão direta -, pressionando para baixo as taxas de câmbio dessas economias, favorecendo o controle da inflação com o barateamento das importações e o acúmulo de reservas internacionais. As condições de financiamento externo foram aliviadas pela intensiva redução das taxas internacionais de juros, permitindo a redução das taxas domésticas. Tudo isso ocorreu num período de retomada do crescimento da economia mundial e que possibilitou uma forte expansão das exportações, seja por meio do aumento dos preços ou quantidade dos produtos, como no caso das *commodities* no contexto brasileiro, devido ao crescimento de economias que aumentaram sua participação na pauta exportadora da região, como a China.

O que a crise mundial de 2007/2008 fez foi justamente alterar o contexto externo até então favorável, impactando negativamente no ritmo da entrada de capitais

---

<sup>189</sup> Os desequilíbrios entre os Estados e entre as classes no interior dos países desencadearam uma profunda crise na UE e que teve como uma das principais manifestações o *Brexit*.

<sup>190</sup> Tonello (2020) chama atenção para a dialética entre as consequências devastadoras no Sul do mundo e a forma de se utilizar dessa violência para rebaixar o valor da própria força de trabalho nas potências (sobretudo, no continente europeu), forçando os imigrantes a ser parte constitutiva do movimento de reestruturação do capital no pós-crise.

externos e as taxas internacionais de juros. Decorreram desse processo instabilidades no câmbio e uma crescente pressão inflacionária, quedas nas reservas internacionais, nos preços e no volume dos produtos exportados, acarretando problemas nas contas externas num contexto em que o mercado de crédito cambaleava. Como afirma Carcanholo (2018, p. 31), pautando-se pela teoria marxista da dependência (TMD), o efeito dessa crise sobre os países periféricos foi agravar um quadro conjuntural de “inserção na economia mundial que já é, por motivos estruturais, dependente e subordinada ao comportamento do centro da acumulação mundial de capital.”.

Para Carcanholo (2018), o caso dos países da América Latina é exemplar. A ofensiva neoliberal durante a década de 1990 aprofundou a dependência desses países ao elevar a transferência de valor neles produzidos como consequência das diferenças de produtividade média entre os capitais em cada uma das economias, apropriados e acumulados pelas economias centrais, como também dos pagamentos de serviços de dívida e do passivo externo. Tanto a abertura, a liberalização comercial e financeira destes países, quanto a ampliação das privatizações e desnacionalizações visavam aprofundar os mecanismos de transferência de valor para as economias centrais. Nas experiências neodesenvolvimentistas durante os anos 2000, como a brasileira e a argentina, o que tivemos foram falsas alternativas ao modelo neoliberal<sup>191</sup>. Essa estratégia que se sustentou promovendo a conciliação de classes antagônicas, pretendia modificar a composição do modo de apropriação do excedente produzido mediante a superexploração do trabalho e reduzir as taxas de juros para níveis abaixo das taxas de lucro do capital na esfera produtiva, como incentivo para a reprodução do capital de maneira ampliada e um crescimento sustentável. Estes governos tomaram para si a tarefa de impor contrarreformas, por vezes amenizada discursivamente pela promessa

---

<sup>191</sup> Não é objetivo do estudo detalhar as particularidades nacionais do período. Nos limitamos a indicar que Venezuela, Bolívia e Equador constituíram experiências mais avançadas e que se contrapuseram, em certa medida e com inúmeros limites, a “interesses internos e externos de classes e frações de classes que se beneficiam do atual padrão de acumulação do capitalismo dependente. Isto implica intensiva reação desses setores, tanto econômica como política, o que exige do campo alternativo e crítico uma força política constituída para enfrentar a reação, uma base popular robusta e consciente, em síntese, uma acumulação de forças e consciência para enfrentar a luta de classes que isso provocaria.” (CARCANHOLO, 2018, p. 35). Uma alternativa verdadeiramente radical com vistas a superar o papel subordinado da América latina seria a revolução socialista que, para além de propor outra política econômica e a reversão das reformas neoliberais, estaria orientada para a transformação radical da sociedade capitalista, de modo que as relações sociais deixassem de estar baseadas na exploração do trabalho alheio e na intermediação pela troca de mercadorias segundo seus valores. Cabe frisar que a alternativa socialista propõe a ruptura com o próprio capitalismo. Esta obviedade – dada a confusão presente em propostas do tipo “socialismo de mercado” – precisa ser apontada. Retomaremos mais adiante algumas particularidades da experiência brasileira.

de que viveríamos os benefícios num futuro próximo e de que os custos sociais seriam balanceados pelas políticas sociais.

A partir da segunda década dos anos 2000 na América Latina, a exemplo do que ocorreu nos primeiros países atingidos pela crise de 2007/2008, se deu um crescente acirramento das tensões entre capital e trabalho. Entraram novamente em cena os planos de austeridade, os ajustes fiscais voltados para a diminuição dos “gastos sociais” - que em alguma medida minimizavam os efeitos sociais do capitalismo dependente -, são acelerados os programas de contrarreformas e privatizações, aberturas de mercados, flexibilização de leis e direitos sociais, entre outros, além da drástica e cada vez mais evidente restrição do espaço para a conciliação com as demandas e interesses dos trabalhadores. Esse processo culminou no ano de 2018, no caso brasileiro, com a eleição de Jair Bolsonaro, um governo ultraliberal e protofascista (FONTES, 2021).

Vimos como a degradação das condições salariais e o desemprego em massa foram decisivos para a breve recuperação da taxa de lucratividade posterior à recessão dos anos 1973-1975 (a recuperação neoliberal), embora essa taxa tenha permanecido num nível muito abaixo daquele alcançado durante as primeiras décadas do pós-guerra. Conforme sugere Andrew Kliman *apud* Alves (2018, p. 107), como até aqui não se efetivou a “destruição de valor de capital” num nível capaz de iniciar um novo ciclo de acumulação e permitir recomposição de taxas de lucro num patamar que se reverta em investimento produtivo, acabou forjando as condições para uma crise ainda superior. Alves (2018) destaca que a inércia na lucratividade durante as longas depressões anteriores só foi superada recorrendo à ampla destruição de capital e novas bases sociais e tecnológicas promovidas pelas revoluções industriais, um novo surto de expansão capitalista (imperialismo) e guerras mundiais<sup>192</sup>. Todo esse movimento que, respondendo às contingências históricas, aprofundou o espectro das contradições desse modo de produção, pode ser muito bem sintetizado na expressão de uma “fuga para a frente” do capital.

---

<sup>192</sup> Outro elemento de grande instabilidade é a ausência de perspectivas de ascensão social para os trabalhadores e de uma juventude com futuro muito mais incerto que o da geração de seus pais.

## 2. A chamada Indústria 4.0 e os trabalhadores

As mudanças de base tecnológica que presenciamos nas últimas décadas impactaram de maneira significativa a produção e a reprodução da vida social. Composto formas específicas nas primeiras décadas do século XXI, a mudança técnica é a base objetiva sobre a qual vemos cada vez mais disseminado em diferentes mídias e meios de comunicação o projeto de uma Indústria 4.0. Paralelamente, impulsionados pela crise de 2007/2008 expandiram de maneira acelerada formas de trabalho impossíveis sequer de serem imaginadas algumas década atrás, na qual se destaca a ampliação dos domínios do capital monopolista internacional sobre fronteiras até então pouco exploradas (ex. transporte de pessoas por aplicativos, comércio digital, etc.), estendendo o alcance da lei do valor e a integração (e interdependência) da economia global, capaz de articular com algum nível de sincronia em diferentes países, contratendências à queda da lucratividade global (articulação limitada pela própria natureza anárquica do capitalismo), vide a maior integração do comércio mundial e o patamar cada vez mais elevado e equalizado da exploração da força de trabalho<sup>193</sup>.

Existe uma interessante controvérsia sobre se está em curso ou mesmo plenamente conformada uma Quarta Revolução Tecnológica ou Quarta Revolução Industrial, uma vez que ao menos desde a década de 1990 se dá a expansão da base tecnológica informacional em rede (*internet*), avanços na robótica e automação, inteligência artificial, bioengenharia, nanotecnologia, etc. Seria a alardeada Indústria 4.0 de fato um novo marco ou apenas prolongamento e aprofundamento da revolução tecnológica anterior<sup>194</sup>? De início, arriscamos afirmar que a exemplo do que dissemos sobre a Terceira Revolução Tecnológica, independente do termo a ser adotado, o que está em curso não se explica apenas como produto de desenvolvimentos econômicos, prova da vitalidade do capitalismo ou mesmo justificativa para sua existência.

Um consenso que existe nesse debate é de que a denominação Indústria 4.0 apareceu apenas em 2011, na Feira Industrial de Hannover, na Alemanha, economia imperialista e dominante no contexto da União Europeia. Ela foi concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico na produção, estruturada a partir das Tecnologias

---

<sup>193</sup> Remetemos novamente à tendência de *equalização no índice de exploração da força de trabalho*. Conferir o subcapítulo *Reestruturação capitalista como resposta para a crise de lucratividade*.

<sup>194</sup> É possível ir além. É necessário investigar se está em curso uma nova reestruturação produtiva do capital após a crise de 2007-2008 (TONELLO, 2020).

da Informação e da Comunicação (TIC) em rápido desenvolvimento. Independente da denominação adotada e dos componentes ideológicos envolvidos<sup>195</sup> é evidente que está em curso um projeto de intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda a cadeia de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente<sup>196</sup> (ANTUNES, 2018). A intensa euforia midiática que tão bem acolheu o “projeto”, pouco diz sobre suas complexas implicações, como (1) a ampliação do alcance do trabalho morto, tendo o maquinário digital – a “internet das coisas” (*internet of thing* - IoT) – um papel dominante e condutor do processo fabril, e (2) a redução da presença do trabalho vivo por meio da substituição das atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas ou máquinas automatizadas e robotizadas, sob comando informacional-digital. Como se pode deduzir dos aspectos destacados, são transformações que, apesar de proporcionarem potencialmente avanços na produtividade, que poderiam dispensar o gênero humano da maior parte do trabalho repetitivo, monótono e alienante, atuam nos marcos do capital no sentido de conservar a forma de sociedade, alterando significativamente aspectos quantitativos da divisão social do trabalho. Antunes (2020) caracteriza a empresa que emerge desse cenário como flexível, liofilizada e digital. Dado o caráter global desse empreendimento, o processo tecnológico-organizacional-informacional em curso tende a generalizar e ampliar os trabalhadores intermitentes enquanto força de trabalho supérflua e sobrando pelo mundo, sujeita a toda sorte de insegurança e desamparo.

---

<sup>195</sup> Indicamos o desafio de distinguir permanentemente os elementos de propaganda que anunciam um futuro maravilhoso e projetam um porvir que se confunde com a paisagem de enredos de ficção científica, daquele movimento real de desenvolvimento, implementação e possível generalização das tecnologias que fundamentam objetivamente a chamada Indústria 4.0.

<sup>196</sup> No contexto brasileiro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem se dedicado a publicar um conjunto de pesquisas e disseminar informações sobre o tema (CNI, 2017). A Indústria 4.0 é frequentemente apresentada como “um conceito que representa a automação industrial e a integração de diferentes tecnologias [...] com o objetivo de promover a digitalização das atividades industriais, melhorando os processos e aumentando a produtividade. [...] A incorporação da Robótica Avançada, dos Sistemas de Conexão Máquina-Máquina, da Internet das Coisas e dos Sensores e Atuadores utilizados nesses equipamentos possibilita que máquinas ‘conversem’ ao longo das operações industriais. Isso pode permitir a geração de informações e a conexão das diversas etapas da cadeia de valor, do desenvolvimento de novos produtos, projetos, produção, até o pós-venda.” (CNI, s/p, 2021). São exemplos de tecnologias utilizadas na chamada indústria 4.0: inteligência artificial, computação em nuvem, *big data*, *cyber* segurança, *internet* das coisas, robótica avançada, manufatura digital, manufatura aditiva, integração de sistemas, sistemas de simulação, digitalização, impressão 3D, etc. É citado um estudo realizado pelo SENAI entre 43 empresas de 24 estados, nos anos de 2018 e 2019, no qual o uso de ferramentas de baixo custo (sensoriamento, computação em nuvem e *internet* das coisas) em micro, pequenas e médias empresas dos segmentos de alimentos e bebidas, metalmeccânica, moveleiro, vestuário e calçados permitiram o aumento médio de 22% da capacidade produtiva. Encerramos essa nota de rodapé chamando atenção para dois fatos (CNI, 2017): 1) A produtividade da indústria brasileira em comparação com as principais economias registrou queda por mais de dez anos consecutivos até 2014 e; 2) A difusão dessas tecnologias no Brasil apresenta importantes desigualdades entre os setores.

Apesar do evidente impacto das mais recentes aplicações da robótica, da tecnologia da informação, da computação pesada (*big data*, inteligência artificial, *machine learning*, etc.) e da conectividade sem fio nos processos produtivos (*internet 5G*<sup>197</sup>), muitos dos estudos que orientam o debate contemporâneo acabam concentrando toda a atenção nos setores não produtivos de mais-valor (trabalho improdutivo, alguns serviços, etc.). De outro modo, vamos iniciar a partir de algumas implicações na indústria.

O caso da empresa automobilística sul-coreana Hyundai é exemplar (ILAESE, 2020). Inspirada no Sistema Toyota de Produção, a empresa desenvolveu um sistema de produção próprio - o Sistema Hyundai de Produção - conduzido por engenheiros e gestores, baseado na modularização<sup>198</sup> e na automação do processo produtivo, algo que possibilitou a substituição do trabalhador pela máquina numa escala sem precedentes. Contrariando a propaganda sobre a chamada Indústria 4.0, restou aos trabalhadores da empresa atividades de operação e manutenção da fábrica, tarefas simples e repetitivas, que não requerem experiência, grandes habilidades ou formação, implicando em maior rotatividade da força de trabalho. As mudanças tecnológicas e na organização do trabalho permitiram que a empresa praticamente dobrasse sua participação percentual no setor automobilístico entre 2004 e 2017, saltando da nona para a quarta posição no ramo. O aumento da produtividade resultou num crescimento de 217% no período, quatro vezes mais que a média do setor!

Diante desse salto de produtividade, rapidamente o modelo passou a ser adotado por outras empresas do setor e mesmo de outros ramos produtivos<sup>199</sup>, freando o

---

<sup>197</sup> O centro de inovação da chinesa Huawei no país, empresa que domina a tecnologia 5G em nível global, já opera com robôs autônomos que funcionam de forma independente e sem necessidade de interação humana para otimizar a logística do centro de distribuição dos equipamentos que ela fabrica (TILT, 2021).

<sup>198</sup>Na produção modular a montagem é simplificada, uma vez que os conjuntos de peças são pré-montadas na planta do fornecedor, que opera na mesma estrutura ou próximo dela. A entrega é sincronizada, por vezes em sequenciamentos diários, os custos são terceirizados e a análise da qualidade do produto é realizada em várias etapas da produção, não apenas ao final (ILAESE, 2020).

<sup>199</sup> O estudo do Ilaeese (2020) menciona o caso do setor calçadista no país. Também extrapolando a indústria automobilística, Paço Cunha (2019, p. 124) destaca os recentes avanços no setor de costura, com a aplicação da computação e robótica: “O Neocut Bravo permite cortes em tecidos de acordo com as instruções depositadas em um computador central. A máquina realiza o corte simultâneo de inúmeras camadas de tecidos para a confecção de calças em poucos minutos sem a necessidade de outros trabalhadores. Como uma mesma máquina realiza todos os cortes necessários para a confecção de calças, tempo e materiais são economizados. O SewBot corta e costura 800.000 camisas por dia por meio de uma série de operações interdependentes e controlado por um computador central. Elimina-se pelo menos 10 postos de trabalho diretos com apenas uma dessas máquinas, segundo o fabricante. Essa máquina tem base versátil e pode ser utilizada para a produção de outras peças, como tênis. Esses exemplos sugerem que a grande indústria avança inclusive sobre setores tradicionalmente dominados pela mão humana.”

ritmo da escalada da empresa sul-coreana e reequilibrando a taxa de lucro no setor (ILAESE, 2020). No caso brasileiro merece destaque a unidade da *General Motors* em Gravataí (RS). Possuindo uma planta com capacidade para 3 mil trabalhadores, a empresa reúne no complexo outros 4 mil trabalhadores integrados em dezoito plataformas sistematizadas, compostas por fornecedores de peças e componentes para os carros. Desde a crise de 2014 no Brasil, a unidade passou de 2.224 trabalhadores para 954. No ano de 2019 a unidade era de longe a que possuía maior produtividade do trabalho no país, pagando os menores salários e registrando a maior rotatividade do trabalho.

Como indica Paço Cunha (2019), parece correto afirmar que estamos presenciando a passagem da grande indústria para a grande indústria moderna, e não a configuração da pós-grande indústria. Aguçando as contradições imanentes ao capital, os aperfeiçoamentos do princípio operante da grande indústria que se consolidaram desde a crise de lucratividade forjaram as condições para as modificações em curso. No entanto, como considera o autor:

O extravasamento da grande indústria moderna como etapa superior da automação somente encontra forma mais depurada com a robótica, a microeletrônica e, daí em diante, nas tendências de implementação da computação e integração dos sistemas produtivos com o desenvolvimento da tecnologia da informação, inteligência artificial e internet das coisas, como vêm testemunhando as quatro últimas décadas. (PAÇO CUNHA, 2019, p. 102-103).

Sem desconsiderar os impactos sobre os setores produtivos (produtores de mais-valor) julgamos necessário analisar as implicações sobre os setores não produtivos. Porém, mais do que antecipar os possíveis impactos destas transformações - algo recorrente na imprensa -, consideramos fundamental extrair dos processos que já estão em curso os principais impactos, especialmente, aquelas que resultam no avanço da precarização do trabalho nas primeiras décadas do século XXI (aspecto que será desenvolvido no próximo item). Como abordamos anteriormente, as inovações tecnológicas acarretam mudanças não apenas nos processos diretamente produtivos, mas também nas atividades de movimentação e distribuição desses bens, alterando desde a indústria de transformação, comércio, transporte, comunicação, entre outros serviços.

Vejamos mais de perto o caso do comércio. Parte relevante dos desenvolvimentos nos sistemas logísticos e de transporte tiveram origem nos grandes varejistas, como *Walmart* e *Amazon*, com consequências para o trabalho em toda a cadeia global de valor, inclusive nos pontos de venda desses varejistas (LEMOS, 2020). As possibilidades de processamento e análise de grandes quantidades de dados (*big data*), monitoramento do uso dos produtos pelos consumidores, expansão do comércio eletrônico (*e-commerce*) via popularização dos dispositivos móveis conectados à *internet*, além das mudanças nos serviços de transporte, proporcionaram uma escalada de centralização sem precedente no comércio, setor que por motivações logísticas, “convive” historicamente com a presença das pequenas e médias empresas (ILAESE, 2020).

Antes de concluirmos esse item, com o propósito de evitarmos interpretações equivocadas, cabe salientar que não nos posicionamos contra o extraordinário desenvolvimento técnico e nas formas de organização do trabalho. Muito pelo contrário, sobretudo pela ausência de qualquer sentido num posicionamento dessa natureza. Como destaca Moraes Neto (2019), se o desenvolvimento e a socialização das forças produtivas promovidas pelo capitalismo fossem, por sua própria natureza material, eternamente capitalistas, como seria possível a superação desse modo de produção? É justamente o incessante desenvolvimento das forças produtivas promovido pelo modo de produção capitalista que “permite à humanidade se informar concretamente sobre a possibilidade efetiva de existência de um trabalho impregnado de conteúdo, desenvolvidor das individualidades”<sup>200</sup> (MORAES NETO, 2019, p. 24). A investigação e a crítica radical da sociedade capitalista precisa, portanto, abarcar os

---

<sup>200</sup> Complementa Moraes Neto: “É justamente nos locais onde o regime do capital emprega pessoas com elevado nível de qualificação profissional e elevado grau de envolvimento pessoal com sua atividade de trabalho, coisa que se tornará cada vez mais presente, que nos defrontaremos com as limitações inerentes à forma capitalista de organização da sociedade. As limitações do capitalismo ao desenvolvimento humano não aparecem na forma taylorista-fordista, é claro, pois aí não existe qualquer potencialidade de desenvolvimento humano, como ficou claro com os terríveis desdobramentos do uso do taylorismo pelo projeto socialista soviético. Como o capitalismo tratou de dar o merecido fim histórico ao taylorismo-fordismo, que, moribundo, só subsiste historicamente por meio da extremada mediocridade de experiências como as da Foxconn na China, então é imperioso que a análise crítica do capitalismo também enterre definitivamente esse desvio medíocre das forças produtivas capitalistas. **É preciso localizar o debate crítico no locus mais avançado da produção capitalista, onde se localizam justamente aqueles trabalhadores que aprenderam por sua experiência que um trabalho verdadeiramente livre, autônomo, impregnado de conteúdo, que permite o desenvolvimento das individualidades, é possível, pode ser visualizado e quase tocado com as mãos, mas é impedido de se concretizar pela permanência de uma forma atrasada de organização da sociedade, qual seja, o capitalismo.** Lembrando a conhecida observação contida no Manifesto comunista, o capitalismo se defrontará crescentemente com o fato de que cria civilização demais para sua demasiada estreiteza.” (2019, p. 24-25, grifos nossos).

limites que essa forma social impõe contra o pleno desenvolvimento tecnológico e para que ele resulte efetivamente no atendimento das necessidades humanas, sem que seja necessário aniquilar esse desenvolvimento, mas superar a forma social que opera como um freio entre o gênero humano e suas possibilidades.

Ainda antes de avançarmos são indispensáveis outras observações. Para a acumulação capitalista não existe qualquer problema com o fato de formas mais avançadas no trabalho conviverem com formas arcaicas. Como indica Fortes (2019), não existe qualquer objeção do capital para o convívio do processo de precarização do trabalho baseado no predomínio do mais-valor absoluto (elevação da jornada, redução salarial, retirada de direitos, empregos precários, etc.), com a denominada Indústria 4.0. No caso desse último elemento, a demanda por maior capacitação técnica e científica tende a se concentrar nas atividades desempenhadas nas economias centrais, ainda que a precariedade também tenha avançado por lá. Já na periferia capitalista, onde prevalece a precarização desde muito tempo, quando existem inovações científicas e tecnológicas, estas assumem apenas um caráter tópico e limitado. Por fim, é a busca pela maior lucratividade e não o atendimento das necessidades humanas que define a opção entre intensificação do uso da mão de obra ou adoção das tecnologias de vanguarda disponíveis. Para ilustrar, vejamos o caso da empresa estadunidense de alta tecnologia *Apple*. A empresa tailandesa *Foxconn* é responsável por todo o processo de produção - em larga medida concentrada em território chinês -, lançando mão da manufatura, da linha de montagem e de processos ainda mais rudimentares, como o sistema de dormitórios. O motivo para tanto é a possibilidade da perfeita combinação chinesa de salários baixos, leis trabalhistas menos rigorosas, farta mão-de-obra disponível, versatilidade e flexibilidade da produção.

Na medida que essa forma de produção social se orienta pela valorização do valor e não para o pleno atendimento das necessidades humanas, são postas barreiras à possibilidade de que os ganhos de produtividade do trabalho, decorrentes do desenvolvimento tecnológico, sejam convertidos em tempo disponível para a classe que efetivamente produz a riqueza social, ou seja, os trabalhadores. Vejamos o problema em seus aspectos mais gerais. Em primeiro lugar, uma vez que a dimensão dos salários e o valor da força de trabalho são regulados pelo valor necessário para reproduzi-la, ocorre a redução absoluta e relativa dos salários impactados pela redução do valor dos produtos que compõem a cesta de consumo da classe trabalhadora (consumo improdutivo para o

capital). Em segundo lugar, na medida que a elevação da produtividade do trabalho demanda um número cada vez mais reduzido de trabalhadores por unidade produzida, reduzindo globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que possibilite ampliação do lucro<sup>201</sup>, a consequência é a acelerada expansão do subemprego e do desemprego (expansão do exército industrial de reserva). Ambos correspondem às bases objetivas dos aspectos que destacaremos a seguir.

### 3. O “novo” conteúdo do “adeus ao trabalho” no século XXI

O atraso tecnológico brasileiro exerce uma importante pressão sobre o debate teórico dos problemas levantados no tópico anterior. Como observa Fortes (2019), ao invés do debate promovido por sociólogos e economistas brasileiros englobarem aquele complexo de problemas e apesar dos avanços tecnológicos também se fazerem presentes no país, os pesquisadores têm se concentrado exclusivamente na questão da precarização do trabalho. Embora, como veremos, seja essa de fato a tendência que se impõe no país, a ênfase unilateral na denúncia da precarização - indispensável para a organização das lutas - não é suficiente para o estabelecimento de uma teoria comprometida com a apresentação das possibilidades concretas de transformação social, que considere o conjunto das determinações e tendências em curso na economia mundial. É com essa ressalva que apresentamos uma leitura sobre o problema das transformações do trabalho nesse início de século.

Um dos autores que têm se dedicado a compreender as principais tendências do trabalho neste início de século é o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes<sup>202</sup>. Para o autor, ao invés da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, como anunciavam nas teses sobre o fim do trabalho, assistimos, especialmente nas primeiras décadas do século XXI, ao advento e expansão de um

---

<sup>201</sup> Tendência que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua, consequência inevitável da reprodução ampliada do capital (MÉSZÁROS, 2011).

<sup>202</sup> O autor tem se concentrado naquilo que ele denomina de “nova morfologia do trabalho”, ao menos desde sua tese de livre docência, publicada em livro intitulado *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho (1996)*. Outras publicações frequentemente enfatizam que a redução do proletariado em várias partes no capitalismo central teve como contraponto a expansão exponencial na periferia capitalista. São os “novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços, mas também na agroindústria e na indústria” (ANTUNES, 2018, p. 27).

proletariado atrelado aos novos recursos digitais (TIC)<sup>203</sup>, que oscila entre maior ou menor intermitência sob a trípole destrutiva do capital: a terceirização, a informalidade<sup>204</sup> e a flexibilidade<sup>205</sup> (ANTUNES, 2020).

Conforme Antunes (2018, p. 30, grifo do autor), muito diferente do “*fim do trabalho na era digital*”, estamos presenciando o *crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*”. O capital segue dependente da interação entre trabalho vivo e trabalho morto para ser valorizado, mas a expansão das possibilidades de conservação, realização e produção do valor nas últimas décadas decorre do crescimento do trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional, base sobre a qual se assenta o aumento da produtividade do trabalho e os mecanismos de extração do sobretrabalho.

Mas é preciso muita cautela para não incorrer em exageros. De acordo com Ursula Huws *apud* Antunes (2018, p. 48), é um erro isolar o “trabalho digital” do conjunto da economia. “Sociedade baseada no conhecimento” e “trabalho imaterial” correspondem a expressões da complexificação atingida pela divisão do trabalho, em que coexistem atividades intelectuais e manuais, rotineiras e criativas. A generalização do computador e das TIC expandiu rapidamente o que alguns autores denominam de “trabalho digital” para diferentes atividades: rurais, fábricas, escritórios, lojas, casas, condução de veículos etc., sendo cada vez menos expressivos os setores da economia que se desenvolvem sem utilizá-lo.

Com o avanço da totalização e controle pela lógica do capital e de seu processo de mercadorização ou *comoditização*, parte do setor de serviços se integrou ao processo de geração (produtiva) de valor. O trabalho on-line em franca expansão desde a década de 1970, apoiado no instrumental tecnológico-informacional-digital tornou essa processualidade incessante, convertendo a *reestruturação produtiva em um*

---

<sup>203</sup> A invasão das TIC no mundo das mercadorias, assim como a exigência de atividades dotadas de maiores “qualificações” e “competências”, é fornecedora de enorme potencialidade *intelectual* (aqui entendida no restrito sentido dado pelo mercado) ao *trabalho social, complexo e combinado* que efetivamente agrega valor.

<sup>204</sup> No ano de 2020, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que 61,2% da população economicamente ativa no mundo ou cerca de dois bilhões de trabalhadores integram a economia informal, concentrados principalmente na periferia capitalista (OIT, 2020).

<sup>205</sup> Como tentamos demonstrar ao tratar das mudanças nas formas de trabalho no capitalismo contemporâneo, a TIC não é condição para a adoção de modalidades contratuais de trabalho flexibilizadas e precarizadas, mas é inegável a expansão nas últimas décadas, da estratégia de contratar trabalhadores velando relações de assalariamento tendo a TIC como subterfúgio.

*processo permanente*, da qual a mais nova etapa engloba as inovações da chamada Indústria 4.0. Isso implicou na expulsão do processo produtivo de uma parte dos trabalhadores - incluindo jovens ultraqualificados<sup>206</sup> que não encontram emprego em seus países -, na expansão do exército industrial de reserva e no aumento do contingente nos serviços, desdobrando em novos fluxos migratórios que aumentaram os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados, diferentes manifestações da tendência à retração em escala global das relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade.

Como não poderia deixar de ser, as transformações mais recentes do trabalho no capitalismo contemporâneo assumem também uma dimensão ideológica, um tipo de *novo adeus ao trabalho*, que busca ocultar relações baseadas no assalariamento e a recusa à condição de classe do trabalhador. Mesmo com a tecnologia tornando muito mais fácil e ágil o controle, ela é apresentada como justificativa para a ausência de proteção. É nesse contexto que o direito do trabalho passaria a sofrer de um suposto anacronismo diante das “novas” formas de trabalho. Como ocorreu com o “adeus ao trabalho” que surgiu no último quarto do século XX, esse *novo adeus* no século XXI apresenta diversas debilidades, como (a) no plano teórico, ao naturalizar o determinismo tecnológico, (b) empírico, ao superestimar a forma dos contratos e negligenciar o conteúdo objetivo das relações sociais, e (c) político, ao servir de entrave para o desenvolvimento das lutas em defesa dos direitos trabalhistas nessas atividades (FILGUEIRAS e CAVALCANTE, 2020).

Embora a complexidade da classe trabalhadora tenha se ampliado nesse início de século, reafirmamos que as principais características assumidas pelo trabalho sobre o capital estão preservadas<sup>207</sup>. O que temos são trabalhadores e trabalhadoras

---

<sup>206</sup> No ano de 2018, cerca de 25% dos doutores do país estavam desempregados. Entre os mestres, esse índice chegou a 35%. Nos demais países, a taxa de desocupação desses profissionais é de aproximadamente 2% (MEDIUM, 2021).

<sup>207</sup> Ricardo Antunes afirma em suas obras a necessidade de um conceito ampliado de classe trabalhadora (a *classe-que-vive-do-trabalho*). De outro modo, Carcanholo e Medeiros (2012) destacam como no pensamento de Marx a classe trabalhadora jamais esteve reduzida aos trabalhadores produtivos, industriais, ocupados ou relacionados ao trabalho material, mas compreende “o conjunto de indivíduos compelidos pela própria condição social a reproduzir sua existência material (vida) e social mediante a venda da própria força de trabalho. Isso não implica, é importante salientar, que o trabalhador necessariamente venda sua força de trabalho num dado momento do tempo ou que viva desta venda. De forma geral, a única condição para que um indivíduo integre a classe trabalhadora é ter sua condição de vida e social subordinada ao aproveitamento de sua força de trabalho pelo capital, seja esse aproveitamento efetivo (trabalhador ativo) ou potencial (trabalhador “em espera”), direto (nos próprios circuitos de valorização do capital) ou indireto (nas atividades sociais indispensáveis à produção de valor, mas externas a essa produção)”. Concordamos com os autores no sentido de que as contribuições de

integrados cada vez mais pelas cadeias produtivas globais que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário (em muitos casos, fluido e irregular), remunerados por capital-dinheiro, realizadores de atividades materiais e sob diferentes níveis de regulamentação.

Como afirmamos anteriormente, é muito difícil encontrar trabalhos que não dependam atualmente em alguma medida das TIC, com destaque para o uso de dispositivos móveis, como *notebooks*, *tablets* e celulares/*smartphones*, intermediados por aplicativos e/ou plataformas. Elas estão cada vez mais presentes no cotidiano de inúmeros profissionais, como médicos, enfermeiros, trabalhadoras do *care* (cuidadoras de idosos, crianças, doentes, pessoas com deficiência, etc.) e do *fitness*, professores, motoristas e entregadores, eletricitas, jornalistas, advogados, serviços de limpeza, consertos domésticos, bancos, comércio, alimentação, turismo, hotelaria etc., chegando até mesmo a configurar “novas” atividades, como no caso do “goleiro de aluguel”<sup>208</sup>. Tudo isso sem deixar de lado os trabalhadores da indústria de *software*, *call-center* e *telemarketing* (também denominados infoproletariado ou cibertariado), alcançando progressivamente os setores industriais, agroindustriais<sup>209</sup>, etc.

Em todos os casos acima estão trabalhadores, ainda que não se percebam como tal. Com cada vez menos vínculos formais de emprego e acesso a direitos, muitos introjetam o ideário do empreendedorismo, não se reconhecendo com aquilo que realmente são, trabalhadores precarizados em geral, um misto de (proprietário) *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo* sob o mito do trabalho autônomo (ANTUNES, 2018). Como as plataformas digitais<sup>210</sup> - em geral, controladas pelo grande

---

Antunes são melhor aproveitadas quando “recusamos tanto a categoria proposta pelo autor (a *classe-que-vive-do-trabalho*) quanto a própria sobreposição da questão da centralidade do trabalho com a questão da centralidade da classe trabalhadora.” (2012, p. 192).

<sup>208</sup> O serviço de goleiro de aluguel foi desenvolvido baseado na dificuldade comum entre os “peladeiros” de encontrar goleiros para as partidas. O aplicativo *Goleiro de aluguel*, disponível nas principais lojas de aplicativos (só no *Play Store* já são mais de 100 mil *downloads*), além de permitir a contratação do serviço, ranqueia e distribui brindes aos arqueiros e aos contratantes.

<sup>209</sup> As crescentes intersecções entre a indústria, a agricultura e os serviços, como na agroindústria, na indústria de serviços e nos serviços industriais, são emblemáticas.

<sup>210</sup> De acordo com Schinestsck (2020), foi por volta de 2005 que começaram a surgir sites que possibilitavam a interação com pessoas e máquinas em tempo real. “A partir da web 2.0, os sites passaram a não depender mais do comando humano para se atualizar. Essa nova capacidade de interação em tempo real entre usuários e máquinas foi o que viabilizou a emergência das redes sociais e das plataformas digitais. As plataformas digitais apresentam-se como detentoras de mecanismos tecnológicos aptos a conectar oferta e demanda de um bem ou serviço por meio de uma rede, alcançando um enorme contingente de pessoas. Esse modelo de negócio está assentado em dois eixos fundamentais: os algoritmos e os dados. As plataformas são alimentadas por dados e organizadas por meio de algoritmos.”. O pesquisador Rafael Grohmann propõe uma espécie de tipificação das plataformas de trabalho: “a) plataformas que requerem o trabalhador em uma localização específica (como *iFood*, *Rappi*, *Uber*;

capital (como *Amazon, Uber, etc.*) - pressupõem formas de contratação que mascaram e negam a condição de assalariamento, elas estão na vanguarda da agenda de demolição e corrosão dos direitos do trabalho. Não é difícil deduzir um conjunto de barreiras que atuam contra o avanço da consciência de classe desses trabalhadores (GONSALES, 2020), apesar de também existirem tendências no sentido contrário induzidas pela crescente piora nas condições de vida. Estão submetidos a uma crescente competição, uma vez que são remunerados por produtividade, uma parte atua apenas quando necessário para complementar sua renda<sup>211</sup>, não dispõem de locais para o encontro físico entre eles, estão “vinculados” a diversos empregadores simultaneamente, sobrevivem com recursos limitados, carecem de organização sindical, etc.

Para além das inúmeras particularidades das atividades listadas anteriormente, podemos afirmar que o que está em curso neste início de século é a tendência para a imposição da “*disponibilidade perpétua para o labor*” (ANTUNES, 2018, p. 34). As formas de implementação dessa “*escravidão digital*” são múltiplas, mas algumas delas deixam isso mais evidente. Antunes (2018; 2019; 2020) destaca alguns exemplos forjados no continente europeu. O *Zero hour contract*, experiência pioneira da institucionalização da intermitência realizada num país de capitalismo central, no Reino Unido, abarca os trabalhadores que ficam à espera de uma chamada por *smartphone*, recebendo apenas pelo que fizeram e nada pelo tempo de espera. O trabalho pago por *vouchers* na Itália e os *recibos verdes* em Portugal, compreendem modalidades de trabalho ocasional em que as horas de trabalho realizadas são trocadas posteriormente por um equivalente monetário.

Como o trabalho informal compõe o cotidiano dos trabalhadores brasileiros de longa data, algumas ponderações são necessárias. De acordo com o IBGE (2020) a informalidade é uma característica do mercado de trabalho brasileiro que compreende vários subgrupos de trabalhadores (empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar), que não acessam os mecanismos de proteção social vinculados à formalização (salário mínimo, licença remunerada, férias, aposentadoria, etc.). No ano

---

*Deliveroo*), as mais conhecidas do cenário do trabalho digital; b) plataformas de microtrabalho ou *crowdwork* (como *Amazon Mechanical Turk, PiniOn, Microworkers*), marcadas principalmente pelo trabalho de treinar dados para a chamada “*inteligência artificial*”; c) plataformas *freelance, cloudwork* ou macrotrabalho (como *GetNinjas, We Do Logos, Freelancer.com, iPrestador, Fiverr, 99designs*), que reúnem tarefas desde pintura e passeio com animais até *design* e programação.” (2020, p. 151-152).

<sup>211</sup> Cabe destacar que não é isso que predomina, ao menos no contexto brasileiro.

de 2019 mais de 39 milhões de pessoas, 41,6% da população economicamente ativa do país, estavam na informalidade. Entre pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a informalidade era de 62,4%. Mas foi somente com a aprovação da contrarreforma trabalhista em 2017 (Lei 13467/2017) que se institucionalizou algo semelhante no país: o trabalho intermitente<sup>212</sup>. De acordo com o DIEESE (2021), embora ainda contemple apenas uma pequena parcela dos contratos de trabalho, devido a dúvidas e inseguranças dos contratantes, o trabalho intermitente mais que triplicou em 3 anos, saltando dos 0,13% dos empregos formais em 2018 para 0,44%, em 2020, com muitos vínculos sem apresentar registro de atividades e com remuneração média abaixo do salário mínimo em 44% dos contratos (R\$ 637,00).

Os termos que buscam conceituar estas transformações operadas nas relações entre capital e trabalho nesse início de século são inúmeros. É o caso de expressões como *gig economy*, *platform economy*, *sharing economy*, *crowdsourcing*, *on-demand economy*, *crowd work*, uberização, trabalho digital, trabalho on-line etc. Para Filgueiras e Antunes (2020), apesar das diferenças, os termos convergem na tentativa de identificar fenômenos que possuem identidades típicas das TIC, como permitir o contato on-line entre produtores e consumidores, trabalhadores e empresas; o recurso de aplicativos ou plataformas para acesso em computador ou dispositivos móveis; a organização e gestão baseada no uso abrangente de dados digitais; e a relação do produto ou serviço sob demanda, livre de segurança jurídica.

O caso que melhor ilustra o processo, dada a grande visibilidade no contexto brasileiro, é o dos motoristas do *Uber*. Eles entram com sua capacidade de dirigir (como força de trabalho), com seus *smartphones* e automóveis - quando não o locam -, assumem todas as despesas<sup>213</sup>, como seguro, manutenção, multas, alimentação, limpeza etc., enquanto o aplicativo, quem de fato dispõe dos meios de produção,

---

<sup>212</sup> Anos antes da aprovação dessa lei algumas empresas já recorriam ao trabalho intermitente no país. É emblemático o caso da rede de *fast-food McDonald's*, condenada a pagar multa de R\$ 7 milhões por contratar trabalhadores pelo regime de jornada intermitente desde 2012, em Recife. Entre as irregularidades cometidas pela empresa e apontadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) estão o pagamento de salário inferior ao mínimo legal, imprevisibilidade da jornada de trabalho, pagamento só pelas horas trabalhadas quando são chamados pela empresa, ilegalidade na concessão dos intervalos intrajornada e interjornada, lançamento irregular de horas extras em contracheques, folgas concedidas incorretamente e cálculo incorreto do adicional noturno (CUT, 2021).

<sup>213</sup> Conforme Filgueiras e Antunes (2020), o capital associa ideologicamente essa força de trabalho global nas plataformas digitais e nos aplicativos - que assume despesas de seguridade, manutenção e demais instrumentos de produção -, como se fosse detentora dos meios de produção com o objetivo de burlar sistematicamente as formas de regulamentação do trabalho existentes.

“conecta as pessoas” e estabelece as relações sociais de produção, se apropriando do mais-valor gerado pelo sobretrabalho dos motoristas e permanecendo completamente livre de qualquer responsabilidade trabalhista. Além disso, se o motorista recusa as solicitações, corre o risco de ser penalizado e demitido (“desligado”), o que torna ainda mais evidente a existência de uma relação de trabalho (negada conveniente) com o empregador<sup>214</sup>.

De modo geral, o que muitos pesquisadores têm procurado sintetizar através da expressão *uberização* ou *plataformização do trabalho*<sup>215</sup> são *os modos de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais* desde as primeiras décadas do século XXI<sup>216</sup>. São relações de trabalho tendencialmente mais individualizadas, invisibilizadas e que assumem a aparência de prestação de serviços (FILGUEIRAS e ANTUNES, 2020). Esse movimento do capital almejando a máxima flexibilidade do trabalho ampliou as possibilidades de jornadas ilimitadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos e sem organização sindical. Esse processo engloba uma miríade de trabalhos, alguns baseados na intermitência e organizados/distribuídos/controlados a partir das plataformas digitais e aplicativos. Supostas vantagens, como a economia de tempo com deslocamentos no caso do teletrabalho ou *home office*, ocultam a retirada de direitos dos trabalhadores e de responsabilidades pelas empresas contratantes, a intensificação do trabalho (produtivo e improdutivo), a promoção do trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido do convívio social e coletivo.

---

<sup>214</sup> E a tendência é de que não pare por aí. Imaginemos por um instante os impactos da eventual aplicação de projetos como dos carros autônomos - que prometem dispensar a necessidade do trabalho humano -, como consta na proposta da “Uber do futuro”, para os cerca de 5 milhões de motoristas dessa plataforma e para a sobrevivência de suas famílias?

<sup>215</sup> Cabe mencionar que alguns pesquisadores sustentam que, ao invés de utilizar o termo *uberização* para conceituar o processo atual, seria melhor usar “*plataformização do trabalho*”, expressão que sintetizaria algo mais heterogêneo e complexo, que remete às “*imbricações entre financeirização, dataficação e racionalidade neoliberal*”. Nesse sentido, Grohmann (2020, p. 141) propõe discutir: a) as plataformas como meios de produção e comunicação; b) dados e algoritmos como elementos do trabalho digital; c) a definição e tipologia da *plataformização do trabalho*; d) a gestão algorítmica como elemento da *plataformização* que traz relações com *dataficação e racionalidade neoliberal*; e) movimentos em relação ao que tem ocorrido no cenário atual do trabalho de plataforma, como *regulação do trabalho, organização dos trabalhadores e outras formas*”.

<sup>216</sup> Conforme Graham e Anwar (2020), aproximadamente 50 milhões de pessoas no ano de 2015 estavam registradas em plataformas de trabalho digital, constituindo um mercado que ultrapassava 4 bilhões de dólares em transações. A estimativa é de que numa grande plataforma há dez vezes mais candidatos *on-line* do que há trabalhadores bem-sucedidos em conseguir um emprego, com a possibilidade da relação *candidatos-vaga* ser ainda maior em alguns países. A consequência dessa superoferta de trabalho é pressionar para baixo os custos do trabalho, incentivando a competição e restringindo a capacidade de luta dos trabalhadores. Tratá-los como independentes e não empregados os impele a atuar como empreendedores competindo por trabalhos temporários num mercado cada vez mais global e competitivo.

Antes de prosseguirmos se faz necessário alguns esclarecimentos. Existe um amplo debate sobre o significado dos termos teletrabalho, *home office*, trabalho remoto, trabalho a distância, entre outros (ROCHA; AMADOR, 2018). Alguns autores chegam a afirmar a existência de registros do trabalho a distância desde os anos 1950, com destaque para a prática comum do trabalho em domicílio em diversos setores, movimento revigorado com a reestruturação desencadeada a partir da década de 1970. De outro modo, o termo teletrabalho (*telecommuting* ou *telework*, em língua inglesa) remete ao trabalho remoto possibilitado pelas TIC, que dispensa o deslocamento do trabalhador ao local onde os resultados do trabalho devem ser apresentados. Em franca expansão desde a década 1990 é uma forma que apresenta significativas distinções conforme local/espço de trabalho (*home office*, escritórios-satélite, telecentros, trabalho móvel, etc.), horário/tempo de trabalho (integral ou parcial), tipo de contrato (assalariado ou independente) e competências requeridas (conteúdo do trabalho). O elemento comum a todos é a flexibilização dos espaços e do tempo de trabalho.

Ainda é preciso ter em conta que existe uma camada de trabalhadores para o qual o trabalho remoto pode ser vantajoso, ao ponto disso aparecer em diferentes estudos (ILAESE, 2020a). No entanto, quando se observa o perfil dos envolvidos nestas pesquisas, frequentemente se chega a uma correlação entre alto nível salarial, bem como um ambiente adequado à tarefa e a satisfação com o teletrabalho. Em contrapartida, a flexibilidade da jornada promovida pelo trabalho remoto deixou cinzentas as fronteiras entre quando se está trabalhando e quando não se está, fazendo com que muitos trabalhem para além da jornada normal (8 horas diárias e 44 horas semanais), por vezes em regime integral mediante o uso de ferramentas de comunicação instantânea e/ou com metas e cobranças maiores que as do trabalho presencial (no serviço público federal, antes mesmo da pandemia, o servidor em teletrabalho devia assumir metas 15% superior em relação ao trabalho presencial).

Isso não é surpreendente, uma vez que para elevar a taxa de lucro o capital estimula o aumento da produtividade do trabalho. Para o objetivo do capital de elevar o patamar de exploração do trabalho, as plataformas são um sucesso evidente: atinge em cheio qualquer elemento de estabilidade laboral e aumenta o controle do trabalho, atomizando a classe trabalhadora em alguns ramos específicos, estabelecendo um patamar ainda mais rebaixado para o trabalho temporário, intermitente e terceirizado (TONELLO, 2020). O “derretimento” da jornada de trabalho regular deixa o

trabalhador “livre” para vender sua força de trabalho até os limites impostos pelo organismo humano, para utilizá-la por minutos, horas, dias, de acordo com a conveniência e podendo ser descartado sem qualquer custo. Para Costhek (2020), a disponibilidade integral livre de predefinição contratual compõe a figura do trabalhador *just-in-time*, desafiando os limites do que é e do que não é tempo de trabalho, complicando o que poderia ser uma configuração contemporânea da remuneração por peça.

Muito antes da plataformização do trabalho, ainda durante o século XIX, Marx (2013, p. 763) observou a convivência harmoniosa entre diferentes formas de assalariamento. Entre elas é destacado o salário por peça, uma forma modificada do salário por tempo, medida plenamente determinada para a qualidade e intensidade do trabalho e controlada pela própria forma-salário, dispensando parte da supervisão convencional. É a forma-salário que produz o engajamento do trabalhador e a redução do preço da força de trabalho. Ao mesmo tempo que acirra a concorrência entre os trabalhadores, promove o sentimento de liberdade, independência e autocontrole do trabalho. É por essa razão que o autor afirma que “o salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista”. Fica evidente que os únicos beneficiados com advento dessa gama de trabalhos informais e fragmentados resultantes das transformações tecnológicas, que em sua maioria ainda não eram diretamente atrelados aos monopólios, são os grandes capitalistas.

Essa tendência à precariedade total impõe aos trabalhadores o dilema entre o desemprego completo e a disponibilidade para tentar o *privilégio da servidão*<sup>217</sup>. Conforme Filgueiras e Antunes (2020), a grande inovação trazida pelas plataformas e aplicativos para gestão do trabalho, longe da tão aludida liberdade do “colaborador”<sup>218</sup>, consiste justamente em dispor para as empresas um instrumental sofisticado de controle

---

<sup>217</sup> Fazemos referência ao livro *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital* (ANTUNES, 2018).

<sup>218</sup> Baseado na análise de termos de uso, autos de infração, processos judiciais, entrevistas e mensagens de celulares, Filgueiras e Antunes (2020) afirmam que as plataformas e aplicativos empregam ao menos onze medidas explícitas para controlar os trabalhadores: 1) Definem quem vai trabalhar e quem fica de fora; 2) Delimitam o que será feito; 3) Definem que trabalhador realizará cada serviço; 4) Definem como será feito; 5) Determinam o prazo para a execução; 6) Estabelecem de modo unilateral os valores recebidos, um tipo de leilão invertido; 7) Determinam como os trabalhadores se comunicam com suas gerências; 8) Pressionam pela assiduidade e para que aceitem os serviços demandados; 9) Pressionam os trabalhadores a ficar mais tempo à disposição recorrendo a incentivos; 10) Usam de bloqueios para ameaçar os trabalhadores; 11) Utilizam a possibilidade de dispensa a qualquer momento e sem necessidade de justificativa.

da força de trabalho, capaz de determinar ritmos, tempos, produtividade e eficiência do trabalho individual - tudo em tempo real, por exemplo -, sob a aparente neutralidade dos algoritmos. O controle ilimitado proporcionado por estas ferramentas é encoberto pela insistente propaganda sobre as vantagens do trabalho autônomo, livre, empreendedor, etc. Curiosamente, a expansão das plataformas on-line e dos aplicativos fortalece o ideário da neutralidade e da autonomia tecnológica, fundamental para que as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro, os negócios e a engenharia informacional permaneçam tão pouco expostas e responsabilizadas.

Vejamos mais de perto o caso dos entregadores por aplicativo no contexto brasileiro. O termo *gig economy*<sup>219</sup> remete aos denominados “bicos”, aquele conjunto de trabalhos desenvolvidos para além da jornada do trabalho formal com o objetivo de obter uma renda extra. No entanto, num país em que a informalidade não é uma característica sazonal, mas secular, é um contrassenso afirmar a existência de uma “economia dos bicos”. Isso é confirmado pelo estudo de Filgueiras e Antunes (2020)<sup>220</sup>, quando observam que 70% dos entregadores ciclistas de aplicativos só possuíam essa ocupação, refletindo a tendência à subsunção permanente do trabalho à dinâmica do capital (para além da jornada), com os trabalhadores moldando toda a vida à demanda por seus serviços e configurando a disponibilidade ininterrupta do trabalho ao capital. A estreita relação entre baixos salários e longas jornadas é óbvia. No mesmo estudo, os pesquisadores identificaram o caso de um entregador que permaneceu on-line por mais de 61 horas, por sete dias seguidos e recebeu apenas 212 reais. Na cidade de São Paulo, por exemplo, trabalhando 9 horas e 24 minutos por dia em média, os entregadores ganham 936 reais por mês. Se fosse uma jornada legal de 44 horas receberiam cerca de 762 reais por mês, valor muito abaixo do salário mínimo.

É nesse contexto que tempo livre, ócio, turismo e lazer, embora componham as expectativas e também o vocabulário cotidiano dos trabalhadores, estão cada vez mais distantes como experiência efetiva no Brasil do século XXI. A pesquisa *Práticas de lazer no Brasil: uma pesquisa nacional sobre educação, renda e classe social*<sup>221</sup> (UVINHA *et al.*, 2017) parece corroborar essa observação. Brasileiros de diferentes

---

<sup>219</sup> O documentário *Gig economy: a uberização do trabalho*, dirigido por Carlos Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro (2019), contribuiu para a divulgação da expressão no contexto brasileiro.

<sup>220</sup> Os autores utilizam os dados levantados pela Aliança Bike em 2019 sobre o perfil dos entregadores ciclistas de aplicativos.

<sup>221</sup> Título original: *Leisure practices in Brazil: a national survey on education, income, and social class*. Voltaremos ao estudo que resultou nesse e em outros textos exaustivamente no próximo capítulo

faixas de renda, escolaridade e classe social, quando questionados sobre o que fariam em seu tempo livre relatam como principal interesse as atividades turísticas (*camping*, viagens, passeios, parques, *shoppings*, zoológicos, etc.). No entanto, perguntados por que não se envolvem nessas atividades, pessoas de níveis educacionais mais baixos alegaram não possuir recursos financeiros para tanto, enquanto as de níveis educacionais mais altos citaram a falta de tempo. A distância entre a representação do lazer, as expectativas individuais e sua realização é evidente.

Resultado de mais de dois séculos de enfrentamentos entre capital e trabalho, o tempo livre mais parece aos trabalhadores atuais uma vaga lembrança, uma espécie de “privilegio” pertencente ao passado remoto. Estes trabalhadores e trabalhadoras tendem a não gozarem do tempo livre do *final do dia*, do *fim de semana*, do *fim de ano* (férias) e do *final da vida* (aposentadoria), mas um “tempo livre” flexibilizado<sup>222</sup>, caracterizado por ser cada vez mais curto, descontínuo, incerto ou inexistente (MASCARENHAS, 2005).

Mediante a implosão das fronteiras entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora* dele, agora potencializado pelo trabalho on-line, floresce uma modalidade laborativa que combina “mundo digital” com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. Como essa lógica é fortemente destrutiva em relação ao trabalho, o ideário empresarial corporativo opera um léxico que busca amenizar e tornar palatável a destruição do trabalho formal. São expressões desse vocabulário: colaboradores, parceiros, sinergia, resiliência, sustentabilidade, responsabilidade social, etc. (ANTUNES, 2018). Trata-se de uma parcela da “plethora de valores-fetiche, expectativas e utopias de mercado” que compõem o conjunto de inovações sociometabólicas do complexo de reestruturação produtiva em construção desde a crise do pós-guerra (ALVES, 2011). São disseminados na forma de signos e imagens por meio de treinamentos em empresas, políticas governamentais, currículos escolares, aparatos midiáticos da indústria cultural (com destaque para a literatura de autoajuda) e igrejas, que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção e reprodução social e que constituem o ambiente psicossocial da “captura” da subjetividade.

---

<sup>222</sup> De acordo com Mascarenhas (2005), a flexibilidade dos períodos de tempo livre não invalida a classificação proposta por Dumazedier no livro *Sociologia Empírica do lazer*; muito menos admite que a oposição entre tempo de trabalho e tempo livre, tão cara aos trabalhadores, tenha sido já superada, conforme muitos autores sugerem.

Apesar das inúmeras implicações são raríssimos os estudos do lazer que buscam interpretar o impacto das mais recentes inovações tecnológicas e organizativas sobre a relação entre trabalho e “tempo livre”. Destacamos como exemplo o problema da denominada desconexão do trabalho, a prerrogativa do trabalhador de não ser contatado por pessoas do seu ambiente de trabalho durante o período de descanso. O foco do artigo de Miranda *et al.* (2018) está em analisar o impacto da lei 13.467/2017, com destaque para a inclusão do inciso III no artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao estabelecer que os teletrabalhadores passem a fazer parte do rol de trabalhadores que não possuem controle de jornada, legitima a duração da jornada para além das oito horas, todos os dias da semana, sem folga ou intervalos para descanso, alimentação, definição de período ou pagamento extraordinário. É assim que se opera, nas palavras dos autores, a “supressão do direito fundamental ao lazer” (MIRANDA *et al.*, 2018, p. 118).

A justa preocupação com a desconexão do trabalho visando a disponibilidade de tempo para o lazer, porém, nesse caso não vai além da denúncia de inconstitucionalidade da legislação e da necessidade de retirada desse ordenamento jurídico. Ainda que a justificativa para a demanda seja irrepreensível, afinal, é perfeitamente possível o controle e a limitação da jornada no teletrabalho, as propostas estão assentadas numa série de limitações teóricas e políticas. Além de pressupor a possibilidade de “convivência harmoniosa entre trabalho e lazer” numa sociedade dominada pelo capital, se afirma que a “inserção da tecnologia no mercado de trabalho se deu com o intuito de que o indivíduo tivesse mais tempo para desfrutar de momentos de não-trabalho” (*Idem*, p. 116). A ausência de uma compreensão das formas de trabalho desenvolvidas nas últimas décadas e da sua adequação às possibilidades e necessidades do capitalismo após a crise de 2007-2008 se revela como o problema principal. Podemos comparar essa leitura insuficiente que combina legalismo e idealismo com a imagem de um dique rompendo enquanto tentamos conter as rachaduras com as próprias mãos. Essa imagem absurda serve para dar a dimensão da necessidade de se ter um correto diagnóstico da crise contemporânea.

O cenário que apresentamos pode deixar a impressão de que estamos numa condição de “terra arrasada”. Mas não é esse o caso. A disposição do capital em generalizar o trabalho intermitente, a plataformização, o salário por peça, a expansão da informalidade, a tentativa de impor uma robusta piora nas condições de vida também

ensiona os trabalhadores - formais, informais e desempregados - e a juventude para o engajamento nas lutas<sup>223</sup>. Só o embate entre capital e trabalho, a luta de classes, é capaz de impor barreiras para a precarização do trabalho e mesmo definir os rumos desse conflito. Existem ações de resistência dos trabalhadores em diferentes frentes: formação de sindicatos nas empresas de plataforma, lutas contra a retirada e por direitos trabalhistas e previdenciários - reconhecimento do vínculo de emprego -, iniciativas de organização nos locais de trabalho, tentativas de “greves mundiais” nos serviços (redes de *fast-food*, motoristas<sup>224</sup> e entregadores<sup>225</sup>), etc.

Mas a grande heterogeneidade que compreende a totalidade da classe trabalhadora atual impõe o desafio de construir laços de solidariedade, sentido de pertencimento e consciência de classe, conjugando as lutas cotidianas com um projeto de poder dos trabalhadores. Na luta contra o capital, na qual a totalidade do trabalho social se opõe a totalidade do capital global, são urgentes e necessárias fortes ações coletivas. Esse “novo proletariado de serviços” que já exerce papel importante tende a repercutir cada vez mais nas lutas do conjunto da classe. Nesse sentido, é um desafio do nosso tempo “impedir que as fraturas *objetivas* obliterem as possibilidades de ação *subjetiva*, dificultando ou até mesmo impedindo sua ação enquanto classe trabalhadora em sua totalidade” (ANTUNES, 2018, p. 61).

Desconsiderar os aspectos que destacamos ao longo do capítulo é ignorar os principais determinantes das relações entre trabalho, “tempo livre” e lazer que se projetam no século XXI. Nas páginas seguintes nos dedicamos a detalhar a dimensão mais recente desse processo no cenário brasileiro, com destaque para o período posterior à crise de 2007-2008.

---

<sup>223</sup> Desde o ano de 2011 não houve um ano sequer no Brasil que o número de greves não tenha sido superior ao registrado durante todos os anos da primeira década do século XXI, nem mesmo em 2020, no contexto da maior crise sanitária dos últimos 100 anos (DIEESE, 2021c).

<sup>224</sup> A tentativa de greve mundial dos motoristas da Uber em maio de 2019 demonstrou que aquilo que parecia o paraíso do trabalho precarizado começou a desvanecer, de modo que os caminhos da confrontação tendem a se ampliar nos próximos anos.

<sup>225</sup> O movimento que ficou conhecido como o primeiro “Breque dos Apps”, foi realizado no país dia 1º de julho de 2020, mobilizando entregadores das empresas *Rappi*, *Loggi*, *Ifood*, *Uber Eats* e *James* e registrando ações em 13 estados e no Distrito Federal (MARI, 2021). Outras paralisações foram realizadas em 2021.

#### 4. A aceleração da ofensiva contra o trabalho no Brasil pós 2007-2008

Consideramos apropriado iniciar ponderando que no contexto brasileiro, ao menos desde a década de 1990, portanto, logo após a Constituição de 1988, acompanhamos a crescente desconstrução dos direitos sociais, produto da atuação conjugada do judiciário/legislativo/executivo - enfim do Estado -, a serviço da acumulação do capital<sup>226</sup>. Essa observação é necessária para que não parem dúvidas sobre o que tentaremos realçar neste item. Não desconsideramos a intensiva desconstrução dos direitos desde que foram consignados na Carta Magna, mas apenas buscamos problematizar as formas que emanaram como produto da crise de 2007-2008, com especial atenção para as implicações no trabalho e lazer.

Apesar da emergência de esforços dessa natureza, são pouquíssimos os estudos do lazer dedicados ao problema. Além do artigo sobre o direito à desconexão do trabalho citado anteriormente (MIRANDA *et al.*, 2018), devemos mencionar o artigo de Silvestre, Miguel e Assis (2020, p. 434-435), que realiza uma leitura da interpretação jurídica dos pontos da contrarreforma trabalhista de 2017 que trazem implicações e fragilizam ainda mais o direito social ao lazer, aliada a medidas liberalizantes que interferem diretamente na vida do trabalhador e que “afrontam e limitam a efetivação dos direitos fundamentais”. No entanto, tal como ocorreu no outro artigo, a crítica não vai além da denúncia da “afronta à dignidade da pessoa humana”, e em certa medida, acaba numa defesa da forma jurídica<sup>227</sup>.

---

<sup>226</sup> Podemos indicar como exemplo o caso dos direitos previdenciários (ORIONE, 2021). Coube ao legislativo restringir o acesso à aposentadoria especial (substituição dos arts. 57 e 58 da Lei 8213/91 pelas Leis 9032/95 e 9528/97), às pensões por morte (art. 74 da Lei 8213/91 pela Lei 95528/97), a edição do fator previdenciário (Lei 9876/99 que deu nova redação ao art. 29 da Lei 8213/91) e as sucessivas contrarreformas da previdência (EC 20/98 e 41/03). O judiciário corroborou essas iniciativas, como por meio da interpretação sobre os reajustes dos coeficientes das pensões, convalidando abusos das EC (ex. confirmando a limitação dos beneficiários do auxílio reclusão, não concedendo liminares em ação de inconstitucionalidade referentes ao fator previdenciário), etc. O executivo lançou mão de portarias, ordens de serviço e instruções normativas para reduzir direitos previdenciários (ex. promovendo a alta programada no caso dos benefícios por incapacidade e a dificuldade imposta aos administrados para demonstrar os seus direitos às pensões).

<sup>227</sup> De acordo com Pachukanis (2017), o direito é a expressão mistificada de determinadas relações sociais, expressando-se também de forma objetiva, concreta. A “relação social *sui generis* cujo inevitável reflexo é a forma jurídica” é a relação entre possuidores de mercadorias (PACHUKANIS, 2017, p. 103-107). O autor evidencia que o direito é uma forma histórica nucleada pelo sujeito de direito e necessária para universalização das trocas mercantis, em especial a troca da forma de trabalho, cujo pressuposto é a relação entre sujeitos de direito, livres (livres para dispor de sua propriedade), iguais (equivalentes, capazes portanto de se colocarem numa relação contratual e manifestarem sua vontade livre de troca) e proprietários (ainda que apenas de seus músculos, nervos e cérebro). A forma jurídica é condição para a subsunção do trabalho ao capital, já que é ela que dota o indivíduo concreto, despojado dos meios de produção, dos elementos necessários para levar sua força de trabalho ao mercado. Sendo assim, a crítica pachukaniana interdita a ideia de um “socialismo jurídico”.

Outro aspecto preliminar a ser observado é que durante a primeira década dos anos 2000, que compreende os dois mandatos de Lula, constatamos a implementação de um “nacional desenvolvimentismo às avessas” que comprometeu estruturalmente o desenvolvimento a longo prazo no país (GONÇALVES, 2012). Isso se revela no processo de desindustrialização e dessubstituição de importações, na reprimarização das exportações, na maior dependência tecnológica e desnacionalização, na perda de competitividade internacional, na crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro, na maior concentração de capital e na crescente dominação financeira que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação que reduziu a capacidade estrutural do Brasil de resistir a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. Na mesma direção, mas considerando um período mais abrangente, Godeiro e Soares (2016) destacam que, muito diferente do discurso alardeado pelos entusiastas da política neodesenvolvimentista, nas primeiras décadas deste século o país avançou rumo a um neocolonialismo, consolidando a posição do país na periferia do sistema com fortes traços semicoloniais, vide a reprimarização da economia.

No contexto brasileiro os impactos da crise registrada na primeira década do século XXI ficaram mais perceptíveis para os trabalhadores no início da segunda década deste século<sup>228</sup>, principalmente com os efeitos da recessão registrada durante os anos de 2014-2016, que perdurou por 33 meses, a maior registrada desde 1989-1992 (CODACE, 2017). Ainda durante o primeiro quarto da recessão, em 30 de dezembro de 2014, a presidenta Dilma Rousseff editou as MPs 664/2014 e 665/2014 (convertidas nas leis 13.134/2015 e 13.135/2015) que instituíram uma “mini-reforma” do sistema de seguridade social, estabelecendo regras que dificultaram o acesso dos trabalhadores brasileiros aos benefícios de seguro-desemprego, abono salarial, seguro defeso, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão<sup>229</sup>.

---

<sup>228</sup> Há todo um debate sobre os efeitos dessa crise no contexto brasileiro desde o próprio ano de 2008. De qualquer modo, parece ser um consenso que a rápida “recuperação” esteve amparada no preço de mercado das chamadas *commodities* e pelas políticas anticíclicas durante o governo Lula e, posteriormente, Dilma Rousseff. São exemplos destas iniciativas a desoneração fiscal e os investimentos públicos em obras de infraestrutura - envolvendo obras voltadas a dois megaeventos: Copa do Mundo e Olimpíada -, mas que culminaram posteriormente nas mobilizações de junho de 2013.

<sup>229</sup> Esse foi o último ato do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014). Estimativas da imprensa indicavam que as medidas poderiam promover uma economia de cerca de R\$ 20 bilhões, além de reafirmar os compromissos com o superávit primário, o ajuste fiscal e o controle da inflação. Apesar da candidata à reeleição dizer que os direitos dos trabalhadores não seriam diminuídos (“Não mexo em direitos dos trabalhadores nem que a vaca tussa”), foi a medida de maior impacto na proteção social dos

Após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, agora sob o governo de Michel Temer, as respostas para os efeitos dessa crise se concentraram em iniciativas que prometiam algo que nunca puderam entregar: criação de postos de trabalho, renda e desenvolvimento econômico<sup>230</sup>. Destacamos no período sinalizado: 1) a aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95)<sup>231</sup>, que estabeleceu um teto para os “gastos sociais” e investimentos por 20 anos, mas não para aquelas despesas ligadas à dívida pública; 2) o desmantelamento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017).

A contrarreforma trabalhista representou o marco inicial da prevalência do negociado sobre o legislado, inclusive nas matérias relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores, consideradas pela jurisprudência até então “um patamar mínimo civilizatório”, como duração da jornada, intervalos e descansos remunerados. Flexibilizou as regras quanto ao tempo de deslocamento (*in itinere*), o trabalho em regime de tempo parcial e o gozo de feriados. Ampliou as hipóteses de adoção do banco de horas e teletrabalho<sup>232</sup> (sem controle de jornada), criou a modalidade do contrato de trabalho intermitente, pelo qual os trabalhadores são remunerados exclusivamente pelas horas trabalhadas, além de abrir caminho para a terceirização irrestrita.

As medidas citadas estabeleceram uma significativa alteração na forma como os trabalhadores passam a “dispor de seu tempo”. Além de debilitar enormemente a capacidade de organização coletiva, fragilizando o poder de negociação das

---

últimos vinte anos sobre os trabalhadores brasileiros mais pobres (desde o fator previdenciário no governo FHC, ataque também preservado nos governos petistas posteriores) (ORIONE, 2021, s/p.).

<sup>230</sup>Como observam Behring e Souza (2020, p. 134), o projeto ultraneoliberal estava expresso no documento *Uma Ponte para o Futuro*, lançado em outubro de 2015, pelo MDB de Michel Temer. Para as autoras, é possível visualizar as “linhas mestras do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE, 1995), um documento orientador do período pós Real”, marco do que os autores compreendem como “o terceiro momento de nítido aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, com o Novo Regime Fiscal ultraneoliberal.”.

<sup>231</sup> Como observam Behring e Souza (2020, p. 134), “A medida abre-alas do Novo Regime Fiscal foi a Emenda Constitucional 95 (EC 95), aprovada sob forte repressão em Brasília, em 2016. O discurso da EC 95 foi o de realizar sacrifícios para entregar um país saneado e que voltasse a crescer, responsabilizando os gastos públicos, sobretudo com direitos trabalhistas e previdenciários, como sempre. Assim, tornou-se constitucional a correção dos gastos primários pela inflação do ano anterior, por vinte anos.”. Apesar da relação dívida/PIB estar em 70,1% no ano de 2016, muito abaixo dos EUA (101%), da zona euro (90,7%) e do Japão (229,2%), a EC 95 congelou os gastos primários do orçamento público brasileiro - independente do desempenho econômico -, liberando a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros e pelos especuladores.

<sup>232</sup> Cabe observar que no Brasil, a Lei n. 12.551/2011 alterou o artigo 6º da CLT, equiparando a vinculação jurídica do trabalho realizado presencialmente ao realizado à distância.

organizações sindicais<sup>233</sup>, são flexibilizadas as fronteiras entre casa e trabalho (vide teletrabalho e banco de horas), dissipando as possibilidades de fruição de um "tempo livre" de final de dia (delimitação temporal e espacial da jornada de trabalho), de um "tempo livre" de final de semana, feriados e de final de ano (férias). No caso dos trabalhadores mais precarizados e submetidos a alta rotatividade (informais, terceirizados e intermitentes), a ausência de contribuição previdenciária contribuiu para fragilizar ainda mais a perspectiva de um "tempo livre" de final de vida (aposentadoria).

No final de 2018 ocorreu a controversa eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república<sup>234</sup>. Embora eleito com um discurso “contra o sistema”, facilmente refutado pela trajetória pregressa do então candidato, desde o princípio seu governo se caracterizou pela pregação proto-fascista<sup>235</sup> - amparada centralmente num anticomunismo primário atribuído a quase todas as forças sociais, apesar das inúmeras diferenças destas entre si -, e pelo ultra-liberalismo de inspiração chilena encabeçado pelo Ministro da Fazenda, o plenipotenciário Paulo Guedes (FONTES, 2021).

A falsa dicotomia “empregos ou direitos” com a qual foi eleito ganhou rapidamente contornos práticos. Um dos pontos de destaque dessa trajetória representou a pá-de-cal na expectativa de aposentadoria de milhões de trabalhadores brasileiros, o fim do sonho de um "tempo livre" de final de vida: a promulgação da contrarreforma da previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019). Essa política significou o aumento progressivo da idade mínima para 65 anos homens e 62 anos mulheres, além do rebaixamento dos valores de benefícios em razão da alteração na forma de cálculo, com

---

<sup>233</sup> Registramos que a contrarreforma trabalhista adotou um conjunto de medidas que atingiram as entidades sindicais, mas que não serão objeto de investigação deste texto.

<sup>234</sup> As controvérsias vão da prisão e inelegibilidade do candidato que aparecia em primeiro lugar nas pesquisas (Lula) como resultado da problemática operação “Lava-Jato”, uma midiática facada em plena atividade de campanha, a ausência em praticamente todos os tradicionais debates com os presidencialistas, até o disparo em massa de notícias falsas durante a campanha eleitoral. Concluída a eleição, o símbolo da operação “Lava-jato”, o juiz Sérgio Moro, ainda viria a assumir o Superministério da Justiça a convite de Bolsonaro.

<sup>235</sup> É valiosa a indicação feita por Fontes (2021, s/p) sobre o caráter desse governo, num claro esforço de desviar de impulsos impressionistas e, ao mesmo tempo, apontar para a necessidade de se dedicar esforços para a análise concreta: “não significa que tenha sido implantado no Brasil um ‘regime fascista’, mas evidencia que há tendências fortes nessa direção, e os seus desdobramentos dependerão do quadro de resistência e enfrentamento nacional, assim como das tensões internacionais.”

repercussão para os regimes próprios<sup>236</sup>. Não é demais lembrar que o projeto original previa ainda a criação de um regime de capitalização<sup>237</sup>.

Encorajado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Jair Bolsonaro editou a MP 905/2019: o *Contrato de Trabalho Verde e Amarelo*. A principal promessa dessa vez era facilitar o primeiro emprego de jovens de 18 até 29 anos. As empresas poderiam contratar nesse formato até 20% do total de vagas, por um período máximo de 24 meses, pagando salários de até 1 salário mínimo e meio (R\$ 1.567,50, em 2020), com direito a redução na alíquota de contribuição para o FGTS (de 8% para 2%) e da multa (de 40% para 20%). Para cobrir a perda de receita, o seguro-desemprego dos trabalhadores passaria a ser descontado em 7,5% com fins de contribuição previdenciária.

Além de generalizar a possibilidade de descanso semanal obrigatório em qualquer dia da semana (não obrigatoriamente aos domingos), o predomínio do negociado sobre o legislado reapareceu em vários aspectos, como no formato de pagamento da indenização sobre o saldo do FGTS que passaria a depender de acordo entre trabalhador e empregador, na exclusão dos sindicatos das negociações sobre participação nos lucros e resultados, a contratação de seguro privado para cobrir acidentes ocorridos com o trabalhador (morte acidental e danos morais, estéticos e corporais), etc.

Como bem definiu a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT, 2021), passados apenas dois anos da vigência da Lei nº 13.467/2017 (a contrarreforma trabalhista), que alterou mais de 100 artigos e cerca de 200 dispositivos da CLT, suprimindo e/ou reduzindo direitos e garantias processuais dos trabalhadores brasileiros, promovendo apenas aumento do desemprego e da informalidade, foram apresentadas mudanças ainda mais profundas, mas sem dispor de dados efetivos que a

---

<sup>236</sup> Ilustro essa afirmação com um relato pessoal. Durante os anos de escrita da tese, enfrentamos duas reformas da previdência no município de São Paulo, ambas encabeçadas por governos do PSDB (Dória, Covas e Nunes). Importante registrar que o projeto inicial foi apresentado pelo governo anterior de Haddad-PT. A primeira reforma foi aprovada em 2018, após meses de embates, com a segunda votação ocorrendo no dia 26 de dezembro, um dia após o feriado natalino. A segunda foi em 2021, com o governo tocando tudo em regime de urgência, aproveitando o desgaste de mais de um ano de pandemia (incluindo uma greve de 120 dias contra o retorno presencial das aulas). Ainda assim, a aprovação só ocorreu com muita repressão das polícias, com direito a “tiro, porrada e bomba”.

<sup>237</sup> Na capitalização o regime de repartição atual daria lugar a um regime no qual a contribuição previdenciária que é descontada do salário bruto do trabalhador vai para uma conta individual e constitui uma poupança pessoal que ficará rendendo juros no mercado financeiro para viabilizar (ou não, como no caso chileno) a futura aposentadoria.

justifique<sup>238</sup>. Para a sorte (ou azar) dos trabalhadores do país, por uma combinação de fatores (dificuldades na articulação política da base governista, início de uma crise sanitária, etc.), no mês de abril de 2020 a MP 905 perdeu a validade, sendo revogada pela MP 955/2020 numa estratégia jurídica que visa viabilizar sua reapresentação.

Nos meses finais de 2019 o governo federal anunciou outra investida com impactos contra os trabalhadores e seus direitos: o *Plano Mais Brasil*. O plano se desdobraria em três PECs que apresentamos resumidamente<sup>239</sup>: a) PEC Emergencial: veda novas despesas obrigatórias, fim das promoções, reajustes e novos cargos no serviço público; b) PEC do Pacto Federativo: reorganiza a distribuição de recursos e despesas entre União, estados e municípios, elevando a autonomia, repasses e extinguindo municípios, extingue o socorro da União aos estados e municípios, fusão de recursos dedicados à saúde e educação, etc.; c) PEC dos Fundos Públicos: libera a verba dos fundos (cerca de 220 bilhões de reais) para uso prioritário no pagamento da dívida pública.

Nenhuma delas pode seguir adiante como concebida inicialmente pelo governo federal<sup>240</sup> porque no meio do caminho tinha uma pandemia... responsável pela maior crise sanitária do último século.

---

<sup>238</sup> A lista de retrocessos incluía também a ampliação da jornada de trabalho de funcionários de bancos, casas bancárias e na Caixa Econômica Federal para 8 horas diárias, exceto os operadores de caixa e o fim do registro para 11 carreiras (jornalista, artista, corretor de seguros, publicitário, atuário, arquivista e técnico de arquivamento, radialista, estatístico, sociólogo, secretário e guardador e lavador autônomo de veículos).

<sup>239</sup> Como bem definiu a Auditoria Cidadã da Dívida, se tratava do projeto *Plano Mais Brasil para banqueiros*.

<sup>240</sup> Não que o governo federal tenha abandonado o “Plano Mais Brasil”, pelo contrário. Vejamos o caso da PEC emergencial (PEC 186/2019). O primeiro substitutivo resultou na EC 109, apresentada em fevereiro de 2021. Entre as alterações propostas estava o fim da vinculação de verbas para Educação e Saúde e o fim de fundos como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (DIEESE, 2021a). O texto final da PEC 186, aprovado em março de 2021, retirou da pauta esses temas, viabilizando a rápida aprovação do projeto em primeiro turno no Senado. Como acertadamente registrou o ILAESE (2021), a pandemia não promoveu a emergência em socorrer às necessidades dos trabalhadores. Isso fica evidente quando o governo propôs a retomada de uma PEC “emergencial” do ano de 2019, muito anterior ao início da pandemia. De fato, “a emergência para o governo é, na realidade, incluir na Constituição Federal mecanismos de ajuste fiscal ainda mais violentos a fim de garantir o pagamento da dívida pública”.

## 5. A pandemia alçada a motor da escalada contra o trabalho

O último dia do ano de 2019 ficará marcado como a data em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi comunicada sobre vários casos de pneumonia na cidade chinesa de Wuhan (OPAS, 2021). Duas semanas depois era confirmada uma nova cepa de coronavírus. Não demorou muito, ainda nos últimos dias daquele mês de janeiro, para que a OMS declarasse uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Pouco mais de dez semanas depois, no dia 11 de março de 2020, a covid-19 era caracterizada pela OMS como uma pandemia, com surtos em diferentes países e regiões do mundo.

Esse seria o prenúncio de um ano terrível para os trabalhadores de todo o mundo, um ano que conseguiu combinar a maior pandemia da história desde a gripe espanhola de 1918 e a pior recessão mundial desde 1929 (ALMEIDA NETO, 2021). Em pouco mais de um ano após o início da pandemia já eram mais de 250 milhões de casos pelo mundo e 5 milhões de mortos. Por outro lado, o ritmo da vacinação, única medida eficaz para o controle do vírus, reafirmou a desigualdade econômica que marca o capitalismo. Das mais de 700 milhões de doses administradas até o mês de abril de 2021, 87% foram inoculadas nos países mais ricos e apenas 0,2% foram para os países de menor renda, algo que o mais alto representante da OMS descreveu como um “desequilíbrio escandaloso” (EL PAÍS, 2021).

No que se refere a economia mundial, conforme Almeida Neto (2021), o ano de 2020 trouxe uma crise sem precedentes. No primeiro trimestre o PIB dos EUA registrou queda de 1,3%, da China 6,8%, da Zona do Euro de 3,7% e do Japão 0,6%. No início do segundo trimestre, diante do agravamento da pandemia, cerca de 4 bilhões de pessoas, o equivalente a mais da metade da população mundial entrou em quarentena (RIBEIRO, 2021). O desencadeamento de um quadro de recessão mundial atingiu em cheio as principais economias em 2020 (EUA: 3,5%; Alemanha: 5%; Espanha: 11%; Inglaterra: 9,9%; Itália: 8,8%; França 8,3%; Japão 4,8%; América Latina: 7,7%), resultando numa queda anual de 4,3% do PIB mundial, muito superior ao recuo de 1,7% gerado pela crise de 2007-2009 (ALMEIDA NETO, 2021).

O impacto dessa combinação sobre emprego e renda foi avassalador. A OIT (2021) estimou que o equivalente a 255 milhões de empregos em tempo integral foram perdidos em comparação ao quarto trimestre de 2019, registrando uma queda de 8,3 %

da renda global do trabalho - o estudo se baseia em jornadas semanais de 48h/semana e agrupa os trabalhadores que tiveram redução de jornada de trabalho e desempregados, enfatizando o impacto deste último sobre jovens e mulheres -, resultando em cerca de quatro vezes mais empregos perdidos do que na crise anterior.

Na base da tragédia sanitária global está a estreita conexão entre crise ambiental e miséria econômica, ambos provocados pelo capital. A exploração do habitat natural de outras espécies, sobretudo as florestas tropicais, ampliou a interação entre humanos e animais, o que eleva as chances de um vírus se adaptar à nossa espécie. Por outro lado, é muito mais barato preservar as florestas tropicais do que custear as crises de saúde pública que resultam de sua destruição. Dobson *et alii.* (2020) afirmam que programas globais voltados a monitorar e restaurar florestas tropicais custariam no máximo cerca de 30 bilhões de dólares por ano, um montante até 500 vezes menor do que os custos estimados com a pandemia, algo entre 8 e 16 trilhões de dólares.

Como adiantamos no subcapítulo anterior, o cenário brasileiro já não era promissor, para dizer o mínimo. Apenas para agregar mais um elemento, no primeiro trimestre de 2020 o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE, 2020) identificou o fim da breve e tímida expansão econômica que durou 12 trimestres (2017-2019), sinalizando a entrada do país em uma nova recessão.

O que para os mais otimistas - e ingênuos - poderia vir a representar um freio às ofensivas do governo federal, produziu uma aceleração dos ataques, algo que pode muito bem ser resumido na consigna “nem emprego, nem vida!”. Numa situação excepcional que demandaria planejamento centralizado dedicado a viabilizar imediatamente distanciamento social, máscara e álcool em gel e, nos períodos mais agudos, até que tivéssemos condições para a vacinação em massa<sup>241</sup>, proporcionar objetivamente o isolamento social e *lockdowns* quando necessários - recorrendo a iniciativas de habitação emergencial, isenção de taxas de água, energia, garantia de emprego e renda, reconversão da produção industrial para a fabricação de EPI's, álcool em gel<sup>242</sup>, respiradores, leitos de UTI, políticas de mobilidade urbana ajustadas às necessidade, etc. -, fomos governados no âmbito federal por negacionistas<sup>243</sup>.

---

<sup>241</sup> O governo federal chegou a rejeitar em 2020 a compra de um lote de 70 milhões de doses de vacinas produzidas pela empresa Pfizer.

<sup>242</sup> O país com maior produção de cana-de-açúcar não tinha álcool em gel no início da pandemia.

<sup>243</sup> A análise da contraditória ação dos poderes locais demandaria uma investigação à parte.

No estudo intitulado *A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil*, fruto da parceria entre o CEPEDISA/FSP/USP e a Conectas Direitos Humanos (CONNECTAS; CEPEDISA, 2021), se constatou a existência de uma estratégia institucional de propagação da covid-19 na população brasileira no governo Bolsonaro, com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo, promovendo a chamada imunidade de rebanho. Isso é demonstrado numa linha do tempo que traz em ordem cronológica, de março de 2020 a meados de janeiro de 2021: (a) os atos normativos da União, incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais e vetos presidenciais; (b) os atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia e; (c) ações de propaganda contra a saúde pública, baseadas em notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica que contradizem as autoridades sanitárias e fragilizam a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas. Sendo assim, está descartada a interpretação de que haveria incompetência e negligência de parte do governo federal na gestão da pandemia.

A dimensão do genocídio e/ou do crime contra a humanidade em curso no país produto destas iniciativas ainda não está completo. No instante em que escrevemos o texto somam mais de 600 mil vidas perdidas e 22 milhões de brasileiros infectados (novembro de 2021)<sup>244</sup>. No terreno da economia, no início da pandemia foram perdidos no primeiro trimestre de 2020 aproximadamente 1,2 milhão de empregos com carteira assinada (UOL, 2020a). Desde maio de 2020 o nível de ocupação se manteve abaixo de 50%. No primeiro trimestre de 2021 o índice de desemprego alcançou 14,7%, totalizando 14,8 milhões de pessoas, a maior taxa e o maior contingente desde 2012; a informalidade atingiu 39,6% (34 milhões de pessoas); a subutilização alcançou 33,2 milhões, recorde da série histórica; e o desalento alcançou 6 milhões de pessoas (IBGE, 2021).

Boa parte dos trabalhadores que mantiveram seus empregos foram expostos ao vírus no transporte público superlotado, diretamente em suas atividades

---

<sup>244</sup> Importante mencionar a tentativa do Ministério da Saúde de encobrir os números de doentes e mortes por covid-19 em meados de 2020. Em junho daquele ano, após uma atualização o portal oficial do Ministério da saúde deixou de informar os números acumulados de contaminados e mortos, os coeficientes de incidência de contaminação e óbitos, a taxa de letalidade da covid-19 e removeu a possibilidade de descarregamento dos dados, tão importante para o desenvolvimento de pesquisas.

profissionais, como os trabalhadores dos frigoríficos (MOTA, 2020), ou foram impedidos de tê-las suspensas, mesmo que não fossem de fato essenciais, como os trabalhadores dos salões de beleza, barbearias, academias de esporte de todas as modalidades, trabalhadores da construção civil e atividades industriais de todo tipo (Decreto nº 10.344/2020). Os absurdos incluem ainda os vetos presidenciais ao projeto que previa compensação financeira para os profissionais de saúde que ficaram incapacitados no combate à pandemia, à obrigatoriedade do uso de máscaras no comércio, indústria, templos religiosos, escolas e locais fechados em que haja reunião de pessoas, à multa nos estabelecimentos que não disponibilizarem álcool em gel a 70%, etc. (CONNECTAS; CEPEDISA, 2021).

Uma pesquisa realizada pelo DIEESE (2021) escancara o caráter de classe dessa política de extermínio. No período entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021, considerando apenas os trabalhadores com vínculos formais de emprego, os desligamentos por morte no Brasil cresceram 71,6%, passando de 13,2 mil para 22,6 mil. Só no estado do Amazonas os desligamentos cresceram 437,7%. Além do aumento acelerado do número de mortos entre os profissionais que atuam na linha de frente, como médicos e enfermeiros que triplicaram e duplicaram respectivamente, os casos na educação aumentaram em 106,7% e 95,2% no transporte, armazenagem e correio. Todo esse contexto foi encarado pelo governo federal como uma oportunidade para “passar a boiada”<sup>245</sup> em diferentes frentes. O marco legislativo dessa “nova fase” da ofensiva foi o Decreto de calamidade pública nº 6 de 2020, publicado em 20 de março de 2020, com validade até 31 de dezembro do mesmo ano.

Desse ponto em diante iremos nos concentrar numa sucessão de Medidas Provisórias (MPs) apresentadas como “desdobramento” daquele decreto, um conjunto de iniciativas que na esteira dos efeitos da crise sanitária, atingiram em cheio uma vez mais os direitos dos trabalhadores. Porém, antes de seguir é importante lembrar como

---

<sup>245</sup> Fazemos referência a fala proferida em reunião ministerial de 22 de maio de 2020 pelo ministro Ricardo Salles. A pandemia representava a oportunidade para “passar a boiada”, expressão surpreendentemente sincera para designar a desregulamentação de políticas preservacionistas, evidente impulso a grileiros, desmatadores e madeireiras. Na mesma reunião, o ministro Paulo Guedes declarou ter aproveitado a pandemia para colocar no bolso do funcionalismo uma granada, referência ao explosivo PLP 39/2020, que previa o congelamento do salário dos servidores públicos das três esferas da União até 31/12/2021, a contratação temporária e a suspensão da contagem do tempo de serviço para fins de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, dentre outros direitos, espécie de reedição do Plano Mansuetto apresentado pelo governo em junho de 2019 (PLP 149/2019), com o objetivo de refinar as dívidas dos estados e municípios com a União e elevar as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2020).

a dimensão econômica da crise atual é muito anterior à pandemia. Como tentaremos demonstrar a seguir, o que a crise sanitária proporcionou foi a aceleração num ritmo vertiginoso da ofensiva contra os direitos, embora parcialmente disfarçada de proteção aos trabalhadores brasileiros. Se é possível adiantar um “espírito geral” destas medidas é o impulso ainda maior para o negociado sobrepor ao legislado, reafirmando em patamares ainda piores a lógica estabelecida desde a contrarreforma trabalhista de 2017.

A MP 927 visou oferecer medidas trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade. Ela facilitou a adoção pelos empregadores do regime de teletrabalho<sup>246</sup> com a antecedência mínima de 48h, sendo que antes eram 15 dias; estabeleceu um prazo de 30 dias para que o empregador viabilizasse os equipamentos, no entanto, colocando o trabalhador imediatamente à disposição; definiu que o tempo de uso de aplicativos, mesmo fora da jornada, não será considerado tempo de prontidão ou sobreaviso, portanto, sem remuneração. As mulheres foram as mais impactadas, considerando estarem historicamente submetidas a dupla e tripla jornada (trabalho doméstico e cuidado com os filhos, especialmente diante da insegurança gerada pela reabertura das escolas na pandemia e o forte impulso da educação à distância em todos os níveis de ensino). Embora o prazo de vigência tenha se encerrado no dia 19 de julho de 2020, os acordos firmados foram preservados e, como vimos anteriormente ao analisar os impactos da contrarreforma trabalhista, afetando de diferentes modos a expectativa de "tempo livre" dos trabalhadores.

Essa MP ainda permitiu a antecipação de férias individuais e adoção de férias coletivas a critério do empregador. Isso levou a que muitos trabalhadores gozassem suas férias à revelia durante os primeiros meses da pandemia, prevendo até mesmo a hipótese de antecipação de períodos futuros de férias mediante acordo individual, o que pode ter colocado, especialmente, os trabalhadores do grupo de risco em situação prejudicial. Sendo assim, mantido o vínculo de emprego, muitos

---

<sup>246</sup> O avanço do *home office* nas empresas pode ser constatado comparando o número de instrumentos coletivos (acordos ou convenções coletivas de trabalho) que mencionavam o *home office* em 2019 (antes da pandemia) e em 2020 (em plena pandemia) (DIEESE, 2021b). Em 2019, apenas 1,2% das negociações faziam menção ao *home office*, enquanto em 2020 foram 13,7%. De acordo com o IPEA (2020), em maio de 2020 dos 84,4 milhões de trabalhadores ocupados no Brasil, apenas 8,7 milhões (13,3%) realizavam teletrabalho. Outro elemento importante destacado pelo estudo foram as desigualdades regionais. A região Sudeste concentrou a maior parte destes trabalhadores (59%), enquanto a região Norte a menor (10%). Existem casos mais avançados, como o Metrô de São Paulo. A pandemia foi o pretexto para que 600 funcionários de escritório migrassem em caráter permanente para o *home office*, possibilitando à empresa programar a devolução de dois prédios alugados e a venda de um terceiro, que podem representar uma economia de R\$ 9 milhões anuais (MEIER, 2021).

permanecerão por alguns anos sem a possibilidade de gozar efetivamente suas férias. Aqui temos de forma muito mais perversa o assalto ao que denominamos de "tempo livre" de final de ano. A antecipação de feriados é outra face da mesma moeda, atingindo em cheio milhões de trabalhadores nos piores momentos da pandemia. O impacto econômico para diversos setores que se organizam a partir destas datas, como o turismo e hotelaria, foi enorme<sup>247</sup>. Ainda pior parecem ser as implicações sobre a saúde mental, uma vez que a adoção do *home office* incorre no aumento da intensidade do trabalho visando o aumento da produtividade - espécie de "compensação" pela eliminação dos tempos de deslocamento e por estar na "comodidade da casa" - e na tendência à subnotificação de depressão, *burnout*, assédio moral, etc. (CUT, 2020). Esses são aspectos que certamente merecerão estudos específicos futuramente.

Para tratarmos da outra MP, a 936/2020, é preciso recuar para vermos como foi anunciada pelo governo. O artigo 18 da MP 927/2020 previa a hipótese de suspensão contratual por quatro meses para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional não presencial sem qualquer amparo financeiro. Isso mesmo, o governo cogitou deixar milhões de trabalhadores sem nenhuma renda durante a pandemia! A forte reação negativa da opinião pública levou a um recuo forçado, com a revogação do artigo pela MP 928 e a adoção do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, previsto pela MP 936, convertida na Lei 14.020, de 06 de julho de 2020. O Programa contemplou a suspensão dos contratos de trabalho, a redução da jornada e salários<sup>248</sup> em 25%, 50% ou 75%, em algumas hipóteses, mediante acordo individual entre empregador e trabalhador.

É preciso registrar que a promessa de manutenção de emprego e renda não passou de um enunciado negado pelo próprio conteúdo da MP<sup>249</sup>. A propalada

<sup>247</sup> Retomaremos esse ponto mais adiante.

<sup>248</sup> Como indica o DIEESE (2021a) a previsão inicial era que a duração máxima fosse de 90 dias para os casos de redução da jornada de trabalho e de 60 dias para os de suspensão do contrato de trabalho. Os desdobramentos negativos da pandemia e da economia levaram à extensão desses prazos até dezembro de 2020, autorizando que vigorassem por até 240 dias.

<sup>249</sup> Embora o montante envolvido no Programa tenha alcançado uma escala inédita para o país, os meses de abril a julho de 2020 registraram uma profunda queda no emprego. Contraditoriamente, embora o DIEESE (2021a) reconheça o segundo aspecto, chega a afirmar que o efeito do programa foi bastante positivo ao longo de 2020 (protegendo cerca de 10 milhões de trabalhadores, diante dos mais de 20 milhões de acordos firmados, algo próximo de 30% dos assalariados com carteira assinada do país). Outro estudo da mesma instituição (DIEESE, 2020b) analisa o perfil daqueles que deixaram de trabalhar. A conclusão é de que a pandemia impactou justamente os trabalhadores mais precarizados: 13% dos trabalhadores ocupados no 1º trimestre de 2020 estavam sem ocupação no segundo trimestre; 23% dos trabalhadores que recebiam até 1 salário mínimo, no 1º trimestre, ficaram sem trabalho após o início da pandemia; 31% dos trabalhadores domésticos também perderam a ocupação; Negros, mulheres, jovens e

estabilidade no emprego foi extremamente frágil. Por um lado, atingiu exclusivamente os trabalhadores que tiveram a suspensão do contrato ou redução das jornadas e salários. Por outro, o trabalhador que teve o contrato suspenso ou a jornada reduzida por 30 dias, por exemplo, teria a garantia de emprego apenas por igual período, o que seria facilmente indenizado pelo empregador. Com relação a renda, os trabalhadores invariavelmente sofreram prejuízos, já que a remuneração se baseou nos valores de seguro desemprego (de R\$1.045,00 a R\$1.813,03). Os trabalhadores vinculados a empresas com faturamento anual de até R\$4,8 milhões de reais, tiveram direito a um benefício no valor do seguro desemprego pago pela seguridade social. Aqueles vinculados a empresas com faturamento anual superior receberam o valor do seguro desemprego e a complementação em 30% dos valores dos trabalho, realizada pelas empresas. Os trabalhadores contratados em regime de trabalho intermitente foram contemplados com o valor do Auxílio Emergencial mensal.

De acordo com o DIEESE (2020a) a reposição da renda seria integral apenas para os trabalhadores que recebessem até um salário mínimo. Trabalhadores que recebiam R\$1500,00, experimentaram perdas salariais de 5% a 14%. As perdas foram ainda maiores a partir da faixa salarial de R\$2666,00. Os trabalhadores atingidos pela suspensão dos contratos de trabalho sofreram perdas ainda mais acentuadas, especialmente aqueles empregados das empresas menores com o faturamento de até R\$4,8 milhões. Num estudo posterior o DIEESE (2021d) apresenta um balanço geral do Programa. Dos acordos firmados, a maioria se concentrou nos meses de abril-maio, declinando ao longo do ano de 2020, com destaque para o grande número de acordos firmados pelo setor de serviços. Do total de acordos, o maior percentual envolveu redução de jornada e salário (57,3%), totalizando 4,4 milhões de trabalhadores com redução de 70% da jornada e dos salários, 3,8 milhões com 50% de redução e 3 milhões com 25% de redução. Outro montante significativo (43,6%) correspondeu a suspensão de contratos, enquanto a menor parcela coube aos trabalhadores intermitentes (0,9%).

O famigerado Auxílio Emergencial presente na MP 936/2020, que levou milhões de trabalhadores a se exporem nas filas da Caixa Econômica Federal também teve uma trajetória cheia de desencontros. Anunciado pela equipe econômica

---

trabalhadores com baixa escolaridade foram os mais afetados. Se considerarmos que muitos dos empregos só foram mantidos com a perda considerável de renda dos trabalhadores é preciso perguntar: como é possível afirmar que o efeito do Programa foi positivo?

originalmente no valor de R\$200,00, diante da ameaça de aprovação de R\$ 500,00 por iniciativa da oposição parlamentar, o presidente Bolsonaro decidiu aumentar o valor para R\$ 600,00, numa tentativa de esvaziar o discurso da oposição no Congresso e retomar protagonismo sobre a medida (sancionada pela lei 13.982/2020). Inicialmente, seriam pagas três parcelas mensais, porém, com o agravamento da crise sanitária o auxílio foi estendido até alcançar, em alguns casos, nove parcelas, sendo as primeiras de R\$ 600,00<sup>250</sup> e as quatro últimas no valor de R\$ 300,00 (conforme MP 1000/2020). A aprovação do auxílio foi celebrada por todas as forças políticas atuantes no parlamento, inclusive à esquerda, como se não soubessem que é impossível uma família sobreviver dignamente com estes valores e ainda mais se levarmos em conta a distância para o valor do salário mínimo em meados de 2020 (R\$ 1045,00<sup>251</sup>).

A lei como foi sancionada trouxe ainda outras importantes implicações para os profissionais ligados ao lazer, já historicamente marcados pela precarização. Foi vetado o auxílio aos artistas, agentes e guias de turismo, profissionais autônomos de educação física, trabalhadores dos esportes, expositores, etc. Parte foi revista pela Lei Aldir Blanc (lei 14017/2020) apenas no mês de julho, ou seja, quase 4 meses após a chegada da pandemia no país.

Apesar do agravamento da pandemia nos primeiros meses de 2021, o governo federal alegava que não era possível conceber novas iniciativas de proteção ao emprego e renda porque isso implicaria em despesas que ultrapassariam o limite fiscal do teto de gastos. Diante da pressão da opinião pública, após quase cinco meses, o governo federal editou as MPs 1045 e 1046/2021 que configuram o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e outras medidas trabalhistas para o enfrentamento da emergência de saúde pública que não apenas preservam os limites das medidas anteriores, como aprofundam os problemas (DIEESE, 2021d; VIZINTINI; OTTERO, 2021). Embora anunciadas com o objetivo de preservar emprego e renda, identificamos uma vez mais o impulso para a flexibilização das relações trabalhistas.

---

<sup>250</sup> O valor chegou a R\$ 1.200,00 para mães responsáveis pelo sustento familiar.

<sup>251</sup> Se considerarmos o cálculo do DIEESE, que leva em conta as necessidades vitais básicas dos trabalhadores e de suas famílias - moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social -, conforme o salário mínimo é previsto na Constituição de 1988, esse valor deveria ser de R\$ 4.420,11 no mês de julho de 2020 (DIEESE, 2020d).

A MP 1045/21, em vigor desde o final de abril de 2021, autorizou novamente a suspensão temporária de contrato ou redução da jornada de trabalho e do salário por acordo individual escrito entre empregador e empregado, agora por 120 dias prorrogáveis por igual período (condicionado ao orçamento), em troca do pagamento do benefício emergencial no valor do seguro desemprego (conservando a perda de renda para o trabalhador), mas sem a concessão de cursos de qualificação profissional como ocorreu na edição anterior. Além disso, reafirmando a tendência do negociado sobrepor ao legislado, a MP limitou ainda mais os casos em que a negociação coletiva é exigida. Vejamos outras importantes diferenças para a edição anterior: não contemplou contrato intermitente (no Programa anterior, os trabalhadores tinham direito a R\$ 600,00); permitiu a “rescisão por acordo”; dispensou o Ministério da Economia de divulgar os resultados das medidas, tão importante para a investigação dos efeitos do Programa, etc.

No caso da MP 1046/21, a crescente ofensiva contra o “tempo livre” do trabalhador fica evidente. A MP acrescentou às medidas anteriores o prazo de até 48h para a comunicação de férias coletivas, podendo o período total exceder os trinta dias; incluiu a possibilidade de antecipação dos feriados religiosos; estabeleceu a compensação via banco de horas do período de interrupção das atividades, com prorrogação de jornada em até 2 horas, inclusive, nos fins de semana; autorizou as empresas que desempenham atividades essenciais, mesmo que não sofreram com a interrupção, para que constituam regime especial de compensação por meio de banco de horas, etc.

Como o teletrabalho ganhou enorme destaque durante a pandemia, é preciso ainda algumas breves observações sobre o tema. De acordo com a pesquisa Painel TIC-Covid (2021), dos mais de 100 milhões de brasileiros que compõem a força de trabalho, a população economicamente ativa, apenas 23 milhões ou 38%% dos usuários de *internet* com 16 anos ou mais realizaram alguma modalidade de teletrabalho, de um total de 127 milhões de usuários (conforme o estudo, 74% da população brasileira em 2019). A maioria destes usuários eram profissionais com ensino superior (65%), pertencentes às classes A e B<sup>252</sup> (59%) e com 60 anos ou mais (58%). Quanto ao tipo de dispositivo utilizado, o *notebook* se destacou entre os usuários de classes mais altas,

---

<sup>252</sup> Mais adiante iremos problematizar pesquisas que se orientam exclusivamente por faixas de renda, desconsiderando relações sociais postas pelas classes sociais e pela propriedade dos meios de produção fundamentais.

maior escolaridade e mais velhos. Apesar de mais restrito no que remete às funcionalidades, o telefone celular foi o dispositivo mais utilizado entre as classes mais baixas (84% das classes D e E), com menor escolaridade (70% dos que possuem até o Ensino Fundamental) e mais jovens (56% dos indivíduos com idades entre 16 e 24 anos). Também foram os usuários de classes mais altas que mais receberam condições das empresas em que trabalham para realizar suas atividades em domicílio, tais como acesso remoto a pastas ou arquivos (51%), software (45%) e suporte técnico para hardware e software (41%), indicando que boa parte dos empregados tiveram que se adaptar ao trabalho remoto por conta própria. Isso pode ser observado também no fato de que os aplicativos de mensagem instantânea se destacaram entre aqueles que realizaram trabalho remoto (86%), forte indício de uma jornada de trabalho irrestrita, no qual o trabalhador se encontra disponível integralmente ao empregador.

Embora seja necessária uma análise detalhada sobre as medidas que impactaram os servidores públicos, nos limitamos a apresentar alguns aspectos. A PEC 10, conhecida como PEC do “Orçamento de Guerra” apresentada durante a pandemia, previa o confisco de parte do salário dos servidores da União, dos estados e municípios, mas deixando de fora juízes e procuradores. Com o projeto inicial o governo pretendia reduzir 30% da remuneração total dos que excedem R\$ 10 mil, com validade até o final de 2024. Embora esse trecho não tenha sido aprovado<sup>253</sup>, outro de enorme repercussão passou: a possibilidade de compra de “títulos podres” pelo Banco Central. Por esse mecanismo, poderão ser gastos trilhões na compra de papéis podres dos bancos e, em seguida, “socializar” os custos na forma de mais dívida pública ilegítima e ilegal (AUDITORIA CIDADÃ, 2020).

O que fica cada vez mais evidente - e o ilustrativo apelido da PEC revela isso sem constrangimento -, é que está em curso uma “guerra” contra os trabalhadores e a população pobre do país. Para que não restem dúvidas, basta lembrar que em meados

---

<sup>253</sup> O projeto inicial foi substituído por outro muito mais destrutivo para o conjunto do funcionalismo público: a contrarreforma administrativa (PEC 32/2020), apelidada pelo funcionalismo de PEC da rachadinha. De acordo com o DIEESE (2020c), a proposta atingiria tanto futuros servidores quanto os atuais, abrindo caminho para o fim da estabilidade de emprego via demissão após decisão colegiada em segunda instância ou pela avaliação de desempenho, previsão de novos cargos de liderança e assessoramento mais suscetíveis ao apadrinhamento político, prejuízos para os Regimes Próprios de Previdência Social, redução das equipes de trabalho, com conseqüente sobrecarga atrelados aos instrumentos de cooperação e aos contratos por prazo determinado e, não menos importante, a concentração de maiores poderes nas mãos do presidente da República para extinção, transformação e fusão de entidades da administração indireta, que poderia levar a realocações de trabalho e término de algumas atividades em andamento.

de 2020, enquanto nos aproximávamos dos 100 mil mortos e atingíamos 55 milhões de brasileiros dependendo do Auxílio Emergencial<sup>254</sup>, ou seja, ¼ da população brasileira, mais da metade da população economicamente ativa, o ministro da economia Paulo Guedes anunciava a primeira parte de uma contrarreforma tributária que previa a oneração dos produtos que compõem a cesta básica para configurar uma espécie de novo Bolsa família (Renda Brasil) e um plano de privatizações.

Como observa Roberts (2021a), ao permitir a abertura da caixa de Pandora sobre o futuro do trabalho, com o início da pandemia foram promovidas as condições para que algumas empresas, especialmente as maiores, acelerassem a substituição da força de trabalho por máquinas, robotização, teletrabalho, algoritmos, etc., aprofundando a centralização do capital em setores específicos, sobretudo naqueles com melhores perspectivas de crescimento. É óbvio que isso não significa automaticamente menos horas ou um trabalho dotado de sentido, menos ainda aumento da parcela da riqueza apropriada pelos trabalhadores. Estes só podem ser produto da luta de classes entre os proprietários do capital e aqueles que só podem contar com a força de trabalho. A notícia de que os super-ricos brasileiros elevaram seu patrimônio em US\$ 34 bilhões durante a pandemia, alcançando a cifra de US\$ 157,1 bilhões (cerca de R\$ 839,4 bilhões) (G1, 2020a), deveria servir para dirimir qualquer dúvida a esse respeito.

Tentamos demonstrar neste capítulo como a ofensiva do capital contra o trabalho, o lazer e os direitos sociais, de modo geral, assume traços cada vez mais violentos. No entanto, como é preciso atenuar os conflitos, entram em cena formas de ocultar o teor de classe destes. Particularmente, no cenário brasileiro o ultraliberalismo tem significado a crescente piora nas condições de vida dos trabalhadores. No próximo capítulo iremos nos dedicar a compreender como tais conflitos (não) comparecem em parte dos estudos do lazer publicados no país.

---

<sup>254</sup> Os números da força de trabalho sobrando ajudam a compreender as razões para o avanço de formas de trabalho cada vez mais precárias no país.

## CAPÍTULO V: Balanço e perspectivas do lazer no século XXI

### 1. Notas críticas sobre a autonomização da cultura nos estudos do lazer

Ainda que as aproximações entre os estudos do lazer e os estudos culturais possuam raízes bem profundas, iniciamos o capítulo nos dedicando a algumas de suas formas mais recentes. A aproximação inicial nos estudos do lazer brasileiros dos chamados estudos culturais, parece ter sido produto dos esforços visando a compreensão das mudanças no modo de vida dos trabalhadores operada pelo capital desde sua origem. O livro *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* de Edward Palmer Thompson (1998), um dos autores pioneiros daquela escola<sup>255</sup>, por exemplo, é presença constante entre os estudos do lazer preocupados com a gênese e periodização do objeto. O pesquisador Victor Andrade de Melo<sup>256</sup> pode ser considerado um importante entusiasta dessa aproximação desde os primeiros anos deste século. Recuperando as ideias fundamentais de Edward Thompson e Raymond Williams a partir de Maria Elisa Cevasco, no artigo *A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos* (2004), o autor propõe investigar as peculiaridades e desafios da animação cultural e dos estudos do lazer na sociedade contemporânea, estabelecendo um diálogo principalmente com teóricos vinculados aos estudos culturais.

Embora o texto acima apresente de modo explícito a tentativa em Melo de identificar naquele referencial fundamentos para sua reflexão, os trabalhos anteriores já esboçavam essa intenção. É o caso dos artigos *Educação estética e animação cultural – reflexões* (2002) e *Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson* (2001). Não nos interessa neste momento detalhar o conteúdo dos artigos. Apenas temos a intenção de apontar o que identificamos como os primórdios, neste século, do movimento que irá resultar numa concepção relativamente sistematizada, ainda que bastante dispersa e variada quanto à autoria e temáticas, mas

---

<sup>255</sup> No artigo *Os estudos culturais*, Ana Escosteguy (2008) afirma que é do limiar da década de 1950 três textos considerados as fontes dos estudos culturais: *The Uses of Literacy* (Richard Hoggart, 1957); *Culture and Society* (Raymond Williams, 1958) e; *The Making of the English Working-class* (Edward Palmer Thompson, 1963).

<sup>256</sup> De acordo com Dias *et al.* (2017), durante a primeira década do século XXI, Victor Melo era o segundo autor mais vezes citado e o segundo também em número de trabalhos publicados na revista *Licere*.

que conservam em comum a ideia de que a dimensão da cultura deve hierarquizar a investigação do lazer.

Essa primeira aproximação com os estudos culturais, caso desenvolvida em seu veio crítico, teria potencial para estimular o debate nos estudos do lazer. Destacamos dessa corrente, além dos estudos desenvolvidos por Thompson (1998) sobre o tempo e a disciplina de trabalho no capitalismo industrial, as instigantes reflexões de Williams (2011), fundamentadas em interpretações do pensamento de Gramsci, sobre a relação base e estrutura na teoria marxista, a crítica ao determinismo econômico dominante no “marxismo oficial” de herança stalinista, entre outros. Porém, ao invés de acompanharmos a imersão dos estudos do lazer brasileiros nos problemas da vida social contemporânea a partir desse viés, o debate tomou outro rumo. Concepções idealistas e subjetivistas amparadas no “estudo da cultura” se avolumaram rapidamente.

Como observa Ório (2018, p. 79), a defesa de uma abordagem culturalista se desenvolveu em oposição ao chamado economicismo, termo pejorativo utilizado pelos ideólogos culturalistas - entre outros - para desqualificar o marxismo e sua crítica ao modo de produção capitalista. Assim, desconsideram que o marxismo vai muito além da dimensão econômica, englobando “também a produção de ideias, de valores, tradições, costumes etc.[...]”, sendo que apenas os últimos costumam aparecer nos estudos culturalistas. Por fim, ao desconsiderar os conflitos de classe presentes na sociedade capitalista, essa abordagem não representa um avanço em relação ao marxismo, mas sim, um recuo.

Destacamos nas últimas décadas a ênfase dada à denominada “diversidade cultural” nos estudos dos lazer. Christianne Luce Gomes, ao comentar as conexões entre lazer, não-trabalho e o chamado “tempo livre” a partir das transformações operadas durante o século XIX na Inglaterra, identifica que estas interpretações revelam “um olhar eurocêntrico na medida em que a Europa, com suas práticas e instituições, é considerada imprescindível e determinante para o suposto ‘surgimento’ universal do lazer” (GOMES, 2014, p. 5). Outro aspecto problemático, de acordo com a autora, seria o “olhar” dicotomizado que fragmenta tempo e espaço ao compreender o lazer condicionado ao trabalho e os usos do tempo livre em contextos urbanos e industrializados. Colaborando com uma “lógica evolutiva e linear” se pretende “definir os tempos, as histórias, as culturas, os saberes e as práticas de todas as realidades e de

todos os povos que, por sua vez, devem almejar o modelo ocidental – urbano, industrial e capitalista – como o ideal de progresso a ser alcançado”.

A ideia fundamental, portanto, consiste na necessidade de problematizar o entendimento do lazer em relação ao trabalho. Esse é o pano de fundo para que Gomes proponha a superação da “crença” numa “história única e universal do lazer”, bem como de um “único conceito [de lazer] a ser legitimado”. Boaventura de Sousa Santos e o conceito de “não existência”<sup>257</sup> são utilizados para denunciar essa suposta obliteração das complexidades, contradições e ambiguidades das experiências do lazer que não são hegemônicas, embora relevantes nos contextos locais.

A partir de uma problematização sobre o que são os conceitos - representações do real, contextualizados e não universais, dinâmicos, parcialmente objetivos e diversos em suas interpretações -, Gomes (2014) inicia a análise do panorama do lazer no século XXI. Diante da flexibilização laboral, do avanço da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento tecnológico, os “supostos limites” (termos da autora) entre trabalho e lazer na vida cotidiana são cada vez mais tênues e difusos neste século XXI. Por essa razão, categorias frequentemente utilizadas para conceituar o lazer teriam que ser revisadas e problematizadas<sup>258</sup>. Além disso, na opinião da autora, a ocorrência do lazer em contextos minoritários, como no caso indígena, produziria estranhamento e desconforto nos estudiosos, possivelmente, por estes não se enquadrarem no modelo hegemônico<sup>259</sup>.

---

<sup>257</sup> O texto em questão é o artigo *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Para Santos *apud* Gomes (2014, p. 8), “o processo de produção de não-existência é construído por meio de cinco estratégias: (a) monocultura do saber e do rigor do saber, onde a ciência é tratada como única possibilidade legítima de produzir conhecimento; (b) monocultura do tempo linear, na qual a história tem um sentido e direção únicos e conhecidos (progresso, modernização, desenvolvimento, globalização); (c) monocultura ou lógica da classificação social, marcada pela naturalização das diferenças, das dicotomias e hierarquias, (d) monocultura ou lógica da escala dominante, que desconsidera o particular e o local, priorizando o que assume a forma de universal e de global, e (e) monocultura dos critérios de produtividade capitalista, que rechaça tudo o que é taxado de improdutivo e estéril ou que possa ser associado com ociosidade ou preguiça.

<sup>258</sup> Como expressão de busca por conceitos mais apropriados à contemporaneidade, Gomes (2014) apresenta os conceitos “de colonialidade do poder” e a “colonialidade do saber” do peruano Aníbal Quijano.

<sup>259</sup> É possível identificar nos últimos anos uma aproximação dos estudos do lazer com o chamado “Bem viver”. Temos a intenção de estudar o tema em breve. Por ora, cabem algumas notas indicativas. De acordo com Menezes Neto (2011), é possível afirmar que existem mais aproximações do que desencontros entre a proposta do Bem Viver e o projeto comunista. Há convergências no que tange a criação de outro mundo possível e necessário; no reconhecimento da humanidade enquanto parte da natureza, apesar de que para viver a plenitude da liberdade humana é preciso a permanente superação das barreiras naturais; na crítica do consumo como mercantilização da vida; além de carregarem a esperança de um ser humano emancipado do capital em que o desenvolvimento humano, intelectual e espiritual seja prioridade. Mas apesar do Bem Viver pressupor, ao menos na sistematização de um de seus mais

Podemos concluir dessas ideias a configuração de algo como uma “agenda de pesquisa”. Diante do mapeamento dos problemas apresentados pela pesquisadora, caberia agora desenvolver novas investigações que confirmassem ou refutassem as hipóteses. É justamente isso que realiza o artigo: *Lazer e alteridade em “outros” modos de viver: aproximações com a antropologia* (COSTA, SOARES E DEBORTOLI, 2016). Reivindicando a reflexão proposta por Gomes, o estudo propõe analisar o lazer para além dos espaços urbanos, sob outros modos de viver. Particularmente são investigados os Arturos na Festa de Nossa Senhora do Rosário, povo quilombola de Minas Gerais, e o povo indígena Xerente, localizado no Tocantins. Conforme os autores, a intenção é “apontar, nos estudos do Lazer, a necessidade de focarmos outras referências, contextos e indagações de pesquisas para que dessa forma possamos ampliar o olhar sobre as pessoas e suas práticas sociais.” (2016, p. 356).

Essa breve apresentação demonstra que, no mínimo, existe uma importante aproximação entre os estudos do lazer no início deste século com aquilo que tem sido denominado de multiculturalismo<sup>260</sup>. Conforme afirma Frederico (2016a), a recusa do universalismo em detrimento das “micronarrativas” esconde uma concepção de mundo que aproxima o multiculturalismo do pós-modernismo ao refutar qualquer “grande narrativa”, inviabilizando a existência de uma história universal por todos compartilhada. Nesse contexto, o que se passa nos movimentos sociais é replicado no plano teórico que, por sua vez, fornece subsídios aos militantes do multiculturalismo<sup>261</sup>.

A crítica de cunho multiculturalista ao universal parte de uma legítima denúncia da igualdade (formal) dentro dos limites do liberalismo (o “universalismo

---

destacados porta vozes a proposta de “superar o capitalismo e suas lógicas de devastação social e ambiental, o que nos abre as portas ao pós-desenvolvimento e, claro, ao pós-capitalismo” (ACOSTA, 2016, p. 53), sua incorporação pelos estudos do lazer já aparece como (a) um novo sobrenome para o desenvolvimento dentro dos limites do capital; (b) uma crítica sem mediações, e por isso insuficiente, ao progresso da técnica e da ciência; (c) um anticapitalismo romântico que se esforça para se contrapor às alternativas autenticamente revolucionárias; (d) uma aposta abstrata nas ações de nível local, que seria capaz de recriar o mundo a partir do âmbito comunitário e; (e) um “descarte” precipitado das experiências exitosas acumuladas ao longo de séculos de enfrentamento entre capital e trabalho.

<sup>260</sup> Citamos ainda os artigos *Estudos culturais e formação profissional em lazer: das identidades e concepções de sujeitos*, de Samuel Santos (2014) e; *Educação física, lazer e multiculturalismo: sentidos e desafios*, de Antonino Pereira, Hélder F. Isayama, Luciane Silveira e Camilo Cunha (2012). Por fim, em levantamento realizado no sistema de busca da revista *Licere* no ano de 2019 encontramos doze resultados, sendo o mais antigo publicado no ano de 2007.

<sup>261</sup> “Alguns autores usam a expressão ‘guetos cognitivos’ ou ‘apartheid progressista’ para caracterizar criticamente a proposta; outros apontam a proximidade ideológica com o liberalismo e a visão de uma sociedade democrática em que as diferenças se acomodam cada qual em seu canto. Zizek (2008), por sua vez, fala em “acismo invertido” ao apontar para o ‘perigoso slogan’: iguais, porém separados, o que lhe parece o ‘ideário do apartheid’.” (FREDERICO, 2016a, p. 245).

abstrato”), incapaz de atentar para diferenças individuais. Coube ao romantismo fazer oposição, porém, exaltando a singularidade contra o universal. Essa antinomia só foi superada por Hegel em sua dialética que permitiu identificar os seres singulares enquanto partes constitutivas do universal e que se encarna nos próprios seres singulares<sup>262</sup> (o “universal concreto”). O “universal abstrato” compreende a manifestação inicial, imediata, indeterminada do conceito de universal. Para tanto,

[...] Hegel introduziu em seu conceito dialético as sucessivas determinações que enriquecem o universal e que são seus momentos constituintes. Desse modo, as particularidades podem, enfim, se reconhecer, integrando-se harmonicamente no universal e tornando-se conscientemente partes dele sem perder, entretanto, suas qualidades específicas. O universal, para a dialética, não é uma noite em que todos os gatos são pardos e nem implica o cancelamento das qualidades inerentes dos singulares, que, despojados daquelas, seriam integrados à força numa pretensa indiferenciada unidade. A dissolução dos diversos na monotonia do Uno é acusação antiga levantada pelos críticos do hegelianismo. Marx saiu em defesa de Hegel, afirmando que o primado do geral sobre os particulares não significava a diluição destes ‘*under a general principle*’. (FREDERICO, 2016a, p. 246).

É justamente na cena histórica em que o capital aprofunda a ofensiva contra os trabalhadores para atender as necessidades de valorização a níveis anteriormente impensáveis que parte dos estudos do lazer abandonam problemas dessa ordem, até mesmo quando se empenham na investigação das chamadas “minorias”. Tendo em vista o seu caráter global, estejamos ou não cientes disso, ignoram que é o capital e sua lógica que hierarquiza nossas vidas, seja ela onde for.

No lugar do universalismo concreto o capital instituiu a falsa universalidade da chamada globalização (FREDERICO, 2016). Essa homogeneização pasteurizadora produziu um mundo atravessado por equivalências entre as mercadorias, por indivíduos “cidadãos” livres de sua condição de classe, agora reduzidos a consumidores num mercado que celebra a soberania do consumidor. Parece haver um nexo entre a fragmentação das identidades presentes no multiculturalismo e o universalismo do mercado. Conforme Ramos *apud* Frederico (2016, p. 247), é como se o

---

<sup>262</sup> Para Frederico (2016a) o “homem universal” do Renascimento e os “personagens típicos” do romance realista correspondem a manifestações dessa universalidade nos seres singulares.

multiculturalismo fosse um sintoma das políticas neoliberais que “fragmentam a sociedade de consumo multiplicando *targets* massificados cuja adesão cumpre à propaganda convocar, em nome das diferenças”. Como parte das relações de mercado, cresce a concentração de trabalhadores distantes de empregos estáveis, marcados pela terceirização, a informalidade e a flexibilidade. Mas como no “mundo real” as classes sociais se debatem pela posse da riqueza socialmente produzida e não pelo reconhecimento de suas diferenças, o multiculturalismo “trabalha eliminando” os termos da contradição e recolocando o problema sob a forma da diversidade.

Embora no pensamento de Marx e Engels raramente apareça o termo “cultura” - diferentemente do que ocorria entre os membros da chamada “ideologia alemã” -, seus textos estão atravessados por uma concepção própria de cultura. Em síntese, ela é compreendida pelos autores a partir de sua relação com a necessidade, com a base material da sociedade (FREDERICO, 2016). No livro *O Capital*, Marx apresenta uma breve nota metodológica que destaca a hierarquia que possui o estudo dos “meios de trabalho” para o entendimento de uma determinada sociedade:

A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha. Entre os próprios meios de trabalho, os de natureza mecânica, que formam o que podemos chamar de sistema de ossos e músculos da produção, oferecem características muito mais decisivas de uma época social de produção do que aqueles meios de trabalho que servem apenas de recipientes do objeto do trabalho e que podemos agrupar sob o nome de sistema vascular da produção, como tubos, barris, cestos, jarros etc. Apenas na fabricação química tais instrumentos passam a desempenhar um papel importante. (MARX, 2013, p. 329-330).

Sem querer esgotar as passagens em que os pioneiros do socialismo científico se debruçaram sobre o problema da cultura, é possível pontuar outros exemplos (FREDERICO, 2016). Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (de 1844,

publicado postumamente em 1930), Marx apresentou um conjunto de reflexões que nos ajudam a pensar sobre o fenômeno artístico no interior de uma concepção ontológica, em que a possível função social da arte está integrada ao processo de humanização (constituição dos sentidos), forma específica pela qual os homens se objetivam (forma de conhecimento e intervenção na realidade social). Na *Contribuição à crítica da economia política* (de 1857, publicada postumamente em 1903), o prazer estético proporcionado pela arte grega, mesmo sobre os que viveram sob outros modos de produção que não o escravista, permite descartar qualquer vinculação da arte à mera expressão ideológica. Por fim, uma carta de Engels endereçada à escritora socialista Margaret Harkness, destaca a importância do realismo nas obras literárias, entendido enquanto caracteres típicos em circunstâncias igualmente típicas.

Dada a publicação tardia de parte daqueles textos, porém, muitos marxistas influentes<sup>263</sup> não foram capazes de reconhecer a relevância da cultura no pensamento dos pioneiros e extrair deles implicações teóricas. De outro modo, o longo século XX presenciou um deslocamento surpreendente: a ênfase na incorporação da crítica marxista ao estudo de fenômenos pertencentes a cultura em detrimento da crítica da economia política<sup>264</sup>. As diferentes contribuições da tradição marxista, por vezes antagônicas<sup>265</sup>, conservam o fato de serem fundadas na busca das relações entre cultura

<sup>263</sup> Frederico (2016) destaca as incompreensões de Franz Mehring, Karl Kautski e Georg Plekhanov que marcaram o pensamento marxista entre a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

<sup>264</sup> O livro de Perry Anderson intitulado *Considerações sobre o marxismo ocidental* (1976) apresenta uma síntese desse movimento. Destacamos a respeito o capítulo *Inovações temáticas*.

<sup>265</sup> Em traços gerais, podemos destacar alguns períodos, correntes e autores que, conforme Frederico (2016) se debruçaram sobre o debate literário e artístico nas fileiras do marxismo: 1) as primeiras décadas após a Revolução Russa (1917) a partir da configuração de correntes literárias (*proletkult*, produtivista/construtivista e o futurismo), em que prevaleceu a orientação pluralista de Lunatcharski, mas que foi substituída pelo “realismo socialista” consolidado com o Congresso dos Escritores Soviéticos (1934) e que esterilizou a riqueza e a diversidade da arte soviética; 2) a crítica produzida por intelectuais marxistas à “estética oficial” propagada pelo movimento comunista internacional: (a) Bertolt Brecht no drama e na crítica ao realismo dos pioneiros e do “realismo socialista”, além de instigantes reflexões sobre os meios de comunicação de massa; (b) Mikhail Bakhtin na análise literária, linguística e valorização da cultura popular; (c) Antonio Gramsci na reflexão política constituinte de um projeto revolucionário pela reforma moral da sociedade, que almejava o desenvolvimento do nível de consciência das massas para além da cultura popular; (d) Walter Benjamin na recusa ao realismo e sua pretensão de figurar artisticamente a totalidade, recorrendo à fragmentação para o estudo literário; 3) as incursões estéticas baseadas na obra do período pré-marxista do filósofo húngaro Georgy Lukács (*A teoria do romance* e *a Alma e as formas*) em (a) Theodor Adorno, baseada numa arte que se oponha à realidade alienada do mundo administrado, reivindicando uma nova forma de romance e a aversão à indústria cultural, e em (b) Lucien Goldmann (influenciado também pelo livro de transição marxista de Lukács, *História e Consciência de Classe*), para buscar relações entre literatura e as classes sociais incorporando, posteriormente, teses estruturalistas numa perspectiva crítica; 4) o Lukács posterior a década de 1930 que invocará o realismo enquanto atitude perante a realidade a ser retratada, que tem como ponto de partida a obra de arte como unidade sensível de aparência e essência, memória da humanidade expressa num momento particular da história (alvo de críticas por apresentar um caráter normativo de sua concepção estética), mas que progressivamente privilegiou uma concepção ontológica dedicada a caracterizar a

e a vida social, configurando uma espécie de “fio vermelho que conferia identidade ‘marxista’ aos autores” (FREDERICO, 2016, p. 41). Essa afirmação, embora dedicada a caracterizar os aportes vinculados ao trato com as questões literárias, parece possível de ser estendida aos problemas da cultura em geral, frequentemente desconsiderada pelas ciências sociais contemporâneas e, sobretudo, nos estudos do lazer.

Caracterizada por ser prisioneira do particular<sup>266</sup> e pautada pela subjetividade abstrata, a denominada “pequena política” se opõe ao universal. Somente um projeto histórico de superação radical do capital, fundado nas contradições que emanam dele, poderá assumir as necessidades e interesses históricos dos trabalhadores, estimulando o desenvolvimento da personalidade de modo a aproximar cada vez mais o indivíduo das potencialidades do gênero humano. Lamentavelmente, esse horizonte quase não é considerado pelos estudos do lazer. Vejamos mais de perto como esse conjunto de problemas se apresenta em algumas pesquisas que se dedicaram ao tema da subjetividade.

## 2. Atitude, subjetividade e o ócio nos estudos do lazer

É recorrente nos estudos do lazer no país a ênfase na dimensão da atitude. Remetendo ao passado mais distante, Peixoto (2007) identifica no livro *Recreação* (1971), de Pithan e Silva, uma clara construção ideológica da então denominada

---

peculiaridade do fenômeno artístico (*Estética*), que tem no cotidiano o local de origem das objetivações do ser social e de retorno para o enriquecimento da experiência humana (função pedagógica); 5) os refinados e inovadores estudos culturais desenvolvidos por Raymond Williams, inspirados na obra gramsciana e que, a partir de Stuart Hall, configuraram uma estranha mistura de Gramsci com o pós-estruturalismo, desembocando na corrente “pós-colonial” e suas derivações; 6) a crítica da fusão entre economia e cultura de Fredric Jameson.

<sup>266</sup> Celso Frederico (2016a, p. 250-251), remetendo as categorias da lógica (universal, particular e singular), detalhou algumas aproximações com a política: “A singularidade é velha companheira do anarquismo. Basta lembrar Stirner, autor de *O único e sua propriedade*. A exaltação do indivíduo expulsa o particular e faz do universal uma coleção de indivíduos soltos e indiferenciados ou, como diria Hegel, uma ‘multidão atomística de indivíduos juntos’. O jovem Marx, a propósito, observou que Stirner acreditava que esses indivíduos juntos mantivessem entre si relações puramente pessoais, isto é, relações não mediadas: descartava o particular ao desconsiderar que as relações pessoais se dão no interior das relações de classes. O particular, contudo, são as determinações sociais que se perdem na ênfase unilateral concedida à singularidade [...] que, ao superar o atomismo, pode permitir a via de acesso ao universal.[...] Mas pode também bloquear essa possibilidade. Há vários exemplos. Basta pensar no obreirismo, aquela concepção economicista que impede que a consciência operária supere o corporativismo e se transforme em consciência política. Ou, então, na famigerada ‘ética profissional’, uma ética corporativa, particular, que existe independentemente da ética comum a todos os indivíduos.”

recreação<sup>267</sup> e da ênfase na dimensão da atitude. Diante do *trabalho obrigatório*, “contingência da vida”, apenas uma atitude (esfera da subjetividade) frente à vida garantiria a felicidade<sup>268</sup>. Considerando o fluxo de produção dos estudos do lazer no país, Peixoto (2007) observa que a defesa na mudança de atitude encontra guarida até no autor mais influente no país, Nelson Carvalho Marcellino. De acordo com Peixoto (2007, p. 23), para ele a “existência de um vício em trabalho” deve ser combatida mirando uma “mudança dos valores de supervalorização do trabalho e na defesa da valorização das potencialidades do lazer para a vida humana”.

Mascarenhas (2005, p. 8) elabora uma interessante síntese sobre o problema. O enfoque privilegiado na atitude por alguns pesquisadores tem como pressuposto “um estado subjetivo de liberdade”<sup>269</sup>, no qual “o sujeito se coloca em atividades cujas finalidades esgotam-se em si mesmas, sempre marcadas pelo prazer e pela satisfação resultantes da escolha individual ou do livre arbítrio inerentes à fruição que se experimenta”. É o próprio significado atribuído pelos sujeitos - por exemplo, atividade desinteressada, voluntária, autônoma, prazerosa, divertida, etc. - que se converte em verdade ou conceito, sistematizados pelos pesquisadores da área na forma de sentidos consensuais em contextos restritos de significação, reveladores de uma confusão entre a representação do sujeito (aparência, para o autor) e a essência do objeto. A perspectiva subjetivista ainda toma o tempo livre no capitalismo como um tempo no qual o indivíduo dispõe para si e não mais um tempo liberado do trabalho. A

---

<sup>267</sup> Peixoto (2007) expõe a multiplicidade de termos presentes nos estudos do lazer. Nas primeiras décadas do século XX se destacavam os jogos, brinquedos e brincadeiras, reunidos sob a expressão recreação. A partir da segunda metade do século passado aparece o termo lazer, associado à recreação, para referir-se ao tempo e às atividades nos repousos remunerados. Posteriormente se destacam tempo livre e lazer como expressões recorrentes na sociologia.

<sup>268</sup> “[...]um mestre na arte de viver, não encontra diferença entre trabalho e recreação, pois incorporou o primeiro na segunda e esta naquele, de maneira a transformar a vida em permanente recreação. O trabalho é apenas um aspecto dela (a vida). Foi transformado em uma atividade positiva e criadora, na qual encontra satisfação. Os de fora é que determinam se a pessoa está trabalhando ou recreando-se, mais bem calcados em cânones legais do que em fatos reais. Naturalmente, poucas pessoas estão capacitadas a alcançar esta etapa, no presente. Quando a humanidade confundir trabalho e recreação, provavelmente a maioria dos problemas sociais relacionados com o trabalho, encontrará solução adequada” (PITHAN E SILVA *apud* PEIXOTO, 2007, p. 106-107).

<sup>269</sup> Mascarenhas (2005, p. 9-10) reúne um conjunto de considerações sobre o que é a liberdade para a concepção subjetivista: “um princípio metafísico onde a ação espontânea e arbitrária do fazer o que se quer é o que prevalece. A satisfação de que se fala, não é aquela provocada e estimulada pelo acesso e apropriação da cultura elaborada, nem se refere à alegria da criação, do triunfo, do conhecimento, da participação, do prazer estético e da qualidade, mas, predominantemente, do consumo, do egoísmo e do hedonismo. O homem foge de todas as situações que possam provocar dor e sofrimento – ou seja, as obrigações – buscando a imperturbabilidade pessoal das não-obrigações, quando somente pela posse e exercício dos sentidos, do gosto, dos sons, dos apetites, da satisfação das necessidades individuais e da total entrega à fruição conseguiria atingir o ideal de felicidade humana.”

antinomia entre tempo livre e tempo de trabalho aqui dá lugar a oposição entre tempo livre e tempo das obrigações, abarcando no primeiro, como sinônimo de lazer, tudo aquilo que for encarado como prazeroso e gratificante pelo sujeito (geralmente, não-obrigação), ainda que podendo incluir o trabalho. No entanto, como o trabalho remete ao público e a obrigação, o lazer se opõe como o tempo e espaço da experiência privada, lugar da autonomia e das experiências de fruição que “silenciam” as relações sociais, ocultando que o sujeito não é autocondicionado sequer nas atividades de lazer.

Se a essência do lazer fosse dada pela atitude, ele poderia ser trans-histórico. E não é este o caso<sup>270</sup>. A investigação do lazer pressupõe analisar relações sociais determinadas em sua processualidade histórica. Uma investigação comprometida com a máxima fidelidade ao objeto exige a superação de qualquer vestígio de unilateralidade, não interpretando-o exclusivamente em função das atividades ou do pinçamento de características escolhidas aleatoriamente, como aquelas que compõem dada manifestação cultural ou mesmo as sensações e expectativas despertadas que terminam por ocultar o significado verdadeiro.

Curiosamente, observamos nas primeiras décadas deste século um grande volume de publicações que, de algum modo, reúnem reflexões sobre a relação entre subjetividade e lazer. Isso pode ser observado nas produções veiculadas pela revista *Licere* desde 1998, primeiro periódico exclusivamente dedicado ao lazer. Numa busca pelo termo “subjetividade” encontramos 119 artigos<sup>271</sup>. Dentre os trabalhos, destacamos dois que manifestam aquelas características e as levam ao paroxismo.

O primeiro é o artigo *Sentidos e possibilidades subjetivas do tempo livre*. Marcado por uma concepção idealista de tempo livre, José Clerton Martins<sup>272</sup> (2008, p.4) parece confundir dever-ser e ser, ao afirmar que caberia ao tempo livre “ser aquele tempo social, em que o homem conduz com maior grau de autonomia a sua vida pessoal e social”. Numa perspectiva subjetivista, o autor chega a afirmar que o uso do tempo livre “orientado ao consumo esvaziado de sentidos subjetivos termina por deteriorá-lo, mercantilizá-lo, coisificando-o e empobrecendo-o de significados”. Podemos desdobrar

---

<sup>270</sup> Iniciamos o primeiro capítulo da tese abordando o assunto.

<sup>271</sup> Pesquisa realizada em 27 de setembro de 2019. Futuramente, temos a intenção de analisar a distribuição desses estudos ao longo dos anos, bem como o sentido de subjetividade presente nos artigos.

<sup>272</sup> De acordo com uma entrevista publicada na revista *Licere*, José Martins estava vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza/Brasil, tendo publicado até o ano de 2016 cerca de 40 artigos em periódicos, 50 capítulos de livros e 7 livros sobre o tema.

dessa ideia a perspectiva de que basta inundar de sentido subjetivo para que tenhamos o seu contrário.

De acordo com Martins (2008, p. 2), a sociedade moderna produziu os “valores da atual sociedade do consumo que não contemplam a educação/orientação para ser/existir num tempo de ‘nada fazer’”. Para preservarmos a coerência interna de seu pensamento, é preciso esclarecer algumas particularidades que marcam o trabalho. Influenciado pelo pensamento do espanhol Manuel Cuenca Cabezas, o autor opera com uma distinção entre lazer, tempo livre e ócio:

Estudos atuais evidenciam que os termos em questão, ócio, tempo livre e lazer, são muito diferentes pelo contexto de liberdade que invocam. No caso, tempo livre e lazer se apresentam na dinâmica social brasileira carregado dos valores do sistema econômico dominante, relacionando-se diretamente com tempo de reposição de energia para o trabalho. O ócio envolve um sentido de utopia por orientar a uma liberdade, supostamente longe de ser alcançada, haja vista, a própria dinâmica socioeconômica preponderante. (MARTINS, 2008, p.6).

Em síntese, enquanto o lazer estaria condenado de antemão, o ócio seria orientado para a liberdade e, portanto, livre de qualquer contradição, uma vez que pode ser entendido em termos subjetivos, expressão de identidade, independente de atividade, classe social ou formação, apenas para ficarmos em alguns fatores objetivos. Estando conectada a emotividade individual, cabe a subjetividade (re)significar e dar sentido a conceitos como o de ócio e tempo livre. No período que a precarização do trabalho avançava sem precedentes, momento que a plataformização do trabalho já dava sinais de que vislumbrava converter todo o tempo dos trabalhadores em tempo de trabalho, para Martins (2008) qualquer intervalo poderia ser subjetivamente identificado como tempo livre ou ócio, até mesmo aquele “proporcionado” pelo desemprego, por jornadas intermitentes ou parciais, bem como o próprio tempo dedicado ao trabalho, desde que viesse a proporcionar alguma satisfação pessoal. Diante destas considerações, não surpreende que as alternativas só possam existir enquanto saídas individuais<sup>273</sup>:

---

<sup>273</sup> José Clerton Martins, em declaração para a reportagem *Ócio: tempo totalmente livre é acessível a todos ou privilégio dos ricos?*, afirma que “Fica nas nossas mãos, portanto, cultivar esse ócio como propósito. Sem vontade individual, não é possível desfrutá-lo. [...] Meu orientador de projeto de pós-doutorado dizia: 'Clerton, o ócio é acessível a todas as pessoas, mas nem todas as pessoas acessam o ócio.' A gente sofre com o excesso de informação e de direcionamento a ser um operário, um executivo,

Encontramo-nos entre movimentos atuais como o “Slow Food” no âmbito internacional, o “Clube do Nadismo” e a “Simplicidade voluntária” no Brasil, em que as pessoas questionam suas opções e travam lutas de cunho ecológico reivindicando para si “um tempo mais tranqüilo”, um tempo elaborado com mais sentido subjetivo, autocondicionado para usar o termo de Munnè (1980). Nesta perspectiva, surgem novos hábitos, novas formas de se viver o tempo de forma mais autônoma e de consumo mais consciente. Isso representa o ato de viver inscrevendo-se subjetivamente no tempo. (2008, p. 14).

Compreendida em termos “subjetivos”, a concepção sustentada por Martins (2008), sem oferecer qualquer explicação, legitima relatos como os presentes na reportagem *Dormir na rua, pedalar 30 km e trabalhar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos* (MACHADO, 2019, s/p). A justificava apresentada pelos próprios sujeitos para que “empreendam” nas plataformas *online* é porque nelas “O trabalho é a gente que faz”. É assim porque “escolhem” seu horário, trabalham o quanto “desejam”, “podem” ir embora a qualquer hora e, para ganhar mais, basta que se esforcem mais. Como analisamos anteriormente, a afinidade de compreensões desse tipo com os interesses empresariais é um tanto óbvia. Enquanto isso, *Uber Eats*, *Rappi*, *Ifood*, etc. se vangloriam pelo fato de serem empresas que oferecem “oportunidades a profissionais autônomos” que podem se beneficiar da tecnologia para “gerar renda extra” ao toque de um botão.

Outro estudo mais abrangente é *O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio*, de Ieda Rhoden<sup>274</sup>. A autora realça a “importância da subjetividade e da percepção do sujeito que protagoniza a experiência de ócio” (2009, p. 1235). O objetivo do estudo é tomar o ócio enquanto fenômeno psicossocial a partir de estudos teóricos e empíricos encontrados na literatura sobre a Psicologia do Lazer estadunidense e a Teoria do Ócio espanhola. Esse objetivo se desdobrou em três tópicos complementares. O primeiro envolve os conceitos que fundamentam a ideia do ócio como experiência subjetiva. Aqui aparece novamente o ócio humanista de

---

alguém que trabalha. Não existe educação para você refletir, meditar, contemplar. Sem o lugar da experiência com sentido, não há aprendizado, não há conhecimento, não há aplicação, há apenas o informacional.”. (POLLO, 2021, s/p).

<sup>274</sup> O artigo em questão é citado em mais de uma dezena de trabalhos distribuídos nos mais diferentes formatos (artigos de revistas, capítulos de livros, anais de congresso, etc).

Cuenca<sup>275</sup>, entendido enquanto “fenômeno psicossocial e âmbito da vida”, mais uma possibilidade de “aproximar o homem de seu projeto existencial”, capaz de benefícios por meio da “autodescoberta, desenvolvimento psicológico e social, saúde e qualidade de vida” (2009, p. 1236).

Apesar do cuidado da autora em chamar atenção para a falta de consenso sobre as concepções de ócio, o texto desemboca numa tentativa de analisar o mecanismo psicológico responsável pelas diferentes percepções de experiências e situações: a psicodinâmica do ócio. Após reunir os elementos para uma “compreensão mais dinâmica do ócio como fenômeno psicossocial, localizado em qualquer tempo e espaço, por meio do qual se produz a existência e autonomia humana”, é oferecida uma definição de *ócio construtivo*: “experiência pessoal caracterizada por um estado físico e/ou mental gratificante, que envolve necessariamente satisfação pessoal, além de promoção da saúde e desenvolvimento humano.” (RHODEN, 2009, p. 1244).

A parte final do artigo é dedicada ao levantamento das condições causais, benefícios e atributos na percepção de quem experimenta o ócio. Baseada em estudos empíricos e científicos da psicologia, são destacados 11 atributos ou qualidades do ócio, ainda que três ou quatro bastam para o sujeito encarar como uma experiência de ócio: 1) percepção de liberdade; 2) motivação ou significado intrínseco (autotelismo); 3) desfrute ou estados afetivos positivos; 4) desenvolvimento humano; 5) sociabilidade ou encontro interpessoal; 6) descanso ou relaxamento; 7) ruptura ou evasão; 8) desafio; 9) implicação psicológica; 10) autoexpressão; e 11) os estados introspectivos: o encontro consigo, com a natureza ou com a beleza (apreciação estética).

Das observações feitas por Rhoden somos levados a contrapor uma série de questionamentos: Os atributos mencionados não possuem historicidade? A percepção de liberdade dos sujeitos, bem como suas motivações não são socialmente determinadas? A própria noção de desenvolvimento humano não pressupõe uma determinada concepção de homem e sociedade? É possível a generalização plena da autodeterminação nos marcos de uma sociedade controlada pelo capital?

---

<sup>275</sup> No transcorrer da tese recebemos a sugestão de analisar as produções de Manuel Cuenca Cabezas, dado o alcance que o autor obteve nas últimas décadas nos estudos do lazer em nosso país, por meio do conceito de “ócio humanista” e, posteriormente, do “ócio valioso”. Como um estudo do tipo demandaria também investigar o alcance destas reflexões em seu contexto de origem, bem como se apropriar do debate crítico no contexto em que tais conceitos foram elaborados, a exemplo do que tentamos realizar com os estudos do lazer desenvolvidos no país, e na falta de condições objetivas e subjetivas para tanto, optamos por deixar a demanda para outro momento.

Como vimos, os dois trabalhos centram suas investigações sobre tempo livre, lazer e, principalmente, o ócio, de maneira unilateral, enfatizando o momento isolado e abstrato, superdimensionando a percepção dos sujeitos. Esse entendimento ignora tanto a processualidade histórica quanto a mútua relação entre subjetividade e objetividade, ambos reveladores de uma capacidade explicativa bastante limitada. As problemáticas implicações políticas que decorrem disso ficam evidentes nos fragmentos finais do primeiro artigo, embora também possa ser encontrada em outros trabalhos<sup>276</sup>. Uma vez mais, foi nos estudos do lazer que dialogaram com a tradição marxista que encontramos as contribuições para nossa reflexão. A única semelhança entre ambos se limita ao fato de serem todos deste princípio de século.

A primeira consideração remete ao ócio. Fernando Mascarenhas (2005) dedicou parte de sua tese ao assunto<sup>277</sup>, observando de início que a tendência dominante do “mercolazer” coexiste com contratendências e restos de formações sociais do passado, como o ideal de ócio. A essência da crítica do autor é que a busca pelo *ócio perdido* não representa alternativa ao capitalismo. Nem na sua vertente idealista, o *elogio ao ócio*<sup>278</sup>, nem na forma da racionalidade produtiva, a *exaltação do ócio*<sup>279</sup>. A primeira, ao denunciar o afastamento do lazer da noção clássica de ócio, dá sua humanidade como perdida, reclamando modos de vida do passado como chave para a autodeterminação do indivíduo no presente. No segundo caso, também remetendo a antiguidade clássica, busca na atividade e no pensar criativos do homem livre da época

---

<sup>276</sup> Ório (2018) apresenta uma crítica ao subjetivismo nos estudos do lazer mencionando outros dois trabalhos. São eles: *Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho*, de Aquino e Martins (2007) e *A experiência do ócio na sociedade hipermoderna*, de Pinheiro, Rhoden e Martins (2010). No primeiro, o autor questiona a afirmação de que o ócio engloba fatores que não são inteiramente condicionados pelo social, mas pelo “modo de viver de cada um”. No segundo, em linhas gerais, faz a crítica da confusa concepção de ócio dos autores, que não o toma em oposição ao trabalho, mas centrado na experiência subjetiva, um tempo livre além do tempo cronológico, que permitiria a ressignificação do real e possibilidade de realização pessoal desligada da coletividade.

<sup>277</sup> No livro *Dialética do lazer*, organizado por Padilha (2006), o texto comparece no capítulo intitulado *Em busca do ócio perdido: idealismo, panaceia e predição histórica à sombra do lazer* (MASCARENHAS, 2006).

<sup>278</sup> Mascarenhas (2005) menciona como representantes dessa corrente os trabalhos de De Grazia e Heloísa Bruhns. Nela o desencantamento com o real se desdobra em saídas exteriores à vida concreta, (a) contra o presente, (b) se refugiam no passado e (c) no isolamento.

<sup>279</sup> Para Mascarenhas (2005) o principal representante dessa compreensão é o italiano Domenico De Masi. A combinação de processos como a reestruturação produtiva, a ascensão de atividades criativas, a dissolução das fronteiras entre trabalho e tempo livre resultariam numa junção entre trabalho criativo e ócio ativo: o ócio criativo. A chamada “Economia do ócio” indicada pelo italiano seria um tipo de ferramenta política e científica que emergiria diante do fim da “sociedade do trabalho”. Ainda que proponha a redistribuição do tempo de trabalho como saída para o desemprego em massa, não toca na divisão social do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção, etc. De Masi chega até mesmo a apresentar como positivo o avanço do tempo de trabalho sobre o tempo livre nas ocupações de maior dimensão intelectual.

argumentos para legitimar o aproveitamento utilitário do ócio como panaceia para os problemas econômicos da sociedade atual. Ambos desarmam as potencialidades do lazer - forma hegemônica de apropriação do tempo livre no capitalismo - na perspectiva de um projeto histórico que se contraponha ao capital e suas implicações destrutivas para o gênero humano e a natureza. Se o sujeito particular vê no lazer algo desinteressado isso não muda nada na dimensão objetiva. Os defensores daquelas concepções, além de subaproveitarem o ócio como ideal que ainda cultiva “acesa a possibilidade de um tempo e espaço em que o homem possa reconciliar-se consigo e com a natureza” e se entregar “integralmente ao desenvolvimento multilateral de suas capacidades físicas e intelectuais” (MASCARENHAS, 2005, p. 233), ajudam a ocultar as bases objetivas do avanço do tempo de trabalho sobre o que resta de tempo livre, silenciando sobre as razões fundamentais do pouco tempo livre que dispõem os trabalhadores, até mesmo naqueles envolvidos em ocupações de maior dimensão intelectual.

Retomando ao problema da mútua determinação entre subjetividade e objetividade, encontramos em alguns trabalhos de Giovanni Alves (2006, p. 19) importantes aportes para uma crítica marxista do lazer. O ensaio intitulado *Trabalho, Subjetividade e Lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global*, apresenta “alguns elementos categoriais preliminares para a crítica do cotidiano e do lazer nas sociedades capitalistas nas condições históricas da mundialização do capital e de sua crise estrutural”, sugerindo “linhas de reflexão crítica sobre os impactos do capitalismo global e do sócio-metabolismo da barbárie sobre as esferas do trabalho e do lazer”. É a partir das indicações do filósofo György Lukács (2013) que o autor afirma ser possível identificar na teoria social de Marx uma teoria da subjetividade<sup>280</sup>.

De acordo com Alves (2006, p. 20), foi o processo histórico da modernidade que possibilitou o sujeito autônomo, livre das amarras feudais, pressuposto fundamental da categoria subjetividade. Mas foi também ele que “limitou e obliterou esse próprio desenvolvimento genérico” ao promover a grande indústria, base para o sistema mundial do capital e a subsunção real do trabalho, fundamento material de uma

---

<sup>280</sup> Por ora, nos limitamos a indicar alguns trechos extraídos do capítulo de Alves (2006). Na parte final deste capítulo voltaremos à *Ontologia* Lukacsiana para detalhar o problema do estranhamento. Cabe mencionar, de acordo com Tertulian (2007, p. 235), que a obra, embora inacabada, reúne as características de uma espécie de “fenomenologia da subjetividade”, que busca na imanência da vida cotidiana “as mediações concretas que permitam romper as reificações alienantes e realizar na efetividade histórica uma existência não-alienada”.

subjetividade atravessada por contradições objetivas da produção social<sup>281</sup>. Decorre disso que o desenvolvimento das forças produtivas implica necessariamente no desenvolvimento das capacidades humanas. Sendo impossível conceber a subjetividade apartada da objetividade social, nas “condições históricas do capital, a subjetividade (e o *sujeito autônomo moderno*) tende a zero [...], um sistema do *sujeito* humano *quase-impossível*” (2006, p. 22). Estas são as razões para que a subjetividade se apresente como categoria legítima e ao mesmo tempo problemática no capitalismo<sup>282</sup>.

Como é a forma social que imprime a marca da subjetividade, devemos considerar que cada etapa do desenvolvimento histórico do capital está carregada de particularidades. No entanto, uma vez que para se reproduzir o capital necessariamente constitui e institui cada vez mais nexos de subjetividade e formas de subjetivação, tal processo aprofunda uma “crise de desmedida” entre a demasiada subjetividade (*subjetividade complexa*<sup>283</sup>) e uma subjetividade estranhada. Fazendo um paralelo com as indicações de Marx e Engels extraídas do *Manifesto do Partido Comunista*, trata-se

---

<sup>281</sup> Para Alves (2006), coube ao jovem Marx dos *Manuscritos econômicos-filosóficos* o pioneirismo de colocar no centro da reflexão crítica da modernidade o problema do trabalho estranhado, do trabalho abstrato e, conseqüentemente, da subjetividade na sociedade burguesa. Outro aspecto interessante destacado pelo autor é que a produção da subjetividade ocorre na reprodução social, a partir das determinações do modo de produção da vida social. É justamente esse aspecto que condena ao fracasso a sociologia industrial e do trabalho que procuram interpretar o problema do consentimento e da captura da subjetividade pelo capital considerando apenas o que ocorre no interior das empresas.

<sup>282</sup> A representação ideal da subjetividade também encontrou barreiras no interior da tradição marxista (CHAGAS, 2013). Correntes economicistas e deterministas atribuíram valor secundário ao tema da subjetividade, frequentemente entendida como simples reflexo de determinações de base econômica, a partir de fragmentos d’*A Ideologia Alemã* e *Para a Crítica da Economia Política (Prefácio)*, desconsiderando outros apontamentos valiosos de Marx e Engels (Ex. *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução* (1844), *A Questão Judaica* (1844), *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), *Teses sobre Feuerbach* (1845-1846), *A Ideologia Alemã* (1845-1846), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), *Grundrisse* (1857-1858), *Para a Crítica da Economia Política (Prefácio)* (1859) e *O Capital* (1867), mesmo que não tenham dedicado uma obra exclusivamente ao tema. Em linhas gerais, a subjetividade é componente inseparável dos processos de formação da vida humana. Não há objeto sem sujeito e nem sujeito sem objeto em sua obra. Ao constituírem uma relação, o indivíduo não pode ser considerado apenas no seu caráter objetivo, determinado pela base econômica, mas em seu processo de autodeterminação. E é nesse processo de autoconstrução que se criam novas formas de objetivação, que possibilitam, por sua vez, novas formas de subjetivação. Sendo assim, distante de qualquer autonomia abstrata, a subjetividade se revela decisiva para a construção, transformação, apreensão e interpretação cognitiva do real.

<sup>283</sup> Baseado nas considerações sobre o complexo social do estranhamento em Lukács, Alves (2006) considera como o núcleo básico da subjetividade complexa a subjetividade de uma sociedade cada vez mais social, com sua exacerbação e diferenciações internas. Considerando a importância do problema do estranhamento, voltaremos a ele mais adiante. Por ora, cabe apenas mencionar que sob o capital o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente o desenvolvimento da personalidade humana. Em outros termos, o desenvolvimento do gênero humano em-si não se desdobra (e se explicita) como desenvolvimento do gênero-humano para-si, podendo se desfigurar, aviltar, etc. a personalidade humana potencializando capacidades singulares (ALVES, 2006). Para a melhor compreensão da individualidade em-si e da individualidade para-si, elementos fundamentais para constituição do gênero humano para-si, recomendamos a leitura do livro *A individualidade para-si (contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo)*, de Newton Duarte (1993).

de um estado de barbárie produto da “demasiada civilização” (ALVES, 2006). Foi a exacerbação da subjetividade estranhada, maior do que o capital como forma social pode conter que permite compreender os mais diversos fenômenos estéticos culturais que, invertidos e pervertidos em irracionalismos socioculturais, formas de fetichização e reificação, dilaceraram o imaginário ocidental no século XX.

É nesse cenário que as lutas de classe no século XXI tendem a se manifestar cada vez mais “num campo midiático de luta de classes”, numa “luta pela subjetividade e pelas formas de subjetivação” (2006, p. 29), com desdobramentos políticos que ainda precisam ser melhor compreendidos. A crescente “precarização do tempo livre” corresponde justamente a um dos terrenos possíveis de obliteração e inversão da subjetividade exacerbada (ALVES, 2006). A *cultura do narcisismo* e as diversas formas de irracionalismos que constituem o cotidiano do trabalho e do lazer nas últimas décadas demonstram à exaustão essa subjetividade complexa imersa em sua própria particularidade<sup>284</sup>. O enorme alcance dos transtornos psicológicos que tanto afligem a contemporaneidade também é expressão desse processo.

Como demonstramos no Capítulo III, parte das respostas do capital para crise da década de 1970 e componente indispensável da ofensiva contra as condições de vida dos trabalhadores, foram desenvolvidos mecanismos de engajamento estimulado. A flexibilização do salário direto, os mecanismos de natureza concorrencial, a precariedade do trabalho (trabalho parcial, temporário e informal) e o desemprego em massa, animaram a heterogeneização e a cisão da classe e de sua consciência. Ao analisar o processo de “captura da subjetividade”, nexos fundamentais do toyotismo, Alves (2011) demonstra como o corpo não se emancipou da disciplina do capital na produção - contrariando a visão dos defensores de uma sociedade do tempo livre ou do lazer -, mas constitui uma relação psicocorporal que preserva o componente essencial do capital: um corpo útil, produtivo e submisso. As experiências de ginástica laboral nas empresas, nas quais a postura corporal (subjetiva) do trabalhador tende a ser indispensável para a obtenção da produtividade, materializam o esforço de “administração” do estresse que aflige o assalariado no capitalismo contemporâneo. Fora das empresas vemos disseminada a corpolatria e as utopias do corpo. Em todos os

---

<sup>284</sup>Alves (2006) chama atenção para objetos e valores apropriados pela chamada indústria cultural e que tornam-se ícones (e signos) do suposto “tempo livre”, mencionando ainda a aceleração do tempo de descartabilidade dos produtos culturais, a reprodução da mesmice, a privatização do espaço público, a sociedade da imagem e do espetáculo e o surgimento de uma cultura da interface e do simulacro.

casos não temos mais do que simulacros de emancipação do corpo-sujeito da disciplina do capital. Paralelamente, algumas empresas de ponta apostam em momentos de “descompressão” ao criar e estimular o uso no expediente de espaços/momentos de “lazer e descanso” para os “colaboradores”, como a autorização para o consumo de bebida alcoólica, serviços de massagem e manicure, espaços para a práticas de jogos virtuais, etc. (GLASSDOOR, 2020; ARAÚJO, 2019; RESCHKE, 2019). Tal como ocorreu com a expansão do *home office* e do teletrabalho durante a pandemia, em todos estes casos permanecem mais ou menos veladas a intensificação do trabalho e a busca pelo aumento da produtividade.

Ao centrar na atitude ou na subjetividade abstrata, os estudos do lazer desperdiçam a oportunidade de contribuir para a crítica das condições que afligem a vida da classe trabalhadora. Uma vez mais, é curioso observar que quanto mais o capital aprofunda as características destrutivas, procurando eliminar qualquer horizonte de uma vida plena de sentido, chegando ao ponto de ameaçar até mesmo a própria existência da humanidade, mais a produção do conhecimento sobre o lazer busca refúgio no ócio, em outros “modos de vida” abstratos, na particularidade abstrata, que remetem a um passado idílico. Na tentativa de escapar dessa tendência, desviando de concepções idealista-subjetivistas e realista-objetivistas (MASCARENHAS, 2005) que tanto comprometeram a produção de um conhecimento verdadeiro sobre o lazer, adentramos na sua objetividade social tal como se apresenta nas primeiras décadas deste século e que tende a anular os próprios sujeitos, desencadeando uma subjetividade mutilada que não percebe a vida social como um produto de seu próprio trabalho.

### **3. Um esboço crítico sobre os trabalhadores do lazer no século XXI**

Um dos efeitos da pandemia nos mais recentes debates acadêmicos sobre o lazer foi repor de algum modo a necessidade de abordar o objeto a partir das características e problemas postos pelo trabalho abstrato. Dois eventos realizados no país sobre o tema, embora separados por um intervalo de apenas três anos, confirmam esse fato. No primeiro caso, o *Congresso Mundial de Lazer* (2018), apesar das fortes evidências de uma Longa Depressão na economia mundial e as importantes implicações sobre as formas da organização do trabalho que ascendiam desde os primeiros anos

deste século, as conferências de abertura e de encerramento<sup>285</sup> contornaram esse conjunto de problemas (é possível estender essa caracterização para boa parte das sessões plenárias e painéis de debates). No segundo caso, o *IV Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer* (2021), realizado em formato virtual, desde o título da conferência de abertura - *Configurações do trabalho e lazer: manifestações e desafios contemporâneos*<sup>286</sup> - e da conferência de encerramento - *Tempos de trabalho e não trabalho: desafio de trabalhadoras/es e a vivência do lazer*<sup>287</sup> -, passando pelo conteúdo das exposições e pelas intervenções dos congressistas, as implicações sobre as relações de trabalho assumiram o primeiro plano<sup>288</sup>.

Começamos essa reflexão analisando a realidade daqueles que são os “trabalhadores do lazer”. A tragédia do trabalho no contexto brasileiro, tragédia essa que se revelou uma vez mais ao mundo durante a pandemia, parece compor a rotina dos trabalhadores do lazer há muito mais tempo. Ainda que existam ilhas de trabalho formal, é o oceano de relações de trabalho precárias que está na base dos espetáculos de teatro, exposições, cinemas, shows (sejam turnês nacionais ou internacionais), festivais de música (por vezes, com registro de trabalhadores submetidos a situações análogas ao trabalho escravo (IG, 2020)), eventos esportivos (periódicos e megaeventos), turismo, festas tradicionais, bares, entre outros<sup>289</sup>.

Como observa Cândido (2008), a ênfase no aspecto desinteressado como elemento decisivo para a caracterização do lazer (algo afirmado por Marcellino, por exemplo), desconsidera que para aquele que faz a mediação da atividade (o professor, o instrutor, o guia e toda sorte de profissionais envolvidos) o lazer é algo de extremamente

<sup>285</sup> O evento foi realizado na cidade de São Paulo, no SESC Pinheiros. O canal do SESC-SP no *Youtube* disponibiliza uma playlist do evento. A conferência de abertura coube ao Professor Dr. Alberto Acosta, intitulada *O bem viver como opção emancipadora: do lazer mercadoria ao lazer libertador*. A intervenção atravessou temas como o modelo de crescimento econômico dominante, a mercantilização da vida, a natureza como sujeito de direitos, etc. O encerramento coube ao Professor Dr. Michel Maffesoli, *Lazer sem restrições: desafios e tendências contemporâneas*. O professor chega a afirmar que “a crise não é econômica”, além de outras interpretações bastante equivocadas sobre modernidade e o valor-trabalho.

<sup>286</sup> Exposição realizada pelo professor Dr. José Dari Krein. Mais adiante iremos apresentar as importantes contribuições do autor para refletirmos sobre os trabalhadores do lazer.

<sup>287</sup> Exposição realizada pela professora Dra. Ana Cláudia Moreira Cardoso.

<sup>288</sup> Entre os dois eventos cabe mais um registro. A revista *Licere*, o mais consolidado periódico brasileiro dedicado aos estudos do lazer, reservou um número especial aos impactos da pandemia do novo coronavírus (v. 23, n. 3, 2020). Nele também se pode observar um conjunto de artigos que se dedicaram a fazer mediações com as mudanças nas formas do trabalho.

<sup>289</sup> Recorro a um exemplo citado pela pesquisadora Mariana Lopes Custódio. Basta pensarmos nas atividades econômicas “paralelas” que envolvem algumas daquelas manifestações de lazer, como os vendedores ambulantes que disputam esses eventos (carrinhos de bebida e comida) e que tentam garantir a sobrevivência à margem, embora o problema também se manifeste numa forma mais ligada à ideologia “empreendedora-gourmetizada”, como no caso dos *Food Trucks*.

interessado, que pode (ou não) viabilizar as condições para a reprodução imediata daquela força de trabalho, a obtenção do lucro (no caso do proprietário da empresa), o sucesso da atividade educativa, etc. Podemos concluir que não são escolhas subjetivas, mas relações sociais que determinam o caráter das atividades de lazer<sup>290</sup>.

Em outros termos, o que para alguns supostamente significaria diversão, descanso e divertimento - para ficar nos 3 D's de Joffre Dumazedier -, para os trabalhadores do lazer pode envolver informalidade, terceirização (ou quarteirização), trabalho intermitente, trabalho não remunerado (voluntário ou não pago mesmo), remunerado abaixo do valor da força de trabalho, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, exploração sexual - recorrente no caso do turismo (UOL, 2020a) -, atravessado pelas opressões de gênero, raça ou orientação sexual, agora problemas potencializados pelos efeitos da pandemia.

A pesquisa realizada por José Dari Krein e exposta na conferência de abertura do IV CBEL (2021) corrobora parte destas observações<sup>291</sup>. Baseado nos microdados da PNAD Contínua/IBGE, o pesquisador reuniu um conjunto de informações sobre as pessoas ocupadas de 14 anos ou mais no setor de artes, cultura, esporte e recreação no Brasil entre 2012 e 2021<sup>292</sup>. O recorte apresentado pelo estudo inclui as atividades artísticas, criativas e de espetáculos; atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental; atividades de exploração de jogos de azar e apostas; atividades esportivas; atividades de condicionamento físico; atividades de recreação e lazer.

---

<sup>290</sup> Cândido (2008) utiliza como exemplo o esporte. O atleta profissional, o técnico, o jornalista esportivo, etc. vendem sua capacidade de trabalho como mercadoria. No entanto, se o indivíduo tem no esporte uma atividade para a qual não vende sua força de trabalho, ela corresponde a uma alternativa de lazer. Outro aspecto é que a “satisfação” com determinada atividade de lazer pode corresponder a uma condição para a reprodução e futura venda da sua força de trabalho. Em ambos os casos, o caráter desinteressado não contribui para o entendimento do lazer nessa sociedade.

<sup>291</sup> A partir de uma troca de emails, o professor Dr. José Dari Krein gentilmente disponibilizou os materiais que serviram de base para a conferência. Aproveito a oportunidade para agradecer publicamente a atenção e generosidade do professor.

<sup>292</sup> A PNAD Contínua substituiu, a partir de 2012, com metodologia atualizada, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que era realizada uma vez por ano desde a década de 1980. A PNAD foi extinta e sua última pesquisa ocorreu em 2015. Entre as duas pesquisas existem diferenças metodológicas importantes (plano de amostragem, periodicidade, conceitos, definições, corte de idade para a investigação do tema trabalho etc.). Como não partem de critérios comuns, não temos condições de ampliar o estudo para abranger todo o século XXI, intervalo que compõe o recorte desse estudo. Diante da carência de outros dados, consideramos a sistematização de Krein de extrema importância para o desenvolvimento dos estudos do lazer.

Para não incorrer em erros de natureza impressionista, é preciso alertar que elementos conjunturais do lazer no contexto brasileiro - como aqueles desencadeados desde o início da pandemia - se somam a outros de ordem estrutural. Essa articulação é indispensável para a correta compreensão das tendências postas para o lazer.

O primeiro aspecto que merece destaque remete ao quantitativo de trabalhadores empregados. Durante a maior parte da série histórica é possível observar uma tendência de crescimento no número de ocupados no setor de artes, cultura, esporte e recreação no Brasil, passando de quase de 804 mil no 2o trimestre de 2012, para 900 mil no primeiro trimestre de 2018, alcançando o pico de 1.059.316 no 4o trimestre de 2019. Coincidindo com o início da pandemia - 1o trimestre de 2020 -, ocorreu uma queda vertiginosa, registrando 674.906 trabalhadores no 3o trimestre de 2020, seguida de uma pequena recuperação no 4o trimestre e uma nova queda até o ponto mais baixo da série histórica no início de 2021, com 607.988 ocupados. Considerando os dois extremos, a variação representa uma queda de cerca de 54%, muito superior à variação registrada entre o total de ocupados no país (cerca de 10%). Os dados confirmam como os trabalhadores do lazer estão entre os mais atingidos pelos desdobramentos econômicos da pandemia.

Outro aspecto que chama a atenção é a taxa de informalidade<sup>293</sup> no setor de artes, cultura, esporte e recreação. Durante a série histórica (2012-2021), o setor se manteve, em média, quase 12% acima da taxa de informalidade do total de ocupados no país, oscilando entre taxas de 43,7% e 56,3% (no mesmo período, a taxa de informalidade entre o total de ocupados da PNAD-C oscilou entre 36,9% e 41%). No 4o trimestre de 2016 essa diferença chegou a atingir 17,5%. No caso da média do rendimento mensal do trabalho principal, embora registre 4 horas a menos de trabalho por semana - no trabalho principal, é bom que se frise -, o setor acompanhou a mesma tendência de lento crescimento da média salarial do total de ocupados, inclusive, permanecendo por um longo intervalo abaixo dela, como no período entre o 2o trimestre de 2017 e o 4o trimestre de 2019. Muito mais marcados pela informalidade e pelo arrocho salarial que a média brasileira, os trabalhadores do lazer vivenciaram desde a segunda década deste século a acelerada piora nas suas condições de vida.

---

<sup>293</sup> De acordo com o IBGE, os trabalhadores informais compreendem os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores familiares auxiliares, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e empregadores sem CNPJ.

Encerramos esse primeiro tópico com uma última observação. A pandemia contribuiu para evidenciar outro aspecto da precarização no lazer. Até mesmo durante os momentos mais dramáticos da pandemia de covid-19 no país, houve enorme pressão pela reabertura precoce de *shoppings*, academias, o retorno de eventos esportivos - inclusive com público em algumas circunstâncias -, entre outros, ignorando a curva ascendente de mortes e contágios, que acabaram expondo, sobretudo, os trabalhadores mais precarizados destas atividades. Os exemplos citados demonstram que, quanto maiores são as possibilidades de ligação com a forma-mercadoria, maiores são as pressões do capital e a condescendência dos governos e demais autoridades que atuam em defesa destes interesses, via de regra contrários às reais necessidades da maioria da sociedade.

Outro estudo de maior abrangência, embora compreendendo um intervalo diferente<sup>294</sup>, sem adentrar nos reflexos da pandemia, permite jogar luz sobre outros aspectos. A quarta edição do Sistema de Informações e Indicadores Culturais - SIIC (IBGE, 2019a), reuniu os dados de diversas pesquisas produzidas pelo IBGE<sup>295</sup>, de acordo com um recorte específico e articulador: a cultura. Nesse estudo ela é tomada a partir da definição<sup>296</sup> da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), englobando as atividades culturais relativas à criação, produção e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza, conteúdos protegidos pelo direito autoral e que podem tomar a forma de bens e serviços. São consideradas ainda indústrias em trabalho e conhecimento que estimulam a criatividade, incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização. Ainda que, em alguns casos, o recorte extrapole o que costuma ser considerado pelos estudos do lazer, destacamos a seguir algumas informações.

---

<sup>294</sup> Embora a SIIC traga desde o título o período de 2007-2018, os intervalos variam conforme o estudo utilizado. Sendo assim, teremos o cuidado de indicar os intervalos e o estudo específico que serviu de base para cada informação.

<sup>295</sup> São elas: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE; Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa; Pesquisa Anual de Comércio - PAC; Pesquisa Anual de Serviços - PAS; Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas; Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF; Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua; Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC.

<sup>296</sup> O Marco Referencial para os domínios de estatísticas culturais construído a partir da UNESCO e que serve de base para a SIIC, propõe uma classificação das atividades culturais em setores que revelam a importância do ciclo de produção e transmissão da cultura: os domínios culturais. Ele é composto por um conjunto de produção de bens, atividades e práticas culturais *core* ou centrais (patrimônio natural e cultural; apresentações artísticas e celebrações; artes visuais e artesanato; livros e imprensa; mídias audiovisuais e interativas; e design e serviços criativos) e mais dois domínios: o transversal (patrimônio cultural imaterial; educação e capacitação; arquivos e preservação; e equipamentos e materiais de apoio) e o relacionado (turismo; esportes e recreação).

A SIIC recorre aos dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre) para detalhar algumas características do setor cultural neste século. O estudo considera empresas e outras organizações formalmente constituídas do conjunto das atividades do setor cultural (entidades empresariais, órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos), registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), portanto, deixando de lado inúmeras atividades informais que costumam orbitar o lazer<sup>297</sup>. Em 2007 as empresas e outras organizações nas atividades culturais eram 353,2 mil. No ano de 2017 esse número caiu para 325,4 mil, que somavam 1.083.751 pessoas. Isso representou uma perda de participação no número de organizações culturais (2007-2017) de 8,0% para 6,5% do total do Cempre, gerando uma redução do pessoal ocupado, de 4,2% para 3,7%, e nos assalariados, de 3,5% para 3,3%. No mesmo intervalo, o crescimento do salário médio mensal nas atividades culturais também esteve quase 4% abaixo daquele observado no conjunto do Cempre. Os dados apresentados permitem ampliar as conclusões tiradas sobre a piora das condições de vida dos trabalhadores do lazer na segunda década deste século e afirmá-la como uma tendência em curso desde meados da primeira década.

A pesquisa demonstra como a maior parte das atividades do setor cultural no ano de 2017 (63,3%), estava concentrada no setor de Serviços - com destaque para atividades de *Informação e comunicação* (43,3%) -, que respondiam por 65,6% das ocupações e 76,2% dos salários pagos. Na sequência do setor de serviços, o Comércio respondeu por 32,3% das organizações, porém, ocupando 22,5% dos assalariados. As atividades industriais do setor cultural (impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas, serviços de pré-impressão, fabricação de instrumentos musicais, brinquedos e jogos recreativos, etc..) acompanharam a tendência da indústria em geral de queda da participação na atividade econômica.

Quanto ao tamanho das unidades, 78,5% do total se concentrava na faixa de até 4 pessoas no ano de 2017, sendo que apenas o número de sócios e proprietários compreendia 75,9% daqueles ocupados. Por outro lado, ainda que representasse também a maior faixa quando considerado o pessoal total ocupado, no ano de 2007 aqueles ocupados representavam apenas 27,1%, seguido de perto pela faixa de 5 a 19 pessoas (24,7%) e de 500 a mais (20,8%). É possível que aquela ampliação da faixa até 4 pessoas seja reflexo do “apelo ao empreendedorismo” como alternativa ao avanço do

---

<sup>297</sup> Retomaremos o problema da informalidade entre os trabalhadores do lazer mais adiante.

desemprego. Mesmo assim, no ano de 2017, a faixa de 0 a 4 pessoas apresentou uma queda de 4,2% enquanto todas as demais faixas cresceram.

Quanto à distribuição geográfica das organizações culturais pelo país, a desigualdade regional é evidente. No ano de 2017 a região sudeste concentrava mais da metade do pessoal ocupado assalariado 58,5%. Sobre a qualificação dos profissionais, 32,8% dos assalariados no setor cultural possuíam nível superior no ano de 2017, 10% acima do total do Cempre. Acompanhando a dinâmica mais geral da economia brasileira, a maioria das pessoas ocupadas no setor cultural eram do sexo masculino (55,3%) naquele ano. Merece destaque a elevada desigualdade salarial no setor, com as mulheres ganhando em média apenas 67,8% dos salários dos homens (R\$ 4.127).

Baseado em outras pesquisas estruturais (Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa; Pesquisa Anual de Comércio - PAC; Pesquisa Anual de Serviços - PAS), a SIIC detalha a participação do setor cultural no total das atividades da indústria de transformação, do comércio e dos serviços não financeiros – 2007/2017. Ainda que não seja o centro das discussões que trazemos para esse momento da tese, cabe mencionar a perda de participação mais intensa das empresas associadas ao setor cultural entre 2007 e 2017 nas principais variáveis analisadas por aqueles estudos, que vão do número de empresas, pessoal ocupado, como constata os dados do Cempre, até a receita líquida, custo total e valor adicionado.

Recorrendo aos dados da PNAD-C, tal como feito pelo professor José Dari Krein, a SIIC elucida que o setor cultural envolve pessoas que trabalhavam em atividades econômicas culturais e/ou tinham ocupações culturais. São exemplos de atividades econômicas culturais: bibliotecas, museus, publicidade, telecomunicações, comércio de livros, entre outros. Mas nas atividades do setor cultural, além daquelas pessoas diretamente ligadas ao setor, existem ocupações que extrapolam o âmbito da cultura, como o eletricitista de um museu. Sendo assim, as ocupações culturais neste estudo levam em conta a tarefa que a pessoa exerce, independente da atividade econômica do empreendimento onde trabalha. O exemplo utilizado no estudo é esclarecedor: o bibliotecário do IBGE é uma ocupação cultural, logo faz parte do setor cultural, mesmo que o IBGE não tenha uma atividade cultural como principal atividade econômica.

Remetendo ao conjunto dos ocupados do setor cultural, a SIIC destaca que o peso do total de ocupados se manteve relativamente estável em 5,7% entre 2014 e 2018, registrando ainda importantes diferenças regionais, como a maior proporção no sudeste e a menor no norte, além de crescimento no nordeste e queda no sul e centro-oeste. No entanto, em 2018 a maioria do setor cultural (56,2%) era formada por ocupados em atividades não culturais, sendo que o conjunto dos ocupados em atividades culturais e ocupações culturais representavam apenas 11,8% do setor cultural e os ocupados em atividades culturais (atividade principal do empreendimento) cujas ocupações não eram culturais respondiam por 32% do setor cultural<sup>298</sup>.

O estudo também permitiu detalhar outras informações em termos regionais. No ano de 2018, os maiores percentuais dos ocupados no setor cultural estavam nos estados que detinham as maiores economias, como São Paulo (7,1%) e Rio de Janeiro (6,8%). O estado do Ceará, apesar de compor do ponto de vista econômico um bloco intermediário, vem logo a seguir (6,4%). Por outro lado, os menores percentuais coincidiam com as menores economias: Rondônia (3,2%), Amapá (3,4%) e Acre (3,5%). Os maiores índices foram registrados nas capitais, com destaque para Florianópolis (10,4%), Manaus (9,1%) e São Paulo (9,1%)<sup>299</sup>.

O segundo aspecto trata da informalidade no setor cultural. Como observamos em capítulos anteriores, a participação dos trabalhadores formais na população brasileira reduziu consideravelmente ao longo deste século, fato ainda mais sentido no setor cultural. Entre 2014 e 2018 a informalidade no setor cultural avançou quase 7%, saindo de 38,3% (2,0 milhões) de trabalhadores para 45,2% (2,4 milhões de trabalhadores) em 2018. A redução dos níveis de formalidade no setor da cultura pode

---

<sup>298</sup> O SIIC demonstra que, entre 2014 e 2018, houve uma redução na população que trabalhava em atividade cultural e tinha uma ocupação cultural, de 641 mil para 617 mil trabalhadores. A população ocupada em atividades não culturais e que tinham ocupações culturais aumentou no mesmo período, de 2,7 milhões para 2,9 milhões de pessoas. Aqueles que tinham ocupações não culturais e trabalhavam em empreendimentos cuja atividade principal era cultural, reduziram de 1,9 milhão para 1,7 milhão de pessoas.

<sup>299</sup> Contrariando a dinâmica geral dos trabalhadores brasileiros, no setor cultural as pessoas brancas foram maioria em todo o período analisado, apesar do aumento da participação da população preta ou parda. Em 2018, brancos eram 52,6%, enquanto que pretos ou pardos, eram 45,7%. Se em 2014 a participação masculina era maior no conjunto de pessoas ocupadas no setor cultural, a partir de 2017 a participação feminina assumiu o primeiro posto (50,5%), superando uma característica histórica da maioria masculina na participação no mercado de trabalho em toda a série da PNAD Contínua (2014-2018). No que remete aos grupos de idades, a população ocupada na cultura, proporcionalmente, concentra mais jovens (14-24 anos) que a população ocupada nos demais setores da economia, ainda que a diferença tenha ficado próxima de 1% no ano de 2018. Do mesmo modo, a participação da população com 60 anos ou mais de idade na cultura foi maior que a participação no conjunto da economia, com diferenças variando entre 1 e 2 pontos percentuais no período.

ser observada em todas as regiões do país, sendo ainda mais acentuada na região norte (de 51,5% para 38,6%) e na região sudeste (de 66,8% para 58,3%). Cabe registrar o significativo avanço no setor cultural do trabalho por conta própria, seguindo a tendência geral da economia brasileira que ampliou de 23,2% em 2014, para 25,4% em 2018. No setor cultural, essa modalidade saltou de 32,5% para 44,0% em 2018, passando a ser, desde 2016, a posição na ocupação mais frequente no setor. Esse predomínio encontrava exceção somente na região sul, única na qual o empregado da cultura com carteira assinada tinha uma participação maior de pessoas (43,3%) do que o trabalho por conta própria (37,5%). O pico dessa modalidade foi registrado na região norte (46,4%).

O rendimento médio mensal real (levando em conta a inflação) do trabalho principal da população de 14 anos ou mais de idade ocupada em atividades culturais também foi analisado. Entre 2014 e 2018, a SIIC observou uma queda nominal de R\$ 2.391 para R\$ 2.193, redução de 8,5% contra 2,5% na média mensal da população ocupada no total das atividades produtivas. Com a expansão da informalidade nas ocupações culturais, o estudo constata um rebaixamento da remuneração recebida no setor cultural - historicamente superior devido ao nível de instrução<sup>300</sup> - e, conseqüentemente, a aproximação da remuneração média do total de ocupados. Uma possível consequência disso é o avanço do trabalho secundário. Além disso, se na população geral, entre 3,2% e 3,8% dos ocupados na série histórica possuíam mais de um emprego, a representatividade do trabalho secundário no setor cultural foi bem superior. Enquanto 5,7% (5,2 milhões) das pessoas ocupadas no trabalho principal em 2014 tinham sua atividade no setor cultural, no trabalho secundário o percentual representava 8,2% (240 mil pessoas), chegando a alcançar 8,6% em 2018 (300 mil pessoas, um aumento de 25,2% ante 2014).

A partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios, o SIIC apresenta algumas interessantes informações sobre a

---

<sup>300</sup> Como destaca a SIIC, entre 2014 e 2018 os trabalhadores do setor cultural apresentavam um nível de instrução mais elevado que o observado entre os ocupados no mercado de trabalho em geral. Em 2014, para a totalidade dos trabalhadores, 16,0% (14,7 milhões) possuíam nível superior completo; no setor cultural, 21,2% dos trabalhadores (1,1 milhão) o tinham. Em 2018, a diferença entre o nível de instrução dos trabalhadores do setor cultural e da totalidade dos trabalhadores se manteve, mas em ambos o nível superior cresce: enquanto 19,9% dos trabalhadores em geral, 18,4 milhões, possuíam nível superior completo, no setor cultural, esse percentual alcançou 26,9%, 1,4 milhão de trabalhadores

participação da administração pública no setor cultural<sup>301</sup>. Considerando as três esferas de governo, o estudo constata que as despesas do setor alcançaram apenas 0,2% dos gastos públicos no ano de 2018<sup>302</sup>. Além disso, se observa a redução da participação em todas as esferas governamentais do setor cultural entre 2011 e 2018 (redução da participação da despesa com cultura de 0,28% para 0,21%), com destaque para a queda na participação dos estados e municípios. Até mesmo estados com gastos representativos em 2011 (como São Paulo e Bahia) reduziram consideravelmente as despesas em 2018. Sem perder o posto de principal ente no que diz respeito ao total de gastos públicos com cultura, os municípios também apresentaram reduções significativas. Analisando as despesas por subfunções se constata que mais da metade da participação esteve concentrada na difusão cultural - projetos ligados ao fomento da cultura e ao funcionamento de equipamentos culturais -, registrando entre 61,4% em 2011 e 57,4% em 2018. Na sequência vem a administração geral dos órgãos ligados à cultura e de promoção comercial e investimentos ligados ao setor audiovisual responsáveis por 30,2% das despesas em 2011, avançando para 36,0% em 2018.

Dada as características do financiamento da cultura no país, consideramos importante mencionar a distribuição percentual do valor captado para aplicação em projetos culturais. Os incentivos fiscais à cultura (mecanismo criado para atrair recursos da iniciativa privada para o apoio a projetos culturais) recuaram 2,3% em valores nominais (de R\$ 1,325 bilhões em 2011, para R\$1,295 bilhões em 2018), montante que em 2018 representava cerca de 14% da despesa total das três esferas. Cabe destacar que boa parte do recurso captado se concentrou na região sudeste e sul do país (90%), com destaque para São Paulo (46,8% dos recursos em 2018) e Rio de Janeiro (18,6%), apesar da perda neste último de 26,5% em 2011.

---

<sup>301</sup> De acordo com a SIIC (IBGE, 2019, p. 88) “a produção não mercantil da administração pública é, por convenção, medida pelos custos de produção por não ser objeto de transação no mercado. Sendo assim, nesta análise sobre a participação do governo no setor cultural serão utilizadas as informações do período de 2011 a 2018 sobre despesas orçamentárias das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) com a administração, operação e suporte dos órgãos encarregados pela difusão da cultura, preservação do patrimônio histórico e os de promoção das artes, além de dados relativos à captação de recursos por produtores culturais pelo mecanismo de incentivo fiscal (mecenato).”

<sup>302</sup> De acordo com informações extraídas do site da Auditoria Cidadã da Dívida (<https://auditoriacidadada.org.br>), entre 2011 e 2019, enquanto os juros e amortizações da dívida consumiram de 700 bilhões a mais de 1 trilhão do PIB brasileiro (38-45% do PIB brasileiro), foram destinados ao Desporto e Lazer entre 0,01-0,04% e à Cultura entre 0,02-0,04%. Considerando apenas o ano de 2019, a soma de ambos ficou em 0,09%.

Demonstradas as principais tendências que atuam sob aqueles que caracterizamos como sendo os trabalhadores do lazer nesse início de século, passamos agora para um conjunto de considerações gerais sobre o lazer da população brasileira.

#### **4. “Tempo livre” e o lazer do trabalhador brasileiro no século XXI**

São raras as pesquisas específicas sobre o uso do tempo no Brasil. Esse fato é demonstrado num estudo recente realizado no país, o artigo *Tendências na alocação do tempo no Brasil: trabalho e lazer*<sup>303</sup> (BARBOSA, 2018). Nele são apresentadas as tendências na alocação do tempo de homens e mulheres com idade de 24 a 64 anos no Brasil, entre 2001 e 2015, permitindo algumas considerações sobre a evolução das jornadas semanais de trabalho no mercado e em afazeres domésticos, além do tempo semanal dedicado ao lazer nas duas primeiras décadas deste século.

Antes de apresentarmos as conclusões deste e de outros estudos, porém, devemos fazer algumas observações preliminares. A tentativa de compreender o lazer baseado apenas em dados estatísticos incorre frequentemente numa compreensão residual do objeto ou daquilo que ele supostamente não seria, um tempo dedicado ao

---

<sup>303</sup> Serviu de base para esse artigo o texto para discussão n. 2416, da mesma autora, intitulado *Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

trabalho (remunerado e não remunerado)<sup>304</sup>. O entendimento adotado no estudo acima citado, por exemplo, compreende o tempo de lazer como sendo a dotação do tempo semanal individual (168 horas semanais), menos as horas normalmente trabalhadas no mercado por semana (incluindo o tempo semanal gasto no deslocamento de casa para o trabalho) e as horas semanais habitualmente dedicadas aos afazeres domésticos.

Como observa Lukács (2012, p. 195), o chamado método estatístico é constituído ontologicamente pelos movimentos singulares e pelo processo global formado por tais movimentos e, portanto, pressupõe “certa não dedutividade dos casos singulares”, dada a necessidade de sua respectiva totalidade, e a “não sintetizabilidade de cada totalidade a partir dos meros movimentos singulares”. Sendo assim, a independência absoluta dos complexos singulares no caso do ser social só pode resultar na sua representação fetichizante-idealista, como por exemplo, na concepção que sustenta o elemento econômico como algo indiferente à nossa existência. De outro modo, é preciso tomar a sociedade não apenas como o homem “enquanto complexo peculiarmente determinado”, mas constituída por

[...] complexos parciais que se cruzam, se articulam, se combatem etc. reciprocamente, como é o caso das instituições, das uniões de homens socialmente determinadas (classes), que, precisamente por causa de suas dimensões existenciais diversas e heterogêneas, podem exercer,

---

<sup>304</sup> Reproduzimos um trecho da autora que detalha essa compreensão: “Em geral, os estudos empíricos distinguem quatro categorias de tempo (ROBINSON; GODBEY, 1999): trabalho remunerado; afazeres domésticos e cuidado da família; tempo pessoal; e tempo livre (ou lazer). O primeiro tipo é associado ao tempo contratado e dedicado ao trabalho vinculado ao mercado e, neste caso, são consideradas todas as atividades realizadas no local de trabalho. O segundo (tempo comprometido) cobre todas as atividades em afazeres domésticos, cuidado de filhos e dependentes, compras para casa, entre outras. A literatura recente sobre o tema tem reconhecido que este segundo tipo precisa ser adicionado ao trabalho remunerado (ROBINSON; GODBEY, 1999). Assim, a maior parte das atividades economicamente produtivas pode capturar os dois tipos de trabalho em uma sociedade: o remunerado e o não remunerado. A terceira categoria de tempo refere-se às necessidades biológicas do ser humano e inclui atividades como dormir, comer e as de higiene pessoal. Trata-se de um tempo dedicado a atividades funcionais e de cuidados pessoais que todos os indivíduos precisam para viverem de forma efetiva em uma sociedade. Há, obviamente, um grau de flexibilidade ou elasticidade dessas atividades, na medida em que muitas delas têm uma Qualidade discricionária motivada tanto pela busca do prazer quanto pelo estilo de vida. A quarta e última categoria – tempo livre – envolve as atividades restantes e as que presumidamente **envolvem a escolha total do indivíduo**. Tais atividades englobam não só as culturais, de sociabilidade e hobbies, por exemplo, mas também atividades de ‘semilazer’, como a educação de adultos, e atividades ligadas à religião, entre outras instituições/organizações.” (BARBOSA, 2018, p. 7, *grifo nosso*). A autora ainda remete às tentativas de esmiuçar esse tempo residual: “Divisões do lazer em Aguiar e Hurst. 1) atividades que geram utilidade direta ao consumidor (tempo dedicado a entretenimento/ atividades sociais e de recreação ativa); 2) atividades que geram utilidade direta ao consumidor e podem servir de insumos intermediários, como aquelas fisiológicas/biológicas e de cuidados pessoais; 3) atividades que geram utilidade direta ao consumidor e servem como insumos intermediários e tempo gasto diretamente no cuidado primário e educacional dos filhos; 4) e tempo não dedicado a atividades do trabalho em mercado e ao trabalho em afazeres domésticos.” (*Idem*, 2018, p. 8, *grifos nossos*).

em suas inter-relações reais, uma influência determinante sobre o processo em seu conjunto. Isso faz com que surjam para o conhecimento dos processos em sua totalidade, das interações dos seus momentos decisivos, múltiplas complicações.

Obviamente que a ciência orientada para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, deve se esforçar para investigá-la com métodos cada vez mais aperfeiçoados. Como observa Lukács (2012), se a ciência não pode ou conscientemente não deseja ir além desse nível, em última análise, sua atividade se converte numa simples manipulação dos fatos limitada a sustentar a *práxis* no sentido imediato. Atento aos cruzamentos e articulações dos homens socialmente determinados, adentramos nesse conjunto valioso de dados, embora problemático<sup>305</sup>.

O estudo feito por Barbosa (2018) constata que, entre 2001 e 2015, os homens ainda desfrutavam de mais horas de lazer do que as mulheres, apesar da pesquisa registrar uma tendência de diminuição dessa diferença no país. Além disso, ambos apresentaram um aumento no número de horas de lazer durante a série histórica. No caso dos homens, houve um acréscimo de quatro horas dedicadas ao lazer por semana, produto da redução das horas dedicadas ao mercado de trabalho (de 44 para 39 horas, entre 2001 e 2015) e de um tímido aumento nas horas dedicadas aos afazeres domésticos, passando de uma média de 49 para 45 horas totais de trabalho. As mulheres, por sua vez, apresentaram variações entre 23 e 24 horas semanais dedicadas ao mercado de trabalho e uma diminuição das horas dedicadas ao trabalho doméstico (de 31 para 24 horas semanais), resultante de transformações nos comportamentos e normas sociais<sup>306</sup>, indo de 54 para 47 horas totais, que produziram uma elevação de sete horas dedicadas ao lazer por semana. Curiosamente, cabe observar que o aumento do tempo dedicado ao lazer prevaleceu entre homens e mulheres com menor qualificação (ensino superior incompleto), solteiros e sem filhos.

É preciso registrar que faltam estudos que permitam ampliar de modo consistente a investigação para além de meados da segunda década do século XXI. A segunda edição do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no*

---

<sup>305</sup> Para não comprometer a exposição dos dados, muitas das nossas considerações serão apresentadas na forma de notas de rodapé.

<sup>306</sup> A autora faz referência a outros estudos que afirmam que mulheres com maiores chances de receber salários superiores ao marido participam menos da força de trabalho, além de estarem mais submetidas a um salário efetivo menor do que o potencial, a jornadas menores e a informalidade. Mesmo nestes casos, o peso das normas e convenções de gênero atribuem mais horas de trabalho doméstico para as mulheres.

*Brasil* (IBGE, 2021a) possibilita algumas aproximações pontuais. Baseado na PNAD-C de 2019, a média de horas semanais trabalhadas por sexo, considerando trabalho remunerado e demais afazeres (carga total de trabalho), ficou em 51,2 horas para homens e 54,3 horas para mulheres. Considerando o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade por semana, a desigualdade fica ainda mais evidente. A pesquisa indica que as mulheres dedicavam quase o dobro de tempo que os homens a este conjunto de tarefas, sendo 21,4 horas para mulheres, contra 11 horas semanais. Esse fato impacta na forma de inserção das mulheres no mercado de trabalho, marcadas pela necessidade de conciliação da dupla jornada entre trabalho remunerado e não-remunerado e que se reflete no maior peso delas entre as pessoas ocupadas em trabalho parcial no ano de 2019 (1/3 do total ocupadas até 30h).

Ainda que os estudos partam de dados obtidos com metodologias distintas (PNAD x PNAD-C), e no caso do segundo (IBGE, 2021a), que não apresente um cálculo daquilo que Barbosa (2019) e outros autores denominam “horas residuais”, tudo indica que houve uma importante redução nas horas de lazer desde a segunda década deste século.

Outro estudo, este publicado em livro organizado por Stoppa e Isayama (2017), a partir de uma pesquisa financiada pelo Ministério do Esporte, buscou investigar as “representações e concretizações das vivências cotidianas do lazer”<sup>307</sup>. Além de também destacarem a carência de estudos com esse recorte, o livro reuniu um vasto conjunto de dados sobre o lazer do brasileiro com o objetivo de subsidiar “o planejamento, a execução, o monitoramento, a avaliação de políticas públicas, bem como outros elementos que possam contribuir com novos estudos e pesquisas” (2017, p. 4), a partir de três grandes questões: O que o brasileiro faz como lazer? O que gostaria de fazer, mas não faz como vivência de lazer? E por que não o faz? Para encontrar respostas a estas questões o estudo recorreu aos dados do último censo demográfico

---

<sup>307</sup> Foram realizadas entrevistas com base num questionário estruturado (perguntas abertas e fechadas) de brasileiros maiores de 7 anos - o que em si já pressupõe uma compreensão do lazer devinculada do trabalho -, seguindo cotas de sexo, idade, escolaridade e renda, distribuídas proporcionalmente nas macrorregiões, em todas as unidades da federação, em cidades previamente sorteadas para compor a amostra. Não encontramos no livro qualquer referência ao período em que as entrevistas foram realizadas. Num artigo baseado no mesmo estudo (UVINHA et. ali. 2017) consta que toda pesquisa foi realizada entre 2012 e 2014. Por fim, em diferentes momentos o estudo demonstra assumir como pressuposto a definição de lazer proposta por Marcellino (1990, p. 31), que o toma “como a *cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’*”.

produzido pelo IBGE (2010) e da classificação de interesses culturais elaborada por Dumazedier<sup>308</sup> - físico-esportivos, sociais, artísticos, manuais e intelectuais -, acrescentando ainda os interesses turísticos<sup>309</sup> e o ócio. Dada a enorme gama de informações disponibilizadas pela pesquisa, apresentamos um recorte com aquilo que julgamos serem as principais características observadas e que devem, de algum modo, orientar as tendências do lazer neste século<sup>310</sup>.

Como observam Bahia e Brito (2017, p. 99, grifos nossos), “desvendar o que as pessoas escolhem para fazer no *fim de semana* é um indicador importante para conhecer quais são suas escolhas no tempo disponível que dispõem atualmente”<sup>311</sup>. Analisando os dados da pesquisa, Gruber e Stoppa (2017) apresentam que os conteúdos mais mencionados na zona urbana foram, respectivamente, o social (58,1%), os físico-esportivos (37,7%), o turístico (34,2%), o artístico (14,2%), o intelectual (3,5%) e o interesse manual (1,1%). Na zona rural os interesses se distribuem de maneira mais equilibrada, mas com maior destaque para o conteúdo social (6,2%). Soutto Mayor e Isayama (2017) observam que o interesse social está presente em todas as categorias e

---

<sup>308</sup> cf. *Sociologia empírica do lazer* (1979).

<sup>309</sup> cf. *O que é lazer* (CAMARGO, 1986).

<sup>310</sup> Para além da importância de se ter uma pesquisa de abrangência nacional, consideramos que o estudo possui algumas limitações. Os limites se revelam, por exemplo, quando alguns dos capítulos (p.x. BAHIA; BRITO, 2017) constatam que ao serem questionados sobre o que gostariam de fazer nas férias, 36,8% dos entrevistados indicaram o ócio, porém, sem maiores pistas que permitam o esclarecimento sobre o seu sentido e outros 29,6% não sabem ou não responderam. Desse modo, boa parte das respostas (mais de 2/3, neste caso) pouco contribuem para a melhor compreensão do objeto. Outro importante limite, de natureza muito mais profunda, corresponde a um pressuposto que aparece claramente no capítulo escrito por Soutto Mayor e Isayama (2017, p. 19-20). Nele a realidade em si é considerada algo inapreensível: “De fato, pensar o lazer exige a busca por um tempo e um contexto particular ou, como ponderou Williams (2003), por uma estrutura de sentimentos demarcada pela cultura de um período e pelo resultado vital específico dos elementos de sua organização geral. Tarefa que, segundo o autor, permite apenas uma aproximação, tendo em vista que a realidade em si é inapreensível. No entanto, a combinação de incursões teóricas com elementos empíricos rigorosamente trabalhados pode possibilitar que essa aproximação seja capaz de fornecer dados de grande relevância para o exercício de compreensão do contexto estudado.”. Ainda que os autores remetam à “aproximação” possível - com a qual temos pleno acordo, considerando que o conhecimento do real, na forma de um concreto pensado, só pode ser produto de sucessivas aproximações -, se o real e suas possibilidades são inapreensíveis, identificar nelas contradições que permitam transformá-la radicalmente seria impossível, restando apenas espaço para eventuais reformas no melhor dos casos. Deixemos a indicação de outras limitações para a sequência do texto.

<sup>311</sup> Essa afirmação tem como pressuposto o fato óbvio de que a maior parte do tempo das pessoas - sobretudo dos trabalhadores empregados - é consumido pelas atividades que englobam o trabalho remunerado (assalariado) e não remunerado, incluindo os deslocamentos. Existe um capítulo no mesmo livro, intitulado *Relações com o trabalho*. Como boa parte das observações indicadas por Barbosa (2019) reaparecem nele, nos limitamos a essa nota de rodapé. Além disso, o texto traz uma série de apontamentos sobre o pensamento de Marx - extraídas de uma leitura mediada pelas interpretações de Suzana Albornoz - que se chocam com a interpretação que apresentamos nos capítulos anteriores.

intercruzamentos<sup>312</sup> (sexo, estado civil e escolaridade), embora muito maior entre as mulheres entrevistadas (70,9%). Pedrão e Uvinha (2017), considerando as classes sociais exclusivamente como faixas de renda, observam que a classe A1 é a única na qual as atividades turísticas aparecem como as mais praticadas no fim de semana, enquanto nas demais predominam o conteúdo social do lazer<sup>313</sup>.

A respeito do peso dos conteúdos sociais do lazer nos fins de semana, Bahia e Brito (2017) sugerem a existência de uma predisposição para o convívio social, manifestação de uma necessidade humana. Porém, como observam os autores, está em curso na maioria das cidades uma redução dos espaços públicos que poderiam possibilitar isso. Retomaremos a esse ponto mais adiante.

Soutto Mayor e Isayama (2017) destacam a relação existente entre os interesses físicos-esportivos terem sido privilegiados nas políticas públicas desde a década de 1970 no país - como demonstra a sucessão de programas governamentais (*Esporte para Todos, Mexa-se, Lazer Ativo, Esporte e Lazer na Cidade*, etc.) e o esporte como conteúdo dominante na educação física escolar -, e a grande adesão a esse conteúdo no “tempo livre”, sobretudo por homens (64% dos entrevistados). Embora os autores destaquem aspectos conjunturais, não existe uma tentativa de refletir sobre as razões que fizeram do esporte o conteúdo dominante na cultura corporal, tal como feito por Valter Bracht, por exemplo<sup>314</sup>.

Soutto Mayor e Isayama (2017) observam a pouca menção dos entrevistados às práticas relacionadas ao conteúdo artístico, manual e intelectual. Para

---

<sup>312</sup> Pedrão e Uvinha (2017) desdobram algumas destas informações a partir da categoria raça. Quando questionados sobre as atividades de lazer exercidas no tempo livre, neste caso *durante a semana*, os participantes que se declararam indígenas apresentaram um empate entre atividades artísticas e ligadas ao ócio (24,9%). Já os autodeclarados amarelos se distinguiram dos brancos, pretos e pardos por apresentarem grande preferência pelo conteúdo artístico (18,3%).

<sup>313</sup> Baseados no critério de classificação econômica da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (Abep), Pedrão e Uvinha (2017, p. 43) destacam como mesmo nas atividades de lazer realizadas *durante a semana* o conteúdo turístico sobressai numa faixa em particular: “a classe A1 apresenta um empate entre atividades de conteúdo físico-esportivo e turístico. As classes A2, B1, B2, C1, C2 e D apresentam como interesse principal o conteúdo físico-esportivo. Já a classe E apresenta como preferência as atividades ligadas ao ócio, o que pode ser resultado da influência da classe social dos indivíduos sobre sua apropriação do tempo livre.” Entendemos que ao optar por uma classificação baseada em faixas de renda são diluídas diferenças fundamentais, tal como renda e capital. Ou seja, perde-se a oportunidade de compreender precisamente como se efetiva o lazer na sociedade, tendo como critério as relações sociais de produção e a apropriação da riqueza social, que tenha em conta a posse dos principais meios de produção, a pequena propriedade no caso das classes intermediárias, a exclusiva capacidade subjetiva de trabalho (força de trabalho) ou mesmo a situação daqueles que dela pouco ou nada dispõem (o lumpesinato), etc.

<sup>314</sup> *cf. Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. A esse respeito, recomendamos o capítulo intitulado *A gênese do esporte moderno*.

os autores isso pode ser atribuído aos problemas que afetam a educação escolar no país, responsável por “uma seleção de saberes muito preocupada com um pragmatismo profissional pautado pelas exigências do mundo do trabalho e pouco sensível a outras dimensões da experiência humana” (2017, p. 24). O estudo ainda identifica que a população analfabeta<sup>315</sup>, de ambos os sexos, foi a que apresentou os menores percentuais relacionados aos interesses artísticos, turísticos e intelectuais.

De outro modo isso também apareceu no capítulo escrito por Pedrão e Uvinha (2017), quando assinalaram o predomínio de uma visão reducionista do lazer. Para a maioria das pessoas (77,9%), o lazer está associado ao divertimento, seguido de longe pelo descanso (20,5%) e pelo desenvolvimento pessoal (0,3%)<sup>316</sup>. Além disso, os autores concluem que, quanto maior o nível de escolaridade dos entrevistados, mais amplas são as preferências entre as opções de lazer<sup>317</sup>. Ainda que Soutto Mayor e Isayama (2017) indiquem que a qualidade da educação escolar está na raiz da pouca referência dos entrevistados aos conteúdos artístico, manual e intelectual, consideramos que a distribuição geográfica dos equipamentos culturais pelo país é outro fator que

---

<sup>315</sup> Aproveitamos essa nota para acrescentar algumas considerações sobre a imprecisão da categoria ócio tal como aparece na pesquisa. Muitas mulheres disseram se dedicar ao ócio nos fins de semana. Mesmo admitindo que essa escolha, em circunstâncias bastante específicas, possa ser pautada pelo próprio desejo da pessoa, de acordo com os dados da pesquisa parece existir uma estreita relação entre a ausência de instrução e a falta de acesso a outros conteúdos do lazer. Como observam Soutto Mayor e Isayama (2017), é latente que a vivência dos interesses culturais está relacionada com as possibilidades de educação, institucionalizadas ou não. Por outro lado, a constatação de que 3% dos homens que se declararam analfabetos manifestaram o desejo de exercer alguma atividade relacionada ao interesse intelectual, percentual maior que nos demais níveis de instrução, evidencia a histórica miséria educacional brasileira.

<sup>316</sup> Cabe mencionar que nos estudos do lazer, particularmente nos debates sobre as preferências, orbita com alguma frequência uma espécie de responsabilização dos indivíduos, como se a escolha fosse simplesmente resultado da não compreensão dos sujeitos sobre o “uso do tempo livre como uma possibilidade de usufruto do seu tempo livre/tempo de lazer” ou por não priorizá-lo, ambos vinculados a uma suposta baixa “ressonância social do lazer”, fator que impediria a percepção da importância do lazer e de relacioná-lo “como um direito básico de felicidade, prazer e realização” (BAHIA; BRITO, 2017, p. 103). Parece problemático centrar a questão no indivíduo, ainda mais sem sequer mencionar as contradições que envolvem os conflitos entre as duas principais classes no capitalismo e no próprio lazer, produto típico de uma sociedade baseada na exploração da massa de trabalhadores assalariados, que busca velar ao máximo a historicidade das relações sociais e imbuí-las de naturalidade, até mesmo quando negados direitos elementares aos produtores de toda a riqueza social.

<sup>317</sup> Para Pedrão e Uvinha (2017, p. 46): “Torna-se, assim, tarefa árdua – porém não impossível – a conquista da diminuição das desigualdades de escolaridade. Tal cenário poderia trazer uma consequente diminuição das disparidades de renda, garantindo, dessa maneira, uma amenização do abismo entre as classes sociais bem como das diversidades relativas à cor e à raça.” Sem ir a fundo nas relações entre valor da força de trabalho - expresso na forma do valor do salário - e o nível de qualificação da mesma, tão importantes para o capital e, conseqüentemente, para a produção do valor, os autores vão na contramão daquilo que é cada vez mais evidente, produto da própria dinâmica capitalista: a concentração da riqueza em poucas mãos - apesar das variações de renda - e o aumento da disparidade entre as classes sociais.

precisa ser melhor considerado, principalmente quando se propõe analisar as preferências relacionadas ao lazer.

A SIIC (IBGE, 2019a) detalhou a dinâmica de distribuição dos equipamentos culturais e meios de comunicação nos municípios, recorrendo ao estudo Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC-IBGE). Considerando uma série histórica iniciada em 1999, o estudo observa uma queda generalizada na capilaridade geográfica dos equipamentos e meios de comunicação entre 2014 e 2018 e um crescimento da presença dos equipamentos tradicionais, como bibliotecas, museus, teatros, rádios e cinemas nos municípios até 2014, mas com queda também a partir de 2018, ambas possivelmente relacionadas aos impactos da crise econômica em curso no país.

As diferenças regionais e entre grupos populacionais, uma vez mais, se revelam importantes. A maior população vivendo em municípios sem museus, teatros e salas de espetáculo, cinemas, Rádio AM ou FM local e provedor de *internet* estão concentradas nas regiões norte e nordeste. Ainda sobre o ano de 2018, o estudo conclui que 35,9% das crianças e adolescentes brasileiros viviam em municípios sem museus, 34,6% sem teatros ou salas de espetáculo e 43,8% em municípios sem cinemas<sup>318</sup>. De acordo com o estudo, esse fato é especialmente preocupante, considerando que o contato com os equipamentos culturais durante a infância - espaços de transmissão de cultura, aproximação com as ciências, educação, entretenimento etc. - possibilita o desenvolvimento do interesse ao longo da vida. Apesar da relevância destes aspectos nas escolhas relacionadas ao lazer, como demonstraremos a seguir, as principais barreiras apresentam estreita relação com a forma de organização social capitalista.

Quando considerado o que os brasileiros gostariam de realizar no lazer mas não o fazem, as respostas são significativamente diferentes (SOUTTO MAYOR; ISAYAMA, 2017). Os interesses sociais foram muito menos lembrados (8,8% dos homens e 10,6% das mulheres), ocorrendo algo semelhante com o interesse físico-esportivo entre os homens (25,4%). Quem assumiu o primeiro posto foi o interesse turístico, escolhido por 41,3% dos homens e 47,8% das mulheres. Como observado pelos autores, a causa principal para as mudanças apontadas pelos

---

<sup>318</sup> Em 2018 o percentual de crianças e adolescentes com menor acesso potencial eram dos estados do Maranhão (23,6%) e Tocantins (36,7%). Os maiores estavam no Distrito Federal (100,0%), São Paulo (85,0%) e Rio Grande do Sul (82,8%).

entrevistados foram dificuldades relacionadas ao “tempo disponível”, seguido pelas barreiras socioeconômicas<sup>319</sup>. No que tange ao último, as mulheres se revelaram as mais afetadas, independente do estado civil e da escolaridade. No caso da barreira do tempo, por sua vez, o entrave para a realização das atividades de lazer evoluiu conforme se avança o nível de escolaridade<sup>320</sup>, novamente impactando mais as mulheres, historicamente submetidas à dupla ou tripla jornada. Para os autores, esse estado de coisas seria produto da

[...] configuração da sociedade atual que reverbera o já antigo valor adquirido pelo trabalho, somado ao aumento do tempo destinado a ele, que, a despeito das conquistas trabalhistas de regulamentação da jornada diária, parece aumentar tendo em vista as novas (e incessantes) necessidades de consumo e as novas tecnologias empregadas. É perceptível, atualmente, a recorrência a vários empregos ou ao aumento da jornada de trabalho para melhorar a condição salarial, objetivando não apenas à garantia de condições mais dignas de subsistência, mas também, e cada vez mais, à inserção nos novos padrões sociais incentivados pelo mercado. (SOUTTO MAYOR; ISAYAMA, 2017, p. 32).

Como tentamos demonstrar nos capítulos anteriores, mudanças na forma do trabalho e em sua organização como as constatadas pelos autores atuam no sentido de preservar características que estão na base dessa forma de sociedade. Estas observações também são válidas para o caso da opressão de gênero, processo que possibilita a um só tempo, pagar salários mais baixos às mulheres, assegurar a reprodução da força de trabalho de toda a família por meio do trabalho doméstico (não remunerado) e viabilizar novas gerações de trabalhadores (cuidados com os filhos), que possibilitam elevar o grau de exploração da capacidade subjetiva de trabalho. Algo semelhante deve ser considerado no caso das opressões motivadas por raça, etnia, orientação sexual, etc. Iniciativas que buscam a ampliação da produtividade do trabalho, seja pela extensão da jornada de trabalho e/ou intensificação possibilitada por incrementos organizacionais e tecnológicos atuam do mesmo modo. Sendo assim, muito mais do que apenas

---

<sup>319</sup> Pedrão e Uvinha (2017) considerando a categoria raça, constatam que a principal barreira apontada para a prática de atividades relacionadas ao interesse turístico durante o tempo livre, entre brancos e pardos foi a falta de tempo e, entre amarelos, pretos e indígenas foi a falta de dinheiro.

<sup>320</sup> Homens e mulheres que cursam ou possuem ensino superior foram os que mais apontaram o fator “tempo” como barreira, evidenciando que as obrigações profissionais de nível superior impactam negativamente a disponibilidade do tempo.

características da “configuração atual da sociedade”, são tendências que acompanham essa forma social desde sua origem. A solução para isso implica numa tomada de posição, a defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora em detrimento dos interesses do capital, tarefa absolutamente indispensável para a superação dessa forma de organização social.

Bahia e Brito (2017), por sua vez, observam que parte dos trabalhadores se veem impelidos a vender o período de férias e estender a jornada de trabalho para suprir necessidades elementares ou alcançar os “sonhos de consumo”. Porém, incorrendo em erro semelhante, não vão além da afirmação de que “a redução da jornada e o direito ao trabalho voltam ao cenário como principal bandeira social”, deixando de notar que mesmo estas bandeiras possuem uma natureza tática para os trabalhadores, por mais importantes que sejam, uma vez que nenhum estágio do capital contemplou o pleno emprego em nível global, além de desconsiderar a tendência a compensar perdas oriundas da redução da jornada com o aumento da intensidade do trabalho, ampliação do exército industrial de reserva<sup>321</sup>, precarização, redução do salário real etc, sob a justificativa de “recuperar a economia”, sobretudo, mediante os efeitos de crises econômicas periódicas. Estas são algumas das razões para que se assuma o desafio de pensar as táticas em articulação com uma estratégia de classe, um projeto socialista de sociedade, no qual os próprios trabalhadores possam definir os rumos e organizar a fruição da riqueza de maneira generalizada<sup>322</sup>.

Ao invés de refletir sobre o lazer pautado por preocupações dessa natureza, o que encontramos é a afirmação de um paradoxo no lazer atual (PEDRÃO; UVINHA, 2017). No entanto, embora o lazer compreenda formalmente um direito social no país, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e nas diferentes constituições estaduais e municipais, presenciamos a ampliação dos antagonismos de classe, parcialmente expressos nas diferenças de renda e de disposição de tempo, mas que encontram fundamento no modo como ocorre a apropriação da riqueza produzida

---

<sup>321</sup> Para Bahia e Brito (2017, p. 105), se trata de um “crescimento **contingencial** do desemprego e/ou do trabalho precarizado”. Qualquer definição que se adote para o adjetivo contingência - possibilidade de que algo se realize ou não, de teor temporário, momentâneo ou algo que ocorre imprevista e inesperadamente - foge daquilo que se desenvolveu com o desemprego ou com a precarização no capitalismo contemporâneo. Os problemas indicados pelos autores, como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores, possuem raízes menos aparentes.

<sup>322</sup> Uma síntese da aplicação desse entendimento é oferecida por Lenin em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1920). Sobre o desenvolvimento das categorias tática e estratégia no pensamento do revolucionário russo, sugerimos o artigo intitulado *Tática e estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito*, escrito por Pazzelo e Ferreira (2017).

socialmente, barreira definitiva para o acesso e fruição dos chamados conteúdos culturais do lazer e, de modo mais geral, do patrimônio cultural historicamente produzido pela humanidade. A existência de indivíduos isolados que eventualmente consigam subverter essa lógica, apenas confirma a condição de excepcionalidade. No contexto brasileiro, no qual se avolumam características neocoloniais, sequer iniciativas com implicações mínimas para o orçamento, como as Conferências nacionais de esporte e lazer, foram capazes de delinear efetivamente um Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Esse processo se mostra ainda no recuo dos equipamentos e recursos públicos e no avanço das empresas privadas<sup>323</sup> que impulsionam o lazer-mercadoria à condição de forma dominante, processo que reafirma a existência de uma pirâmide do acesso ao lazer, como sugerido por Mascarenhas (2005), inclusive em termos de distribuição geográfica dos equipamentos públicos, com a centralização em áreas valorizadas e escassez nas periferias das cidades<sup>324</sup> (GRUBER; STOPPA, 2017).

---

<sup>323</sup> São Paulo, a cidade mais populosa da América Latina é um caso exemplar. De acordo com Prieto e Laczynski (2020), pequenos e poderosos grupos têm se apropriado ainda mais das principais políticas públicas da cidade, convertidas em esquemas lucrativos e privados que implicam no avanço da mercantilização dos serviços públicos, resultando em maiores barreiras para o acesso da população a cultura, arte e lazer. João Dória Júnior foi eleito prefeito em 2016, divulgando amplamente desde a campanha a intenção de promover em várias frentes processo de privatizações e/ou concessões na cidade de São Paulo. Pouco tempo depois, no ano de 2017, um curto vídeo exibido para investidores estrangeiros em Dubai, deixou claro que não se almejava comercializar apenas a imagem da cidade ou fragmentos dela, mas vendê-la em sua totalidade. As políticas de privatizações revelam que o eixo não foi desonerar o município e menos ainda servir ao interesse público. Algo semelhante pode ser dito sobre as tão aclamadas doações “desinteressadas” do empresariado ao município. Para Prieto e Laczynski (2020), no caso das concessões, parte delas ainda foram vinculadas ao fomento do turismo, meio para atrair possíveis investidores, um tipo elitista de “venda da experiência”. Embora tenham sobrado críticas pela falta de estudos sobre os impactos econômicos, políticos e sociais destas iniciativas, espaços públicos foram cedidos por décadas para a iniciativa privada. Nem mesmo o mais importante parque da cidade, o Parque do Ibirapuera, ficou de fora, trazendo insegurança para a vida de trabalhadores e usuários. O prefeito Bruno Covas, dando sequência ao trabalho do antecessor, apresentou um novo pacote de editais e leilões que incluiu o Campo de Marte - aeroporto frequentemente utilizado em eventos abertos de massa -, a expansão Wifi SP, o autódromo de Interlagos, os mercados Santo Amaro, Paulistano e Kinjo Yamato, o Estádio do Pacaembu, parques, pátios, a SPTuris, etc. Essa venda da cidade reflete o que os autores denominam ser a terceira fase do neoliberalismo no país e no mundo, o estágio mais radicalizado, manifestação do ultra-neoliberalismo urbano.

<sup>324</sup> Gruber e Stoppa (2017, p. 83), apoiado em diferentes autores, apresentam algo que parece ser um consenso nos estudos do lazer: “De acordo com Marcellino (2008), se o espaço de lazer e suas vivências são privilégios de poucos, a sua democratização não pode ficar na dependência da construção de outros equipamentos específicos de lazer, mas na conservação dos espaços de lazer já existentes, bem como sua divulgação, além da revitalização do patrimônio ambiental urbano e a manutenção dos espaços vazios, enquanto espaço de convivencialidade[...]”, associado a “um sistema de animação cultural eficiente, a fim de garantir, além do descanso e divertimento, o desenvolvimento pessoal e social dos participantes por meio da realização das atividades de lazer (Marcellino, 2002; Dumazedier, 1980b; Melo; Alves Junior, 2003). Além disso, é de se destacar a importância dos equipamentos não específicos de lazer, que, dentro de uma política na área, devem ser devidamente adaptados para o desenvolvimento de ações específicas em qualquer um dos conteúdos do lazer, além da manutenção e valorização dos espaços vazios da cidade enquanto possibilidade de encontro e convívio humano, bem como revelador de diferenças e conflitos (Marcellino, 2001, 2008; Barbuy, 1980; Camargo, 1979).”. Considerando a desigualdade na distribuição dos equipamentos culturais - e também dos agentes culturais e das políticas públicas -, não se pode desconsiderar que, concepções que enfatizam os benefícios de certas medidas improvisadas, ainda que

Bahia e Brito (2017, p. 107), recorrendo aos dados da mesma pesquisa, identificam nesse conjunto de problemas uma "metamorfose no entendimento da noção de direito, com o direito de propriedade contraditando com os direitos sociais, com o direito do consumidor sobrepondo-se aos chamados direitos de cidadania". No entanto, para que isso pudesse configurar uma metamorfose, seria preciso que o lazer ao menos tivesse efetivamente assumido a condição de direito social em algum momento da história do país, algo generalizado para o conjunto da população brasileira.

O processo histórico brasileiro, que inclui o reconhecimento formal do lazer como direito social apenas em 1988, foi sucedido por uma crescente ofensiva contra todo tipo de política social, permitindo afirmar que não tivemos o lazer consolidado como direito social plenamente generalizado, ainda que tenham sido desenvolvidas importantes políticas de cultura, esporte e lazer em todos os níveis da federação neste século. Os sucessivos cortes no orçamento da fração dedicada às políticas sociais, em detrimento do rigoroso pagamento de juros e despesas da dívida, conforme definido na EC 95, escancarou o *modus operandi* da burguesia e do Estado brasileiro. Diante da incontornável intersetorialidade que caracteriza o lazer é possível deduzir que o setor caminha entre a privatização e o dilaceramento das políticas sociais.

Mediante a carência de equipamentos, espaços e políticas, o espaço da "casa" aparece no estudo *O lazer do brasileiro...* como o "principal equipamento não específico de lazer" (GRUBER; STOPPA, 2017) no início deste século. Na análise da fruição durante a semana ela aparece em cinco dos seis conteúdos culturais do lazer mencionados. As atividades realizadas nas zonas urbana e rural mais citadas pelos entrevistados retratam isso: assistir à TV (64,75%), *internet* (20,67%), leitura (6,42%) e descansar/dormir (5,88%). Tendência semelhante apareceu nos fins de semana, ainda que dividindo o interesse com os espaços públicos nas zonas urbanas e com variações conforme o conteúdo cultural. O conteúdo turístico mencionado pelos entrevistados foi desenvolvido principalmente no espaço público (15,7%), seguido novamente da casa (7%)<sup>325</sup>. No caso do conteúdo físico-esportivo o desenvolvimento ocorreu principalmente na rua (13,1%) e em casa (11%). O conteúdo social em locais públicos

---

sejam importantes, são produto de orçamentos pífios, dependentes em larga medida da disposição militantes culturais, e que por vezes, acabam por encobrir os problemas, fazendo com que intelectuais que poderiam se engajar na luta pelos interesses dos trabalhadores e da população pobre, percam a oportunidade de apontar as raízes mais profundas deste conjunto de problemas.

<sup>325</sup> O texto não traz qualquer detalhe que ajude a melhor compreender essa informação.

apareceu em primeiro lugar (21,6%), seguido de locais privados (13,7%) e, uma vez mais, da casa (13,5%)<sup>326</sup>. Por fim, quando os entrevistados responderam o que faziam nas suas férias, 30,6% na zona urbana e 40,8% na zona rural, posicionaram o ócio em primeiro lugar. Curiosamente, outros 33,6% dos entrevistados se enquadraram na categoria “Não sabe, não respondeu”<sup>327</sup>. Embora o capítulo de Gruber e Stoppa (2017) não aponte o local em que as atividades são desenvolvidas, é bem provável que a casa ocupe lugar de destaque.

A SIIC (IBGE, 2019a) corrobora parte destas observações, recorrendo aos dados reunidos pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) entre 2017 e 2018. A média mensal para a despesa com o grupo Cultura<sup>328</sup> foi de R\$ 282,86<sup>329</sup>, atrás dos gastos com Habitação, Transporte, Alimentação e Assistência à saúde. Considerando a distribuição das despesas de consumo, a participação relativa do grupo Cultura no orçamento familiar foi de 7,5%. Famílias com rendimento acima de R\$5.724 (26,2% do total) ficaram cerca de 8% acima da média nacional.

Desdobrando os grupos de bens e serviços culturais presentes na POF se chega a resultados similares. Os Serviços de telefonia, TV por assinatura e *internet* respondiam em média por 59,9% do consumo familiar de cultura no Brasil, chegando a 66,8% nas famílias com renda entre 2 a 3 salários mínimos<sup>330</sup>. Com esses dados fica evidente a importância destas tecnologias para a fruição cultural<sup>331</sup> desde a

<sup>326</sup> Todos os dados apresentados se referem à zona urbana. Conforme Gruber e Stoppa (2019) na zona rural merecem destaque as atividades físico-esportivas realizadas na rua (15,6%), os interesses sociais em locais públicos (18%) e novamente a casa (14,3%). Interessante observar como fora das atividades de lazer, a maior percentagem de respostas ficou na categoria “outros”, com 31% em casa, englobando atividades como afazeres domésticos, ajudar a mãe, arrumar a casa, consertar a casa, cuidar das tarefas dos filhos, etc.

<sup>327</sup> O texto não deixa explícito se o percentual se refere à população rural ou ao conjunto dos entrevistados. Pedrão e Uvinha (2017) constatam que as classes A1, A2 e B1 apontam as atividades turísticas como as mais praticadas nas férias. Já as classes B2, C1, C2 e D esse posto é do ócio. De modo surpreendente, refletindo a já mencionada falta de clareza quanto a categoria ócio, a classe E apresenta empatados o ócio e o turismo.

<sup>328</sup> Embora a POF possua um grupo denominado "Recreação e cultura", existem diferenças em relação à SIIC. Na POF “Recreação e cultura” englobam despesas com brinquedos e jogos (bola, boneca, *software*, etc.), celular e acessórios (aparelhos e acessórios de telefonia celular), livros, revistas e periódicos não didáticos (jornais, revistas infantis, etc.), gastos com recreação e esportes (cinema, teatro, futebol, ginástica, artigos de caça, pesca, *camping*, etc.) entre outros (instrumentos musicais, equipamentos esportivos, artigos de acampamento e similares).

<sup>329</sup> Isso demonstra que a cultura e o lazer, na prática e de maneira bastante rebaixada, compõem a cesta de consumo que conforma os salários no país. Outros estudos se fazem necessários para a construção de uma série histórica com esse recorte, para a comparação com outros países (países de capitalismo central, América Latina, etc.), entre outros.

<sup>330</sup> A participação relativamente alta dos Serviços de telefonia, TV por assinatura e *internet* se justifica também pelo impacto desses serviços sobre as famílias com menores rendas.

<sup>331</sup> Retomaremos o assunto mais adiante.

popularização da *internet* e dos serviços de *streaming*, inclusive para as famílias das classes de rendimento inferior. De outro modo, enquanto a aquisição de eletrodomésticos relacionados com a cultura ocupava maior importância no orçamento das famílias de menor renda, as despesas de consumo com Atividades de cultura, lazer e festas aumentam conforme a faixa de renda<sup>332</sup>. Sobre as despesas com as Atividades de cultura lazer e festas cabem outras observações que reafirmam as desigualdades regionais no setor. Entre 2017 e 2018, enquanto no Distrito Federal o gasto médio foi de R\$ 111,31 mensais por família, R\$ 60,79 em São Paulo e R\$ 51,74 no Rio Grande do Sul, na região norte se destacou o Amapá com gasto médio mensal de 30,00 e, na região nordeste, R\$35,21 no Rio Grande do Norte.

Por tudo que foi considerado até o momento é até difícil dimensionar a devastação causada pela pandemia sobre as possibilidades de lazer. As políticas de trabalho e renda levadas a cabo durante o governo Bolsonaro, como as MPs 927, 936/2020 e 1045 e 1046/2021 que citamos anteriormente, cada uma ao seu modo, contribuíram para a piora geral nas condições de vida dos trabalhadores, promovendo mais desemprego, precarização nas relações de trabalho, perdas salariais, além de expandirem uma série de contradições relacionadas às formas e ao tempo dedicado ao trabalho. A exemplo do que vimos nas ações do Ministério da Saúde e nas sucessivas trocas na direção da pasta que culminaram numa crise sanitária sem precedentes, as trocas na Secretaria de Cultura em nível federal - encabeçada respectivamente pelo neonazista Roberto Alvim, Regina Duarte e Mário Frias -, foram reduzindo a pó as ações desde o fim do Ministério da Cultura. O problema apenas se amplia quando

---

<sup>332</sup>Essa edição da SIIC apresentou pela primeira vez o Índice de Preços da Cultura - IPCult (IBGE, 2019a). O objetivo da iniciativa era, inspirado no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), descrever a variação de preços entre 2012-2018 de um conjunto de bens e serviços relacionados a cultura, distribuídos em sete subgrupos: Artigos de residência; Acessórios pessoais; Despesas pessoais com serviços culturais; Despesas pessoais com produtos culturais; Jornais, revistas e assinaturas; Produtos e atividades de ensino; e Serviços de telefonia, TV por assinatura e *internet*. Mais uma vez, apesar de excessivamente amplo, o IPCult contribui com dados que somam na tentativa de compreender algumas tendências do lazer neste século. No período estudado, o IPCult registrou crescimento anual médio de 3,5%, abaixo do apresentado pelo IPCA (5,9%). O subgrupo Serviços de telefonia, TV por assinatura e *internet* compunha a maior fatia dos bens e serviços (de 42,3% em 2012 para 39% em 2018). Considerando a maior variação anual média de preços, se destacam os Produtos e atividades de ensino (7,5%), Jornais, revistas e assinaturas (6,6%) e Acessórios pessoais (6,3%). Chama atenção no período como o acesso aos Serviços de telefonia, TV por assinatura e *internet* contou com uma das menores variações (2,1%). Outra interessante constatação a partir do IPCult são as relações entre os padrões de consumo da cultura pelas famílias com fatores relacionados à educação - qualidade do ensino, escolaridade média da população, etc -, hábitos relacionados a diferentes modos de vida e outros aspectos, como renda média e nível de desemprego. Isso ajuda a entender como no sudeste do país os Jornais, revistas e assinaturas possuem grande peso, assim como Despesas pessoais com serviços culturais e Despesas pessoais com produtos culturais são relativamente mais importantes nas regiões sudeste e sul.

consideramos as (não) políticas voltadas para a educação, meio ambiente, turismo, esporte, populações quilombolas, indígenas, LGBTQ, mulheres...

Podemos facilmente ilustrar parte do processo indicado no parágrafo anterior. Diante do fechamento de parques e outros espaços públicos em decorrência da pandemia, paralelamente ao fortalecimento das grandes corporações - nos dedicaremos mais adiante a elas -, durante o período em que se registrou no país os maiores índices de isolamento social foram abertos editais em vários estados, municípios, universidades, fundações privadas e ONGs voltados para o desenvolvimento de ações culturais on-line, além de proporcionar renda para os agentes culturais e suas famílias (METRÓPOLES, 2020). Mas não faltaram limitações para o insucesso destas iniciativas: em maio de 2020 cerca de 70 milhões de brasileiros tinham acesso precário à *internet* na pandemia, quando muito, dispondo apenas de celular e pacotes limitados de dados (85% das classes D e E). Outros 42 milhões de brasileiros sequer tinham acesso à rede (CUT, 2020a). Mais uma vez, as filas na Caixa Econômica e a enorme dificuldade para conseguir o Auxílio Emergencial<sup>333</sup> foram reflexos da miséria avassaladora que também detém uma face digital no país. Como pressupor o lazer como direito social num cenário como esse, ainda mais estando em curso um projeto que claramente almeja a destruição de boa parte das políticas sociais? Por estas razões consideramos fundamental tomar o lazer como aquilo que ele tem sido no cenário brasileiro, ou seja, um “não-direito”, historicamente negado para ampla parcela dos trabalhadores, seja pelo alcance limitado das políticas desenvolvidas ao longo do tempo no país - focalistas e/ou privatizantes - ou mesmo pela simples falta de iniciativas.

Tendo em conta algumas das principais características do lazer neste início de século, somos obrigados a dedicar maior atenção a um conjunto de atividades em franca expansão intimamente ligadas às TIC e à “casa”, e que encontraram na pandemia as condições ideais para impactar fortemente os hábitos e a fruição cultural de parte da população brasileira.

---

<sup>333</sup> Para Francisco Menezes, pesquisador do Ibase e ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea): “Uma parcela da população já está tão vulnerável que não vai chegar aos programas sociais. E as atitudes do governo demonstram que há uma disposição de deixar gente de fora mesmo. Não é só uma questão de incompetência. Há um plano genocida, independente das pessoas passarem fome, ou correrem risco de morte na pandemia.” (CUT, 2020a)

## 5. Produção e fruição da cultura e as tecnologias no lazer

Assim como as mudanças tecnológicas impactaram a produção e a circulação das mercadorias, parte significativa da produção e fruição cultural na contemporaneidade está relacionada ao acesso de algumas tecnologias<sup>334</sup>, com destaque para a *internet*, TV, telefone celular, entre outros dispositivos digitais. Recorreremos novamente aos dados da PNAD Contínua do IBGE que, no 4º trimestre de 2019, pesquisou o acesso à TIC no país (AGÊNCIA IBGE, 2021), permitindo detalhar o nível e a finalidade de acesso à *internet*, as desigualdades regionais e entre grupos populacionais .

No ano de 2019, cerca de 4% dos domicílios brasileiros ainda não dispunham de uma TV, muito em função do rendimento real médio *per capita* dessas famílias (R\$ 772). Outros 18 milhões de domicílios dispunham somente de televisores de tubo e 1,7 milhão de domicílios - 82,7% deles em área urbana - não contavam com conversor digital, não recebiam sinal de televisão por antena parabólica e nem tinham serviço de televisão por assinatura. No mesmo período, 4,7% dos domicílios particulares permanentes (3,4 milhões de domicílios) ainda não dispunham de telefone fixo ou móvel. Outras 34,9 milhões de pessoas não tinham celular para uso pessoal (19% da população de 10 anos ou mais de idade), sendo que quase 50% alegava que o aparelho telefônico era caro ou não sabia usá-lo.

---

<sup>334</sup> Concordamos com a síntese proposta por Cavalcante (2020, p. 373-374), para quem a incorporação das tecnologias no lazer devem ser interpretadas em sua processualidade histórica: “Como as pessoas com mais de 60 anos se adaptaram ao uso dos jornais no tempo de lazer, elas tendiam a permanecer utilizando-os com o passar dos anos, diferentemente das pessoas mais novas, adaptadas ao rádio, que liam menos os jornais impressos e consumiam mais os programas radiofônicos. [...] o momento histórico em que elas estavam inseridas, influenciavam nas escolhas das tecnologias utilizadas e às empurravam para o uso dos rádios, demonstrando que a tecnologia popular naquele momento histórico, influenciava nas escolhas dos indivíduos em seus tempos de lazer. Posteriormente aos rádios, outra tecnologia de destaque foram as televisões. [...] Entretanto, apesar de reduzir o tempo de lazer com outras tecnologias, televisões não as eliminaram, mas sim, passaram a concorrer com elas os tempos de lazer da população (MARCELLINO, 2012). Na virada do século XX para o XXI, outra tecnologia que emergiu foram os computadores... e mais uma vez pode-se identificar uma nova tecnologia concorrendo com as anteriores o tempo de lazer da população.”. Alguns processos observados pela SIIC no contexto brasileiro não deixam dúvidas sobre essa dinâmica. Entre 2001 e 2018 o percentual de municípios com livrarias passou de 42,7% para 17,7%. As videolocadoras foram de 82% em 2006, para 23% em 2018. Dinâmica semelhante pode ser observada nas Lojas de discos, fitas, CDs, DVDs, Clubes e associações recreativas e *lan houses*.

Apesar destes números, que expressam uma dimensão do empobrecimento relativo sob a qual está submetida parte considerável dos trabalhadores do país, o percentual de pessoas que fazem uso da *internet* vem numa crescente. Três de cada quatro brasileiros com 10 anos ou mais de idade tinham acessado a rede nos últimos três meses em 2019. O percentual vem crescendo desde 2016, quando 64,7% da população de 10 anos ou mais tinha utilizado a *internet*, passando para 69,8% em 2017, 74,7% em 2018 e 78,3% em 2019<sup>335</sup>. Entre os 143 milhões de usuários, sobressaem os jovens entre 20 e 29 anos<sup>336</sup>. No entanto, um contingente de 39,8 milhões de pessoas não tinham acessado a rede nos últimos três meses, por não saber usá-la (43,8%), desinteresse (31,6%), outras razões de ordem econômica (18,0%) ou indisponibilidade da *internet* nos locais frequentados (4,3%<sup>337</sup>).

Os equipamentos mais usados para o acesso foram: (1) o celular, encontrado em 99,5% dos domicílios que acessam a rede; (2) o microcomputador, presente em 45,1% (queda de 3 p.p. em relação a 2018); (3) a televisão, com 31,7% (o maior crescimento entre 2018 e 2019, 8,4 p.p.<sup>338</sup>) e; (4) o *tablet* 12% (queda de 1.4 p.p.). A banda larga móvel apresentou uma pequena vantagem (81,2%) sob a banda larga fixa (80,2%), exceto na região nordeste.

A respeito dos usos da *internet* no país, a pesquisa demonstra como tem modificado os hábitos de uma parte dos brasileiros. Quase 96% das pessoas com acesso em 2019 usaram a rede para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos. Em segundo lugar aparecem as chamadas de voz ou vídeo (91,2%). Na sequência aparece o uso da *internet* para assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes, que saltou de 76,2% em 2017, para 81,8% em 2018 e 88,4% em 2019.

---

<sup>335</sup> Os domicílios rurais foram os que apresentaram os avanços mais significativos nos índices de acesso, apesar dos percentuais serem ainda muito baixos: 49,2% em 2018 e 55,6%, em 2019. As regiões norte (69,2%) e nordeste (68,6%) permaneceram com resultados inferiores aos das demais regiões, embora o seu aumento tenha sido maior (4,5 e 4,6 p.p., respectivamente).

<sup>336</sup> Apesar do celular ser o equipamento privilegiado para o acesso também entre os jovens, algumas diferenças devem ser destacadas. O estudo observa o maior acesso entre estudantes (88,1%) do que não estudantes (75,8%) e entre estudantes das escolas privadas (98,5%) do que das escolas públicas (83,7%). Enquanto 81,8% dos estudantes da rede privada acessavam a *internet* pelo computador, apenas 43% da rede pública dispunham dele. No caso da TV conectada à *internet*, eram 51,1% dos estudantes da rede privada contra 26,8% da rede pública, sendo que no uso do *tablet* a diferença chega a quase três vezes.

<sup>337</sup> Na região norte esse percentual foi maior (12,8%), mas nem mesmo a região sudeste teve generalizada a disponibilidade de acesso, conforme indicado pelos entrevistados. Nas áreas rurais a indisponibilidade alcançou 10,6%.

<sup>338</sup> O percentual dos domicílios que não tinham TV por assinatura porque substituíam este serviço pela programação via *internet* chegou a 4,9%.

Retornamos uma vez mais aos dados da pesquisa *O lazer do brasileiro...* e ao capítulo escrito por Gruber e Stoppa (2017). Nele os autores dedicam alguns parágrafos para detalhar o uso da *internet* enquanto opção de lazer. De acordo com os autores, 59,8% dos entrevistados (1.435 participantes) acessam a *internet* durante a semana<sup>339</sup>- números semelhantes apareceram em relação aos fins de semana -, sobretudo em casa (52,4%), sendo que 26,7% para o desenvolvimento de conteúdo físico-esportivo, 18,5% para o social, 9,5% para as atividades artísticas, 7,4% de natureza intelectual, 7% para o ócio e 5,1% voltado ao conteúdo turístico.

Os dados que apresentamos até o momento demonstram como já vivíamos no Brasil, ao menos desde meados da segunda década deste século, em certa medida, uma tendência ao “distanciamento social”, ao menos naquilo que compreende as possibilidades de “encontros físicos” nas atividades de lazer para parte da população. Como se nota, trata-se de um processo muito anterior ao início da pandemia de covid-19. Essa tendência pode ser parcialmente atribuída ao crescente consumo dos bens e serviços culturais em casa<sup>340</sup>, ao qual podemos incluir a expansão da mesma dinâmica nos espaços do condomínio (o condomínio-clubes<sup>341</sup>). Para além delas, temos ainda a impossibilidade da fruição cultural para uma ampla parcela dos trabalhadores, o não-consumo daqueles bens e serviços, consequência do desemprego, do avanço do empobrecimento relativo, da ausência ou mesmo recuo das políticas sociais, etc.

Outros fatores indutores do “distanciamento social”, conforme descrito no parágrafo anterior, possuem uma face muito mais cruel. A criminalização da pobreza,

---

<sup>339</sup> Cerca de 20% dos entrevistados destacaram ainda o uso da *internet* como segunda atividade de lazer mais desenvolvida durante a semana (GRUBER; STOPPA, 2017).

<sup>340</sup> Mascarenhas (2005, p. 127-128) encontra nas ideias de Renato Ortiz argumentos para afirmar que estava em curso uma transição que tendia à desintegração da “cultura da casa”, base da relação produção-consumo do fordismo e que tinha como o eixo o núcleo familiar (ex. consumo de bens duráveis). Em seu lugar teria assumido uma espécie de “cultura das saídas”, capaz de liberar “para um consumo diversificado e segmentar colado às necessidades e desejos individuais, dando vazão a produtos e serviços cada vez mais personalizados”, de menor valor unitário e que não estariam ligados ao espaço domiciliar. O que encontramos no lazer contemporâneo é um conjunto de contradições que parece colocar em relativa suspensão essa tendência de desintegração da “cultura da casa”.

<sup>341</sup> De acordo com Sonna e Maziviero (2018), o condomínio-clubes apresenta duas ou mais torres verticais isoladas nos lotes, grandes perímetros murados, recuos laterais e frontais, sem permeabilidade no térreo da edificação e ampla área de lazer. Os impactos negativos no tecido urbano e social podem envolver segregação socioespacial; homogeneização espacial; dependência do automóvel; expansão da malha urbana acompanhada do aumento das distâncias internas das cidades; elevação dos custos de infraestrutura; diluição da vitalidade urbana e da vida microeconômica local; problemas de segurança pública; e baixas densidades habitacionais. Para os autores, o modelo tem se proliferado em algumas cidades do país neste século como “praticamente a única alternativa de habitação residencial oferecida pelo mercado imobiliário, destinado a todas as camadas sociais pelo baixo custo a que podem chegar estes empreendimentos.”. (2018, p. 52).

também presente nas atividades de lazer, é um elemento que acompanha a história moderna do país<sup>342</sup> e que se revela uma vez mais nos números da violência que atenta, principalmente, contra a vida da população jovem, negra e pobre do país. De acordo com o *Atlas da violência no Brasil* (CERQUEIRA, 2021), entre 2009 e 2019 uma pessoa negra tinha ao menos duas vezes mais riscos de ser assassinada do que qualquer outra no Brasil. Só no ano de 2019, as chances de um negro ser vítima de homicídio eram 2,6 vezes maiores que os não negros (brancos, indígenas e amarelos), sendo os jovens entre 15 e 29 anos as principais vítimas da violência letal, respondendo por 23,3 mil óbitos, totalizando 51,3% dos homicídios no país. O estudo chega a estimar que a cada 1% de aumento na proporção de homens entre 15 e 29 anos, há chances de aumento de 2% na taxa de homicídios<sup>343</sup>.

O modo como a grande mídia e as forças policiais costumam encarar os bailes *funk* realizados na periferia das grandes cidades, local de encontro, diversão, produção e fruição da cultura, servem para dirimir qualquer dúvida sobre o que - ou para ser mais exato, para quem - deve ser proibido o “tempo livre para uma atividade livre”. A absurda violência policial promovida por algumas dezenas de policiais contra cerca de 5 a 8 mil pessoas no baile da DZ7, em Paraisópolis-SP e que culminou na morte de 9 jovens entre 14 e 23 anos (G1, 2021), lamentavelmente, oferece contornos concretos para o que tentamos demonstrar .

De outro modo, os conteúdos do lazer, que em certa medida gozavam da condescendência das mesmas forças policiais, possuíam alguma forma de aproximação com o lazer-mercadoria<sup>344</sup>. O caso de um quiosque do *McDonald's* instalado num hipermercado na periferia da mesma cidade, convertido em espaço de encontro e

<sup>342</sup> Basta mencionar a criminalização do samba, da capoeira, do *rap*, entre outras manifestações populares.

<sup>343</sup> Apesar da taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes apresentar uma tendência de queda nos últimos anos, no estudo ela é atribuída, em parte, a uma produção imprecisa de dados sobre mortes violentas.

<sup>344</sup> Não faltam situações absurdas para ilustrar a extensão do problema. No governo Bolsonaro surgiram denúncias sobre a atuação de lobistas e casos de nepotismo no interior da Embratur, ambos dedicados a promover a construção de grandes empreendimentos imobiliários voltados para o turismo, inclusive, envolvendo a pilhagem de áreas de proteção ambiental (ISTO É, 2021). Paralelamente, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei 2159/2021, conhecido como o “Projeto de não-licenciamento” ou “Lei Geral de extinção do Licenciamento Ambiental” (ABRASCO, 2021). O texto dispensa o licenciamento ambiental em muitos casos, como obras de saneamento básico, manutenção em estradas e portos, distribuição de energia elétrica com baixa tensão, atividades agropecuárias, mineração de pequeno porte, duplicação de rodovias e possibilidade de renovação automática. O potencial para ameaçar tanto a saúde da população quanto o meio ambiente é enorme. Por outro lado, ocupações de prédios públicos abandonados mantidas por diversos movimentos populares e com ações vinculados à cultura - na cidade de São Paulo são exemplos a *Ocupação Mateus Santos*, *Centro Cultural Ouvidor 63*, *Casa Amarela Afroguarani*, etc - convivem com a permanente ameaça de suspensão das atividades em decorrência de processos de reintegração de posse ou venda dos imóveis.

espécie de “lazer noturno” para a juventude pobre e periférica, era não só “liberado”, mas exaltado (VEJA, 2020). O exemplo serve para reafirmar como o controle sobre o que ainda resta de “tempo livre” dos trabalhadores e de seus filhos, a despeito de qualquer mudança, permanece como o principal no lazer<sup>345</sup>.

Foi nesse contexto marcado por profundas desigualdades, inclusive no lazer, que mergulhamos na pandemia de covid-19. A perda sem precedentes de empregos, horas de trabalho e renda atingiu em cheio o setor de serviços de modo geral, como lazer, eventos, turismo, etc., condenando um grande volume de pequenas e médias empresas que já sobreviviam no limite e endividadas devido aos efeitos de uma crise econômica. Considerando o alcance das “fabriquetas de lazer”<sup>346</sup> no contexto brasileiro, os dados extraídos da SIIC (CEMPRE, PNAD-C, etc.) e a pesquisa feita por José Dari Krein, não é difícil concluir que a pandemia pôs a “economia do lazer”<sup>347</sup> entre os setores mais atingidos, bem como os trabalhadores a ela vinculados.

Além do fechamento dos equipamentos e da interrupção de parte das políticas públicas do setor - “supridas/substituídas” por ações *online* -, alguns estudos indicam que houve uma redução de 64% dos gastos com lazer durante o mês de maio de 2020 no Brasil (MONITOR MERCANTIL, 2020), período que ainda englobava os índices mais elevados de isolamento social (acima de 50%<sup>348</sup>). Outros estudos indicam que em maio de 2020 pequenas e médias empresas da área de arte, cultura, esporte e recreação tiveram queda de 77% na movimentação de seus trabalhadores (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Em condição diametralmente oposta - ou seja, em franca expansão -, encontramos um conjunto de atividades de lazer, frequentemente intermediadas por grandes corporações multinacionais. Caracterizadas pelo capital altamente concentrado e centralizado, são empresas que tendem a gerar menos empregos em termos relativos devido aos grandes investimentos em tecnologia (relação entre trabalho vivo x trabalho

---

<sup>345</sup> Como observa Peixoto (2007) o controle e manutenção da força de trabalho se manifesta na busca pelo controle do tempo livre, na preocupação com sua ocupação e na delimitação moral do que deve ser adequado ou inadequado enquanto alternativa de ocupação do tempo livre, seja pela contenção e apagamento histórico da luta de classes, controle das atividades desenvolvidas ou incentivo ao consumo de bens e serviços considerados próprios para o lazer.

<sup>346</sup> Expressão utilizada por Mascarenhas (2005) para se referir às pequenas e médias empresas, marcadas pela informalidade, sempre flertando com o encerramento de suas atividades.

<sup>347</sup> Colocamos a expressão “economia do lazer” entre aspas porque não a consideramos separada do conjunto da economia, ainda que possua características próprias.

<sup>348</sup> Consideramos para isso as informações disponíveis no portal do *Mapa brasileiro da covid-19*.

morto)<sup>349</sup>. Além disso, orientadas para a acumulação ampliada do capital, buscam generalizar ao máximo a forma-mercadoria, o que pressupõe pela própria “natureza” do capital uma massa de “não-consumidores”, incapazes de acessar estes bens e serviços por relações de compra e venda.

Essa tendência também já estava em curso desde muito antes do início da pandemia (2020)<sup>350</sup>. Ainda no ano de 2017 foi publicada a 18a. edição da *Global entertainment and media outlook 2017-2021* (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2019). A estimativa era de que o mercado global de mídia e entretenimento - abrangendo 17 segmentos<sup>351</sup> e 54 países -, chegasse a movimentar cerca de US\$ 2,23 trilhões em 2021, alcançando um crescimento anual médio de 4,2%. Só no Brasil, a expectativa era de que o faturamento do setor chegasse a US\$ 43,7 bilhões em 2021.

Enquanto os bloqueios causados pela pandemia atingiam em cheio até mesmo a mais poderosa economia do mundo, algumas poucas empresas passaram a lucrar como nunca. No segundo trimestre de 2020, a economia estadunidense registrou a maior contração trimestral da história (queda anualizada de 32,9%, com perdas estimadas em cerca de US\$ 2 trilhões). Em contrapartida, as FAANGs, sigla que reúne as principais empresas de tecnologia do mundo - *Facebook*, o maior provedor de mídia social; *Amazon*, a maior empresa de comércio eletrônico; *Apple*, a maior fabricante de computadores e telefones celulares; *Netflix*, maior plataforma de filmes e séries via

---

<sup>349</sup> Ório (2018, p. 183) recorre às considerações de Elizara Marin para destacar como certos “bens culturais” se impõem sobre os indivíduos nas relações sociais contemporâneas: “Estes produtos culturais seguem um padrão predefinido pelos seus desenvolvedores. Seja o jogo que já possui sua história, pela qual os jogadores irão percorrer; o seriado em que todos os telespectadores assistirão à mesma coisa (mesmo que em horários diferentes) e discutirão sobre aquilo; e também as redes sociais na internet, que apesar de trazerem diversas contribuições no que diz respeito à divulgação de ideias, trazem inúmeros padrões para postagem de textos, imagens e vídeos e, além disso, a própria dinâmica das redes se impõe sobre os usuários levando-os a reproduzirem os estilos de fotografias mais difundidos, a compartilharem os textos mais populares e a assistirem e recomendarem os vídeos mais vistos e grandemente financiados. Se as novas tecnologias multimídia, organizadas em complementaridade, podem dar vazão a uma nova modalidade de telespectador, supostamente mais ativo, porque interatua, [...], todavia as ações circunscrevem-se entre um rol de práticas já previstas segundo um projeto alheio ao usuário. Ligar e desligar, optar por este ou aquele programa, por esta estratégia ou outra, participar de programas via telefone e Internet pode não significar, na essência, uma interatuação. Há, portanto, que se questionar o caráter ativo de tais operações (MARIN, 2009, p. 216-217).”.

<sup>350</sup> Nos limitamos a fazer alguns apontamentos a partir de meados da segunda década do século XXI.

<sup>351</sup> O recorte da pesquisa compreende uma diversidade de mercadorias: acesso à *internet*, TV por assinatura e home video, publicidade na TV, publicidade na *internet*, jornal, *B2B* (empresa para empresa), games, livro, cinema, revista, música, mídia exterior, rádio e vídeo na *internet*. Os destaques do estudo ficam por conta do *streaming* de música e publicidade na *internet*, que contavam com uma expectativa de crescimento no faturamento de 20,7% e 18,5%, respectivamente, até 2021. Um marco importante desse processo pode ser encontrado no setor de música digital. O ano de 2016 registrou pela primeira vez na história faturamento superior (US\$ 8,5 bilhões) em relação as músicas gravadas fisicamente.

*streaming*; e a *Alphabet* (Google), a maior ferramenta de busca<sup>352</sup> –, todas elas de algum modo relacionadas aos conteúdos do lazer mencionados no livro *Lazer no Brasil...*, registraram um crescimento de dois dígitos no mesmo trimestre, acumulando um lucro combinado de US\$ 33,9 bilhões<sup>353</sup>. Quando comparados os resultados do 1º semestre de 2019 aos do 1º semestre de 2020, se observa que a *Amazon* teve uma elevação no faturamento de 34% (ROBERTS, 2021). O CEO da empresa, Jeff Bezos, no mesmo período, alcançou o maior aumento de riqueza individual em um único dia: US\$ 13 bilhões. Se a dinâmica atual for mantida, Bezos se tornará até 2026 o primeiro trilionário do mundo!

Cabe destacar outras relações entre pandemia e lazer. Tentamos reunir num breve recorte atividades intermediadas por grandes corporações e que, embora já existissem a mais tempo, se fortaleceram com a pandemia. Algumas destas atividades costumam aparecer nos estudos do lazer por meio de expressões como lazer virtual, *e-leisure* e lazer digital<sup>354</sup>.

Outra observação preliminar é a estreita relação dessa dinâmica com o avanço do comércio eletrônico, em rápida expansão no país. De acordo com a pesquisa Painel TIC Covid-19 (2021) a proporção de usuários de *internet* que afirmaram ter feito compras on-line saltou de 44%, em 2018, para 66% entre junho e setembro de 2020<sup>355</sup>,

<sup>352</sup> Essas empresas também se caracterizam por atuarem em vários segmentos. Citamos uma vez mais o caso da *Amazon*. Além do comércio eletrônico, a empresa atua na área de computação em nuvem, *streaming* e inteligência artificial.

<sup>353</sup> O segredo do sucesso, como o próprio congresso estadunidense constatou, foram práticas que visaram esmagar concorrentes, comprá-los ou excluí-los do mercado. No entanto, em todos os casos o desenvolvimento tecnológico e os altos níveis de exploração da força de trabalho estão na base desse êxito. Temos pleno acordo com a política proposta por Roberts (2021, *s/p*, *tradução nossa*): “A solução real para o poder de mercado de empresas como Apple, Microsoft, Amazon, Facebook, Google, Netflix etc. é torná-los propriedade pública para serem administrados por conselhos democraticamente eleitos e gerentes oriundos dos trabalhadores dessas empresas, órgãos de consumidores, sindicatos e governo. [...] Os bilhões que eles ‘possuem’ por meio de suas ações seriam perdidos da noite para o dia. As práticas nefastas dessas empresas seriam então interrompidas e os escândalos nas redes sociais acabariam. E o mais importante, os serviços-chave que essas empresas fornecem (como a pandemia revelou muito bem) podem ser fornecidos (a baixo custo, sem anúncios!) para atender às necessidades sociais, e não gerar mega lucros.”

<sup>354</sup> Sob uma suposta mudança de “noção espaço-temporal”, alguns pesquisadores afirmam a necessidade de “ressignificá-lo”, baseado na observação de “**novos** pressupostos trazidos à tona por esta **nova** interface do lazer” (SILVA et. ali., 2020, p. 382, *grifos nossos*). A ênfase exagerada no “novo” acaba por encobrir os elementos de continuidade, como a tentativa de preservar o controle sobre o “tempo livre” dos trabalhadores dentro de “limites aceitáveis”, os antagonismos de classes e as implicações para a fruição cultural, etc.

<sup>355</sup> O estudo destaca o aumento no consumo de cosméticos ou produtos de higiene pessoal, que passou de 25% em 2018, para 44% em 2020, e na compra de medicamentos, de 15% para 31%. Por fim, cabe mencionar o acesso ao objeto literário, que reduziu nas livrarias físicas e bibliotecas públicas, presentes em cada vez menos cidades brasileiras, ponto de encontro e debate, e migrou para as grandes empresas de comércio digital, como a *Amazon*.

impactando todas as regiões do país e classes, com destaque para a participação das mulheres (de 39% em 2018 para 70% em 2020). Os dados corroboram as observações do ILAESE (2020): poucos setores foram tão afetados nas últimas décadas pela capacidade de processamento, análise de grandes quantidades de dados (*big data*) e monitoramento dos hábitos de consumo quanto o comércio, processo que abriu caminho para a centralização do capital por empresas gigantes do setor (ex. *Amazon*), capazes de integrar como nunca venda, transporte e distribuição, onde antes prevaleciam pequenas e médias empresas. Outro aspecto é que parte considerável dessa expansão (46% das compras na *internet*) se baseou no uso de aplicativos de mensagens (*WhatsApp*, *Skype*, *Telegram*, etc.), até 2018 responsável por apenas 26% dos negócios.

Vejamos alguns exemplos mais de perto. A experiência gastronômica, no caso dos que dela podem gozar<sup>356</sup>, durante a pandemia deixou de se dar diretamente em bares e restaurantes (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020) e passou a ocorrer na casa, tomada em sentido amplo, com a compra e entrega intermediada por grandes empresas que oferecem o serviço por meio de plataformas *online* (*Rappi*, *Ifood*, *UberEats* etc.<sup>357</sup>). Um levantamento realizado durante a pandemia revelou que o percentual de usuários que compraram comida ou produtos alimentícios pela *internet* mais que dobrou, saindo de 22% em 2018, para 54%. Considerando os serviços mais consumidos por meio de aplicações, os pedidos de refeições em sites ou aplicativos saltaram de 15% em 2018 para 44% dos usuários.

A experiência audiovisual, há muito dominada por grandes corporações, revelou com toda força o alcance de um capital ainda mais concentrado desde o advento do *streaming*, a fruição sob demanda de filmes, séries, músicas, etc. (*Netflix*<sup>358</sup>, *Amazon Prime*, *Spotify*<sup>359</sup>, etc.), em casa ou em qualquer outro lugar, pelo recurso de dispositivos móveis. Conforme a pesquisa Painel TIC Covid-19 (2021), a ampliação do acesso a conteúdos audiovisuais pela *internet* se refletiu no pagamento por serviços de filmes ou séries. No caso dos filmes e séries, a proporção de usuários de *internet* com 16 anos ou

---

<sup>356</sup> Nos dedicamos a debater a crescente insegurança alimentar no Capítulo III, no subitem *Divisão social do trabalho e as revoluções tecnológicas*.

<sup>357</sup> Considerando apenas o mês de março de 2020, foram registrados aproximadamente nove milhões de *downloads* de aplicativos como estes (CLEMENTE; STOPPA, 2020).

<sup>358</sup> Como indicam Clemente e Stoppa (2020), entre fevereiro e março de 2020 o *app* da *Netflix* no Brasil registrou aumento de 29% no volume de *downloads* do aplicativo e crescimento de 16 milhões de assinantes no mundo.

<sup>359</sup> O *Spotify*, aplicativo de música via *streaming* obteve um aumento de cerca de 30% no número de assinantes apenas no 1º trimestre de 2020, atingindo 130 milhões de usuários (CLEMENTE; STOPPA, 2020).

mais que pagaram por esses serviços passou de 34% em 2018 para 43% durante a pandemia, com crescimento ainda maior entre as chamadas classes C, D e E, indicando uma relativa popularização do serviço. Os serviços de música pagos passaram de 10% em 2018, para 16% em 2020, ampliação concentrada nas classes A e B. Ainda que a pesquisa tenha apontado maior demanda por serviços de *streaming*, os resultados indicam que a maioria dos usuários da rede no país continuam sem acesso ao serviço, seja por conta da qualidade de acesso ou o custo do serviço.

Do mesmo modo, diante das restrições geradas pela pandemia para o funcionamento de casas de shows, bares, teatros, entre outros, os espetáculos culturais precisaram migrar para o formato de *lives* nas plataformas digitais (*Youtube*<sup>360</sup>, *Facebook*, etc.). Essas transmissões de áudio ou vídeo em tempo real quase dobraram de público durante a pandemia (36% dos usuários com 16 anos ou mais em 2016, alcançando 64% em 2020), obtendo destaque na fruição cultural on-line<sup>361</sup> (PAINEL TIC-COVID, 2021). No entanto, essa expansão apresentou desigualdades no acesso ao conteúdo on-line, como demonstram o predomínio entre as maiores rendas e grau de instrução, diferenças do tipo de dispositivo utilizado, qualidade da conexão, hábitos culturais, etc. Guardada as devidas proporções, identificamos processo semelhante ao desenvolvido com os espetáculos esportivos algumas décadas atrás com o advento do *pay-per-view*, que no caso do futebol, tanto contribuiu com a transição do torcedor para o telespectador-consumidor da mercadoria futebol-espetáculo.

Mudanças como as indicadas nos parágrafos anteriores ampliaram a disputa pelos recursos destinados à propaganda e publicidade, até então captados pelos meios de comunicação tradicionais, ainda que preservando-os em parte. Como as mídias sociais (*Facebook*, *Youtube*, entre outras) desfrutam de maior capacidade para segmentar os anúncios e direcioná-los de maneira personalizada baseada nos hábitos de consumo, existe uma tendência para que sejam privilegiadas. Por outro lado, a aparência de maior

---

<sup>360</sup> Apenas para demonstrar o alcance no atual contexto brasileiro, mesmo com todas as barreiras de acesso, durante o mês de março de 2020 cerca de 40% da população brasileira acessou a plataforma (mais de 90 milhões de acessos), incluindo um aumento de 4.900% na busca por conteúdo (CLEMENTE; STOPPA, 2020).

<sup>361</sup> As buscas por *live streaming* no Brasil aumentaram 85% entre fevereiro e abril de 2020. De acordo com Clemente e Stoppa (2020), considerando apenas 30 *lives* musicais realizadas por artistas brasileiras no período, foram registradas mais de 200 milhões de visualizações. Em contrapartida, a demanda “por ingressos *on-line* para eventos [*presenciais*], como shows, cinema, peças de teatro ou exposições teve queda de mais de 20 pontos percentuais em relação a 2018, passando de cerca de um quarto (27%) dos usuários de Internet com 16 anos ou mais que compraram produtos ou serviços pela Internet para apenas 5% nos últimos três meses [...]” (PAINEL TIC-COVID, 2021, *grifos nossos*).

democratização destas ferramentas velam que o controle sobre o trabalho daqueles sujeitos e empresas descritos como produtores de conteúdo digital é dominado por grandes empresas, ocultando uma forma de pagamento baseada no salário por peça (ILAESE, 2020).

De acordo com Clemente e Stoppa (2020), o interesse por consoles de videogame no período ampliou 60% no país. O *Twitch TV*, subsidiária de *streaming* da *Amazon* dedicado ao videogame, recebeu mais de 30 milhões de visitas, 25% a mais em fevereiro e março de 2020. Outro estudo destaca que 20% dos usuários da rede com Ensino Superior e das classes A e B compraram produtos ou serviços relacionados pela *internet* (PAINEL TIC-COVID, 2021). No caso dos *eSports*, as transmissões chegaram a registrar quase 3 milhões de espectadores (GE, 2021).

Até mesmo as formas “mais elementares” dentre os conteúdos sociais do lazer, como o encontro com a família, vizinhos e o bate-papo com os amigos, passaram a ser intermediados por grandes empresas e seus aplicativos de comunicação instantânea e/ou vídeo-chamadas (*Google Meet, Facebook Messenger, Skype, WhatsApp, Zoom, etc.*).

Com o prolongamento da pandemia, estas e outras empresas passaram a oferecer soluções em larga escala para diferentes “serviços”, com destaque para educação<sup>362</sup>. Poucos meses após os primeiros casos de covid-19 no país, foi aprovada a Lei n. 14.040/2020, prevendo um conjunto de medidas visando “organizar” em caráter emergencial escolas e universidades: reorganização do calendário escolar; extensão das atividades do ano letivo de 2020 para 2021; desobrigação de cumprimento dos dias letivos e; possibilidade de que as aulas continuassem integral ou parcialmente à distância. Inúmeras redes de ensino do país, inclusive públicas, passaram a adotar o ensino remoto ou híbrido intermediado por ferramentas de algumas destas grandes empresas<sup>363</sup> (*Google Suite, Microsoft Teams, etc.*). Paralelamente aos reflexos no ensino formal, ocorreu a expansão de outras modalidades de ensino por meio de palestras e cursos a distância. Como destaca o Painel TIC-Covid (2021), três quintos dos usuários de *internet* com 16 anos ou mais (59%) que participaram de cursos a distância nos três

---

<sup>362</sup> Como destaca o Ilaeese (2020), apesar das particularidades, algo semelhante se desenhou para a saúde com a adoção de consultas médicas a distância, a telemedicina em caráter emergencial (Lei n. 13.989, de 15 de abril de 2020) (PAINEL TIC-COVID, 2021)

<sup>363</sup> Durante o mês de março de 2020, a *Microsoft* afirmou ter registrado um aumento de 1000% no número de videoconferências (VEJA, 2021).

meses anteriores à pesquisa iniciaram a realização do curso durante a pandemia. Os cursos mais citados foram os relacionados à formação ou ao aperfeiçoamento profissional (71%), seguido por cursos de entretenimento ou lazer (44%).

Diante de todo o exposto, pode ter ficado a impressão de que está em curso uma série de rupturas no lazer. Mas não é esse o caso. Como destaca Mascarenhas (2005) ao investigar as mudanças do lazer, o moderno e o arcaico no setor caminham lado a lado desde muito tempo. Do mesmo modo, a tendência para a expansão da forma-mercadoria no lazer - e em tudo mais onde for possível<sup>364</sup> - acompanha o capital desde sua origem.

A mencionada articulação entre moderno e arcaico no lazer comparece numa diversidade de bens e serviços destacados por Clemente e Stoppa (2020). Os autores observam que a pandemia elevou a procura por jogos físicos, como mini-mesa de sinuca (300%), jogos de tabuleiro (100%), quebra-cabeça (98%) e mesa de ping-pong (70%); jogos e brinquedos (mais de 434%); o *download* de aplicativos orientados para a prática de atividades físicas (271%), como *BTFIT*, *Nike* e *Adidas Training* e a busca por acessórios (halteres, colchonetes, etc.); o interesse gastronômico, tanto pelo ato de cozinhar - representado na busca por receitas *gourmet* -, quanto o interesse e consumo de vinho mediado por sites especializados; a busca por kit de jardinagem (180%) e a presença de páginas com dicas de como plantar, fazer horta em casa, etc. É um desafio para o desenvolvimento dos estudos do lazer, especialmente dos que vierem a ser desenvolvidos futuramente com maior distanciamento do “calor dos acontecimentos”, distinguir o que é simples produto da conjuntura, daquilo que tende à permanência.

---

<sup>364</sup> Como observa Antunes (2020, p. 20), “tudo que interessa aos capitais vem sendo privatizado (hospitais, previdência, educação e tantas outras atividades que, no passado, prestavam um serviço público e se transformaram em empresas lucrativas com a avalanche neoliberal)[...]”. Em outro texto Antunes (2018) afirma que além da terceirização ter ampliado a extração do mais-valor nos espaços privados, dentro e fora das empresas contratantes, ela também inseriu a geração do mais valor no interior do serviço público, processo que introduziu práticas privadas (as empresas privadas e seus assalariados terceirizados) no interior de atividades cuja finalidade original era produzir valores socialmente úteis, como prometia ser o caso dos direitos sociais. Assim ocorre a atual corrosão por dentro da *res pública*. Enquanto as empresas terceirizadas extraem mais-valor a partir da atividade dos trabalhadores que substituem os assalariados públicos, o Estado também se apropria de parcela significativa do mais-valor para assegurar as condições de produção/reprodução capitalista (SALVADOR e TEIXEIRA, 2014).

Para finalizar, nos limitamos a pontuar alguns reflexos da pandemia sobre o turismo, objeto que demanda uma análise pormenorizada, mas que não teremos condições de desenvolver no momento. De um lado, avançou a digitalização de acervos de museus, monumentos e a possibilidade das visitas virtuais - adaptação que esbarra novamente nas limitações de acesso à *internet*. De outro, temos uma crise de proporções gigantescas num setor que compreende mais de 10% do PIB mundial (TERRA, 2020), que atinge transporte (aéreo, terrestre, etc.), hotelaria, empresas de turismo e, principalmente, os trabalhadores envolvidos.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), chegou a estimar que, considerando somente o período entre janeiro e maio de 2020, a pandemia produziu um impacto negativo entre US\$ 910 bilhões e US\$ 1,2 trilhão, o que representa uma retração de quase 80% do setor. Isso colocou em risco cerca de 100 e 120 milhões de empregos no mundo. Diante das indefinições que envolvem o atual contexto, a expectativa é de que ocorra recuperação só em 2023 (G1, 2020). Só no Brasil houve queda em abril de 2020 de 54% (VALOR, 2020) nesse setor que era responsável por quase 8% do PIB. Se considerarmos tudo o que foi dito referente ao avanço da precarização, perda de renda, antecipação de férias e feriados, o cenário para o futuro não se mostra nada otimista. Quando lembramos que muitas regiões do país dependem quase totalmente do turismo e pensamos na condição de trabalhadores como os do setor de hotelaria, marcados pela sazonalidade, intermitência e terceirização (SATO *et. al.*, 2013), vemos ser escrita mais uma importante página da presente tragédia social. Se o turismo, particularmente, e o lazer de modo geral, costumavam aparecer muito mais nos sonhos e expectativas do que na realidade de ampla massa de trabalhadores brasileiros, é pouco provável que tenhamos mudanças substantivas nessa dinâmica sem dedicar esforços para uma ruptura radical com essa forma de sociedade.

## **6. Lazer, superação dos estranhamentos e revolução socialista**

Ao menos na parte dedicada às considerações finais, costuma aparecer nos estudos do lazer a reivindicação por mais investimentos nas chamadas políticas públicas. É um fato indiscutível que mais e melhores políticas sociais teriam potencial para produzir um ambiente econômico, político e cultural mais “ameno” para muitos trabalhadores. No entanto, também com alguma frequência, reivindicações dessa ordem

aparecem “suspensas no ar”, carentes de uma leitura crítica sobre a forma de organização dessa sociedade. Também é comum que a ênfase na demanda por mais políticas sociais esteja acompanhada, por exemplo, de um certo silenciamento sobre a política econômica, sobre a necessidade de uma ruptura radical com a lógica do capital, omitindo que ele e suas personificações são os grandes responsáveis pelo empobrecimento relativo dos trabalhadores.

Sem a pretensão de sistematizar uma análise das políticas de lazer - tarefa fundamental, mas que não propomos realizar nesta tese -, além das indicações que apresentamos ao longo da tese, reunimos algumas observações de Behring e Souza (2020) sobre o contexto brasileiro atual, pressupostos para qualquer reflexão crítica sobre as políticas sociais neste início de século.

De acordo com as autoras, entre 2009 e 2019, portanto ainda antes da pandemia, foram reduzidos os investimentos em educação<sup>365</sup>, saúde, seguridade - excluindo a previdência -, cultura, direitos da cidadania, habitação, saneamento, ciência e tecnologia, desporto e lazer, etc., com impactos ainda mais severos desde a crise de 2016 e 2017 e das políticas de ajuste fiscal, como a EC 95. Até mesmo a assistência social, apesar de apresentar uma elevação sistemática dos investimentos, esteve 16% abaixo da inflação acumulada no período (59%), evidenciando a “perspectiva dos últimos governos em substituir o já débil aparato estatal e normativo de políticas sociais abrangentes, não contributivas e não condicionadas por transferências monetárias com condicionalidades” que ainda se prestam a alimentar o rentismo (BEHRING; SOUZA, 2020, p. 139-140). Por outro lado, o princípio orientador do ajuste fiscal brasileiro, a dívida pública - o grande “programa de transferência de renda” dos trabalhadores para

---

<sup>365</sup> Compartilhamos a opinião das autoras de que “um país que desfinancia a ciência, o que se combina ao decréscimo de recursos da educação, está condenando a soberania e o futuro, o que remete à condição de dependência do país. O mesmo se pode dizer da cultura, elemento central da constituição do ethos do país.” (BEHRING; SOUZA, 2020, p. 142). A propósito da educação, os dados são avassaladores: “Em 2019 retomamos os patamares de recursos de 2013, embora a inflação acumulada desse período até hoje tenha sido de mais de 40%. Na prática significa a perda relativa dos recursos para educação. Tomando essa política como referência, notamos que entre o valor autorizado para 2020 (LOA) e 2019 houve uma redução de mais de 14 bilhões de reais, sendo a maior perda na educação superior, correspondendo a uma queda de 12%. Sem dúvida é a política mais atacada nos últimos anos. Identificamos ainda, em 2020, um contingenciamento de R\$ 4,8 bilhões na função Educação, sendo R\$ 2,2 bilhões do Ensino Superior. Temos assim, uma deliberada política de estrangulamento da educação no país, coerente com a ideia difundida desde 2016 para a população, agravada pela guerra cultural neofascista: ‘não pense, trabalhe’.” (2020, p. 138-139).

os super-ricos - chegou a valores que praticamente igualavam o total de recursos destinados à previdência social!<sup>366</sup>

Como apontava Husson *apud* Behring e Souza (2020, p. 143), considerando as políticas implementadas durante a pandemia, que aparentavam - ao menos para os mais ingênuos - uma inflexão temporária na trajetória do neoliberalismo, “a seu tempo haverá uma ofensiva para retomar a taxa de mais-valor e recuperar o tempo perdido, descarregando sobre a classe trabalhadora a enorme dívida que está sendo contraída”. Parece ser justamente esse o momento atual. É exemplar o caso do auxílio emergencial. Cerca de 52% dos recursos do programa veio de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional. Quanto maior a dívida - e a calamidade sanitária levou-a a patamares sem precedentes -, mais contrarreformas são apresentadas visando “reduzir o gasto social”, socializar o custo da crise e remunerar direta e indiretamente o capital portador de juros. Como resumiu Carcanholo (2018a, p. 64): “Ajuste fiscal e reformas estruturais neoliberais para combater a crise atual do capitalismo é, uma vez mais, os interesses particulares (dos capitalistas) sendo apresentados como se fossem coletivos (da sociedade).”.

Como destaca Behring (2018), a política social é produto da luta de classes. Precisa ser analisada a partir do processo de acumulação, portanto, da gestão da força de trabalho (política e econômica) e da reprodução ampliada do capital. Assumindo diferentes configurações ao longo do tempo, as necessidades de reprodução da força de trabalho (espaço privilegiado pelas lutas econômicas encampadas pelos trabalhadores) e o financiamento pelo fundo público (atualmente, cada vez mais baseado na renda dos trabalhadores), são manifestações do antagonismo entre capital e trabalho. É nesse sentido que os direitos e as políticas sociais são componentes da cidadania burguesa, limitadas ao horizonte da emancipação política<sup>367</sup>, embora restrita a contextos históricos

---

<sup>366</sup> Como observam Behring e Souza (2020), uma das principais fontes de financiamento da previdência em 2019 foram os títulos do Tesouro Nacional (endividamento público para financiar benefícios do INSS), valores que foram quadruplicados num intervalo de apenas 2 anos, atingindo 205 bilhões em 2019, implicando posteriormente em expropriações de recursos via contrarreformas para remunerar o rentismo.

<sup>367</sup> A autora faz alusão ao livro *Sobre a questão judaica*, de Marx. A partir do debate com Bruno Bauer sobre a possibilidade de emancipação dos judeus, com a ampliação da liberdade religiosa e superação do Estado cristão, o revolucionário alemão investiga a relação entre emancipação política e emancipação humana. Resumidamente, é demonstrado que a ideia republicana da liberdade religiosa é limitada, uma vez que não basta a emancipação do Estado cristão, mas é necessária a emancipação do Estado em geral, o Estado político, do direito civil burguês a serviço da propriedade privada. Behring (2018, p. 245), corretamente observa que a luta de classes, em condições históricas determinadas (vide as economias capitalistas centrais), alargou o campo da emancipação política para além do que Marx viveu ou

e geopoliticamente específicos, que apenas evidenciam o caráter desigual do desenvolvimento capitalista. Embora a emancipação humana a rigor não seja o horizonte das políticas sociais - elas não apontam para a superação do valor e da propriedade privada -, ao envolver necessidades reais dos trabalhadores e de sua reprodução enquanto força de trabalho, podem assumir papel importante num contexto de crise e de ofensiva contra os direitos sociais, o meio ambiente e, conseqüentemente, a própria humanidade.

No contexto brasileiro, apesar das reformas anunciadas na Constituição de 1988, tivemos uma sucessão de contrarreformas desde a década de 1990 - principalmente com o Plano Real (1994) e o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) -, que de modo articulado solaparam a possibilidade, ainda que tardia e limitada, de reformas profundas. Como indica Behring (2018, p. 251), num país que “incorporou” o projeto da modernidade pela via não clássica, marcado pelo escravismo, pela heteronomia e dependência, dominado por uma burguesia antinacional, antipública e antidemocrática, “a defesa dos direitos e das políticas sociais compõe, há muito, uma agenda dos trabalhadores, frente à incapacidade estrutural da burguesia brasileira de incorporar sequer a pauta da emancipação política”. Mesmo diante dessas particularidades nacionais a autora pondera que a defesa dos direitos sociais e da política social pelos trabalhadores só faz sentido quando vinculada a um *programa de transição*, e integrada à defesa de uma *revolução permanente*, conforme a elaboração de Leon Trotsky<sup>368</sup>, uma vez que “a agenda dos direitos, sendo a ela impressa uma direção estratégica de esquerda, pode ultrapassar a si mesma, tornando-se explosiva, num país onde os processos de emancipação política estiveram sempre muito limitados.”.

Em linhas gerais, quando a política está orientada pela estratégia socialista revolucionária, se deve buscar ao máximo as tensões abertas pela materialidade que os direitos e as políticas sociais adquiriram na vida dos trabalhadores. Assim ganha relevância o problema sobre quais políticas sociais e direitos devem compor um programa voltado aos interesses dos trabalhadores, avaliando caso-a-caso se irão contribuir para desmistificar a igualdade e a liberdade meramente formais que se

---

vislumbrava em 1843/1844 e mesmo em sua obra madura. De acordo com a autora, “sob a batuta da socialdemocracia e por muitas vezes com a participação dos eurocomunistas e democratas cristãos, ergueram-se nos Anos Gloriosos de crescimento após a guerra, as formas mais abrangentes do Estado social, levando a emancipação política a fronteiras, a rigor, inadmissíveis pelos liberais ortodoxos e impensáveis por Marx e Engels.”.

<sup>368</sup> Voltaremos ao assunto mais adiante.

fundam na exploração do trabalho, em que “a cidadania e o direito surgem como forma de ordenar o conflito de classes, preservando o egoísmo burguês, a propriedade privada e a exploração, e ocultam a dominação política da burguesia” (BEHRING *apud* BEHRING; SANTOS, 2018, p. 256).

Nesse contexto, o combate contra a mercantilização dos bens e serviços assegurados pelas políticas sociais como direitos possui uma dimensão educativa para os trabalhadores, com potencial para se articular com a crítica mais geral da “sociedade das mercadorias” e da necessidade de se lutar pela “expropriação dos expropriadores”. Do mesmo modo, é indispensável a crítica aos programas assistenciais de combate à pobreza, incapazes que são de atingir os fundamentos do empobrecimento relativo dos trabalhadores, atacando a programática focalizada e claramente não universalista da política social capitalista em tempos de neoliberalismo, e que enfatiza a cidadania pelo consumo, reforçando o individualismo e o fetiche da mercadoria.

Os altos índices de desemprego, a crescente escalada do subemprego e o avanço da precarização nas últimas décadas ampliaram as massas de trabalhadores condenados a uma vida miserável, objetivamente incapazes de satisfazerem as necessidades mais elementares, com sorte convertidos em público-alvo de programas assistenciais e da “benevolência” de organizações do chamado “terceiro setor”<sup>369</sup>. A perspectiva de expansão da robótica e da automação como promete a propaganda sobre a chamada Indústria 4.0 tende a agravar ainda mais a situação. Paralelamente, como vimos, se desenvolveram “alternativas” que visam possibilitar a subsistência econômica e “espiritual” por dentro da ordem, que vão do chamado empreendedorismo à plataformização do trabalho, até táticas de apelo conformista, como a literatura de autoajuda, os *coachs* do tempo individual, a fruição de produções culturais de qualidade duvidosa dirigidas por grandes corporações globais, entre outros modismos. Não é difícil deduzir que nesse ínterim os capitalistas ampliaram a parcela riqueza apropriada por eles, em detrimento da piora geral das condições de vida dos trabalhadores. Está posto o desafio de converter os inúmeros exemplos cotidianos de insatisfação com esse estado de coisas numa vanguarda política da classe organizada (partido, organizações sindicais, etc.) capaz de mobilizar a massa dos trabalhadores para a construção de outra

---

<sup>369</sup> cf. MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social* (2002). Em sua tese, Húngaro (2008) demonstra algumas implicações da emergência do chamado “terceiro setor” para as perspectivas do lazer como direito social.

forma de organização social, a sociedade socialista, esta sim a ser dirigida pelos próprios trabalhadores. É a partir desse conjunto de problemas que nos propomos a refletir sobre os estranhamentos e indicar algumas implicações para se pensar o “lugar” do lazer nesse projeto político.

O “Estranhamento” é o quarto e último capítulo da segunda parte da obra intitulada *Para uma Ontologia do Ser Social*, de György Lukács (2013). Enquanto a primeira possui um caráter mais histórico (LUKÁCS, 2012), a segunda parte está voltada ao estudo dos complexos fundamentais do ser social, sendo os três primeiros o “trabalho”, a “reprodução”, e a “ideologia”. Como observa Infranca (2018, s/p.), não é por acaso que o estranhamento aparece como o último capítulo, mas porque “contém em si os três primeiros momentos constitutivos do ser social”, sendo o quarto e último capítulo, o estranhamento, “o culminar de uma longa reflexão lukacsiana sobre a estrutura constitutiva do ser social”.

Com desenvolvimentos originais a partir do pensamento de Marx, Lukács (2013, p. 419) afirma que o estranhamento é um “fenômeno exclusivamente histórico-social”, que assume formas “historicamente sempre diferentes, cada vez mais marcantes”, mas que não configura “uma *condition humaine* universal, possuindo menos ainda qualquer universalidade cósmica.”. Esse entendimento se contrapõe radicalmente ao que era sustentado pelos pensadores existencialistas. Por essa razão, a “reconstituição ideal do ser como ele é em si, como ele se espelha e se expressa adequadamente no pensamento” permite “determinar ontologicamente o estranhamento real como processo real no ser social real do homem” (2013, p. 420). Para Lukács (2013), inspirado em Marx<sup>370</sup>, é o próprio desenvolvimento das forças produtivas que desencadeia um incremento na formação das capacidades humanas, mesmo que isso pressuponha indivíduos ou mesmo classes sacrificadas. Decorre disso que o desenvolvimento das capacidades humanas pode não acarretar no desenvolvimento da personalidade humana, mas que o incremento das capacidades singulares podem até mesmo deformá-la, rebaixá-la etc<sup>371</sup>.

---

<sup>370</sup> “Não se compreende que esse desenvolvimento das capacidades do gênero ‘homem’, embora ele aconteça, num primeiro momento, às custas da maioria dos indivíduos humanos e de certas classes de homens, acabará por romper esse antagonismo e coincidir com o desenvolvimento do indivíduo singular, ou seja, que o desenvolvimento superior da individualidade é adquirido mediante um processo histórico em que os indivíduos são sacrificados [...]” (MARX *apud* LUKÁCS, 2013, p 421).

<sup>371</sup> Lukács (2013) menciona o caso dos integrantes de equipes especializadas, que apesar das habilidades específicas cultivadas de modo sofisticado, têm um efeito altamente destrutivo sobre a sua personalidade. Outro exemplo citado pelo autor são os militantes homens que se empenham na luta contra certos

Ainda que o estranhamento se expresse no plano imediato de modo individual - a decisão alternativa individual é parte incontornável<sup>372</sup> -, ele é essencialmente um acontecimento social, “remotamente mediado por múltiplas inter-relações” (2013, p. 424). Foi a investigação da “ontologia da vida cotidiana”<sup>373</sup> que permitiu ao filósofo húngaro indicar que, ao menos desde a escravidão - sem jamais ter abrangido a inteira totalidade do ser social -, emanam na história social do estranhamento inevitavelmente dois extremos do desenvolvimento desigual: (a) as realizações tacanhas, fundadas no patamar baixo ou retardatário do desenvolvimento social e; (b) um progresso objetivo inquestionável, que leva simultânea e necessariamente à deformação da vida humana.

Como a personalidade é uma categoria social, que se desdobra e define num campo de ação histórico-social e que expressa no constante “afastamento das barreiras naturais”, a correta apreensão do estranhamento deve ir além da mera contradição entre desenvolvimento da personalidade e o desenvolvimento da capacidade humana. É preciso explicitar que o estranhamento não corresponde a um estado, mas um processo dentro de um complexo (constituído pela sociedade em geral e a individualidade singular humana). Desse modo, é preciso tomar o estranhamento a partir de uma dada forma social, tal como a sociedade capitalista e suas classes. Alçado à condição de um fenômeno universal no capitalismo, o estranhamento impacta tanto a burguesia quanto o proletariado, porém, produzindo reações antagônicas. No caso da burguesia, o estranhamento é percebido como seu próprio poder, algo que manifesta uma existência humana. Já o proletariado é aniquilado por ele, refletindo sua impotência e desumanidade.

---

estranhamentos, mas que são tiranos com as suas mulheres, o que os leva forçosamente a um novo estranhamento de si mesmos.

<sup>372</sup> Para Lukács (2013, p. 426-427), tanto no caso dos estranhamentos que surgem no plano socioeconômico imediato quanto àqueles em que a forma fenomênica imediata é ideológica (religião), “num entrelaçamento inextricável do social como o pessoal, o fato de uma resolução alternativa originar-se imediatamente de motivos pessoais ou já ser socialmente determinado, ter intenção determinante, no plano imediato possui importância objetiva também para a sua apreciação social. Disso decorre a exigência de analisar essas questões em sua complexidade concreta.”

<sup>373</sup> Numa síntese inevitavelmente limitada e problemática por restringir toda a riqueza da elaboração aos aspectos que consideramos fundamentais, podemos compreender a ontologia da vida cotidiana como “a influência recíproca da totalidade até as decisões singulares, destas de volta à totalidade dos complexos, à sociedade e à sua totalidade” (LUKÁCS, 2013, p. 424). É das inter-relações do homem singular com a sua própria vida cotidiana que brotam os estranhamentos, ainda que em última análise sejam produto de relações econômicas imperantes em cada caso. Sendo assim, a vida cotidiana é o *medium* entre a estrutura econômica geral da sociedade e o homem singular.

A esse respeito, três aspectos devem ser destacados. Em primeiro lugar, cabe afirmar que todos os estranhamentos são fenômenos fundados socioeconomicamente<sup>374</sup>, pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção e que, de acordo com Lukács (2013, p. 457-458), “sem uma mudança decisiva da estrutura econômica, nada de essencial poderá ser modificado nesses fundamentos por meio de alguma ação individual”. Em segundo lugar, esse fundamento faz com que todo estranhamento seja, “antes de tudo, um fenômeno ideológico”<sup>375</sup>, capaz de prender “a vida individual de todo homem envolvido de maneira tão multifacetada e firme que a sua superação subjetiva só poderá ser realizada na prática como ato do indivíduo envolvido em cada caso específico”, condição que possibilita aos sujeitos singulares, por exemplo, discernir teoricamente sobre a essência do estranhamento, ainda que nele permaneçam ou até mesmo o aprofundem, só podendo ser superado “por meio de pores corretos na prática por parte do indivíduo envolvido, mediante os quais ele modifica de fato e na prática o seu modo de reagir”. Por fim, como todos os estranhamentos são concretos e em última análise encontram fundamento na estrutura econômica social, ainda que venha a configurar uma “abstração razoável” (teoria), a superação objetiva “pode ser” “implementada mediante a transição para uma nova formação ou mediante um novo período estruturalmente distinto da mesma formação”<sup>376</sup>.

Para Lukács (2013), novamente inspirado em Marx<sup>377</sup>, sendo o tempo o espaço do desenvolvimento humano, o tempo de trabalho é a marca do estranhamento. Mas o capital foi capaz de ir muito além dele:

Quer um trabalhador, digamos, no século XIX, considerasse a jornada de doze horas como um destino humano universal, quer um

---

<sup>374</sup> Os fundamentos econômicos e as implicações filosóficas do fenômeno do estranhamento foram estudados detidamente por Marx (2004) nos *Manuscritos econômico-filosóficos*.

<sup>375</sup> De acordo com Lukács (2013) o estranhamento religioso é o arquétipo de todos os estranhamentos. Para o filósofo húngaro, a função social primária de toda religião é regular a vida cotidiana das sociedades, conciliando a *práxis* cotidiana de cada homem singular com os interesses gerais.

<sup>376</sup> Importante enfatizar que a superação objetiva do estranhamento constitui somente uma possibilidade dentre outras numa transição.

<sup>377</sup> Reescrevemos a epígrafe apresentada na introdução dessa tese: “O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afóra as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc. está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrocada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação.” (MARX, 1982, p. 177).

trabalhador de hoje considere a sua manipulabilidade pela organização megacapitalista do consumo e das prestações de serviço como um estado de bem-estar humano finalmente alcançado, esses dois modos do estranhamento – tão diferentes quanto à forma – correspondem exatamente às respectivas finalidades socioeconômicas do grande capital. Nesse tocante, **está claro que quanto mais intensamente o estranhamento se apoderar de toda a vida interior do trabalhador, tanto mais desimpedidamente poderá funcionar a dominação do grande capital.** Portanto, **quanto mais desenvolvido for o aparato ideológico do capitalismo, tanto maior será a sua disposição de fixar mais firmemente tais formas de estranhamento nos homens singulares,** ao passo que, **para o movimento revolucionário dos trabalhadores,** para o despertar, a promoção e a maior organização possível do fator subjetivo, desmascarar o estranhamento enquanto estranhamento, **a luta consciente contra ele, constitui um momento importante (todavia: apesar disso, apenas um momento) da preparação para a revolução.** (2013, p. 452, grifos nossos)<sup>378</sup>.

Com o objetivo de aportar ao *movimento revolucionário dos trabalhadores*, Lukács (2013, p. 523) assume o desafio de *desmascarar o estranhamento*, chegando a sistematizar uma série de considerações sobre o problema da manipulação que avançava a passos largos principalmente desde a segunda metade do século XX. Ainda que ela integre a dinâmica mais geral dos estranhamentos, as indicações do autor são valiosas para o correto entendimento dos desafios contemporâneos<sup>379</sup>.

---

<sup>378</sup> Lukács (2013, p. 479) procura desvelar o processo que vai das reificações “inocentes” ao estranhamento. Quanto mais a vida cotidiana dos homens produz modos e situações de vida coisificados, “tanto mais facilmente o homem da vida cotidiana se adaptará espiritualmente a elas enquanto ‘fatos da natureza’ sem oferecer-lhes resistência espiritual-moral, e por essa via pode surgir em média – sem que, em princípio, isso vá necessariamente ocorrer – uma resistência atenuada contra autênticas reificações que produzem estranhamento.”.

<sup>379</sup> Ao enfrentar o problema do estranhamento, a manipulação aparece no pensamento do autor sem que reivindique a absoluta autonomia do consumo ou da circulação, algo comum nos estudos do lazer, ainda que o mesmo afirme que “a manipulação é economicamente uma categoria determinante da circulação” (LUKÁCS, 2013, p. 256). Suas reflexões sobre o tema estão voltadas para as consequências do crescimento econômico do pós-guerra, quando trabalhadores do centro do capitalismo, fortalecidos pela “ameaça comunista”, pelo avanço da produtividade decorrente da grande indústria, do mais-valor relativo e da exploração das colônias e semicolônias, conquistaram melhores condições de vida (elevação da renda, redução da jornada, políticas sociais etc.) e vislumbravam ainda mais. Numa entrevista para Kofler (2010, p. 130), Lukács afirma que isso foi possível num contexto em que havia certa margem para “um aumento da exploração ao lado de um aumento do nível de vida do trabalhador”. Aparentemente, “o interesse diretamente econômico do capitalismo nos âmbitos por ele dominados do consumo e dos serviços parece restringir-se, no plano imediato, a aumentar as vendas e, desse modo, o lucro”. No entanto, para que isso fosse possível foi preciso mobilizar “**um aparato que não se contenta mais só com a exaltação objetiva das mercadorias, mas exerce sobre o consumidor uma pressão moral cada**

A base econômica da manipulação é o domínio da indústria dos bens de consumo pelo grande capital e o desenvolvimento de um extenso aparato ideológico centrado no consumo de prestígio<sup>380</sup>. No entanto, a crítica do autor não está voltada para a enorme capacidade de satisfação das necessidades humanas, como jamais existiu na história da humanidade - produto do desenvolvimento dos meios de produção, do consumo e dos serviços -, sejam estas necessidades oriundas do estômago ou do espírito, mas para o desafio de mirar nas “tendências ao estranhamento do homem em relação a si mesmo, de sua transformação numa base do ser na qual ele descubra e se desenvolva.” (LUKÁCS, 2013, p. 523). Enquanto no passado a publicidade era voltada à exaltação das mercadorias, agora ela está voltada para enaltecer o prestígio pessoal que será proporcionado ao comprador por sua aquisição. Se almeja influenciar e formar num determinado sentido, reforçando a ilusão de que a diferenciação superficial da particularidade adquirida no mercado das mercadorias seria o único caminho para o homem tornar-se uma personalidade. Trata-se de um aparato tecnicamente primoroso que reafirma cotidianamente essa forma de sociedade como único modo de vida apropriado e humanamente digno. Chegamos assim na mais alta expressão da determinação do ser pelo ter. Se o capital já renunciava essa característica em seus primórdios<sup>381</sup>, podemos afirmar sem medo de errar, que o capitalismo contemporâneo realizou enormes “avanços” neste domínio, recorrendo a manipulações econômicas,

---

**vez maior.** [...] E visto que, como igualmente já sabemos, esse desenvolvimento está associado a uma redução do tempo de trabalho e com um aumento do tempo livre, essas tendências igualmente se orientam pelas necessidades anteriormente descritas. Portanto, na medida em que o homem subordina o seu fazer e deixar de fazer no cotidiano à produção de sua “imagem”, é bem claro que, **dessa elevação do nível de vida, deverá surgir um novo estranhamento, um estranhamento *sui generis*.** O salário mais alto substitui o salário mais baixo, o tempo livre mais longo substitui o mais curto. **Porém, esse desenvolvimento só aniquila alguns estranhamentos antigos, substituindo-os por uma nova espécie de estranhamentos.**” (LUKÁCS, 2013, p. 558-559, grifos nossos).

<sup>380</sup> As inúmeras considerações que apresentamos ao longo da tese nos dispensam de reafirmar, uma vez mais, que não faz o menor sentido conceitos como “sociedade de consumo”, que desconsideram o fato de que milhões de trabalhadores e suas famílias não dispõem de condições mínimas sequer para subsistir. Nesse ponto do texto queremos realçar a outra face que compõe o mesmo complexo de problemas, aquele que afeta os que ainda alcançam o “privilégio da servidão”. Para Lukács (2013, p. 516) “a pessoa se veste, fuma, viaja, tem relações sexuais não por causa dessas coisas em si e por si, mas para aparentar no ambiente em que se vive a ‘imagem’ de certo tipo de pessoa que é apreciada enquanto tal. É evidente que, nesse caso, a ‘imagem’ é uma reificação explícita do fazer da própria pessoa, da sua própria condição, do seu próprio ser. Fica igualmente claro que a difusão e o predomínio universais dessas reificações da vida cotidiana fazem do estranhamento uma base tão fundamental da vida cotidiana que contra ela costumam no máximo levantar-se protestos bem abafados [...]”.

<sup>381</sup> “A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é nosso [*objeto*] se o temos, portanto quando existe para nós como capital ou é por *nos* imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós, etc, enfim *usado*. [...] O *lugar* de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter* [...]” (MARX, 2004, p. 108-109).

sociais e políticas que pretendem acorrentar o homem à sua particularidade e ao seu ser estranhado, de maneira cada vez mais refinada e personalizada.

Como indica o autor, o fundamento teórico para a eliminação das tendências ao estranhamento “só poderá consistir num retorno autêntico ao marxismo”, capaz de inspirar “vida nova ao aspecto indestrutível do seu método, que seja capaz de restituir-lhe de novo as possibilidades de proporcionar conhecimento mais profundo e mais verdadeiro do processo social do passado e do presente.” (LUKÁCS, 2013, p. 523). Após reafirmar que os estranhamentos são resultado de leis econômicas objetivas de cada formação concreta, que podem ser aniquilados somente pela atividade objetiva das forças sociais, o autor assevera que

[...] a luta dos homens singulares para suprimir os seus próprios estranhamentos pessoais não precisa permanecer no plano de uma mera atividade pessoal singular socialmente irrelevante, mas pode converter-se numa atividade, cuja influência – potencial – sobre o movimento da sociedade como um todo pode adquirir, sob certas condições, um peso objetivo considerável. (LUKÁCS, 2013, p. 553).

A propósito das possibilidades singulares, sem incorrer em saídas puramente individuais típicas do nosso tempo, o autor insiste que:

[...] a pessoa que, mediante decisões individuais, quiser romper o seu próprio estranhamento precisa, a fim de conseguir realizar subjetivamente essa ruptura, possuir uma perspectiva, em última análise – todavia só em última análise – de cunho social, orientada, ainda que tragicamente, para algum modo fenomênico da genericidade para si; unicamente tal perspectiva lhe permitirá alçar-se interiormente de modo efetivo acima da sua própria particularidade impregnada de estranhamentos, enredada em estranhamentos. Exatamente isto, ou seja, o pôr de uma perspectiva social vinculante para o indivíduo, é **dificultado até os limites da irrealizabilidade** [...] Ao fazer com que o progresso – segundo tais concepções – possa efetuar-se só em campos que praticamente nada têm a ver com o caminho do homem enquanto homem e que até mesmo se confrontam com ele de modo hostil e destrutivo, a aspiração ao ser-homem é relegada aqui ao campo de uma ‘pura’ subjetividade privada do aspecto social. Por essa via, não só se degrada como indigna do homem toda atividade na

sociedade mesma, mas também os modos superiores de expressão ideológica (arte, concepção de mundo) adquirem como substância, mediante a rejeição de toda socialidade, um subjetivismo de tal modo ‘purificado’ que, justamente nesse desviar-se de tudo o que poderia degradar o sujeito, nada resta além do modo específico de expressão de uma particularidade dada de maneira única, sumamente acentuada em sua unicidade. (LUKÁCS, 2013, p. 550-551, grifos nossos).

Como corretamente observa o filósofo húngaro, embora o momento da produção social detenha uma autonomia objetivamente ontológica - originada de pores teleológicos dos homens singulares e se reproduza neles e através deles -, modificações essenciais nela são possíveis somente num nível social global, quando o desenvolvimento imanente da economia os torna objetivamente possíveis. Algo diferente vale para os estranhamentos. Ainda que sejam determinados em grande medida histórica e socialmente, é possível distinguir neles dois processos relativamente autônomos, ainda que seja impossível “dissociar ontologicamente o individual do social”<sup>382</sup>: (1) a tentativa individual de anular o próprio estranhamento e; (2) a luta coletiva contra o fenômeno social do estranhamento. Outras possibilidades ainda emergem com os movimentos sociais contrários ao estranhamento, que podem desencadear manifestações individuais espontâneas<sup>383</sup> nessa direção.

O percurso até aqui permite afirmar que é justamente a “‘pura’ subjetividade privada do aspecto social” que predomina nos conteúdos do lazer, tanto naquelas atividades já dominadas pela forma-mercadoria, quanto em parte considerável das políticas sociais de lazer, cultura, esporte, etc. que permanecem ativas, mesmo após a ofensiva neoliberal e os impactos da pandemia. E isso não deveria soar como uma observação surpreendente, uma vez que o lazer corresponde tendencialmente à forma

---

<sup>382</sup> “[...] todas as questões vitais às quais o homem reage com o seu trabalho, assim como as suas demais atividades (alienações), são sociais por sua natureza; as respostas que ele dá a elas, já no plano imediato as que ele dá visando conservar e reproduzir a sua própria vida, só podem se originar diretamente de sua constituição interior. Por isso, na alienação expressa-se a contraditoriedade no interior dessa unidade inseparável de socialidade e individualidade do homem: a alienação que responde individualmente às questões postas pela sociedade pode tanto levar o homem – de um ponto de vista abstrato – a se tornar uma personalidade como despersonalizá-lo.” (LUKÁCS, 2013, p. 582). Recomendamos a leitura do artigo *Alienação, objetivação e estranhamento na ontologia de Lukács*, de Ronaldo Vielmi Fortes, para a compreensão do significado específico de cada categoria no pensamento do filósofo húngaro.

<sup>383</sup> Lukács (2013) faz um paralelo em diferentes momentos de sua ontologia com o Lênin de *Que fazer?*. Para o filósofo húngaro, na teoria e na práxis de Lênin, a espontaneidade em geral corresponde à forma embrionária do fim consciente. Desse modo, a “generecidade em si” (o espontâneo, a classe em si), prescinde do elemento “de fora” para ascender até a “generecidade para si” (o consciente, a classe para si).

dominante de apropriação do “tempo livre” no capitalismo. Vejamos mais de perto o primeiro caso.

Os espaços de consumo, crescentemente associados a espaços de lazer, são também “espaços da pedagogia da mercadoria”, onde se “ensina” que o ato de viver deve ser reduzido a mero ato de consumo (ALVES, 2010, p. 73). Todas as individualidades humanas - até mesmo jovens e crianças que ainda não trabalham -, são cooptadas para essa forma de estranhamento. Mesmo a intelectualidade e toda a burguesia estão sujeitas ao estranhamento que amesquinha a autonomia da personalidade. Ao impor a mera adaptação passiva ao “meio ambiente espetacular das mercadorias”, o capital opera uma desefetivação do ser genérico do homem: 1) um processo de dessubjetivação humano-genérico e, por conseguinte, processo de dessubjetivação de classe no sentido de corrosão do sujeito histórico capaz de fazer história; e, 2) um processo de subjetivação fetichizado no sentido de formação de individualidades humanas abstratas afetadas de negação. Desse modo, o desenvolvimento das capacidades desfigura e avilta a personalidade humana, exercendo algum grau de domínio tanto no trabalho quanto fora dele.

A análise dos “*Shopping Centers* híbridos” realizada por Padilha (2006) é representativa desse processo. Por oferecerem uma “alternativa” reificada de lazer para grupos de médio e alto poder aquisitivo<sup>384</sup>, forjando a unidade entre lazer e consumo (mercadorias, serviços, alimentação, distinção social, segurança, “o modo americano de viver” e a ilusão da felicidade), merece *status* de símbolo de uma sociedade que valoriza o espetáculo do consumo de bens materiais e do lazer mercadoria (PADILHA, 2006). Embora seja um espaço privado, a maneira como se busca produzir a percepção de um local público demonstra o alcance atual do estranhamento. Essas “catedrais das mercadorias”, que em seu interior incorporam salas de cinema, jogos eletrônicos, praças de alimentação, eventos artísticos padronizados, brinquedos etc., favorecem o enfraquecimento do ser social ao tentar ocultar as contradições fundamentais da vida social.

Aqui não se trata de desembocar numa reflexão sobre o lazer exclusivamente orientada pelo viés da crítica ao consumo, reivindicando concepções que fogem ao referencial que orientou a tese até o momento. Como observa Cândido

---

<sup>384</sup> O envolvimento dos estratos inferiores ocorre pelo simples desejo de frequentar o espaço ou de comprar suas mercadorias.

(2008), se de algum modo o lazer é mediado por mercadorias previamente produzidas, como é frequente nos *shoppings centers*, os meios para produzir essa atividade (espaços, equipamentos, força de trabalho envolvida etc.) são seus pressupostos indispensáveis. Para além de todo fetiche que recobre as mercadorias e/ou serviços relacionados - como o “desejo de consumo” que parece emanar da própria mercadoria ou do serviço -, existem mercadorias que são produtos de uma forma determinada do trabalho, atravessada por relações sociais determinadas, um valor de uso que é mero suporte material daquele valor de troca, não existindo qualquer margem no interior da tradição iniciada por Marx para um valor subjetivo e/ou simbólico<sup>385</sup>.

Os problemas indicados até aqui foram ampliados desde a “popularização” de algumas tecnologias nas primeiras décadas do século XXI, com destaque para os *smartphones*. Como vimos no subcapítulo anterior, além de uma produção e fruição cultural cada vez mais atrelada aos meios digitais - algo que não representa em si um problema<sup>386</sup> -, sob a pressão de um apelo utilitário (as comodidades do nosso tempo) e emocional, vivemos “voluntariamente” vinte e quatro horas por dia com uma “tornozeleira eletrônica que nos prende nas cadeias do mercado”<sup>387</sup>. Numa espécie de “extrativismo digital”, dados são coletados e organizados visando saber o que e como os indivíduos compram, resultando num mapeamento que permite personalizar a publicidade num nível capaz de “dialogar” de modo cada vez mais íntimo com a “alma do consumidor” e, conseqüentemente, acelerar ainda mais a circulação das mercadorias.

Sem abandonar as “catedrais das mercadorias” e acompanhando a expansão do comércio eletrônico que discutimos nos capítulos anteriores, se proliferam os mega galpões tecnológicos a serviço do grande capital. Só na pequena e pobre cidade de Cajamar-SP, são 1,3 milhão de metros quadrados a serviço de empresas como *Amazon*, *Correios*, *B2W*, *Carrefour*, *Walmart*, *FedEx* entre outras dezenas (BERTOLOTTO, 2021). A riqueza expressa no preço das mercadorias que saem de lá contrasta com a miséria do município e do trabalho precário, terceirizado e da força de trabalho dos imigrantes haitianos, que se distribuem nas atividades de limpeza, transporte, empacotamento, entrega, etc. Ao relembrar com toda força que não existe valor em

---

<sup>385</sup> Cândido (2008) constrói uma instigante reflexão que resulta numa crítica aos estudos do lazer orientados por categorias como valor subjetivo ou bem simbólico, contrapondo a eles a robustez da teoria do valor marxista como guia para problematizar o lazer-mercadoria.

<sup>386</sup> Voltaremos ao problema do conteúdo das produções culturais mais adiante.

<sup>387</sup> A expressão é usada por Conti (2019) no texto *Admirável mundo novo*.

circulação que não seja produto de sangue, suor e lágrimas dos trabalhadores, se os *shoppings centers* podem ser chamados de “catedrais das mercadorias”, esses mega galpões poderiam muito bem receber a alcunha de “mausoléus da riqueza humana”.

No caso das políticas sociais, apesar de todo o potencial para fazer algum contraponto à crescente mercantilização no lazer, esbarrando nos deliberadamente estreitos limites orçamentários<sup>388</sup>, as mais avançadas iniciativas gozam de baixíssimo alcance. Enquanto a média das políticas sociais sequer chega a estimular muitos dos “conteúdos culturais do lazer”, como no caso dos interesses artísticos e intelectuais, outros interesses assumem um horizonte bastante limitado, como os físico-esportivos, no qual o parâmetro costuma ser a noção biologizante da saúde como simples “ausência de doença”, ou no melhor dos casos, a cultura narcisista. Ambos não costumam ir muito além das fronteiras de uma distração que esgota em si<sup>389</sup>.

Aqui recorremos uma vez mais às contribuições de Lukács (2013). Enquanto as realizações tacanhas servem de freio contra o despertar das potencialidades humanas, por outro lado, a obra de arte, aquela que resulta da contemplação do mundo pelos olhos da autêntica individualidade do artista, “que engloba uma profunda e enérgica intenção voltada para a generidade para si, para o homem e seu mundo”, possui um direcionamento imanente contra o estranhamento. É em função do “apelo figurado ao homem que busca ultrapassar a sua própria particularidade, [que] a arte pode, dependendo das circunstâncias, tornar-se pioneira da generidade para si” (2013, p. 557),

---

<sup>388</sup> Estreitos porque atendem prioritariamente os interesses do rentismo.

<sup>389</sup> Além daquelas considerações de Lukács sobre o entretenimento e o “ciclo problemático do agradável” que mencionamos no subcapítulo dedicado à crítica marxista do lazer no capitalismo contemporâneo, acrescentamos outra. Trotsky (2009), refletindo algumas questões sobre o modo de vida no contexto dos primeiros anos da União Soviética, faz alguns apontamentos sobre as “distrações” como um problema cultural e educativo muito importante, que extrapola o contexto específico para o qual foi inicialmente pensado e que parecem ainda válidas nos tempos atuais. Para o revolucionário bolchevique o “desejo de distração, de entretenimento, de diversão e de riso, é um desejo legítimo da natureza humana. Podemos e devemos proporcionar-lhe satisfações cada vez mais artísticas e, ao mesmo tempo, devemos fazer do divertimento um instrumento de educação coletiva, sem constrangimentos e dirigismo inoportunos.” (2009, p. 36). Refletindo a época que o texto foi escrito, Trotsky fez uma análise mais detida do cinema, um meio que cada vez mais se integrava à vida cotidiana, rivalizando com a igreja e os bares, despertando uma paixão “ditada pelo desejo de diversão, de ver qualquer coisa de novo, de desconhecido, de rir a até de chorar, não acerca das infelicidades próprias mas das de outrem. Todas essas exigências o cinema satisfaz de forma mais direta, mais espetacular, mais imaginativa e mais viva, sem que nada se exija do espectador, nem mesmo a cultura mais elementar. Daí esta reconhecida atração do espectador pelo cinema, fonte inesgotável de impressões e de sensações. Tal é o ponto de partida, e não só o ponto de partida, mas o domínio imenso a partir do qual se poderá desenvolver a educação socialista.”. Atualmente, quantos e quais meios poderiam ser utilizados, até mesmo nas políticas sociais, de modo a proporcionar pelo acesso à cultura em geral uma aproximação do indivíduo das possibilidades do gênero humano? Certamente, muito mais do que aqueles presentes na experiência soviética.

ainda que o pôr artístico não esteja direcionado para fins imediatos, prático-reais<sup>390</sup>. Para não sermos acusados indevidamente de idealismo, insistimos que aqui se trata, como observado por Lukács, apenas de uma possibilidade para o humano singular dificultada “até os limites da irrealizabilidade”... contra tudo e contra todos, mas ainda assim, uma possibilidade que, em circunstâncias específicas, pode estar a serviço da única solução definitiva para os estranhamentos: a ruptura radical com a sociedade do capital e a construção da sociedade comunista.

Frederico (2000) destaca como Lukács, em sua *Estética*, distingue o homem imerso na cotidianidade (o *homem inteiro*), submetido à fragmentação do mundo aparente, daquele concentrado na arte e na ciência (o *homem inteiramente*). No caso da arte, ao permitir que o indivíduo se depare com a figuração homogeneizadora, desviando dos acidentes e descontinuidades da vida cotidiana, é possibilitada a mobilização das forças espirituais que permitem ao indivíduo a superação de sua singularidade e o contato com o gênero humano, como demonstra o fenômeno da catarse. Mas essa elevação não consiste numa mera fuga, já que após a fruição estética, o homem volta a se defrontar com a fragmentação do cotidiano, porém, enriquecido pela experiência que o colocou em contato com as possibilidades do gênero.

Mais do que apenas reivindicar as potencialidades da arte autêntica, queremos chamar a atenção nesse ponto para o caráter social e histórico da sensibilidade. Revisitando a ideia de Marx de que a formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui, Lukács (2013, p. 429-430) afirma que o afastamento das barreiras naturais é um processo que se reflete até mesmo nas expressões mais fundamentais da reprodução social e da vida individual, incluindo os atos mais essenciais da alimentação e da reprodução biológica. Disso decorre que a formação da sensibilidade não envolve apenas a mobilização das capacidades “superiores” dos homens (pensamento, etc.), menos ainda a repressão da sensibilidade “inferior”, como costumam pregar algumas religiões. Trata-se de uma dinâmica que “precisa expressar-se no complexo total da existência humana, portanto também - no plano imediato até: antes de tudo - em sua sensibilidade.” É justamente como uma barreira deformadora da vida nas sociedades de classes que se levanta a propriedade

---

<sup>390</sup> A criação de formações puramente miméticas está restrita, por sua essência, “a provocar determinados sentimentos mediante tais formações; se esses efeitos se convertem em atos reais ou não é algo que – visto a partir da essência última do pôr – não pode ter uma necessidade incondicional[...]” (LUKÁCS, 2013, p. 390).

privada. Sua superação é a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos, justamente por permitir que esses sentidos e qualidades se tornem objetiva e subjetivamente humanos<sup>391</sup>.

Como na expropriação que deu origem ao capital - a violência que separou de modo sangrento o homem da terra e dos meios de produção, processo ironicamente denominado por Marx de “a assim chamada acumulação primitiva” -, as primeiras décadas do século XXI sinalizam que a expropriação segue num ritmo vertiginoso. Ainda há o que ser brutalmente arrancado. Além das formas mais convencionais do assalto capitalista - redução dos salários reais, inflação, retirada de direitos, dívida pública, etc. -, bilhões de trabalhadores pelo mundo convivem com a crescente expropriação mais ou menos velada do “tempo livre” de que ainda dispunham, como demonstram as formas contemporâneas do trabalho intermitente, a plataformização do trabalho, a informalidade, a ideologia do empreendedorismo, etc. Somada a expropriação que avança sobre aquela camada cada vez menor de trabalhadores que ainda desfrutam de empregos formais e de direitos, sendo o trabalho precário em expansão o fundamento econômico da “produção destrutiva”, a lógica da acumulação do capital que insiste em aprofundar a crise ambiental, vemos que se trata de uma expropriação que, levada às últimas consequências, pode resultar no autoextermínio da própria humanidade.

---

<sup>391</sup> Destacamos o trecho seguinte como aparece nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*: “A supra-sunção da propriedade privada é, por conseguinte, a *emancipação* completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado *humanos*, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho *humano*, da mesma forma como o seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornaram *teóricos*. Relacionam-se com a *coisa* por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento *humano objetivo* consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem. A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza *egoísta* e a natureza a sua mera *utilidade (Nützlichkeit)*, na medida em que a utilidade (*Nutzen*) se tornou utilidade *humana*.

Da mesma maneira, os sentidos e o espírito do outro homem se tornaram a minha *própria* apropriação. Além destes órgãos imediatos formam-se, por isso, órgãos *sociais*, na *forma* da sociedade, logo, por exemplo, a atividade em imediata sociedade com outros etc., tornou-se um órgão da minha *externação de vida* e um modo da apropriação da vida *humana*.

Compreende-se que o olho *humano* frui de forma diversa da que o olho rude, não humano [frui]; o ouvido humano diferentemente da do ouvido rude etc.

Nós vimos. O homem só não se perde em seu objeto se este lhe vem a ser como objeto *humano* ou homem objetivo. Isto só é possível na medida em que ele vem a ser objeto social para ele, em que ele próprio se torna ser social (*gesellschaftliches Wesen*), assim como a sociedade se torna ser (*Wesen*) para ele neste objeto.” (MARX, 2004, p. 109).

Apesar do flerte contemporâneo com a barbárie, o desafio daqueles que não abandonaram as trincheiras contra o capital - nem nos piores momentos da pandemia - e que seguem empunhando a bandeira comunista é encarar a realidade tal como ela se apresenta, sem escolher o terreno da luta revolucionária.

Como observa Hungaro (2008), em alguma medida, o horizonte da emancipação humana é repostado com a luta pelo tempo livre. Apesar de todos os limites e contradições que envolvem o lazer na contemporaneidade, ele invoca a possibilidade - nada mais que a possibilidade - de uma vida plena de sentido, que aponte para a superação do antagonismo entre indivíduo e gênero. Acrescentamos a estas considerações que pouco importa se o que se desenrola é uma luta direta ou indireta pelo tempo livre, se o seu desenvolvimento é originalmente espontâneo, se possui uma orientação defensiva - como na resistência à contrarreforma da previdência, trabalhista, etc. -, se assume uma dimensão (aparente) meramente econômica ou se a motivação é a luta por mais direitos. Em todos estes casos emerge a possibilidade de trazer “de fora” o elemento consciente<sup>392</sup>, de denunciar que toda a riqueza é produto das mãos, cérebros, músculos e nervos dos trabalhadores, mas que essa riqueza é deliberadamente apropriada e dividida entre os capitalistas e, principalmente, que sendo o capital o responsável pelo empobrecimento relativo da nossa classe, quer ela se manifeste na forma da carestia, do desemprego, da falta de sentido na atividade desempenhada ou na “falta de tempo”, é possível uma forma de organização social superior baseada na comunidade dos produtores livremente associados. Como afirmou Trotsky,

É preciso ajudar as massas no processo da sua luta cotidiana a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias, partindo das condições atuais e da consciência atual de grandes camadas da classe operária, e conduzindo invariavelmente a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado. (TROTSKY, 2017, p. 21).

Miséria, carestia, desemprego, estranhamento dentro e fora do trabalho, entre outros, são todos problemas contemporâneos que, de alguma maneira, estão vinculados à riqueza abstrata, ao estreito horizonte do valor, do trabalho abstrato, do

---

<sup>392</sup> Incluindo a indispensável figura do sujeito político coletivo, o partido revolucionário. Embora seja necessário, aprofundar o tema exigiria um trabalho que não propomos realizar nessa tese.

trabalho assalariado, entre outras barreiras impostos pelo capital. Revelando desde a vida cotidiana os limites dessa forma de organização social, estes e muitos outros problemas contemporâneos relacionados ao tempo social, não só podem como devem integrar um sistema de reivindicações transitórias.

Como o desenvolvimento das forças produtivas desencadeia necessariamente um incremento na formação das capacidades humanas, esse sistema de reivindicações transitórias também deve contemplar “o prazer da vida boa e o tempo para pensar e fruir da cultura, das ciências e das artes” (LAFARGUE, 1999, p.45). A hoje “abandonada” bandeira da redução da jornada de trabalho sem redução de salários - premida pela dimensão gigantesca do exército industrial de reserva e pela divisão internacional do trabalho na contemporaneidade -, e/ou a defesa de uma escala móvel de salários (reajuste de acordo com a inflação, assegurado um patamar mínimo) e de horas (ajuste mensal da jornada de trabalho de acordo com a necessidade de produção, assegurada uma jornada máxima) (TROTSKY, 2017), além de apontar para a possibilidade de distribuir entre todos o tempo de trabalho (fundamento de uma sociedade socialista), se mostra um elemento decisivo para “o fortalecimento do corpo e do espírito da classe operária, preparando-a para a ação revolucionária de emancipação do gênero humano.” (LAFARGUE, 1999, p. 45).

Obviamente que a forma institucionalizada da educação escolar ganha protagonismo nessa concepção. Longe de defender o “esvaziamento” dela, como alguns escolarizados “pensadores” da educação sugerem atualmente, a reivindicamos como instituição socializadora do conhecimento por excelência (SAVIANI, 2009). A depreciação do saber escolar - a despeito das particularidades envolvidas -, promovida por décadas pelas concepções pós-modernas que norteiam as pedagogias do “aprender a aprender” no país (DUARTE, 2001), encontrou seu par perfeito - e aparentemente antagônico - no contemporâneo rebaixamento da função social da escola alardeada por algumas instituições da “sociedade civil”<sup>393</sup>. De outro modo, a reivindicação do direito ao acesso ao conhecimento científico, às artes, à filosofia, etc. socialmente produzidos, a apropriação generalizada da cultura concebida em sentido amplo, é um pressuposto indispensável para se projetar a emancipação humana. Ainda que uma reivindicação dessa natureza remeta obrigatoriamente à defesa intransigente da educação escolar de

---

<sup>393</sup> Como exemplo basta mencionar o disparate do movimento neoconservador *Escola sem Partido*, que se fosse honesto em seus propósitos, teria adotado o nome de *Escola do Partido Único*.

qualidade socialmente referenciada, ela não precisa (nem deve) prescindir da defesa e da colaboração de outras modalidades do fenômeno educacional<sup>394</sup>.

Aqui esbarramos em outro limite dos estudos do lazer: a carência de propostas pedagógicas comprometidas com a superação do capital. Sem a pretensão de oferecer sequer um esboço inicial de proposta nessa direção para as atividades de lazer, nos limitamos a reivindicar um caminho para o desenvolvimento futuro para os pesquisadores comprometidos com o projeto socialista<sup>395</sup>.

Baseados nos textos de Demerval Saviani, os pesquisadores Mori e Curvelo (2016) sugerem que as formas de educação podem ser definidas quanto ao seu grau de sistematicidade, no contínuo entre as formas assistemáticas e as sistematizadas; e se elas são ou não escolares. Decorre disso quatro modalidades de educação: a educação escolar assistemática; a educação escolar sistematizada; a educação não escolar assistemática; e a educação não escolar sistematizada<sup>396</sup>. Podemos notar que as atividades e as problemáticas do lazer e do tempo livre atravessam todas elas, seja na forma de manifestações espontâneas ou deliberadas.

O conjunto de problemas reunidos naquela pesquisa justificam o chamado a refletir sobre os fundamentos teóricos para uma *pedagogia crítica do lazer*. Embora a vasta produção intelectual de Demerval Saviani - materializada na formulação da

---

<sup>394</sup> Entendemos que a educação escolar possui a chave interpretativa das formas não escolares, na medida em que as formas mais desenvolvidas podem ajudar a desvelar os segredos das menos desenvolvidas.

<sup>395</sup> Estamos de acordo com Mascarenhas (2005) sobre a necessidade de se contrapor às perspectivas conservadora (ação comunitária) e reformista (animação sociocultural) mais ou menos estabelecidas no lazer. Para o autor, outra concepção deveria partir do legado das formulações *freirianas*, ponto mais alto das elaborações visando a educação não-formal e de várias outras que compõem a *educação popular*. Envolveria, assim, “um lazer problematizador, reclamando o ambiente, a disponibilidade e as condições para que a reflexão elaborada e gerada a partir da vivência da cultura lúdica busque assegurar às classes populares a apropriação de um saber correspondente às suas experiências e reais necessidades, possibilitando-lhes o desenvolvimento de habilidades e valores necessários à sua autodeterminação como sujeito coletivo.” (MASCARENHAS, 2005, p. 272).

<sup>396</sup> “A **educação escolar sistematizada** é a forma institucional, oficial, formalizada da educação escolar; é, em verdade, sua essência [...] Essa forma principal de educação escolar convive com outra, que lhe é inerente e inevitável: a **educação escolar assistemática**. Estudiosos do campo do currículo costumam identificá-la como currículo oculto: são as aprendizagens que ocorrem à revelia do trabalho educativo intencional do professor. [...] A **educação não escolar assistemática** [...] abrangeria as aprendizagens que ocorrem nos espaços tradicionais de convivência (lar, rua, praça etc.), nas associações civis, no contato com artefatos e produtos culturais, enfim, tratar-se-ia de uma modalidade semelhante ao que tradicionalmente se concebe como educação informal. Finalmente, a **educação não escolar sistematizada** seria aquela realizada por diversas instituições, entidades e empresas que oferecem cursos de frequência facultativa, mas com organização semelhante àquela praticada no ensino escolar. Estamos falando de escolas de futebol, artes marciais, música, idiomas, de certos cursos técnicos e profissionalizantes com maior ou menor duração, dos antigos cursos por correspondência e dos atuais cursos à distância.” (MORI e CURVELO, 2016, p. 501-502, grifos nossos).

Pedagogia Histórico-crítica (PHC) -, pouco tenha se dedicado a analisar as modalidades de educação não escolar, Mori e Curvelo (2016) concluem que ela reúne uma série de aportes para outras formas educativas além da escola. Isso é possível porque a PHC se funda no reconhecimento da luta de classes, na dependência recíproca entre sociedade e educação, como prática mediadora no interior da prática social mais ampla, indispensável para a transformação das relações de produção que alienam as camadas populares dos produtos mais elevados da cultura material e não material. Do mesmo modo, apostamos que essa teoria pode oferecer muitas contribuições para pensarmos pedagogicamente as atividades de lazer. Alguns passos nessa direção já vêm sendo dados por outros pesquisadores (cf. LAVOURA, 2013).

O indivíduo só se constitui como homem se incorporar em sua própria subjetividade formas de comportamento e ideias criadas pelas gerações anteriores e retrabalhadas por ele e por aqueles que com ele convivem. É o processo educativo, seja ele formal ou informal, que possibilita a integração do indivíduo singular ao gênero humano<sup>397</sup>. Mas não tenhamos ilusões. O acesso à educação de qualidade socialmente referenciada, o tempo disponível para cada indivíduo e toda a sociedade, bem como a generalização de outros direitos, em última instância, só serão generalizadas quando superadas as condições que impedem os trabalhadores de se apropriarem da riqueza que eles próprios produzem. Seria ingenuidade pensar na superação do modo capitalista de produção, exclusivamente, pela via da atuação no âmbito da educação ou do lazer, do mesmo modo que seria impudência, depois de todo esse percurso, desconsiderar sua potente contribuição para o desvelamento das contradições sociais e, indiretamente, para a revolução socialista e a emancipação humana.

Assim como o trabalho abstrato se refere a forma específica do trabalho no modo capitalista de produção e a superação dele depende da destruição dessa forma de sociedade, a expressão tempo livre para o lazer “é o constitutivo contraditório e dialético desta noção, superável apenas pela revolução da totalidade das condições que viabilizam esta contradição, uma revolução que só pode surgir no seio e no movimento desta relação contraditória.” (PEIXOTO, 2007, p. 270). Nesse sentido, militar exclusivamente pela garantia de acesso ao lazer como direito social, política pública a

---

<sup>397</sup> Para Saviani (2008, p.06), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

ser garantida pelo Estado, iniciativa frequente entre os pesquisadores do lazer, porém, sem ter como horizonte a perspectiva da construção das condições subjetivas para uma revolução social orientada para a emancipação humana, depõe contra a própria capacidade humana de projetar e efetivar seu futuro.

Seja na forma da educação escolar sistematizada ou qualquer outra de suas variantes, isso não impede de reconhecer que, como observa Mascarenhas (2005, p. 249-250), o lazer já reúne atributos para ter seu reconhecimento como direito social, sustentado sobre “princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram poder econômico”, instrumento político e pedagógico de transformação social baseado na “educação informal, alegre e lúdica”, com potencial para “se manifestar pelas mais diferentes práticas, nos mais diversos ambientes, como tempo e espaço de organização da cultura”. No entanto, contrapor a perspectiva da cidadania (a “lazerania”) a tática revolucionária da “tomada do poder como estratégia de transformação social”, como faz o autor (2005, p. 251), além de confundir tática e estratégia, evanesce a potência do tempo livre e do lazer como componentes de um programa de transição, capaz de fazer a ponte entre os problemas da vida cotidiana e o projeto histórico socialista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O dia em que o morro descer e não for carnaval  
Wilson das Neves e Paulo César Pinheiro*

*O dia em que o morro descer e não for carnaval  
ninguém vai ficar pra assistir o desfile final  
na entrada rajada de fogos pra quem nunca viu  
vai ser de escopeta, metralha, granada e fuzil  
(é a guerra civil)*

*No dia em que o morro descer e não for carnaval  
não vai nem dar tempo de ter o ensaio geral  
e cada uma ala da escola será uma quadrilha  
a evolução já vai ser de guerrilha  
e a alegoria um tremendo arsenal  
o tema do enredo vai ser a cidade partida  
no dia em que o couro comer na avenida  
se o morro descer e não for carnaval*

*O povo virá de cortiço, alagado e favela  
mostrando a miséria sobre a passarela  
sem a fantasia que sai no jornal  
vai ser uma única escola, uma só bateria  
quem vai ser jurado? Ninguém gostaria  
que desfile assim não vai ter nada igual*

*Não tem órgão oficial, nem governo, nem Liga  
nem autoridade que compre essa briga  
ninguém sabe a força desse pessoal  
melhor é o Poder devolver à esse povo a alegria  
senão todo mundo vai sambar no dia  
em que o morro descer e não for carnaval.*

Abrimos a tese descrevendo a tradição dos precarizados trabalhadores da indústria têxtil de Toritama, que após um ano de trabalho sem limite de jornada, sem descanso remunerado, sem férias, entre outros direitos, vendem seus pertences ou se endividam para desfrutarem do carnaval na praia. Encerramos o trabalho remetendo uma vez mais ao carnaval.

O grande mestre Wilson das Neves em parceria com Paulo César Pinheiro, com enorme sabedoria e sensibilidade, foi capaz de sistematizar numa de suas brilhantes composições muitas daquelas ideias que nos desdobramos para escrever ao longo de centenas de páginas. *O dia em que o morro descer e não for carnaval*, traz um misto de

denúncia e convocação à luta. A *guerra civil* entre os trabalhadores empobrecidos - *cortiço, alagado e favela* - e o *Poder* da burguesia e do capital, tantas vezes encoberta pela *fantasia que sai no jornal* é escancarada na letra do samba, revelando a tragédia da vida cotidiana que faz sangrar o nosso povo.

Ao pautar o problema da *cidade partida* os compositores dão voz aos explorados e oprimidos, as massas de trabalhadores privados de quase tudo, não porque faltem condições à humanidade para suprir plenamente suas necessidades, mas porque é a própria produção da riqueza nos limites do capital que gera uma vida de miséria sem fim. Porém, convencidos e organizados num programa que aponte para a ruptura radical com a sociedade das mercadorias, conformando *uma única escola, uma só bateria*, estarão postas as condições para *o couro comer na avenida*. A estrofe final traz o momento catártico. Sem *saber a força desse pessoal*, não existirá autoridade instituída em condições de se opor a essa massa no pleno exercício de suas tarefas históricas. Diante da crítica das armas, ***melhor é o Poder devolver a esse povo a alegria, senão todo mundo vai sambar no dia em que o morro descer e não for carnaval***.

Diferentemente do que traz a composição, podemos afirmar que a maioria dos estudos do lazer parece desviar da bandeira da “alegria” generalizada. Ainda permanecem raras as iniciativas de reflexão crítica sobre os efeitos das sucessivas crises do capital que se acumulam desde o último quartel do século XX sobre o trabalho e o lazer. Na base do descompasso entre o avanço da precarização do trabalho, da ofensiva contra os direitos sociais, da piora geral nas condições de vida dos trabalhadores, bem como das suas “representações teóricas”, está uma forma social em profunda crise, incapaz de encontrar saída efetiva para suas contradições, mas que ainda assim, se mostra capaz de impulsionar uma produção do conhecimento nos estudos do lazer que não encontra referente numa ontologia antagônica e que acaba, de modo hegemônico, por reproduzir e alimentar tais limites e contradições em suas pesquisas.

No estudo tentamos apresentar o que parece ser a razão para o revigorado debate contemporâneo acerca da origem do lazer. Observamos que o crescente apelo ao “recuo da teoria” nos estudos do lazer ao longo do século XXI opera em estreita sintonia com o processo de decadência ideológica da burguesia, dinâmica que induz uma produção de conhecimento que adota a evasão da realidade social como premissa, com implícitas ou explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital. Por

meio do relativismo e da crítica à modernidade, desconsideraram os projetos de sociedade em disputa ao menos desde meados do século XIX.

Visando o desenvolvimento de uma reflexão crítica, apresentamos uma síntese dos avanços da teoria marxista do lazer no país em diversas frentes, como nos debates sobre a tendência de mais e mais necessidades humanas serem convertidas em mercadorias visando a ampliação das possibilidades de realização do valor, processo que se combina ao controle do “tempo livre” dos trabalhadores. É nesse contexto que tomamos a teoria marxista do valor, bem como a compreensão do valor como elemento estruturante de toda a vida social no capitalismo, como eixo da nossa tentativa de contribuir para a compreensão do lazer.

A sistematização que apresentamos sobre a teoria marxista do valor centrou-se em aspectos pouco abordados pelos estudos do lazer que dialogaram com a tradição marxista. Na parte de maior densidade teórica da tese, inspirado pelo estudo de Isaak Rubin (1987), identificamos na teoria do fetichismo da mercadoria a base de todo o sistema econômico de Marx, capaz de desvelar porquê as forças produtivas sociais do trabalho aparecem como forças pertencentes ao capital e não ao próprio trabalho. É essa compreensão que ajuda a explicar o vínculo existente entre o modo de pensar comum aos participantes da produção social, efeito da inversão sujeito-objeto que resulta na reificação das relações de produção, ao seu reflexo na hegemonia funcionalista nas publicações vinculadas aos estudos do lazer. Trata-se de uma inversão que impede o homem na sua vida cotidiana de vislumbrar uma forma superior de organização social em conformidade com as possibilidades do desenvolvimento das forças produtivas.

A partir da distinção feita por Marx entre o processo *técnico-material* de produção e sua *forma social*, base da distinção entre trabalho concreto e abstrato e da contradição entre *valor de uso* e *valor*, apresentamos as especificidades da divisão social do trabalho enquanto pressuposto histórico do modo de produção capitalista. Demonstramos como a combinação do trabalho assalariado com a revolução incessante das condições técnicas e sociais do processo de trabalho, fazem com que o mais-valor relativo seja a forma dominante do mais-trabalho capitalista - sem abdicar do mais-valor absoluto -, que por sua vez, ocorre pela redução da proporção do capital variável em relação ao capital constante, dinâmica que aponta para a queda tendencial da taxa de lucro.

Baseado no limite histórico da “lei do valor”, apresentamos a necessidade de uma crítica da riqueza concebida nos estreitos limites do capital e reivindicamos a reflexão de Marx sobre a riqueza como tempo disponível para cada indivíduo e toda a sociedade, para além do tempo usado na produção imediata. Recuperamos a categoria *tempo disponível* como um importante aporte do revolucionário alemão aos estudos do lazer, medida da riqueza numa sociedade futura que tenha superado o capital, força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos.

Constatamos que o capitalismo contemporâneo, entendido como o desdobramento dialético das contradições desenvolvidas desde o final dos anos 1960, é produto da queda tendencial da taxa de lucro em âmbito global, processo que desencadeou uma forte ofensiva do capital contra o trabalho. Abordamos o significado geral das revoluções tecnológicas e, em especial, da Terceira Revolução Tecnológica e concluímos que, ao menos desde o advento do imperialismo, foram aprofundadas as contradições no interior das forças produtivas, principalmente desde a última ampla reestruturação capitalista dedicada à recuperação das taxas de lucro, processo que envolveu a expansão do mercado mundial, a financeirização, o Estado neoliberal, a crescente precarização do trabalho, entre outros, e suas expressões ideológicas, como as teses sobre o fim do trabalho e o pensamento pós-moderno.

Ainda que o desenvolvimento da teoria marxista do lazer no país, inspirada no melhor dessa tradição, não se dê por meio de consensos, julgamos ser possível destacar alguns aspectos sobre como o capitalismo contemporâneo impactou o “tempo livre” e o lazer. Primeiramente, entendemos que a distinção entre um lazer antes da onda neoliberal e após a onda neoliberal não se justifica, uma vez que no capitalismo contemporâneo o lazer preservou a função direta na produção e reprodução capitalista, como o objetivo de controle social ou recomposição da força de trabalho, ainda que se reconheça o aprofundamento do processo de mercantilização, dinâmica indicada nos estudos do lazer nas categorias “mercolazer”, “êxtase lazer”, “capital recreativo” e nas mudanças técnicas e organizativas no processo de trabalho.

Nesse sentido, considerar as particularidades da relação-capital com o lazer (capital produtivo voltado para a produção dos bens relacionados ao lazer, e por isso, produtor de mais-valor, o capital comercial voltado para a venda destes bens, o que inclui um capital voltado para os serviços de lazer) e seus entrecruzamentos se mostra

um desafio. A reflexão sobre o tipo de conteúdo das atividades de lazer também se fez presente em diversos autores na forma de uma crítica ao entretenimento. Procuramos incorporar a ela a denúncia do “ciclo problemático do agradável” e contrapomos as manifestações capazes de superar a heterogeneidade da vida cotidiana que possibilitam pôr em primeiro plano o ser genérico do homem, como no caso da arte autêntica.

Na teoria marxista do lazer ainda encontramos críticas à expectativa idealista da conquista do “tempo livre” pelo “consenso”, mesmo num cenário desfavorável, como no capitalismo contemporâneo, ainda que existam contradições que merecem ser exploradas (p.x. a luta pela redução da jornada de trabalho). Como o trabalho na sociedade produtora de mercadorias está subordinado à sua forma abstrata e à produção do valor, os autores analisados convergem de diferentes formas na crítica de proposições utópicas e românticas do tempo livre no interior de uma sociedade fetichizada, em outros termos, atacam a ideia de uma vida sem sentido no trabalho e cheia de sentido fora dele. Algo muito superior poderia emergir das revoluções técnicas e organizacionais sob a direção dos próprios trabalhadores, como a redução generalizada do tempo de trabalho e o aumento radical do tempo livre para todos.

Procuramos estudar a crise de 2007-2008 a partir da queda tendencial da taxa de lucro e da dialética da *funcionalidade / desfuncionalidade* do capital fictício, a fim de compreender a dinâmica da maior e mais profunda contração da produção da economia capitalista global (a Grande Recessão) desde a crise de 1929, responsável por demarcar o início de uma Longa Depressão. O acirramento das tensões entre capital e trabalho, com a apresentação em todo o mundo de planos de austeridade, ajustes fiscais, contrarreformas, etc., proporcionou a expansão acelerada de formas de trabalho impossíveis sequer de serem imaginadas algumas décadas atrás, na qual se destaca a ampliação dos domínios do capital monopolista internacional sobre fronteiras até então pouco exploradas (px. a plataformização do trabalho), estendendo o alcance da lei do valor e a integração (e interdependência) da economia global a patamares cada vez mais elevados e equalizados de exploração da força de trabalho.

É nesse marco que reunimos algumas considerações sobre a chamada Indústria 4.0 e os efeitos da robótica, das tecnologias da informação e da comunicação, da computação pesada (*big data*, inteligência artificial, *machine learning*, etc.), tanto nos setores que produzem mais-valor, quanto naqueles não produtivos (px. comércio e a

maioria dos serviços). Isso incluiu uma profunda análise do conteúdo que sustenta ideologicamente o “novo adeus ao trabalho”, processo que visa ocultar relações baseadas no assalariamento e na recusa à condição de classe do trabalhador, como é comum no chamado empreendedorismo e na plataformização do trabalho, problemas que não podem ser contornados para a correta compreensão das relações entre trabalho, “tempo livre” e lazer que se projetam no século XXI. Em linhas gerais, afirmamos que é totalmente equivocada a ideia de que a incorporação destas tecnologias no processo de trabalho se dá com o intuito de possibilitar aos trabalhadores mais “tempo livre” para seu desfrute. O fato disso ser possível para alguns pouquíssimos indivíduos não se reflete numa tendência para o conjunto da classe.

É a partir da Longa Depressão que interpretamos o contexto do trabalho e do lazer na realidade brasileira após a crise de 2007-2008. Analisamos uma série de iniciativas políticas do período que impactaram o “tempo livre” de final de dia (duração da jornada), de final de semana, de final de ano (férias) e de final de vida (aposentadoria). No presente estudo passamos pelos anos de “nacional desenvolvimentismo às avessas”, pela recessão de 2014-2016, por alguns planos de austeridade (EC 95), a contrarreforma trabalhista (2017) e previdenciária (2019), etc., até a sistematização de um conjunto de dados sobre os efeitos da pandemia de covid-19 na escalada do capital contra o trabalho, processos que incluem uma ofensiva contra o “tempo livre”, o fundo público e, conseqüentemente, o historicamente frágil horizonte do lazer como direito social.

Encerramos a pesquisa com um balanço crítico sobre temas que têm predominado nos estudos do lazer no país e a indicação de algumas perspectivas do lazer no século XXI. Problematizamos a recusa ao universalismo nos debates sobre a cultura, com destaque para uma variedade de “micronarrativas” que incorporam aquilo que tem sido denominado pelo debate crítico de multiculturalismo e a unilateralidade com que algumas pesquisas costumam abordar temas como atitude, subjetividade e ócio, frequentemente realçando o momento isolado e abstrato, superdimensionando a percepção dos sujeitos e ignorando tanto a processualidade histórica quanto a mútua determinação entre subjetividade e objetividade.

Na tentativa de desviar de concepções idealista-subjetivistas e realista-objetivistas que tanto comprometeram a produção de um conhecimento

verdadeiro, nos lançamos ao estudo da objetividade do lazer nas primeiras décadas deste século. Num esboço crítico sobre os trabalhadores do lazer no país, demonstramos como a informalidade e o arrocho salarial estão acima da média em relação aos demais trabalhadores brasileiros, condição que só tem piorado desde meados da primeira década deste século e mais ainda com os efeitos da pandemia. A partir de pesquisas empíricas realizadas nas duas últimas décadas no país, problematizamos as relações entre trabalho, “tempo livre” e o lazer do trabalhador brasileiro, com destaque para a redução das chamadas “horas residuais” desde a segunda década deste século e a tendência ao aumento da fruição cultural intermediada pelas tecnologias digitais, seguida de algumas reflexões sobre as “escolhas” e “preferências” relacionadas ao lazer.

Procuramos demonstrar como no contexto brasileiro, a incorporação da defesa dos direitos e das políticas sociais pelos trabalhadores podem servir de contraponto à incapacidade estrutural da burguesia brasileira de incorporar sequer a pauta da emancipação política. No entanto, para que configure uma luta efetiva, precisa estar vinculada à bandeira socialista, expressa num *programa de transição* e integrada à defesa de uma *revolução permanente*.

Num esboço de tentativa para se pensar o “lugar” do lazer nesse projeto político, apresentamos algumas reflexões sobre o estranhamento, reivindicando a ideia de que se trata de um fenômeno exclusivamente histórico-social, um processo constituído pelas relações entre a sociedade em geral e a individualidade singular humana e que, por serem concretos e em última análise, encontrar fundamento na estrutura econômica social, a necessária superação objetiva é possível em outra formação social. A manipulação capitalista tão bem ilustrada pelo desenvolvimento da publicidade contemporânea, visa acorrentar o homem à sua particularidade e ao seu ser estranhado, de maneira cada vez mais refinada e personalizada, processo que alcançou nas últimas décadas a mais alta expressão na determinação do ser pelo ter.

Sustentamos que estas características se fazem presentes tanto no lazer-mercadoria, quanto nas políticas sociais em geral, uma vez que ambas convergem na promoção de realizações tacanhas que servem de freio contra o despertar das potencialidades humanas. Contraditoriamente, por também permitirem (em potência) o afastamento da vida cotidiana, tempo livre e lazer invocam o horizonte da emancipação humana, a possibilidade real de uma vida plena de sentido e a perspectiva socialista de

superação do antagonismo entre indivíduo e gênero. Por essa razão, defendemos que tempo livre e lazer devem compor um programa de transição que ambicione fazer a ponte entre os problemas da vida cotidiana dos trabalhadores - desemprego, carestia, precarização, etc. - e o projeto histórico socialista. Pelo mesmo motivo, indicamos que a Pedagogia histórico-crítica reúne fundamentos teóricos que precisam ser explorados pelos pesquisadores que propõem a refletir sobre o problema do tempo livre no capitalismo, visando a configuração de uma pedagogia crítica do lazer de inspiração marxista, com possibilidades de aportes tanto à educação escolar quanto à não escolar.

As considerações que apresentamos nesta pesquisa refletem os limites do estágio atual em que nos encontramos no processo de desvelamento dos problemas pesquisados. Trata-se de uma tentativa de sistematizar algumas ideias e reflexões, de modo a servir de base para elaborações posteriores, enriquecidas por outras mediações e, por isso, também mais ampla e completa.

Um pressuposto fundamental para o desvelamento das particularidades do lazer neste século atravessado como nunca por crises desencadeadas pelo capital (econômica, política, social, ambiental, etc.), é que isso só pode ser resultado de sucessivas aproximações e produto de um esforço coletivo. Porém, parafraseando algumas ideias de Marx, do mesmo modo que é necessário configurar uma teoria do lazer comprometida com os interesses dos trabalhadores, é preciso fazer com que ideias desse tipo ganhem força material nas massas<sup>398</sup>. Afinal, não se trata mais apenas de interpretar o mundo, mas de transformá-lo!

---

<sup>398</sup> “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz.” (MARX, 2010, p. 151).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO. **Nota da Abrasco sobre a nova Lei Geral (da extinção) do Licenciamento Ambiental.** Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/nota-da-abrasco-sobre-a-nova-lei-geral-da-extincao-do-licenciamento-ambiental/60168/>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARAÚJO, A. **Empresas investem em espaços de lazer para funcionários.** Disponível em [https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-24/empresas-investem-em-espacos-de-lazer-para-funcionarios.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-24/empresas-investem-em-espacos-de-lazer-para-funcionarios.html). Acesso em: 15 de outubro de 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Lazer, hotéis e escritórios são os setores mais afetados por pandemia.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/lazer-hoteis-e-escritorios-sao-os-setores-mais-afetados-por-pandemia>. Acesso em: 07 ago de 2020.

AGÊNCIA IBGE. **PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

ALMEIDA NETO, E. **A evolução do proletariado desde a “globalização”.** Marxismo Vivo: Nova época. v. 8, nº 9, abril, 2017. São Paulo: Liga Internacional dos Trabalhadores, 2017.

ALMEIDA NETO, E. **As tendências da economia mundial depois da recessão de 2020.** Disponível em:

<https://contrapoder.net/artigo/as-tendencias-da-economia-mundial-depois-da-recessao-d-e-2020>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e lazer:** estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: Dialética do lazer. Valquíria Padilha (Org.). São Paulo: Cortez, 2006.

ALVES, G. **Lukács e o século XXI:** Trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, G. **O Duplo Negativo do Capital:** uma interpretação da crise do capitalismo global. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2018.

AMORIM, D. **País tem recorde de 38,683 milhões trabalhando na informalidade, mostra IBGE.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/08/30/pais-tem-recorde-de-38683-milhoes-trabalhando-na-informalidade-mostra-ibge.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo.** In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANPT. **MP 905/19:** ANPT repudia interferência do Poder Executivo na atuação do MPT. Disponível em: <https://www.anpt.org.br/imprensa/noticias/3604-anpt-critica-carteira-verde-e-amarelo-e-afirma-que-ela-promove-nova-reforma-trabalhista>. Acesso em 03 de junho de 2021.

ANTUNES, R. C. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

ANTUNES, R. C. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez. Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas. 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP : Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. C. Apresentação In: **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. C. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, R. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0**. In: Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Boitempo Editorial. Edição do Kindle. 2020.

AUDITORIA CIDADÃ. **Pressa para aprovar o golpe de trilhões gerou texto inconstitucional**. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/pressa-para-aprovar-o-golpe-de-trilhoes-gerou-texto-inconstitucional/>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BAHIA, M. C.; BRITO, R. S. **O lazer do brasileiro**: como é vivenciado o tempo. In: STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org). Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

BARBOSA, A. L. N. H. **Tendências na alocação do tempo no Brasil**: trabalho e lazer. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, 35 (1): 2018.

BEHRING, E. R. **A contrarreforma do Estado brasileiro**: projetos e processo. In: BEHRING, E. R. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. **Crise do capital, fundo público e valor**. In: BOSCHETTI, I. S. et al. (orgs.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. R. **Emancipação, revolução permanente e política social**. In: BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E. S.; TEIXEIRA, R. H. S. *Que política social para qual emancipação*. Brasília: Abaré Editorial, 2018.

BEHRING, E. R.; SOUZA, G. **Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempo de pandemia**. In: SOUSA, A. A. S.; OLIVEIRA, A. C. O.; SILVA, L. B.; SOARES, M. (Orgs.). *Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BERTOLOTTO, R. **A capital dos galpões**. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/capital-dos-galpoes/>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CÂNDIDO, F. P. **Lazer e educação no capitalismo brasileiro: concretude histórica e projeto revolucionário**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, 2008.

CARCANHOLO, M. D. e MEDEIROS, J. L. **Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho**. *Revista Outubro*, n. 20, 2012.

CARCANHOLO, M. **Apresentação: Sobre o caráter necessário do livro III d'O Capital**. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CARCANHOLO, M. D. **A crise do capitalismo dependente brasileiro**. *Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público / [org.] Eptácio Macário... [et al.]*. – 1. ed. – Fortaleza: EdUECE ; Bauru: Canal 6, 2018.

CARCANHOLO, M. D. **Marx(ismo) e dívida pública: para uma crítica da economia política do endividamento público**. In: *Que política social para qual emancipação*. Brasília: Abaré Editorial, 2018a.

CARCANHOLO, R. **Apresentação**. In: MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CARCANHOLO, R. A (org). **Capital: essência e aparência**. 1.ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2011.

CAVALCANTE, M. R. **Aplicativos para smartphones que possibilitam o lazer em tempos de lockdown: entre a socialização, o entretenimento e as práticas corporais**. Licere, Belo Horizonte, v.23, n.3, set/2020.

CERQUEIRA, D. et. alli. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CHAGAS, E. F. **O pensamento de Marx sobre a subjetividade**. Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Ago., 2013.

CHIEN, L. Y. **Jack Ma gera polêmica ao incentivar cultura de horas extras**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/04/12/jack-ma-gera-polemica-ao-incentivar-cultura-de-horas-extras.htm>. Acesso em: 12 de abril de 2019.

CLEMENTE, A. C. F.; STOPPA, E. A. **Lazer doméstico em tempos de pandemia da covid-19**. Licere, Belo Horizonte, v.23, n.3, set/2020.

CODACE. **Comunicado de datação de ciclos mensais brasileiros**. FGV IBRE, Rio de Janeiro, out., 2017.

CODACE. **Comunicado de datação de ciclos mensais brasileiros**. FGV IBRE, Rio de Janeiro, jun., 2020.

CONNECTAS; CEPEDISA. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil**. In: Direitos na pandemia nº 10, 2021.

CONTI, M. S. **Admirável mundo novo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariosergioconti/2019/07/admiravel-mundo-novo.shtml>. Acesso em: 27 de julho de 2019.

COSTA, K. T. O.; SOARES, K. C. P. C.; DEBORTOLI, J. A. O. **Lazer e alteridade em “outros” modos de viver: aproximações com a antropologia**. Licere, Belo Horizonte, v.19, n.1, mar/2016.

COSTHEK, A. **Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time***. In: Antunes, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a miséria da razão**. 2ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

CNI. **Oportunidades para a indústria 4.0: aspectos da demanda e oferta no Brasil**. Brasília : CNI, 2017.

CNI. **Indústria 4.0: entenda seus conceitos e fundamentos**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0/>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

CUNHA, N. **A Felicidade Imaginada: a negação do trabalho e do lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUT. **Teletrabalho se consolida em gangorra emocional trazida pela pandemia**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/teletrabalho-se-consolida-em-gangorra-emocional-trazida-a-pela-pandemia-38d0>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CUT. **Com plano genocida de Bolsonaro, pobre tem de ter internet para conseguir auxílios**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/com-plano-genocida-de-bolsonaro-pobre-tem-de-ter-internet-para-conseguir-auxilio-a0f6> Acesso em: 07 ago de 2020a.

CUT. **McDonald's é multado em R\$ 7 milhões por jornada intermitente**. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/09/2018/mcdonalds-e-multado-em-r-7-milhoes-por-jornada-intermitente>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

DAL ROSSO, S. **Ondas de intensificação do labor e crises**. *Perspectivas*, São Paulo, v. 39, p. 133-154, jan./jun. 2011

DIAS, C. **Teorias do lazer e modernidade**. *Licere*, Belo Horizonte, v.12, n.2, jun./2009.

DIAS, C; NASCIMENTO, P. O. A. S.; BUBA, M. D.; LAZZAROTTI FILHO, A. **Estudos do lazer no Brasil em princípios do século XXI: panorama e perspectivas.** Movimento, Porto Alegre, v. 23, n. 2., p. 601-616, abr./jun. de 2017.

DIAS, C. **Mercantilização do lazer no Brasil.** Licere, Belo Horizonte, v.21, n.2, jun/2018.

DIEESE. **Contratos intermitentes continuam na gaveta.** Boletim emprego em pauta. Número 17, dezembro de 2020.

DIEESE. Nota técnica: **O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda diante dos impactos da Covid-19.** Número 232, abril de 2020a.

DIEESE. **Pandemia afeta principalmente trabalhadores mais precarizados.** Boletim emprego em pauta. Número 16 – outubro de 2020b.

DIEESE. **Impactos da reforma administrativa sobre os atuais servidores públicos.** Nota técnica, Nº 247, 4 de novembro de 2020c.

DIEESE. Nota técnica 212. **Salário Mínimo:** pela manutenção da valorização. Número 218, 2020d.

DIEESE. **Crescem os desligamentos por morte no emprego celetista.** Boletim emprego em pauta. Número 18, maio de 2021.

DIEESE. **Emenda Constitucional Nº 109/2021:** novo desmonte dos direitos sociais. Nota técnica, Número 257, 5 de maio de 2021a.

DIEESE. **A negociação coletiva do *home office*.** Nota técnica. Nº 255, 12 de abril, 2021b.

DIEESE. **Balanço das greves de 2020.** Estudos & pesquisas. Nº 99, 10 de maio, 2021c.

DIEESE. **Com atraso de quatro meses, governo relança o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.** Nota técnica. Número 256, 30 de abril de 2021d.

DILKE, C. W. **The source and remedy of the national difficulties, deduced from principles of political economy, in a letter to lord John Russel.** Contributions to Political Economy, Volume 38, Issue 1, Pages 31–58, 2019.

DOBSON, P. D. et al. **Ecology and economics for pandemic prevention.** Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/369/6502/379>. Acesso em: 7 ago. 2020.

DUARTE, N. **As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento.** Revista brasileira de educação, Set/Out/Nov/Dez, n. 18, 2001.

DUAYER, M. **Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho.** Verinotio Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. Ano XI. n. 22 out./2016.

ESCOSTEGUY, A. C. **Uma introdução aos Estudos Culturais.** Revista FAMECOS, 5(9), 87-97, 2008.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura: uma introdução.** 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EL PAÍS. **O “escandaloso desequilíbrio” na distribuição de vacinas contra a covid-19 entre ricos e pobres.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-04-09/o-escandaloso-desequilibrio-na-distribuicao-de-vacinas-contr-a-covid-19-entre-ricos-e-pobres.html>. Acesso em: 05 de junho de 2021.

ENGELS, F. **O sistema de trabalho assalariado.** in: AGUENA, P. O marxismo e os sindicatos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ENGELS, F. **Abolição do sistema assalariado.** in: AGUENA, P. O marxismo e os sindicatos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008a.

ENGELS, F. **Anti-Duhring: a revolução da ciência segundo Eugen Duhring.** São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>. Acesso em: 12 de dez. de 2018.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Mídia e entretenimento vão movimentar US\$ 2,23 trilhões em 2021.** Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2017/06/midia-e-entretenimento-vaomovimentar-us-223-trilhoes-em-2021.html>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

ESTEVES, E. **O império do jeans em Toritama:** uma cidade revestida de fábricas. Disponível em: <http://especiais.leiaja.com/descosturandoacrise/materia2.html>. Acesso em: 02 de outubro de 2019.

ESCOREL, E. **Estou me guardando para quando o carnaval chegar – descobrindo o desconhecido.** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/estou-me-guardando-para-quando-o-carnaval-chegar-descobrimdo-o-desconhecido/>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

ESTOU me guardando para quando o carnaval chegar. Direção: GOMES, M.. Produção: ARAGÃO, N., VIEIRA JUNIOR, J. Recife: Carnaval Filmes, 2019. (86 min).

FALEIROS, M. I. L. **Repensando o lazer.** Perspectiva, São Paulo, n. 3, p. 51-65, 1980.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2020. **Versión resumida de el estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020.** Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables. Roma, FAO, 2020.

FILGUEIRAS, V. e ANTUNES, R. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo.** In: Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Boitempo Editorial. Edição do Kindle. 2020.

FILGUEIRAS, V. e CAVALCANTE, S. **Um novo adeus à classe trabalhadora?** In: Antunes, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Movimento cai em restaurantes de bairros comerciais de SP.** Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/07/movimento-cai-em-restaurantes-de-bairros-comerciais-de-sp.shtml>. Acesso em: 07 ago de 2020.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo:** teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. **O núcleo central do governo Bolsonaro - o proto-fascismo**. Disponível em

<https://esquerdaonline.com.br/2019/01/08/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo/#sdfootnote2sym>. Acesso em 02 de junho de 2021.

FORTES, R. V. **Limites e equívocos do conceito de acumulação fordista: desenvolvimento das forças produtivas e perpetuação das formas de produção arcaicas**. Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 58-87, abr. 2019.

FORTES, R. **Alienação, objetivação e estranhamento na Ontologia de Lukács**. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=2204>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

FREDERICO, C. **Cotidiano e arte em Lukács**. Revista Estudos avançados, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 299-308, Dec., 2000.

FREDERICO, C. **Ensaio sobre marxismo e cultura**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

FREDERICO, C. **O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular**. Estud. av. vol.30 no.87 São Paulo May./Aug. 2016a.

G1. **Pandemia provoca perdas de US\$ 320 bilhões para turismo mundial entre janeiro e maio**. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2020/07/28/pandemia-provoca-perdas-de-us-320-bilhoes-para-turismo-mundial-entre-janeiro-e-maio.ghtml>. Acesso em: 07 ago de 2020.

G1. **Patrimônio dos super-ricos brasileiros cresce US\$34 bilhões durante a pandemia, diz Oxfam**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2020a.

G1. **Polícia indícia 9 PMs por homicídio culposo por ação que terminou com morte de jovens em baile funk de Paraisópolis em 2019**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/24/policia-indicia-9-pms-por-homicidio-culposo-por-acao-que-terminou-com-morte-de-jovens-em-baile-funk-de-paraisopolis.shtml>. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

GE. **PGL Major Stockholm tem pico de 2,7 milhões de espectadores**. Disponível em: <https://ge.globo.com/esports/csgo/noticia/pgl-major-stockholm-tem-pico-de-25-milhoes-de-espectadores.shtml>. Acesso em 7 de novembro de 2021.

GLASSDOOR. **Trabalho + diversão: Veja 10 empresas que contam com espaço de lazer dentro do escritório**. Disponível em: <https://www.glassdoor.com.br/blog/empresas-sala-de-descompressao>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

GODEIRO, N.; SOARES, J. R. **Neodesenvolvimentismo ou neocolonialismo: o mito do Brasil imperialista**. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

GOMES, C. L. (org). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, C. L. **Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura**. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.

GONSALES, M. (2020) **Indústria 4.0: empresas, plataformas, consentimento e resistência**. In: Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

GONÇALVES, R. **Governo Lula e o Nacional-Desenvolvimentismo às avessas**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 31, fev. 2012.

GRAHAM, M. e ANWAR, M. A. **Trabalho digital**. In: Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

GROHMANN, R. **Plataformização do trabalho: características e alternativas**. In: Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

GRUBER, G. V.; STOPPA, E. A. **O lazer do brasileiro: representações e concretizações nos espaços e equipamentos**. In: STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org).

Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

GURGEL, C; MARINHO, M. **Escravidão contemporânea e toyotismo**. Revista Organizações & Sociedade - v. 26, n. 89, p. 317-337, abr./jun. 2019.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HERNANDEZ, M. **O veredicto da história**: Rússia, China e Cuba: da Revolução Socialista à restauração do capitalismo. Editora Sundermann, 2008.

HUNGARO, E. M. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana**: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

IBGE. **Instituto brasileiro de geografia e estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/toritama/panorama>. Acesso em 02 de outubro de 2019.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais: 2007-2018** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro, 2019a.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Primeiro trimestre de 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793-desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas>. Acesso em 31 de maio de 2021.

IBGE. **Estatísticas de gênero e indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, 2021a.

IG. **Sindicato vai denunciar organização do Lollapalooza por trabalho escravo**.

Disponível em:

<https://economia.ig.com.br/2019-04-08/sindicato-vai-denunciar-organizacao-do-lollapalooza-por-trabalho-escravo.html>. Acesso em: 07 ago de 2020.

ILAESE. **Anuário Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração**. v. 1, no 02, setembro, 2019. São Paulo: ILAESE, 2019

ILAESE. **Os trabalhadores diante da chamada Indústria 4.0**. Cartilha. 2020.

ILAESE. **Considerações sobre o teletrabalho na pandemia**. Contra-corrente, Ano 10, Nº 80 - Julho de 2020a.

ILAESE. **PEC 186: a verdadeira emergência burguesa é pagar a dívida pública**. Boletim Contra-corrente, Ano 11, Nº 85, Extra, Março de 2021.

INFRANCA, A. **O estranhamento na Ontologia do ser social**. Revista Novos Rumos, v. 55, n. 1, 2018.

IPEA. **Teletrabalho na pandemia: efetivo versus potencial**. Boletim de conjuntura 48. 3º trimestre de 2020.

ISTO É. **Farra na Embratur**. Disponível em: <https://istoe.com.br/farra-na-embratur/>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

KEYNES, J. M. **Possibilidades econômicas para os nossos netos**. Disponível em: [http://www.geocities.ws/luso\\_america/KeynesPO.pdf](http://www.geocities.ws/luso_america/KeynesPO.pdf). Acesso em: 14 de novembro de 2021.

KOFLER, L. **Conversando com Lukács: Segunda conversa**. In: ALVES, Giovanni. Lukács e o século XXI: Trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LAVOURA, T. N. **Cultura corporal e tempo livre em áreas de reforma agrária:** notas acerca da educação escolar e da emancipação humana. Tese de doutorado (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LEMOS, P. R. **Walmartização do trabalho:** a face cruel das tecnologias utilizadas nos hipermercados. In: Antunes, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0 (Mundo do trabalho) (p. 388). Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

LENINE, V. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 4, n. 1, jun. 2012.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho; revisão de Antônio Elias Ribeiro. São Paulo/SP: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura.** São Paulo: Expressão Popular, 2.ed., 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, G. **Marx e a história:** das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista. São Paulo: Sundermann, 2018.

MACHADO, L. **Dormir na rua, pedalar 30 km e trabalhar 12 horas por dia:** a rotina dos entregadores de aplicativos. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bbc/2019/05/22/dormir-na-rua-pedalar-30-km-e-trabalhar-12-horas-por-dia-a-rotina-dos-entregadores-de-aplicativos.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação.** 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.

MARI, J. **Breque dos apps**: confira como foi a greve dos entregadores de aplicativo pelo país. Yahoo notícias. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/breque-dos-apps-confira-como-foi-a-greve-dos-entregadores-de-aplicativo-pelo-pais-234330546.html>. Acesso em 01 de junho de 2021.

MARTINS, J. C. O. **Sentidos e possibilidades subjetivas do tempo livre**. Licere, Belo Horizonte, v.11, n.2, ago./2008.

MARTINS, J. A. **Império do Terror**: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

MARTINS, J. A. **Anotações acerca da dinâmica dos ciclos econômicos e crises capitalistas nos primeiros anos do século 21**. In: COSTA, M. G. Crise contemporânea e serviço social. EDUFAL: Maceió, 2010.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos (Terceiro manuscrito). In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007a.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2.ed revista. - São Paulo: Boitempo, 2010

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005.

MEDIUM. **Mar de tubarões: o desemprego que ronda os doutores no Brasil**. Disponível em: <https://medium.com/economistas-no-debate/mar-de-tubar%C3%B5es-o-desemprego-que-ronda-os-doutores-no-brasil-4c74a0494cce>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

MEIER, R. **Pandemia faz Metrô de São Paulo aderir ao home office permanente**. Metrô-CPTM. Disponível: <https://www.metrocptm.com.br/pandemia-faz-metro-de-sao-paulo-aderir-ao-home-office-permanente/>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003

MELO, V. A. **A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos**. Licere, Belo Horizonte, v. 7 n. 2, dez./2004.

MENEZES NETO, A. J. **Emancipação e Bem Viver em Marx**. Anais do Colóquio Nacional. Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

METRÓPOLES. **Editais oferecem R\$ 9 milhões a artistas na pandemia.** Disponível em:

<https://www.metropoles.com/entretenimento/politica-cultural/editais-emergenciais-ajudam-artistas-durante-pandemia-veja-como-participar>. Acesso em: 07 ago de 2020.

MIRANDA, P. H.; MIRANDA, L. C. M.; PIMENTEL, G. G. A. **O teletrabalho e as possibilidades de violação ao direito do lazer.** Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 5, n.1, p.109-125, jan./abr. 2018.

MONITOR MERCANTIL. **Pandemia faz brasileiro reduzir em 64% gastos com lazer.** Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/pandemia-faz-brasileiro-reduzir-em-64-gastos-com-lazer>. Acesso em: 07 ago de 2020.

MORAES NETO, B. R. **Emprego e trabalho no início do século XXI: revisitando Keynes e Marx.** CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 91-100, Jan./Abr. 2014.

MORAES NETO, B. R. **Processo de trabalho e relevância futura da crítica ao capitalismo.** Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 11-27, abr. 2019.

MORENO, N. **As revoluções do século XX.** São Paulo: Editora Sundermann, 2003.

MORI, R. C.; CURVELO, A. A. S. **O pensamento de Dermeval Saviani e a educação em museus de ciências.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 2, p. 491-506, abr./jun. 2016.

MOTA, C. V. **Covid-19 se alastra em frigoríficos e põe brasileiros e imigrantes em risco.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/07/22/covid-19-se-alastra-em-frigorificos-e-poe-brasileiros-e-imigrantes.htm>. Acesso em: 01 ago 2020.

NAKATANI, P.; MARQUES, R. M. **A finança capitalista**: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2008.

NETTO, J. P. **Posfácio**. In: COUTINHO, C. N. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista**. Disponível em: [www.pcb.org.br/fdr/docs/jose-paulo-netto-manifesto.pdf](http://www.pcb.org.br/fdr/docs/jose-paulo-netto-manifesto.pdf). Acesso em: 10 de dez. de 2014.

NEVES, W; PINHEIRO, P. C. **O dia em que o morro descer e não for carnaval**. In: NEVES, W. O som sagrado de Wilson Das Neves. CID, 1996. CD.

OIT. **Promover el empleo y el trabajo decente en un panorama cambiante**. Conferencia Internacional del Trabajo, 109a. Reunión, 2020.

OIT. **ILO Monitor**: Covid-19 and the world of work. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_767028.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf). Acesso em: 07 de junho de 2021.

OLIVEIRA, B. A. **Subjetividade e lazer**: contribuições para uma análise crítica. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física. Universidade de Brasília, 2016.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

ÓRIO, M. **Lazer e capitalismo**: a apropriação do tempo livre pelo capital. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Sociologia. Universidade Federal de Goiás, 2018.

ORIONE, M. **Dilma e a vaca profanada**. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/28/dilma-e-a-vaca-profanada/>. Acesso em 01 de junho de 2021.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAÇO CUNHA, E. **Base técnica e organização do trabalho na manufatura e grande indústria: inflexão, desenvolvimento desigual e reciprocidades**. Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 88-128, abr. 2019.

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**, Campinas: Alínea, 2000.

PADILHA, V. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

PAINEL TIC COVID-19. **Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021.

PEDRÃO, C. C.; UVINHA, R. R. **O lazer do brasileiro: discussão dos dados coletados em escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça**. In: STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

PEIXOTO, E. M. M. **Estudos do lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PEIXOTO, E. M. M. **Notas introdutórias sobre a teoria e as categorias centrais para a pesquisa da problemática do lazer**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 332-346, abr. 2011.

PEIXOTO, E. M. M. **Modo de produção da existência: categoria chave para a compreensão da problemática do lazer**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 14, n. 57, p. 353–365, 2014.

PEREIRA, M. A. S. **A vida de todos os dias: tempo disponível e tempo de trabalho dos professores da área de humanidades da UNESP.** 2018. 286f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2018.

POLLO, L. **Ócio: tempo totalmente livre é acessível a todos ou privilégio dos ricos?** Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/13/ocio-tempo-totalmente-livre-e-acessivel-a-todos-ou-privilegio-dos-ricos.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

PRIETO, G. F. T.; LACZYNSKI, P. **São Paulo à venda: ultra-neoliberalismo urbano, privatização e acumulação de capital (2017-2020).** Geosp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 2, p. 243-261, ago. 2020.

REDE BRASIL ATUAL. **Desemprego cede, mas informalidade bate recorde e o rendimento cai.** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/07/desemprego-cede-mas-informalidade-bate-recorde-e-o-rendimento-cai/>. Acesso em: 31 de julho de 2019.

REIS, L. J. A.; CAVICHIOLLI, F. R.; STAREPRAVO, F. A. **A ocorrência histórica do lazer: reflexões a partir da perspectiva configuracional.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 30, n. 3, p. 63-78, maio 2009.

RESCHKE, C. **Todos querem ser como Google, melhor empresa para trabalhar: empresa foi eleita a melhor para trabalhar em 2013 no levantamento da revista VOCÊ S/A.** Disponível em: <http://exame.abril.com.br/carreira/google-todos-querem-ser-assim/>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

RHODEN, I. **O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio.** Rev. Mal-Estar Subj. vol.9 no.4 Fortaleza dez. 2009.

RIBEIRO, W. **Mundo tem mais de 4 bilhões de pessoas em quarentena.** Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/mundo-tem-mais-de-4-bilhoes-de-pessoas-em-quarentena/>. Acesso em: 07 de junho de 2021.

ROBERTS, M. **The Long Depression**: how it happened, why It happened, and what happens next. Haymarket Books: Chicago, Illinois, 2016.

ROBERTS, M. **Monocausalidade e teoria da crise**: uma resposta a David Harvey. Tradução de BOECHAT, C.A. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Janeiro-Junho, 2019.

ROBERTS, M. **A world rate of profit**: a new approach. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/07/25/a-world-rate-of-profit-a-new-approach/>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

ROBERTS, M. **Taking on the ‘fearsome foursome’ and ‘market power’**. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/08/01/taking-on-the-fearsome-foursome-and-market-power/>. Acesso em: 16 de setembro de 2021.

ROBERTS, M. **Work or toil in the pandemic**. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/10/04/work-or-toil-in-the-pandemic/>. Acesso em: 17 de setembro de 2021a.

ROCHA, C. T. M.; AMADOR, F. S. **O teletrabalho**: conceituação e questões para análise. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 16, n. 1, p. 152-162, Jan. 2018.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SÁ, K. O. **Pressupostos ontológicos da produção do conhecimento do lazer no Brasil –1972 a 2008**: realidade e possibilidades na pós-graduação e graduação em educação física. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. FAGED/UFBA. 2009.

SALVADOR, E.; TEIXEIRA, S. O. **Orçamento e políticas sociais**: metodologia de análise na perspectiva crítica. Revista Políticas Públicas, São Luís, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 2014.

SANTOS, F. C. **Procurando o lazer na constituinte**: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. Revista Movimento. Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1305-1327, out./dez. de 2014.

SAVIANI, D. **Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade**. Disponível em: <http://www.escolapcdob.org.br/>. Acesso em: 25 de out. de 2015.

SAVIANI, D. **Entrevista: “A educação fora da escola”**. Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XI - Nº 20 - 1º Semestre/2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SATO, K. H.; MARTINS, T. S.; KATO, H. T.; MARTINS, R. R. R.; SILVA, E. E. **O processo de terceirização de serviços hoteleiros**: motivações e fundamentos teóricos. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, vol. 7, núm. 1, janeiro-abril, 2013.

SCHINESTOCK, C. R. **As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho**. In: Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

SILVA, L. F.; COSTA, G. C. **Teoria da dependência e América Latina**: análise crítica na perspectiva da revolução permanente. São Paulo, Sundemann, 2018.

SILVA, R. L.; FUKUSHIMA, R. L. M.; TEODORO, A. P. E. G.; CARMO, E. G., PACHECO, J. P. S.; SCHWARTZ, G. M.; TAVARES, G. H. **Lazer e Cultura Digital**. Licere, Belo Horizonte, v.23, n.4, dez/2020.

SILVESTRE, B. M.; FERREIRA, O. C.; AMARAL, S. C. F. **O tempo de não trabalho e o lazer dos trabalhadores terceirizados da vigilância da Unicamp**: uma análise comparativa entre os gêneros. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, 24(4), 110-120, 2016.

SILVESTRE, B. M.; MIGUEL, R. S.; SPAOLONZI, A. E. **Reforma Trabalhista e o (Não) Direito ao Lazer**. Licere, Belo Horizonte, v.23, n.1, mar/2020

SOARES, J. R. **A teoria do imperialismo e o Estado supranacional europeu**. Revista Marxismo Vivo, n.6, Editora Sundermann, 2015.

SONNA, M. L. e MAZIVIERO, M. C. **A produção de condomínios-clubes na cidade de São Paulo no século XXI**: os impactos da tipologia na vitalidade dos entornos urbanos. Urbana, 19, 50-66, 2018.

SOUTTO MAYOR, S. T.; ISAYAMA, H. F. **O lazer do brasileiro**: sexo, estado civil e escolaridade. In: STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org). Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

STERN, J. **Musk defende renda universal**: trabalho físico será opcional para humanos. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/08/23/trabalho-fisico-sera-uma-escolha-elon-musk-defende-renda-basica-universal.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (orgs). **Lazer no Brasil**: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

TEIXEIRA, A. **Marx e a economia política**: a crítica como conceito. Econômica, nº 4, pp. 85-109, dezembro de 2000.

TEIXEIRA, M. O.; KREIN J. D. **A terceirização e o trabalho precário na indústria**: percepção de mulheres e homens terceirizados. In: TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES H.; COELHO, E. A. (orgs.). São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TERRA. **Turismo já representa 10,4% no PIB mundial e está entre as tendências globais**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/turismo-ja-representa-104-no-pib-mundial-e-esta-entre-as-tendencias-globais,0af5f07d5dfd0e9adf5e4dbd2519c06a0ho42xe5.html>. Acesso em: 07 ago de 2020.

TERTULIAN, N. **O pensamento do último Lukács.** Revista Outubro, n.16, 2º semestre, 220-248, 2007.

THE WASHINGTON POST. **Fundador do Alibaba prevê jornadas semanais de 12 horas de trabalho.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/fundador-do-alibaba-preve-jornadas-s-emanais-de-12-horas-de-trabalho.shtml>. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial.** In: THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TILT. **5G bombando, robôs e etiquetas inteligentes:** como é armazém da Huawei em SP Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/12/16/5g-centro-de-inovacao-da-huawei-no-brasil-testa-robos-e-ia-para-industria.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

TONELLO, I. **A crise do capital e seus efeitos:** a nova dinâmica internacional do capitalismo pós-2008. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2019.

TONELLO, I. **Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008?** In: ANTUNES, R. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

TROTSKY, L. In: **A curva do desenvolvimento capitalista.** O imperialismo e a crise da economia mundial. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

TROTSKY, L. **Questões do modo de vida. A moral deles e a nossa.** Editora Sundermann, 2009.

TROTSKY, L. **Programa de transição para a revolução socialista:** a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. Traduzido por Ana Beatriz da Costa Moreira. São Paulo: Sundermann, 2017.

UVINHA, R. R., PEDRÃO, C. C., STOPPA, E. A. S., ISAYAMA, H. F. e OLIVEIRA, N. R. C. de. **Leisure practices in Brazil: a national survey on education, income, and social class.** World Leisure Journal, 59:4, p. 294-305, 2017.

UOL. **Com pandemia, país perde 1,2 milhão de empregos com carteira no 1º semestre.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/07/28/caged.htm>. Acesso em: 07 de ago. 2020.

UOL. **Exploração sexual infantil no turismo brasileiro: como podemos combater?** Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/10/exploracao-sexual-infantil-no-turismo-brasileiro-como-podemos-combater.htm>. Acesso em: 07 ago de 2020a.

VALOR. **Turismo tem queda recorde de 54,5% em abril, aponta IBGE.** Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/17/turismo-tem-queda-recorde-de-545percent-em-abril-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 07 ago de 2020.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

VEJA. **McDonald's chega a bairro no extremo Leste de SP e moradores fazem fila.** Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/comida-bebida/mcdonalds-cidade-tiradentes/> Acesso em: 07 ago de 2020.

VEJA. **Covid-19: demanda por apps de chamadas de vídeo segue aumentando.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/covid-19-demanda-por-apps-de-chamadas-de-video-segue-aumentando>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

VIANA, N. **A Mercantilização do Lazer.** Revista Espaço Livre, Goiânia, v. 9, n. 18, p. 56–68, 2014.

VIZZINTINI, A. P. F.; OTTERO, P. **O que as medidas 1045 e 1046/2021 trazem de novo?** Disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-que-as-medidas-provisorias-no-1045-2021-e-no-1046-2021-trazem-de-novo/>. Acesso em: 09 de junho de 2021.

VOCÊ não estava aqui. Direção: LOACH, K. Produção: O'BRIEN, R.. [S.l.]: Sixteen Films. 2018. (102 min.).

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

ZACARIAS, R. **Sociedade de consumo ou ideologia do consumo**: um embate. Jornal eletrônico. Faculdades Integradas Vieira Junior. Ano V –Edição I –Maio 2013.